UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, DIREITOS E
OUTRAS LEGITIMIDADES

ANDRÉ AUGUSTO SALVADOR BEZERRA

**Consenso e força perante a mobilização Tupinambá: o discurso
do poder dos meios de comunicação e do Judiciário**

SÃO PAULO

2017

ANDRÉ AUGUSTO SALVADOR BEZERRA

**Consenso e força perante a mobilização Tupinambá: o discurso
do poder dos meios de comunicação e do Judiciário**

Versão Original

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e outras Legitimidades da Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Ribeiro de Almeida Júnior.

SÃO PAULO
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B574c	<p>Bezerra, André Augusto Salvador</p> <p>Consenso e força perante a mobilização Tupinambá: o o discurso do poder dos meios de comunicação e do Judiciário / André Augusto Salvador Bezerra ; orientador Antônio Ribeiro de Almeida Júnior. - São Paulo, 2017. 293 f.</p> <p>Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.</p> <p>1. Povos Indígenas. 2. Direitos Humanos. 3. Discurso. 4. Mídia. 5. Judiciário. I. Almeida Júnior, Antônio Ribeiro de , orient. II. Título.</p>
-------	---

Nome: BEZERRA, André Augusto Salvador

Título: Consenso e força perante a mobilização Tupinambá: o discurso do poder dos meios de comunicação e do Judiciário

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e outras Legitimidades da Universidade de São Paulo.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____.

Instituição: _____ Assinatura: _____.

Prof. Dr. _____.

Instituição: _____ Assinatura: _____.

Prof. Dr. _____.

Instituição: _____ Assinatura: _____.

Prof. Dr. _____.

Instituição: _____ Assinatura: _____.

Prof. Dr. _____.

Instituição: _____ Assinatura: _____.

*À Maria de Lourdes Salvador,
que tanta saudade deixou quando partiu. Em um momento
especial, como o do árduo encerramento do doutorado,
não há como não lembrar daquela que, quando viva,
incentivava e orgulhava-se das conquistas do neto.*

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Antônio Ribeiro de Almeida Júnior, por toda a dedicação manifestada durante o período de orientação.

Aos Professores Samuel Barbosa e Vivian Urquidi, pelas sugestões apresentadas no Exame de Qualificação.

Àquelas e àquele que foram fundamentais no processo de coletas de dados e documentos bem como na solução de dúvidas que surgiram ao longo dos anos de trabalho: a pesquisadora Daniela Alarcon, a advogada Denise Alves e o militante do CIMI Haroldo Heleno.

À amiga Bianca Santana, pela atenta e dedicada leitura da tese.

À Associação Juízes para a Democracia, que me fez conhecer de perto o drama dos Tupinambá. A todas e a todos colegas da entidade, cujas conversas, presenciais ou por redes sociais, trazem-me novos aprendizados diariamente, muitos dos quais constantes na tese aqui apresentada.

A meus familiares pelo apoio que me foi dirigido: meus filhos Helena e Rafael, que tiveram a paciência de, por várias vezes, não contar com a presença do pai em decorrência da pesquisa; minha esposa Gláucia, cujos companheirismo e compreensão foram essenciais para a conclusão dos estudos; meus pais Virgílio e Gisela, confiantes no filho desde sempre; meu irmão Márcio e minha cunhada Geisa pelo apoio para a elaboração do texto final desta tese.

Aos Tupinambá: sua coragem é um modelo para eu seguir minha vida profissional e pessoal.

RESUMO

BEZERRA, André Augusto Salvador. **Consenso e força perante a mobilização Tupinambá: o discurso do poder dos meios de comunicação e do Judiciário**. 2017. 293f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e outras legitimidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

A legalização de direitos dos povos indígenas não tem obstado práticas colonialistas justificadas por discurso hegemônico de origem moderna e eurocêntrica. Em tal contexto, o presente trabalho desenvolve estudo interdisciplinar que relaciona a incidência do mencionado discurso sobre a mobilização pela implementação do direito à demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença. Por se tratar de discurso do poder, considera os dois elementos que o compõem: o subjetivo (o consenso à dominação) e o objetivo (o uso da força quando não obtido o consenso). Diante da mediação e da judicialização sobre a mobilização Tupinambá, o trabalho analisa, especificamente, o discurso manifestado pelos meios de comunicação de massa (a representarem o elemento subjetivo do poder) e pelos membros do Judiciário (a representarem o elemento objetivo do poder). Adota a metodologia da Análise Crítica do Discurso. A pesquisa constata intensa semelhança envolvendo os discursos da mídia e do Judiciário. Percebe, em ambos, os elementos que historicamente compõem as falas e escritos da modernidade eurocêntrica: a defesa incondicionada da propriedade individual e o dualismo evolucionista a caracterizar os povos indígenas como viventes em sociedades estáticas.

Palavras chave: Povos Indígenas. Direitos Humanos. Discurso. Mídia. Judiciário.

ABSTRACT

BEZERRA, André Augusto Salvador. **Consensus and force in the Tupinambá mobilization: the power discourse of the media and of the judiciary**. 2017. 293f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e outras legitimidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

The legalization of indigenous peoples rights has not prevented colonialist practices justified by a hegemonic discourse based on a Modern and Eurocentric perspective. In this context, the present work features an interdisciplinary study that relates the incidence of this discourse on the mobilization for implementation of the reservation rights of Indigenous Land Tupinambá de Olivença. As a result of being a discourse of power, the study considers its two elements: the subjective (the consensus to domination) and the objective (the use of force when the consensus is not obtained). On the context of mediatization and judicialization of Tupinambá mobilization, the work examines the discourse expressed by mass media (to represent the subjective element of power) and by members of the judiciary (to represent the objective element of power). It adopts the Critical Discourse Analysis methodology. The research finds an intense resemblance between the discourses of the mass media and of the judiciary. In both discourses, it notices the presence of the elements that historically make up the speeches and writings of Eurocentric modernity: the unconditional defense of the individual property and the evolutionary dualism to characterize the indigenous people as living in static societies.

Keywords: Indigenous Peoples. Human Rights. Discourse. Mass Media. Judiciary.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da Terra Indígena Tupinambá de Olivença	21
Figura 2 - Comunidades da TI Tupinambá de Olivença mapeadas no processo demarcatório da Funai	22
Figura 3 - Representantes de Comunidades Tupinambá em reunião na Aldeia Tucum.....	23
Figura 4 - Cacique Babau em reunião realizada na Aldeia Serra do Padeiro .	24
Figura 5 - Dona Maria da Glória de Jesus	25
Figura 6 - Cacique Jamapoty	25
Figura 7- Chamada da Revista Época que compara Babau a Lampião.....	26
Figura 8 - Chamada da Revista Veja que estranha um Tupinambá conduzir ônibus.....	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD	Análise Crítica do Discurso
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência dos Bispos do Brasil
CPC	Código de Processo Civil
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GT	Grupo Técnico
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
MPF	Ministério Público Federal
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJBA	Tribunal de Justiça da Bahia
TRF	Tribunal Regional Federal
TI	Terra Indígena
UNI	União das Nações Indígenas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 A LUTA PELA TERRA DOS TUPINAMBÁ	28
1.1 A terra não é propriedade	28
1.2 Observação preliminar: a coletividade única de um povo	29
1.3 O sujeito histórico indígena	29
1.4 O colonialismo no âmbito do sistema capitalista	32
1.4 A luta dos Tupinambá: histórico	35
1.5.1 Quem são os Tupinambá	35
1.5.2 Os primeiros momentos do colonialismo e a influência dos jesuítas	39
1.5.3 Séculos XVIII e XIX: o pós-jesuítas	41
1.5.4 Exclusão social e a Revolta de Marcellino	42
1.5.5 O recrudescimento da mobilização	45
1.6 A luta atual	48
1.6.1 O processo de demarcação da Funai	48
1.6.2 A estratégia das retomadas e as lideranças Tupinambá	50
1.6.3 Criminalização e opressão	53
1.6.4 Os encantados	54
2 O PODER PERANTE OS TUPINAMBÁ: O DISCURSO E OS DIREITOS HUMANOS	58
2.1 Observações iniciais: poder e discurso	58
2.2 Hegemonia e discurso	59
2.3 O discurso da modernidade eurocêntrica	60
2.3.1 Origens a partir das teorias do contrato social	62
2.3.2 As promessas da modernidade eurocêntrica	63
2.4 Características do discurso perante o capitalismo	65
2.4.1 Defesa incondicionada da propriedade individual	66
2.4.2 Dualismo evolucionista	67
2.5 O efeito do discurso hegemônico	69
2.5.1 Colonialismo do saber europeu	69

2.5.2 O messianismo colonialista	71
2.5.2.1 Messianismo contemporâneo	72
2.6 Os Direitos Humanos como instrumentos do discurso	74
2.6.1 A dubiedade dos Direitos Humanos	74
2.6.2 Origens da legalização: contrato social e interesses de classe	76
2.6.3 O discurso em torno dos direitos dos grupos dominantes	78
2.6.4 A resposta popular e a legalização de novos Direitos Humanos.....	80
2.6.5 A transnacionalização dos Direitos Humanos	81
2.6.6 O debate contemporâneo em torno dos Direitos Humanos.....	82
2.7 Direitos dos povos indígenas legalizados	84
2.7.1 Breve panorama	84
2.7.2 O primeiro pressuposto para a legalização: crítica à propriedade individual incondicionada	89
2.7.3 O segundo pressuposto para a legalização: crítica ao dualismo evolucionista.....	91
2.7.4 Mobilização jurídica indígena: limites e possibilidades.....	92
 3 O DISCURSO DO PODER PELO CONSENSO: A PROPAGANDA MUDIÁTICA SOBRE A MOBILIZAÇÃO DOS TUPINAMBÁ	95
3.1. A resposta do poder pelo discurso	95
3.2 Os meios de comunicação de massa e os fatores de filtragem do discurso	97
3.2.1 A propaganda midiática	97
3.2.2 Os fatores de filtragem na propaganda	99
3.2.2.1 Concentração	99
3.2.2.2 Os anunciantes	101
3.2.2.3 As fontes de informação	102
3.2.2.4 Preocupação com repercussões negativas	103
3.2.2.5 O anticomunismo (ultraliberalismo).....	104
3.2.2.6 O caso dos indígenas	105
3.3 O poder de transformação da propaganda	108
3.3.1 A hipótese do agendamento e do enquadramento das notícias	109
3.3.2 A teoria do cultivo midiático	110
3.3.1 A influência na questão racial	111

3.4 A análise do discurso midiático	112
3.4.1 O emissor, o tempo e os textos dos discursos	114
3.4.2 A mídia local	118
3.4.2.1 O <i>Blog</i> do Pimenta	118
3.4.2.2 Macuco News	122
3.4.2.3 Jornal A Região	123
3.4.2.4 Diário de Ilhéus	129
3.4.2.5 Rádio Jornal Itabuna	131
3.4.3 Mídia regional	134
3.4.3.1 Jornal A Tarde	134
3.4.3.2 Jornal Correio	138
3.4.3.3 TV Bahia	142
3.4.4 Mídia Nacional	145
3.4.4.1 O Estado de S. Paulo	145
3.4.4.2 Folha de S. Paulo	146
3.4.4.3 Portal G1	149
3.4.4.4 Rede Globo de Televisão	151
3.4.4.5 Revista Época	153
3.4.4.6 Revista Veja	155
3.4.4.7 Rede Bandeirantes de Televisão	158
3.4.4.8 Carta Capital	162
3.4.5 A possibilidade de exceção perante a hegemonia	168
3.4.6 Elementos comuns no discurso	169
3.4.6.1 A defesa da propriedade individual	170
3.4.6.2 Negação à identidade étnica	171
3.4.6.3 Índios bravios	172
 4 O DISCURSO DO PODER PELA FORÇA: O JUDICIÁRIO PERANTE A MOBILIZAÇÃO TUPINAMBÁ	 174
4.1 O chamamento do Judiciário nas lutas dos Tupinambá	174
4.1.1 Estrutura autoritária e independência funcional	175
4.1.2 Judiciário autônomo: origens sob a ortodoxia liberal	176
4.1.3 Força política e explosão da litigiosidade	178
4.1.4 Ativismo e visão de mundo dos juízes	179

4.1.5. O caso do Brasil.....	181
4.2. O Judiciário nos conflitos dos Tupinambá.....	182
4.2.1. A necessária Análise Crítica do Discurso	182
4.2.2. As decisões e os juízes a serem examinados	183
4.2.3. Jurisdição civil	186
4.2.3.1 Interdito proibitório: Justiça Federal em abril de 2006	186
4.2.3.2 Interdito proibitório: Justiça Federal em agosto de 2006	193
4.2.3.3 Suspensão de Segurança: Tribunal Regional Federal em dezembro de 2007	196
4.2.3.4 Interdito proibitório: Justiça Federal em abril de 2008	198
4.2.3.5 Agravo regimental: Tribunal Regional Federal em novembro de 2009	200
4.2.3.6 Suspensão de demarcação: Justiça Federal de Ilhéus em dezembro de 2010	202
4.2.3.7 Suspensão de demarcação e reintegrações de posse: Tribunal Regional Federal em setembro de 2011	204
4.2.3.8 Suspensão de liminares e prosseguimento da demarcação: Superior Tribunal de Justiça em janeiro de 2012	206
4.2.3.9 Suspensão de liminar: Tribunal Regional Federal em dezembro de 2013	207
4.2.3.10 Suspensão de liminares: Supremo Tribunal Federal em maio de 2014	210
4.2.3.11 Agravo Regimental: Supremo Tribunal Federal em outubro de 2015	213
4.2.3.12 Reintegração de posse: Justiça Federal de Ilhéus em janeiro de 2016	216
4.2.3.13 Liminar em Mandado de Segurança: Superior Tribunal de Justiça em abril de 2016.....	219
4.2.3.14 Mandado de Segurança: Superior Tribunal de Justiça em setembro de 2016	221
4.2.4. Jurisdição penal	223
4.2.4.1 Habeas Corpus: Tribunal Regional Federal em novembro de 2008 ..	223
4.2.4.2 Prisão preventiva: Justiça Federal de Ilhéus em agosto de 2009	230
4.2.4.3 Prisão preventiva: Justiça Estadual em Buerarema em abril de	

2010	237
4.2.4.4 Prisão preventiva: Justiça Federal de Ilhéus em janeiro de 2011	240
4.2.4.5 Prisão temporária: Justiça Estadual em Una em fevereiro de 2014..	243
4.2.4.6 Prisão preventiva: Justiça Federal em Ilhéus em abril de 2016	248
4.2.5 Elementos comuns no discurso	251
4.2.5.1 A defesa da propriedade individual	253
4.2.5.2 Negação à identidade étnica	254
4.2.5.3 Índios bravios	257
CONCLUSÃO	259
REFERÊNCIAS	272
Textos da imprensa sem autoria indicada	287
Decisões judiciais	289
Diplomas normativos e documentos oficiais	292
Documentários	293

INTRODUÇÃO

A presente tese tem início com a transcrição de trecho de fala que, ainda que breve, torna possível resumir o trabalho ora apresentado: “infelizmente o Judiciário tem seguido a ordem da imprensa; então, a imprensa está mandando, inclusive nas prisões”.

Nos últimos anos em que operações policiais espetaculosas contra representantes de grupos partidários ou econômicos brasileiros ocorrem com maior frequência, ao menos nas informações veiculadas pela grande mídia, a citação acima mencionada parece vir desses agentes. Afinal, no período posterior às eleições de 2014, alguns decretos de medidas judiciais restritivas de liberdade caracterizaram-se, aos olhos de quem acompanha o noticiário, por terem sido antecedidos e sucedidos de campanhas midiáticas criminalizantes das próprias pessoas a elas submetidas.

O fato, contudo, é que a frase não é de autoria desses representantes. A afirmação supra-aludida é do cacique Babau, líder indígena dos Tupinambá da aldeia da Serra do Padeiro, situada nos arredores do Distrito de Olivença do Município de Ilhéus, Bahia. A afirmação foi manifestada por ocasião de visita à comunidade que se realizou, no ano de 2014, para a elaboração desta tese.

A citação de palavras daquele que, como se verá, é a mais conhecida liderança dos indígenas da região cacaeira baiana torna menos árdua a explicação do escopo do presente trabalho. Pretende-se examinar a luta pela demarcação da terra dos Tupinambá perante o poder, considerando os dois respectivos elementos constitutivos: o elemento subjetivo do consenso e o elemento objetivo da força.

Na pesquisa, especificamente, o elemento subjetivo do poder foi representado pelo discurso dos meios de comunicação de massa, que forma o consenso social hegemônico. O elemento objetivo, por sua vez, foi representado pelo discurso das decisões judiciais, que funda o uso da força estatal.

Tal como percebido por Babau, partiu-se da hipótese de haver semelhança intensa no discurso propagado pelos meios de comunicação de massa e no discurso estatal das decisões proferidas por membros do Judiciário, de modo a evidenciar que, em sua demanda pela terra, os Tupinambá não enfrentam uma ou outra empresa de comunicação e nem um ou outro juiz. A luta desse povo é uma luta perante o poder constituído por ambos os elementos acima mencionados: o mesmo poder que, conforme pesquisado, atribui aos povos indígenas, desde o início da colonização europeia no final do século XV, a qualidade de seres inferiores, assim o fazendo por intermédio de um discurso comum, denominado, neste trabalho, de *discurso da modernidade eurocêntrica*.

A escolha do tema encontra justificativa pela atualidade e pela relevância científica.

Os recentes acontecimentos políticos brasileiros - representados por midiaticamente demandados decretos judiciais de prisões de determinadas lideranças partidárias ou econômicas - chamam a atenção pela aparente simetria nos discursos publicados pelos meios de comunicação de massa e pelo Judiciário.

Com a presente tese, procurou-se evidenciar, cientificamente, que tal situação não consiste em novidade e nem tampouco em caso isolado. Cuida-se de relação imanente ao poder dominante, sustentado por discurso, moderno e eurocêntrico, que possibilita o *consenso social à dominação* (tendo, como um componente, a propaganda da mídia) bem como o *uso da força* (tendo as decisões judiciais como um componente), alcançando, ao final, não apenas representantes de agremiações políticas e econômicas circunstancialmente tidos por adversários: alcança-se, principalmente, populações subalternas como as indígenas, cuja opressão sofrida é historicamente naturalizada.

Seria, contudo, impossível examinar o discurso midiático e judicial manifestado em relação a todos os povos indígenas. A fim de não

perder o foco, optou-se pela análise específica da demanda pela Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença.

Duas circunstâncias levaram a tal escolha.

Em primeiro lugar, porque se trata de luta francamente realizada contra os estereótipos impostos aos indígenas pelo discurso da modernidade eurocêntrica. Tal como outras etnias do Nordeste, os Tupinambá foram, ao longo dos séculos, submetidos a processo de assimilação forçada, apresentando, nos dias atuais, elementos de cultura compartilhados com outros povos (ainda que sem perder suas peculiaridades), que fazem referido discurso negar-lhes a identidade étnica.

Nesse sentido, a aparência física, as vestimentas e o próprio falar dos índios das proximidades de Olivença, produtos da aludida assimilação coercitiva, convertem-se em verdadeira afronta aos grupos que dominam o poder, cuja modernidade eurocêntrica discursada nega aos povos indígenas qualquer possibilidade de mudança social. Para os Tupinambá, entretanto, pouco importam as velhas imposições dominantes, destinadas àqueles que habitavam a América antes da invasão europeia, de vivência em sociedades estáticas e pretéritas, sob pena de não serem considerados índios; fazendo uso de sua História e de sua cultura, os Tupinambá afirmam-se como indígenas, exigindo, do aparelho estatal e do sistema econômico, o respeito e o cumprimento dos direitos decorrentes de tal condição.

A segunda circunstância que chamou a atenção está no fato do conflito pela TI Tupinambá de Olivença permitir a presença de suposta preocupação social, levada pela peculiaridade de parcela da área demarcável atingir pequenos proprietários. Percebeu-se, em alguns casos, que o discurso do poder é no sentido do conflito em questão envolver populações pobres (os próprios Tupinambá) contra outras populações pobres (donos de pequenos pedaços de terra), o que tornaria social e economicamente inconveniente a demarcação pretendida.

A pesquisa realizada procurou apontar o caráter falacioso do discurso, não só por esconder interesses de grandes proprietários também

envolvidos, mas ainda por ocultar os verdadeiros objetivos quando da defesa dos pequenos produtores rurais; estes, apesar de pobres, são titulares do instituto que apoia todo o sistema capitalista mundial: a propriedade individual. A partir do momento em que um pedaço de terra, por menor que seja, é objeto de demarcação, tornando-se propriedade da União, sai do comércio e, portanto, da especulação imobiliária.

Tal circunstância descortina a origem da resistência dos grupos dominantes às demandas indígenas em geral, a despeito da previsão à demarcação, estampada na Constituição brasileira. O modo de vida baseado no uso coletivo da terra dos indígenas contrapõe-se a todo o modo dominante de produção fundado na propriedade individual.

Com a presente tese, é possível revelar que o discurso do poder não configura, no caso, uma defesa dos pequenos proprietários. Configura, na verdade, uma defesa do capitalismo.

Ressalve-se que há dezenas de comunidades e lideranças Tupinambá que poderiam ser estudadas. Dessa forma, também para não perder o foco, o exame centrou-se, primordialmente (ainda que não exclusivamente), na comunidade da Serra do Padeiro, liderada pelo cacique Babau, cujo protagonismo na luta pela terra tem levado à sua criminalização nas duas dimensões analisadas nesta pesquisa: noticiário e medidas judiciais.

Tal comunidade, dentre as Tupinambá, é a que tem mais ocupado os detentores do poder. Percebeu-se que o discurso estereotipado, acima mencionado, evidencia-se de forma especialmente ostensivo em relação aos habitantes da Serra do Padeiro, merecendo a atenção especial aqui conferida.

Com o intuito de alcançar todas as pretensões acima mencionadas, utilizou-se da *interdisciplinaridade*. Os exames realizados levaram em conta temas analisados pelos mais diversos ramos do saber, mormente a Antropologia, a Comunicação Social, o Direito, a História, a Política e a Sociologia.

No âmbito da análise interdisciplinar, procurou-se coligir temas aparentemente desconexos, mas que, conforme prontamente percebido, poderiam ser relacionados, tais como os direitos, a propaganda dos meios de comunicação de massa, as decisões judiciais e as demandas dos povos indígenas. Para sustentar a conexão entre tais tópicos, a obra do autor português Boaventura de Sousa Santos mostrou-se fundamental.

O mestre de Coimbra tem teorizado as atuais lutas pelos direitos por parte de povos indígenas na América Latina como uma luta contra uma prática histórica opressora, imposta pelo não-índio, denominada, pelo próprio autor, de *colonialismo*. Baseado em tal premissa, foi possível partir para o discurso de meios de comunicação e do Judiciário, considerando-os instrumentos fundamentais de legitimação da referida prática.

Além de todo estudo teórico, foram realizadas duas visitas aos indígenas da região de Olivença, mais precisamente na aldeia Tucum (onde ocorreu reunião com diversas lideranças de outras comunidades) e na aldeia da Serra do Padeiro. Procurou-se ouvir os índios e os não-índios que apoiam a demanda pela demarcação, verificando-se, em todos eles, notável desconforto em relação à mídia e aos juízes.

As visitas foram realizadas nos anos de 2013 (25 e 26 de outubro) e 2014 (23 e 24 de maio). Além disso, foi possível o contato pessoal com o cacique Babau em outras duas ocasiões, ambas em 2015: no Encontro Nacional da Associação Juízes para a Democracia em Salvador (07 de março) e em debate sobre o curta-metragem O Retorno da Terra ocorrido na sede da mesma entidade de magistrados, em São Paulo (14 de agosto).

Coletados todos os elementos mencionados, a elaboração da tese teve início. No capítulo inicial, está a análise da luta pela terra dos indígenas das proximidades de Olivença a partir dos primeiros anos de colonização europeia sobre a América, alcançando os tempos atuais quando as respectivas demandas se fortaleceram pelo texto da Constituição de 1988.

No âmbito de tal exame, foram utilizadas pesquisas antropológicas e documentos oficiais sobre os Tupinambá (especialmente o

processo de demarcação das terras em debate). Outrossim, houve a preocupação de revelar a versão dos próprios indígenas sobre a mesma luta, transcrevendo-se falas por eles ditas diretamente quando das visitas nos anos de 2013 e 2014 ou em documentários disponíveis na rede mundial de computadores.

No segundo capítulo, tem-se a contextualização das demandas pela TI Tupinambá de Olivença como uma luta contra o poder exteriorizado, historicamente, pelo discurso dominante da modernidade eurocêntrica. A análise teórica, fundada nas ideias de Boaventura Santos, centrou-se na noção dos pilares modernos da regulação e emancipação bem como na submissão da apropriação e violência, alheia ao contrato social, a quem foram (e são) submetidos os povos discursivamente tidos como inferiores e não evoluídos, como os indígenas.

Sob o mesmo quadro, foi ainda examinado o papel dos Direitos Humanos para aludido discurso, paradoxalmente utilizados pelos grupos dominantes e pelos grupos dominados. Procurou-se questionar o papel inclusivo ou excludente de tais valores nas lutas dos mais diversos povos.

O trabalho alcançou, em tal ponto, a questão indígena, via abordagem dos limites e das possibilidades de uso de instrumentos hegemônicos para fins contra-hegemônicos, como os direitos reconhecidos pelas realidades estatais.

O capítulo seguinte foca a análise do primeiro elemento que possibilita a manutenção do poder pelos grupos dominantes: o consenso examinado pela Sociologia gramsciana, especialmente o obtido nas sociedades contemporâneas pelos meios de comunicação de massa. A tese fez, então, uso da Teoria dos Filtros de Herman e Chomsky para mostrar a forma pela qual a mídia obtém influência tão ampla na sociedade capitalista; fez uso também das Hipóteses do Agendamento e Enquadramento de notícias bem como da Teoria do Cultivo para sustentar a efetiva possibilidade de os meios de comunicação influírem no comportamento dos indivíduos em sociedade,

inclusive para a histórica naturalização do colonialismo sofrido pelos indígenas.

Com base nessas noções, tornou-se possível a confecção de Análise Crítica do Discurso (ACD) da cobertura midiática acerca da luta pela terra dos Tupinambá. Foram consideradas falas e escritos oriundos da mídia impressa, rádio difusora, televisiva e digital, abrangendo desde aquelas divulgadas por empresas aparentemente amadoras às publicadas pelo maior conglomerado midiático da América Latina.

No capítulo quarto, tem-se a preocupação de observar o segundo elemento do poder: a força, em especial, para o caso da tese, a força oriunda das decisões judiciais. Para isso, foram examinados, ainda que brevemente, os papéis social e político que o Judiciário tem exercido ao longo dos séculos de aplicação do princípio da Separação dos Poderes e de concomitante uso hegemônico e contra - hegemônico dos direitos.

Conhecidos tais elementos teóricos, procedeu-se a uma ACD de decisões judiciais envolvendo os conflitos dos Tupinambá. Consideraram-se decisões cíveis e criminais, proferidas por juízes, desde substitutos iniciantes na carreira da magistratura a ministros de tribunais superiores.

Com a confecção de todo esse exame, foi possível, enfim, realizar o almejado confronto dos discursos do consenso e da força em relação à demanda pela TI Tupinambá de Olivença, verificando-se a confirmação da hipótese acima mencionada.

Figura 1 - Mapa da Terra Indígena Tupinambá de Olivença

Fonte: Funai (2009).

Figura 3 - Representantes de Comunidades Tupinambá em reunião na Aldeia Tucum

Fonte: André Augusto Salvador Bezerra (2013).

Figura 4 -Cacique Babau em reunião realizada na Aldeia Serra do Padeiro

Fonte: André Augusto Salvador Bezerra (2014).

Figura 5 - Dona Maria da Glória de Jesus

Fonte: Documentário O Retorno da Terra (Alarcon, 2015).

Figura 6 - Cacique Jamapoty

Fonte: Documentário Cacica Valdelice (Projeto Espalha Semente, 2014).

Figura 7 – Chamada da matéria da Revista Época que compara Babau a Lampião

O Lampião tupinambá

Mais de 500 anos depois da chegada de Cabral, um índio aterroriza o sul da Bahia. Ele é o Cacique Babau. Invade fazendas para conseguir a demarcação de uma reserva indígena

Mariana Sanches (texto) e Marcelo Min (fotos), de Ilhéus, BA

Fonte: Revista Época, 26 nov. 2009.

Figura 8: Chamada da matéria da Revista Veja que estranha um Tupinambá conduzir ônibus

Especial

A FARRA DA ANTROPOLOGIA OPORTUNISTA

Critérios frouxos para a delimitação de reservas indígenas e quilombos ajudam a engordar as contas de organizações não governamentais e diminuem ainda mais o território destinado aos brasileiros que querem produzir

LEONARDO COUTINHO, IGOR PAULIN E JULIA DE WESEBROS

As dimensões continentais do Brasil continuam ser apontadas como um dos maiores da pros- peridade presente e fu- tura do país. As vasti- dões férteis e inexploradas garantiriam a ampliação do agropécio e do peso da nação no cenário mundial. Mas essas avaliações nunca levam em conta a par- celha do território que não é nem será ex- plorada, porque já foi demarcada para proteção ambiental ou de grupos especí- ficos da população. Além da preservação ecológica, reservas indígenas e supostos antigos quilombos abarcam, hoje, 77,6% da extensão do Brasil. Se a conta inclui também os assentamentos de reforma agrária, as cidades, os portos, as estradas e outras obras de infraestrutura, o total alcança 90,6% do território nacional. Ou seja, as próximas gerações terão de se contentar em ocupar uma porção do la- mbeiro de São Paulo e Minas Gerais. E esse raco poderá ficar ainda menor. O

bos. Com a intenção de proteger e preser- var a cultura de povos nativos e expiar os pecados da escravidão, a legislação bra- sílica inaugurou um rito santário no pro- cesso de delimitação dessas áreas.

Os motivos, pretensamente nobres, abriram espaço para que surgisse uma verdadeira indústria de demarcação. Pe- los seus atuais, uma comunidade depen- de apenas de duas coisas para ser consi- derada indígena ou quilombola: uma declaração de seus integrantes e um laú- do antropológico. A maioria desses laú- dos é elaborada sem nenhum rigor cien- tífico e com claro teor ideológico de uma esquerda que ainda insiste em es- tigmatizar o capitalismo, imobilizando ter- ras para a produção. Alguns relatórios reavaliaram povos extintos há mais de 300 anos. Outros encontraram etnias em estados da federação nos quais não há registro histórico de que elas tenham vi-vido lá. Ou acharam quilombos em re- giões que só vieram a abrigar negros depois que a escravidão havia sido abo- lida. Muitos especialistas

015
ESCOLAR

QUEBES, UMA É INDIANA (M)

Seu espanto: 480 quilômetros quadrados

Beneficiários: 240 famílias declaradas Tupinambás

Imposto: elimina

Os novos canibais

A foto acima parece estranha — e é. O biliano José Albin da Silva é negro e pro- prietário de um pequeno comércio de

na década XIX. Ele é irmão do também autodeclarado onique Bilbau, que vive em uma área que nunca foi habitada pe- los Tupinambás. Bilbau é proprietário de

ram Bilbau à prisão. Seu irmão matou- ta também esteve na cadeia, por pagar ônibus sobre agricultores. As comuni- dades não possuem infraestrutura básica

Fonte: Revista Veja, 5 maio 2010.

1 A LUTA PELA TERRA DOS TUPINAMBÁ

1.1 A terra não é propriedade

“Terra não se vende. Terra não se troca. Não se faz comércio com terra. Terra é para viver”.

Essa breve explicação é de autoria da Dona Maria da Glória de Jesus, mãe do cacique Babau, constante no início do documentário *O Retorno da Terra* (2015). Dirigido por Daniela Alarcon, a película narra um pouco da luta dos indígenas da Serra do Padeiro pela demarcação de uma área na região cacauceira da Bahia.

Da mesma forma que a assertiva dita pelo filho, citada na introdução desta tese, resume, como se verá, as estruturas do poder que se opõem aos Tupinambá, a afirmação da Dona Maria da Glória sintetiza os objetivos das lutas em análise. As pretensões dos indígenas da região de Olivença não se dirigem à aquisição da propriedade comercializável e passível de especulação; dirigem-se, na realidade, a um pedaço de terra.

Trata-se da terra onde viveram seus antepassados e onde se encontram enterrados; a terra onde vivem seus familiares; a terra que fundamenta a religiosidade; a terra, em suma, que eles sentem ter o dever de cuidar.

Tais advertências revelam-se necessárias para que se possam entender, em um primeiro momento, as demandas dos Tupinambá e, em momento posterior desta tese, o fundamento da resistência dos grupos dominantes a tais reivindicações. A luta em questão é uma luta pela terra que, se demarcada pelo Estado, sairá do comércio.

No presente capítulo, objetiva-se tornar compreensíveis tais demandas. Para isso, primeiramente, serão realizadas considerações

introdutórias acerca do sujeito histórico indígena. Vencida tal etapa, será apresentado, especificamente, o modo de vida dos índios das proximidades de Olivença e sua secular luta contra práticas colonialistas.

1.2 Observação preliminar: a coletividade única de um povo

Antes de se percorrer o caminho pretendido, em um trabalho interdisciplinar como o ora realizado, é importante proceder a uma advertência preliminar: nesta tese, as referências às etnias indígenas serão escritas no singular.

Por isso, quando se fizer menção aos indígenas da região de Olivença, a expressão utilizada será (e consoante já o foi nos itens anteriores) *os Tupinambá*, ao invés de *os Tupinambás*. De idêntica maneira serão referidas outras etnias, como, por exemplo, *os Pataxó Hahahãe*.

O trabalho adotará a Convenção para a Grafia de Nomes Tribais da Associação Brasileira de Antropologia, que vigora desde 1953, tendo por fundamento o caráter de coletividade única de um dado povo, para além do somatório de pessoas (MELATTI, 1979, p. 9-15). Nos termos do que será examinado, mencionam-se aqui etnias que adotam modo de vida sócio - comunitário, cujos membros sentem-se componentes de uma totalidade única.

1.3 O sujeito indígena

Realizada a observação preliminar, é necessário, agora, ressaltar que as demandas dos Tupinambá são demandas por um direito reconhecido pelo Estado brasileiro. Trata-se do direito à demarcação de terras em favor dos indígenas, previsto na Constituição (BRASIL, 1988, art. 231).

Por haver previsão constitucional destinada a tais povos, enquanto determinada categoria da população, são os indígenas considerados *sujeitos especiais de direitos*. Conforme observação de Paul Ricoeur (1995, p. 34), isso significa que, no plano normativo, atribuiu-se aos indígenas a condição de sujeitos especialmente dignos de respeito e consideração, enquanto membros de uma comunidade política, a fim de, nas palavras de Fábio Comparato (2006a, p. 01), alcançarem o objetivo maior dos direitos: a *dignidade humana*.

Cabe, então, identificar esse destinatário específico de mandamento constitucional. Daí, como salienta Ricoeur (1995, p. 25), ser imprescindível a realização de um questionamento de cunho antropológico: quem é o sujeito do direito?

A resposta a tal indagação pode parecer intuitiva, tendo em conta a presença de imaginário de identificação do que se considera índio, arraigada no senso comum, a partir de indicadores biológicos ou de critérios linguísticos. Do ponto de vista científico, porém, tais raciocínios revelam-se frágeis.

Anota Guillermo Bonfil Batalla (1972, p. 106) que o uso de indicadores biológicos para aferição do sujeito de direito em questão não considera a amplitude da miscigenação ocorrida entre populações diversas. Por sua vez, a utilização de critérios linguísticos ignora a situação de países onde grande parte da população fala a língua nativa sem se considerar indígena e outros países onde a situação é inversa, isto é a população que se considera indígena não conhece seu idioma de origem pré-colombiana.

A falha de raciocínios, como os acima mencionados, encontra-se em seus fundamentos eminentemente estáticos. Exigem que os indígenas do presente século XXI vivam da mesma maneira que viviam quando da invasão europeia no final do século XV; em outros termos, isso equivale a exigir que os não-índios também falem, se vistam e se alimentem, ainda hoje, como no período da chegada das caravelas ao que chamam de Novo Mundo.

Nas palavras de José Ribamar Freire (2012, p. 1), olvida-se, com esses critérios, que “ninguém vive isolado, fechado entre muros. Historicamente, os povos em contato se influenciam mutuamente no campo da arte, da técnica, da ciência, da língua”.

Os indígenas do Nordeste brasileiro ilustram essa situação, por terem sido, ao longo dos anos, compulsoriamente submetidos a fortes pressões de assimilação por parte do Estado brasileiro, apresentando, com frequência, elementos de cultura compartilhados com outras populações, mas, ainda assim, dotados de relevantes peculiaridades. João Pacheco de Oliveira (1998, p. 60) cita o exemplo cearense dos “índios Tremembé e seus vizinhos, que possuem em comum um conjunto de crenças e narrativas sobre o passado e o mundo sobrenatural, que são, no entanto, muito distintas daquelas da população rural do interior do Ceará [...]”.

Outro exemplo que pode ser mencionado diz respeito à figura das lideranças espirituais dotadas do poder de cura pelas rezas – os *rezadeiras* - presentes em cultos de origem afro-brasileiros e nos ritos dos ora analisados Tupinambá, ambos da Bahia. Apesar desse elemento comum, entre os não-índios a sucessão da liderança se dá por determinação dos próprios rezadeiras; entre os indígenas, por seu lado, “[...] o processo é totalmente personificado, não havendo qualquer viabilidade de um rezadeiro transmitir os seus poderes por qualquer meio a um sucessor” (VIEGAS; PAULA, 2009, p. 116).

É da fragilidade dos aludidos critérios estáticos que Bonfil Batalla (1972, p. 110) sustenta o *conceito histórico* dos sujeitos de direito indígenas: trata-se de uma *categoria colonial*, que advém da *relação colonial*, onde aparecem na qualidade de *colonizados*. Antes da chegada dos europeus à América no final do século XV, não existiam o que se considera índios, mas diversas sociedades (as sociedades pré-colombianas) que viviam espalhadas por todo o continente.

Em que pesem as características peculiares de cada uma dessas diversas sociedades que existia e existe em tempos atuais, há,

historicamente, em todas, elementos delineadores de modos de vida radicalmente diversos daqueles que baseiam a civilização capitalista, conforme se verá mais adiante: a inexistência da propriedade individual como base do modo de produção, o coletivismo e a consideração da natureza como sujeito de não-dominação¹ (BLANCO, 2010, p. 49, 112 e 119).

1.4 O colonialismo no âmbito do sistema capitalista

Como se vê, o sujeito indígena está relacionado ao processo de colonização. Daí a necessidade de observações preliminares acerca de outra categoria teórica também essencial à compreensão da luta pela Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença: a categoria do *colonialismo*.

Conforme Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 81), colonialismo consiste na “ignorância da reciprocidade e na incapacidade de conceber o outro a não ser como objeto²”. Trata-se de termo que se opõe à *solidariedade*, por desconsiderar a reciprocidade enquanto possibilidade da construção e do reconhecimento da intersubjetividade.

De fato, a chegada dos europeus ao chamado Novo Mundo deu início a um longo, e ainda hoje subsistente, processo de “[...] arranque de culturas seculares” (BOSI, 1992, p. 12). O encontro do habitante do Velho Mundo com o nativo da América não ensejou o fenômeno mencionado por Boaventura Santos (2010, p. 47) como “[...] entendimento recíproco das

¹ A respeito da consideração da natureza, Hugo Blanco (2010, p. 119), reconhecendo as origens de seu povo peruano, questiona e afirma: “Nós não concebemos ‘o domínio do homem sobre a natureza’. Como vamos querer dominar nossa mãe? Nós vivemos dentro dela, nós queremos a ela, nós cuidamos dela, nós a defendemos: sabemos que se ela morrer, nós também morremos” (Tradução nossa. No original: “Nosotros no concebimos ‘el dominio del hombre sobre la naturaleza’. ¿Como vamos a querer dominar a nuestra madre? Nosotros vivimos dentro de ella, la queremos, la cuidamos, la defendemos; sabemos que si Ella muere nosotros también morimos”).

² Conforme se verá ao longo do trabalho, conceber o *outro sujeito* como *objeto* leva a considerá-lo enquanto mero instrumento para o alcance de finalidades relacionadas a projetos de dominação.

experiências do mundo”, mas a imposição da cultura do invasor sobre a do habitante originário.

De tal quadro, o aludido colonialismo sobre os povos indígenas, sucedidos sob diversas formas, mais ou menos violentas. Dentre os métodos de eliminação mais violentos, têm-se os conflitos armados diretos, responsáveis pela destruição de aldeias inteiras e pelo assassinato coletivo. Dentre os mais sutis, têm-se a catequização forçada para as crenças ocidentais: “infelizmente para os povos nativos, a religião dos descobridores vinha municiada de cavalos, arcabuzes e canhões” (BOSI, 1992, p. 72).

E assim os colonizadores consolidaram seu sistema de dominação baseada no critério biológico da raça:

O novo sistema de dominação social teve como elemento fundador a ideia de raça [...]. Foi um produto mental e social específico daquele processo de destruição de um mundo histórico e estabelecimento de uma nova ordem, de um novo padrão de poder, e emergiu como um modo de naturalização das novas relações de poder impostas aos sobreviventes desse mundo em destruição; a ideia de que os dominados são o que são não como vítimas de um conflito de poder, mas sim enquanto inferiores em sua natureza material e, por isso, em sua capacidade de produção histórico-cultural (QUIJANO, 2005b, p. 17).

A independência política dos países latino-americanos no século XIX não eliminou o racismo como prática de Estado; até porque a expulsão dos soldados ibéricos da região não retirou dos velhos grupos dominantes locais o comando no projeto de modernização e de instituição da ficção do Estado homogêneo (PACHECO; PRADO; KADIWÉU, 2011, p. 471).

Basta lembrar que o herói da independência da América Andina, Simón Bolívar, fez vigorar uma Constituição de caráter liberal, extinguindo uma até então reconhecida autoridade dos caciques indígenas locais (BLANCO, 2010, p. 112). No Brasil, a situação não foi distinta, sendo os indígenas sequer considerados capazes para os atos da vida civil (PACHECO; PRADO; KADIWÉU, 2011, p. 471).

Em tais termos, o fim da colonização por europeus não levou ao término do *colonialismo* no âmbito das *relações internas* dos então novos Estados independentes. Estes perduraram socialmente fundados na

dominação sobre os indígenas, na forma de um verdadeiro *colonialismo interno*, como sustentado por Pablo González Casanova (2006, p. 410):

A definição de colonialismo interno está originalmente ligada a fenômenos de conquista, em que as populações de nativos não são exterminadas e formam parte, primeiro, do Estado colonizador e, depois, de Estado que adquire uma independência formal, ou que inicia um processo de liberação, de transição ao socialismo ou de recolonização e regresso ao capitalismo neoliberal. Os povos, minorias ou nações colonizadas pelo Estado-nação sofrem condições semelhantes às que os caracterizam no colonialismo e no colonialismo internacional: habitam em um território sem governo próprio; encontram-se em situação de desigualdade frente às elites das etnias dominantes e das classes que as integram; [...] em geral, os colonizados no interior de um Estado-nação pertencem a uma “raça” distinta da que domina no governo nacional, que é considerada “inferior” ou é convertida em um símbolo “libertador” que forma parte da demagogia estatal; a maioria dos colonizados pertencem a uma cultura distinta e falam uma língua distinta da “nacional”³.

É preciso ter em mente que havia – e ainda há - um projeto de índole eminentemente econômica em todo esse processo. Trata-se do *capitalismo*, cujo caráter *globalizado* efetivamente iniciou-se com a invasão europeia à América.

Nesse sentido, a exploração de matérias primas nas terras do considerado Novo Mundo permitiu aos europeus o controle do comércio mundial. Tal comando deu-se pelo estabelecimento de divisão internacional do trabalho, a qual atribuiu aos brancos, de origem europeia, o trabalho assalariado, como se superior fossem; aos não-brancos, como negros⁴ e

³ Tradução nossa. No original: “La definición del colonialismo interno está originalmente ligada a fenómenos de conquista, en que las poblaciones de nativos no son exterminadas y forman parte, primero, del Estado colonizador y, después, del Estado que adquiere una independencia formal, o que inicia un proceso de liberación, de transición al socialismo o de recolonización y regreso al capitalismo neoliberal. Los pueblos, minorias o naciones colonizados por el Estado-nación sufren condiciones semejantes a las que los caracterizan en el colonialismo y el colonialismo a nivel internacional: habitan en un territorio sin gobierno propio; se encuentran en situación de desigualdad frente a las elites de las etnias dominantes y de las clases que las integran; [...] en general los colonizados en el interior de un Estado-nación pertenecen a una ‘raza’ distinta a la que domina en el gobierno nacional, que es considerada ‘inferior’ o, a la suma, es convertida en un símbolo ‘libertador’ que forma parte de la demagogia estatal; la mayoría de los colonizados pertenece a una cultura distinta y habla una lengua distinta de la ‘nacional’” (GONZÁLEZ CASANOVA, 2006, p. 410).

⁴ A dominação racial deu-se e ainda se dá também sobre os negros. Para tal grupo, pode-se também utilizar o termo *colonialismo* porque, ainda que não sejam originários da América (mas da África), foram submetidos à exploração do capitalismo global que ultrapassou as fronteiras europeias a partir da difusão da ideia de inferioridade racial do não-ocidental.

indígenas, o labor não pago, inseridos à qualidade de raça inferior (QUIJANO, 2005a, p. 119-120).

Tratava-se, pois, de divisão racial e hierárquica do trabalho.

Foi assim que o capitalismo tornou os indígenas da América verdadeiros objetos: foram tidos, não enquanto iguais, mas como instrumentos de dominação a, na qualidade de seres considerados inferiores, cederem sua mão de obra não-assalariada⁵. Não há como se compreender o colonialismo sem que o fenômeno seja inserido no âmbito desse sistema de produção.

1.5 A luta dos Tupinambá: histórico

1.5.1 Quem são os Tupinambá

Conhecidas essas noções preliminares, pode-se, enfim, alcançar especificamente o exame das lutas dos Tupinambá. Trata-se, como se verá, de lutas de sujeitos históricos indígenas perante o persistente colonialismo deste século XXI.

Proceder a uma descrição dos Tupinambá é relatar o modo de vida de aproximadamente 4.700 índios que reivindicam a demarcação sobre uma área de cerca de 47 mil hectares (isto é, em torno de 10 hectares por pessoa) abarcando porções dos Municípios baianos de Buerarema, Una e Ilhéus (ALARCON, 2013a, p. 21). Terra de potencial turístico, de cacau e,

⁵ O processo de usurpação de terras foi consequência de tal concepção. Tratados como meros instrumentos para cessão de mão de obra gratuita, os indígenas nada poderiam ter – nem mesmo a terra onde viviam –, a não ser o seu trabalho.

portanto, repleta de interesses econômicos, onde, ao todo, apenas oito propriedades ocupam 37,3% de toda área demarcável⁶ (BRASIL, 2008, p. 97).

Com cerca de 185.000 habitantes, área de 1712 quilômetros quadrados e distante aproximadamente em 465 quilômetros da capital baiana, Salvador, o Município de Ilhéus comporta a maior parcela da Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença. A 60 quilômetros de Ilhéus, situa-se o Município de Una (mesmo nome do rio que corta a localidade), com cerca de 25 mil habitantes e área de 1.160 quilômetros quadrados. Por fim, tem-se Buerarema, situada em uma área de 210 quilômetros quadrados, contando com uma população de aproximadamente 20 mil habitantes, distante 58 quilômetros de Ilhéus.

A despeito de se espalharem por três Municípios, os Tupinambá carregam perante o ente indigenista oficial, a Fundação Nacional do Índio (Funai), a referência ao distrito (e estância balneária) de Olivença: trata-se, como se viu, dos *Tupinambá de Olivença*. A referência geográfica a esta localidade, situada cerca de 15 quilômetros ao sul da sede administrativa Ilhéus, decorre do fato, segundo Cinthia Creatini da Rocha (2014, p. 56), dos indígenas enxergarem o distrito como verdadeira *aldeia mãe*:

Olivença é referenciada pelos indígenas como aldeia mãe. Sem sombra de dúvidas para os atuais Tupinambá este é especialmente o local de sua “origem”, principalmente porque ali se constituiu uma historicidade indígena em que os *antigos* articulavam suas relações sociais, políticas, econômicas e religiosas. Os relatos dos anciãos sobre as vivências e transformações do espaço da vila de Olivença foram imprescindíveis para sustentar o início do movimento de organização étnica e política dos atuais Tupinambá.

A importância histórica de Olivença será vista mais à frente. O fato, porém, é que, como reconhecido pela Funai (BRASIL, 2008, p.

⁶ Os interesses ligados à produção do cacau revelam que, de modo semelhante a outras etnias indígenas que lutam pela terra neste início de século XXI, os Tupinambá enfrentam também o chamado *agronegócio*. Conforme anotam Capiberibe e Bonilla (20015, p.301-302), “O agronegócio [...] é mais do que uma simples opção produtiva, é um modelo de sociedade. Seus impactos afetam não só aqueles que estão diretamente envolvidos com ele [...], mas todos os cidadãos que consomem seus produtos [...]. Os fatos mostram que os processos do agronegócio não são sustentáveis”, pois estudos apontam para os “[...] problemas sócio - ambientais desse tipo de economia que, fundamentando-se na concentração da propriedade fundiária e da monocultura, requer grandes extensões de terra para se desenvolver. Para tanto, expõe pequenos produtores e comunidades tradicionais de suas proximidades e, com mecanização acentuada, provoca desemprego e êxodo rural”.

803-804), a presença dos indígenas vai muito além do pequeno distrito, ocupando parcela do território de Ilhéus, Una e Buerarema, a partir de um conjunto de 23 localidades diferenciadas, conhecidas por *comunidades*, assim denominadas: Vila de Olivença, Campo de São Pedro, Curupitanga, Pixixica, Cururupe, Serra Negra, Gravatá, Gravatá II, Sapucaeira I, Sapucaeira II, Santana, Santaninha, Serra do Serrote, Serra das Trempes I, Serra das Trempes II, Serra do Padeiro, Águas de Olivença, Acuípe de Baixo, Acuípe do Meio I, Acuípe do Meio II, Acuípe de Cima, Maruim e Mamão.

Conforme anotam Viegas e Paula (2009, p. 40), subscritores do estudo multidisciplinar realizado no processo de demarcação da TI Tupinambá de Olivença da Funai, *comunidade* apresenta um sentido próprio para os indígenas da região. Nas palavras dos autores, o termo corresponde “[...] a um conjunto de casas de uma determinada região, mas nem sempre está associado a qualquer tipo de autonomia específica de uma comunidade em relação a outra”.

Como já mencionado no início deste capítulo, a relação das pessoas com as casas das comunidades não sucede a partir da noção de propriedade individual. Tem-se uma relação mediada “[...] por uma identificação absoluta, por laços de responsabilidade personalizados, e por uma relação de co-agencialidade. Árvores, ou melhor, seres da natureza, têm agência do mesmo modo que as pessoas” (ROCHA, 2014, p. 93).

Das casas, advém a noção de *lugar* para os Tupinambá. Tal denominação configura, na observação de Viegas e Paula (2009, p. 68), *unidades compósitas de residência*, isto é, diversas casas, detentoras entre si de relações simultâneas de dependência e independência, habitadas pela *família extensa* formada, pelo menos, pela casa principal de quem a fundou (ou do descendente daquele que a fundou).

Em tal relação envolvendo laços familiares e lugar, pode-se compreender o sentimento de pertença que as pessoas nutrem perante seus locais de origem. Esclarece Cinthia da Rocha (2014, p. 94) que “a pertença territorial para os Tupinambá é uma pertença em relação aos antepassados que

viveram em um certo lugar”, responsáveis pela formação dos *troncos* configuradores de vínculos familiares comuns.

Na visita realizada à Serra do Padeiro em 2014, Babau fez questão de mencionar a importância desses troncos para a formação de sua própria comunidade. Segundo o cacique (informação verbal), esta é formada por um clã composto de vários troncos, como os Frugêncio, Barbosa, Sales (estes vindos da comunidade da Serra dos Trempes) e os Nô (tronco do próprio Babau); segundo ainda tal liderança, há uma intensa relação entre os membros dos troncos, inclusive de namoro e casamento, fortalecendo-os e, simultaneamente, levando-os a respeitar as terras habitadas por outros troncos formadores das demais comunidades Tupinambá.

Tal vínculo interno entre os troncos familiares é especificamente reforçado pela situação geográfica da Serra do Padeiro. Esta é a comunidade mais distante das demais (encontra-se na extremidade da TI junto ao Município de Buerarema, embora também alcance Ilhéus e Una), estando, do ponto de vista geográfico, relativamente isolada.

Se o isolamento geográfico auxilia no fortalecimento dos vínculos internos atuais, este fato, contudo, não impediu, ao longo da História, a chegada massiva de não-índios ao local. A comunidade da Serra do Padeiro é a que tem os solos mais férteis para o cacau (ALARCON, 2013a, p. 22), atraindo, por muitos anos, homens oriundos de outros Municípios do Nordeste, que lá se dirigiam em busca de uma vida melhor, gerando a frequente ocorrência de casamentos interétnicos (ROCHA, 2014, p. 72), circunstancialmente fomentados pelo menor número de índios do sexo masculino, os quais sofreram mais mortes durante todo o processo colonialista (ALARCON, 2013a, p. 141).

De tudo isso, o elevado grau de mistura étnica dos indígenas da região.

Importante notar que, apesar de tal mistura, aludidos habitantes das proximidades de Olivença efetivamente inserem-se na sociedade como indígenas. Conforme observa Cinthia da Rocha (2014, p. 145-

148), a identidade indígena dos atuais Tupinambá é justamente produto dessa transformação, alheia, assim, ao quesito do fenótipo de índios disseminado no senso comum.

Dessa forma, para os Tupinambá, ser ou não ser índio está relacionado às posturas e envolvimento de cada um perante um amplo conjunto de saberes, práticas e relações (religiosas e políticas). Trata-se, em suma, de *viver a cultura* independente da aparência (podendo, até mesmo, descobrir-se índio ao longo da vida).

A própria denominação atual Tupinambá considera tal mistura durante todo o processo de colonização:

[...] o que meus interlocutores enfatizaram é que a ideia de uma “mistura” intensa teria sido a razão principal pela qual se constituíram os atuais Tupinambá. “*Os Tupinambá foram o troco mais forte que permaneceu, ainda que tivesse a mistura com Aimoré e Tupinikim, mas o sangue misturou e ficou o mais forte*” (ROCHA, 2014, p. 145).

1.5.2 Os primeiros momentos do colonialismo e a influência dos jesuítas

É esse processo colonialista que será agora descrito, cuja adequada compreensão dos conflitos atuais exige que se volva a tempos remotos. A produção capitalista globalizada alcançou prontamente os indígenas da localidade, uma das primeiras terras brasileiras a serem exploradas pelos portugueses.

Daí que os relatos escritos sobre os nativos da região já se encontram presentes no século XVI. Anota, a respeito, Luiz Mott (2010, p. 199-201) que no Foral de doação da Capitania de Ilhéus, autorizava-se expressamente ao Capitão Mor colocar em prática a *pena última de morte* sobre pessoas de *baixa condição* e *índios*; há ainda relatos no sentido de que, para agravar o quadro, cerca de 2/3 da população indígena local foi destruída por um calamitoso surto de varíola no período do governo geral de Mem de Sá (1558-1572).

O fato mais marcante, para os indígenas atuais, quando se narra os primeiros tempos do colonialismo, consiste na chamada *batalha dos nadadores* (1558-1559), liderada pelo próprio Mem de Sá: tratou-se de verdadeiro massacre que deixou o mar de Ilhéus vermelho de sangue dos índios assassinados. A crueldade imposta é até hoje lembrada pelos Tupinambá, exercendo importante papel simbólico na mobilização contemporânea:

A descrição dos corpos dos índios mortos ao longo de sete quilômetros da costa e de nenhum Tupi ter ficado vivo são dois elementos deste relato que ganham atualmente no processo de reivindicação de direitos dos índios Tupinambá de Olivença, particularmente desde 2001, quando o Conselho Tupinambá de Olivença, com apoio de setores da igreja católica, realizou a “1ª Peregrinação em memória dos Mártires do Massacre do rio Cururpe”, invocando explicitamente este episódio na caminhada feita ao longo da faixa costeira que liga Ilhéus a Olivença (VIEGAS; PAULA, 2009, p. 137).

De semelhante importância para os indígenas foi a constituição do aldeamento de jesuítas de Nossa Senhora de Escada, no século XVII, no local que atualmente é conhecido como Olivença. Foi lá que os jesuítas fizeram construir a obra que ainda hoje marca historicamente a presença dos religiosos, a igreja, símbolo do poder doutrinário imposto aos indígenas; foi lá também que os mesmos jesuítas reuniram, como se fizessem parte de uma unidade, três povos: dois do grupo Jê, que até então viviam próximo à Serra do Padeiro, e os Tupiniquins da costa onde se localizava a sede (ROCHA, 2014, p. 55).

Anotam Viegas e Paula (2009, p. 146-150) que a instituição do aldeamento visou à vigilância e ao combate daquilo que o europeu colonizador considerava por *preguiça anti-civilizatória* dos índios. Em que pese essa circunstância, a aldeia foi palco de resistências, transformando-se, não somente em um espaço de vigilância, mas também em espaço efetivamente indígena, o que obrigou os jesuítas a ajustar seu projeto pedagógico a tal realidade.

A verdadeira ocupação sobre um aldeamento religioso certamente é um fator que levou Olivença a ser vista, nos tempos atuais, como *aldeia mãe* dos Tupinambá. Ainda que os indígenas mantenham sua própria

religiosidade, conforme se verá mais à frente, a igreja jesuíta lá construída tornou-se verdadeiro marco nativo.

Tal fato, porém, não elimina o trauma da experiência de todo um povo sob a vivência de aldeamento. Na visita realizada em 2014 à Serra do Padeiro, Babau narrou, no âmbito de sua militância, ter conhecido comunidades indígenas em Rondônia, percebendo que a situação sofrida por etnias do Norte assemelha-se ao quadro vivido por aquelas que foram aldeadas na Bahia:

Vi etnias falando língua diferente, na mesma área demarcada: quinze povos. Isso é o que a Igreja Católica fez quando criou os aldeamentos jesuítas. Só que com uma diferença: não tem lá o jesuíta para ensinar a religião católica. Tem várias igrejas evangélicas. Uma para cada tribo. Isso é monstruoso. É assassinar a cultura dos povos, é violentar todos os direitos básicos que um ser humano tem! (informação verbal).

1.5.3 Séculos XVIII e XIX: o pós-jesuítas

Volvendo outra vez no tempo, os relatos históricos perduraram no século XVIII, mais especificamente no período da administração colonial liderada pelo Marquês de Pombal (1750-1777). As práticas anti-clericais de Pombal, influenciadas pelo pensamento iluminista europeu, culminaram na expulsão dos jesuítas e na elevação administrativa da Aldeia de Nossa Senhora da Escada à *Vila de Índios* (ano de 1758), sob a denominação de *Vila Nova de Olivença*.

A administração local, não mais nas mãos dos religiosos, colocou em prática medidas que então se entendiam *civilizatórias*, como o incentivo a casamentos interétnicos, o uso da língua portuguesa e práticas de habitação excludentes de convivência na mesma casa de parentes para além da família elementar. Ademais, ficou proibida a criação de porcos na vila, a pesca com a utilização da planta tingui e o ajuntamento de pessoas para práticas culturais coletivas (como danças), o que levou muitos indígenas a se

dirigirem para a mata, inclusive a Serra do Padeiro (ALARCON, 2013a, p. 34).

Sem embargo de todo esse controle, no final do século, Olivença era a povoação indígena mais densamente habitada do Sul da Bahia: cerca de 1040 habitantes (MOTT, 2010, p. 222).

No século XIX, porém, a exploração acirrou-se. Novos elementos do colonialismo somaram-se aos já existentes, como a captura de índios para o alistamento compulsório para a Guerra do Paraguai (1864-1870), que, em conjunto com doenças fatais, levaram à drástica redução da população para cerca de 200 habitantes (PARAÍSO, 2009, p. 3).

1.5.4 Exclusão social e a Revolta de Marcellino⁷

O colonialismo ampliou-se nos primeiros anos do século XX, no mesmo ritmo da expansão do capital para o interior das terras indígenas.

Conforme narra Maria Hilda Paraíso (2009, p. 5), marco de suma importância nesse processo foi a construção de uma ponte sobre o Rio Cururupe⁸, obra que atraiu mais veranistas e ensejou a apropriação, por eles, do núcleo central do povoamento, que ainda se encontrava sob a forma dos aldeamentos jesuíticos, embora não mais administrado pelos religiosos. Os indígenas foram, então, compelidos a recuar ainda mais para o interior.

⁷ Conforme se verificará, o nome de Marcellino será escrito com dois “L”; todavia, haverá citação de autoras que, ao longo de análises que realizaram acerca dos indígenas de Olivença, mencionaram tal liderança pelo uso de escrita com um “L” (“Marcelino”). Não há, portanto, uniformidade. A presente tese fará uso de dois “L” por ter sido a escrita utilizada em título de estudo histórico formulado por Maria Hilda Paraíso (2009, p. 2), que se debruçou especificamente sobre referido líder, servindo de base, inclusive, para as análises de autoras também citadas neste item.

⁸ Trata-se de rio que deságua no mar em praia do mesmo nome, a Praia do Cururupe, uma das atrações de Ilhéus mais procuradas por turistas neste início de século XXI.

Para agravar, os conflitos entre os grupos políticos da região, naquelas décadas iniciais posteriores à queda da monarquia e à proclamação da república (1889), refletiam-se no refúgio de envolvidos para próximo dos nativos. Tal fato provocava mal-estar e insegurança entre os indígenas, exacerbadas por ações policiais de invasão de residências e destruição de roças.

Havia, como se vê, uma ampliação do modelo econômico, político e social dos não-índios sobre os índios. Gerava-se, assim, um quadro de exclusão sobre os indígenas, “[...] fosse pela desapropriação territorial, fosse pelas condições de subserviência aos grandes coronéis que se tornaram não apenas proprietários rurais como políticos influentes desta região do sul da Bahia” (ROCHA, 2014, p. 43)⁹.

Foi daí que eclodiu o movimento de resistência conhecido como *revolta do caboclo Marcellino*, capitaneada por Marcellino José Alves. Tal liderança logrou reunir “[...] os indígenas com o intuito de barrar o avanço dos não-índios sobre suas terras. Em decorrência disso, foi perseguido e preso em diversas ocasiões; seu paradeiro a partir de 1937 é desconhecido” (ALARCON, 2013a, p. 28).

A atribuição do termo *caboclo*, ao invés de índio, a Marcellino, por si só, diz muito acerca do quadro de exclusão dos indígenas da época. O processo colonialista tornou a autoidentificação étnica um verdadeiro *ato de coragem* (VIEGAS; PAULA, 2009, p. 20); além disso, o termo *caboclo* designava a “mistura” de índios com não índios, o que, conforme a Lei das Terras de 1850, permitia ao Estado decretar a extinção de aldeamentos com a consequente apropriação das terras; por fim, como se verá quando da análise do discurso moderno eurocêntrico enquanto ato de poder, o termo *caboclo* simbolizava uma defendida transição entre o indígena

⁹ Daniela Alarcon (2013a, p. 113-114) cita o exemplo do coronel Manoel Pereira de Almeida, que esteve à frente da administração do Município de Una entre 1919 e 1937, considerado pela História oficial dos não-índios como desbravador. Todavia, é lembrado até hoje pelos Tupinambá pela crueldade, tanto nas ações de cobranças de impostos ou no não pagamento por serviços para ele prestados, até nas ações mais cruéis como a dizimação de uma aldeia inteira no baixo curso do rio de Una.

considerado um ser do passado até o alcance da tida por *sociedade dinâmica do civilizado* (ROCHA, 2014, p. 41-43).

Marcellino enfrentou frontalmente o colonialismo. O líder identificado como caboclo sofreu, por isso, não apenas uma forte perseguição do Estado, mas também uma intensa campanha midiática criminalizante. Para referir-se a ele, a imprensa da época costumava fazer uso de expressões ríspidas como *famigerado criminoso*, *Lampiã Mirim* ou *o homem que se faz bugre* (PARAÍSO, 2009, p. 5).

Os meios de comunicação incorporaram o papel, chamado por Boaventura Santos (2010, p. 55), de *partido de oposição à transformação social*, coadunando-se, conforme será visto adiante, com a própria função esperada dos meios de comunicação sob o capitalismo globalizado. Daí que a campanha contra Marcellino não diferia, na essência, da cobertura midiática contra os índios em geral daquele período histórico, então identificados como *selvagens perigosos* (ALARCON, 2013a, p. 38).

Haveria muito o se que escrever de Marcellino: da sua forte argumentação em favor da luta para os indígenas recuperarem as terras perdidas aos seus possíveis diálogos com a célula de Ilhéus do Partido Comunista do Brasil (PARAÍSO, 2009, p. 5-6). Para a presente pesquisa não perder o foco, entretanto, merece destaque a importância da figura de Marcellino, para os Tupinambá do presente século XXI, por dois aspectos fundamentais.

Primeiramente, pelo fato de sua resistência estar ainda hoje impregnada na lembrança dos indígenas mais velhos, exercendo papel simbólico crucial para as atuais mobilizações (VIEGAS; PAULA, 2009, p. 190). Se, consoante já se viu, a denominação Tupinambá ora utilizada decorre da força deste tronco perante a mistura com não-índios e outros nativos, Marcellino representa justamente, para os atuais indígenas da região, tal robustez:

A figura de Marcelino só existe enquanto um “*Tupinambá legítimo*” e por ter se lançado ao exterior, por ter capturado os elementos do mundo de lá, como a leitura e a escrita, acabou por tornar-se ainda

“mais forte”. Hoje em dia, de um modo ou de outro, todos querem ser ou se vêem como parentes de Marcelino (ROCHA, 2014, p. 153-154).

E, em segundo lugar, pelo fato de Marcellino ter sido pioneiro em tentar institucionalizar as demandas dos indígenas da região. No ano de 1922, a liderança entrou em contato com o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), o que hoje equivale à Fundação Nacional do Índio (Funai), objetivando o amparo dos indígenas.

Tal contato poderia ter ensejado o início de um processo de demarcação de terras. Marcellino, contudo, não comoveu o Estado brasileiro, que, pelo contrário, ofereceu, como resposta, forte perseguição policial contra os indígenas (ALARCON, 2013a, p. 39).

1.5.5 O recrudescimento da mobilização

A efetiva institucionalização da luta pela terra nas proximidades de Olivença sucedeu somente em 2004. Após quase sete décadas do desaparecimento de Marcellino, a Funai, enfim, deu início ao que o SPI não promoveu: o processo de demarcação de Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença.

Esse largo espaço de tempo deveu-se, sobretudo, ao golpe aplicado à resistência dos indígenas pelo aniquilamento do levante do líder identificado como caboclo. Para agravar, no período, acelerou-se o processo de aquisição de terras em Olivença por parte de não-índios. Ademais, aos indígenas foram impostas medidas administrativas de salubridade, como a proibição de construções de casa de taipa em área urbana (levando à expulsão daqueles que não tinham recursos para a reforma de suas moradias e jogando-os para a produção de cacau na zona rural). Por fim, conjuntamente com a penetração de não-índios na vila de Olivença, as terras rurais dos indígenas eram vendidas, trocadas ou simplesmente tomadas: na própria Serra do Padeiro, a ocupação predominante da terra por não-índios levou os indígenas

a tentar procurar seu sustento como empregados em fazendas, como produtores em sítios diminutos ou deixando a região em busca de uma vida melhor (ALARCON, 2013a, P. 42-44).

O recrudescimento da mobilização veio a ocorrer somente no final da década de 1980. Nesse período, dois índios de Olivença foram à sede da Funai, em Brasília, reivindicar terras; na década seguinte, a própria fundação veio a alertar, por documentos internos, a existência de indígenas na região; no final dos anos 1990, alguns Tupinambá participaram de encontro realizado com indígenas do sul da Bahia, o que os colocou em contato direto com a luta dos *Pataxó Hã Hã Hãe*¹⁰ (VIEGAS; PAULA, 2009, p. 104-105).

Esse processo foi coincidente à redemocratização brasileira, a toda mobilização indígena em torno dos trabalhos da Assembleia Constituinte (1987-1988), bem como, posteriormente, os movimentos visando à efetivação das normas constitucionais:

Ao processo constituinte de 1986-1988 seguiu-se um período de efervescência organizativa no meio indígena, seja na defesa de uma indianidade genérica, seja de grupos indígenas específicos [...]. O reconhecimento formal do direito à organização e à representação própria dos indígenas, expresso na Constituição de 1988, representou o impulso definitivo para o processo de auto-organização desses povos, o surgimento e a multiplicação de organizações indígenas pelo país afora e sua articulação e, redes regionais, nacionais e inclusive transfronteiriças” (VERDUM, 2009, p. 99-100).

Incluiu-se, aí, o amplo movimento, iniciado ainda no período ditatorial e intensificado sob a democracia, que João Pacheco de Oliveira (1998, p. 64) chama de *territorialização*. Difundiram-se mobilizações de indígenas que não eram reconhecidos pelo órgão indigenista e nem estavam descritos na literatura etnológica; isto sob uma verdadeira *viagem de volta* às origens, o que é próprio da *etnicidade*, a qual, nas palavras do autor:

¹⁰ “Em sua totalidade, os índios conhecidos sob o etnônimo englobante *Pataxó Hãhãhã* abarcam, hoje, as etnias Baenã, Pataxó Hãhãhãe, Kamakã, Tupinambá, Kariri-Sapuyá e Gueren. Habitantes da região sul da Bahia, o histórico do contato desses grupos como não-indígenas se caracterizou por expropriações, deslocamentos forçados, transmissão de doenças e assassinatos. A terra que lhes foi reservada pelo Estado em 1926 foi invadida e em grande parte convertida em fazendas particulares. Apenas a partir da década de 1980 teve início um lento e tortuoso processo de retomada dessas terras, cujo desfecho parece ainda longe, permanecendo a Reserva *sub-judice*” (CARVALHO; SOUZA, 2005, p.1).

[...] supõe, necessariamente, uma trajetória (que é histórica e determinada por múltiplos fatores) e uma origem (que é uma experiência primária, individual, mas que também está traduzida em saberes e narrativas aos quais vem a se acoplar). O que seria próprio das identidades étnicas é que nelas a atualização histórica não anula o sentimento de referência à origem, mas até mesmo o reforça. É da resolução simbólica e coletiva dessa contradição que decorre a força política e emocional da etnicidade (OLIVEIRA, João, 1998, p. 64)¹¹.

Dessa não anulação do sentimento de referência à origem é que faz os Tupinambá negarem terem, algum dia, sido extintos. Na verdade, “[...] nunca concordaram em aceitar a possibilidade sugerida pelos não indígenas de que teriam ‘desaparecido’, muito pelo contrário aí estão eles para nos mostrar toda sua potência como indígenas” (ROCHA, 2014, p. 151).

Para reforçar tal sentimento e as ulteriores mobilizações, sucedeu ainda o enfraquecimento da produção de cacau decorrente de uma praga que acometeu as plantações a partir da década de 1980, conhecida como *vassoura-de-bruxa*: propriedades foram hipotecadas e, em muitos casos, o cacau foi abandonado e substituído por atividades predatórias, como a extração de madeiras. O abalo da economia da região de Ilhéus configurou uma chance efetiva de recuperação do território historicamente usurpado (ALARCON, 2013a, p. 45-46).

No âmbito do mesmo processo, tem-se a forte repressão do governo à mobilização indígena na comemoração oficial dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil. Deixou-se claro aos indígenas da região (que se fizeram presentes no ato) o modo de agir do Estado brasileiro. Seria preciso mais mobilização.

Daí que, após o evento, os então conhecidos como *caboclos de Olivença* decidiram pela escolha de sua cacique: Maria Valdelice,

¹¹ Daí o mesmo autor opor-se ao uso de expressões, como *índios emergentes*, àqueles cujas mobilizações parecem relativamente recentes: “A caracterização de ‘índios emergentes’ não deixa de ser igualmente incômoda. Por um lado, sugere associações de natureza física e mecânica quanto ao estudo da dinâmica dos corpos, o que pode trazer pressupostos e expectativas distorcidos quando aplicada ao domínio dos fenômenos humanos. Como imagem literária, ao contrário reporta-se a uma aparição imprevista, enfatizando o fator surpresa. Por sua ambiguidade, pode ser suscetível de usos variados, sem, no entanto, contribuir para o entendimento de aspectos relevantes do fenômeno que designa” (OLIVEIRA, João, 1998, p. 62-63).

a cacique Jamopoty, a liderar os indígenas na luta pelo reconhecimento, por parte do aparelho estatal, da sua condição de *índios de Olivença*, ou, mais especificamente, de Tupinambá (ROCHA, 2014, p. 145 e 186-188).

De todo o quadro acima mencionado é que se pode compreender a decisão da Funai para o início do processo de demarcação. Em 22 de janeiro de 2004, enfim, o presidente da entidade fez publicar a Portaria nº 102, a qual determinou a constituição de Grupo Técnico (GT) para “[...] realizar os trabalhos de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença [...]” (BRASIL, 2008, p. 2).

1.6 A luta atual

1.6.1 O processo de demarcação da Funai

Iniciado em 2004, o processo de demarcação da TI Tupinambá de Olivença foi regrado pelo Decreto 1175 de 8 de janeiro de 1996, oriundo da Presidência da República.

Publicada a portaria inicial do mencionado processo pelo presidente da Funai, procedeu-se a estudo técnico multidisciplinar, sob a coordenação de antropóloga¹², a fim de verificar se o território debatido é tradicionalmente ocupado pelos Tupinambá e por eles habitados de modo permanente. Tal estudo foi entregue em fevereiro de 2005, mas, cerca de um ano depois, a fundação determinou a realização de complementações no laudo (ALARCON, 2013a, p. 50), de modo que o parecer técnico foi definitivamente entregue somente em abril de 2009 (BRASIL, 2008, p. 100).

¹² Trata-se, como se viu, do estudo de Viegas e Paula (2009) citado diversas vezes ao longo da presente tese.

As conclusões dos estudos acolheram, em grande parte, as demandas dos Tupinambá, embora não tenham reconhecido os 47 mil hectares de terra por eles reivindicados (ALARCON, 2013a, p. 21).

Constou no laudo multidisciplinar do processo demarcatório que, desde a constituição do aldeamento de jesuítas no século XVII, o modelo de povoamento daquele território era marcado pela vivência dos índios com a roça e a aldeia; que sua organização de território, até hoje, é representada por *agregados socioeconômicos*, em uma área de 42 mil hectares (cinco mil hectares a menos do que o reivindicado, portanto); constou também que a ocupação de tal território dá-se a partir de um conjunto de vinte e três localidades diferenciadas, chamadas pelos indígenas de *comunidades*, já mencionadas no início do presente capítulo (VIEGAS; PAULA, 2009, p. 602-612).

Em conformidade ao determinado no citado Decreto nº 1775/2006, o processo seguiu para a fase de abertura de prazo para interessados, inclusive os portadores de títulos dominiais sobre a área, apresentarem suas contestações ao pedido demarcatório. Todas as contestações apresentadas foram apreciadas e rejeitadas, nos termos do princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa (BRASIL, 1988, art. 5º, LV).

Em fevereiro de 2012, a Advocacia Geral da União apresentou parecer favorável à demarcação, acolhendo as sugestões do relatório multidisciplinar (BRASIL, 2008, p. 1601-1603).

No mês seguinte, o processo de demarcação seguiu para o Ministério da Justiça (ALARCON, 2013a, p. 50). Restava ao titular da pasta a tomada de uma das seguintes providências no prazo de 30 dias:

- a) expedir a portaria de demarcação das terras;
- b) determinar novas diligências a serem cumpridas em 90 dias;

c) desaprovar o trabalho de identificação (BRASIL, 1996, art. 2º, § 1º, incisos I a III).

No momento do depósito desta tese, no ano de 2017, o Ministério da Justiça ainda perdurava inerte. Não expediu a portaria demarcatória e nem determinou novas diligências ou rejeitou o pedido de demarcação. Em suma, não se pronunciou.

1.6.2 A estratégia das retomadas e as lideranças Tupinambá.

A omissão do Poder Público brasileiro, como se vê, dá-se de maneira frontalmente contrária aos mandamentos jurídicos contidos em decreto, citado no item anterior, que regem os processos demarcatórios. Fica claro que os Tupinambá são inseridos à margem do Estado de Direito, tal como, nos termos do que se verá à frente, sucede com os demais povos colonizados (SANTOS, Boaventura, 2007a, p. 74-75).

Dessa inserção marginal é que saques, incêndios criminosos e assassinatos passam a fazer parte do cotidiano dos indígenas. Também fazem parte do mesmo cotidiano, segundo reconhecido pelo próprio Conselho de Defesa da Pessoa Humana do Estado brasileiro, denúncias de torturas realizadas por agentes da Polícia Federal (BRASIL, 2011, p. 8), órgão que deveria proporcionar proteção aos Tupinambá.

Essa situação reforça o que já havia sido revelado quando da repressão aos indígenas na comemoração oficial dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil: a luta pela aplicação das normas jurídicas em vigor, mais precisamente as relativas ao direito à demarcação de terras, não se dá apenas mediante a tomada dos caminhos legais. As vias extralegis também são consideradas.

É assim que se deve iniciar a compreensão da defesa dos indígenas em favor das *retomadas das terras*: “mostrar para a sociedade,

mostrar para o governo que somos capazes de retomar o que era nosso, o que foi nosso sempre”, justifica a cacique Jamopoty em película sobre o tema (CACICA..., 2014).

As *retomadas* configuram uma série de ações executadas pelos Tupinambá, a partir de maio de 2004, perdurando ao longo de todos os anos de tramitação do inacabado processo demarcatório iniciado pela Funai. Possibilita-se, assim, aos indígenas, uso dos pedaços de terra que reivindicam, ocupadas prevalentemente por fazendas de cacau (ALARCON, 2013a, p. 51-62).

As retomadas, porém, não tiveram início sob a liderança de Jamapoty. Quem deu a partida para o processo foi o cacique Babau (ROCHA, 2014, p. 74).

Babau fora escolhido líder da comunidade da Serra do Padeiro no ano de 2003, sob a justificativa de isolamento daquela área indígena, a obstar o comando de uma única liderança geral para todos os Tupinambá (VIEGAS; PAULA, 2009, p. 120-121). A capacidade de comando de Babau, exteriorizada em uma série de retomadas que se sucederam à primeira realizada em 2004, tornou-o, em breve tempo, a mais conhecida liderança dos indígenas das proximidades de Olivença.

Tal notoriedade deu-se perante os não-índios, refletindo-se, conforme se verá adiante, na criminalização do cacique. Mas a liderança de Babau também se tornou conhecida entre os próprios Tupinambá, que passaram a enxergá-lo como um *cacique forte*:

Considerado por todos os demais caciques como um líder de sucesso, *Babau* e os seus não interagem diariamente com as famílias que pertencem aos outros *cacicados*. Isto decorre especialmente em razão do relativo isolamento geográfico desta área onde vivem. Contudo, se no cotidiano as redes de trocas econômicas, religiosas e sociopolíticas não são frequentemente favorecidas, quando o assunto em pauta envolve as questões de ordem fundiária relacionadas à demarcação da terra indígena, então a presença de *Babau* é sempre esperada nas reuniões. [...] Por tal prestígio adquirido, os indígenas de outros *cacicados* costumam se referir a *Babau* como um “*cacique forte*” (ROCHA, 2014, p. 217-218).

Chamou a atenção, nas visitas realizadas à Serra do Padeiro para a realização da presente pesquisa, a capacidade estratégica do cacique Babau no planejamento das atividades econômicas realizadas pelos indígenas.

Na primeira ida à Serra do Padeiro, no ano de 2013, Babau falou da venda de jenipapo da comunidade para os não-índios. Afirmou que os Tupinambá estavam preparando-se para fabricar, nas áreas retomadas, a polpa do suco do fruto, por conter, nas suas palavras, “valor agregado” (informação verbal).

Na visita realizada no ano seguinte, Babau foi além, relacionando a importância da organização econômica ao bem-estar da sua comunidade. Nesse sentido, narrou que, cerca de seis meses depois da primeira retomada e em seguida à retomada da, bem conhecida na região, Fazenda Futurama, os Tupinambá conseguiram ampliar o plantio, paralisar o desmatamento até então contínuo e eliminar a desnutrição das crianças; após, lograram instituir uma escola (até hoje a construção da respectiva sede não foi concluída pelo Poder Público) e a reforma de cerca de 20 quilômetros de estrada; além disso, juntaram R\$ 7.500,00 para adquirir um veículo automotor, possibilitando-os levar as mercadorias que produzem para a feira local.

A visão de Babau acerca de todo o processo de reorganização social e econômica, via retomadas, pode ser resumido com as seguintes palavras, ditas por ele durante a visita que se realizou em 2014 para esta tese: “vamos fazer o que os velhos sempre diziam; só ganha uma luta quem tem água e comida, não quem tem arma” (informação verbal).

Não é, contudo, a liderança da Serra do Padeiro a única a comandar as retomadas. A própria Jamapoty também capitaneou retomada de terras a partir do ano de 2006 na área que atualmente está a Aldeia Itapoã: “o jeito da gente aumentar a terra para se plantar, para a sobrevivência do nosso povo”, conforme as palavras da líder (CACICA..., 2014).

Ao longo do tempo, outros caciques Tupinambá advieram, dividindo a condução das lutas dos indígenas com Jamapoty. Tais líderes também promoveram retomadas, como a da Aldeia Tucum (visitada para esta pesquisa em 2013), sob o comando da cacique Rose, no ano de 2006 (ROCHA, 2014, p. 79-84).

Como se vê, de forma semelhante a tantos movimentos populares deste início de século XXI, como os sem-terra que demandam reforma agrária ou os sem-teto que lutam por moradia nos centros urbanos, os Tupinambá fazem uso de uma dialética entre a legalidade e a ilegalidade em suas ações. Tudo isso, conforme Artionka Capiberibe e Oiara Bonilla (2015, p. 306), para “[...] romper a invisibilidade e a surdez que os cerca e cerceia sua voz”¹³.

Evita-se, assim, que as respectivas agendas políticas se percam à espera da vontade governamental:

Essa perda do controle da agenda política somente pode ser recuperada por meio dos movimentos populares. Não me parece que possa ser de outra forma senão por meio de uma pressão de cima para baixo, vinda dos movimentos, e com outra característica: deve ser legal e ilegal. Não pode ser somente uma luta institucional, tem de ser uma luta institucional e uma luta direta. [...] O que estou sugerindo é que temos de criar uma dialética entre legalidade e ilegalidade, que, de fato, é a prática das classes dominantes desde sempre: usam a legalidade e a ilegalidade quando lhes convém (SANTOS, Boaventura, 2007b, p. 97-98).

1.6.3 Criminalização e opressão

O preço pago por tal estratégia tem sido, dentre outras medidas, a prisão de lideranças Tupinambá: Babau, por exemplo, foi detido por diversas vezes, em flagrante pela polícia ou por ordem judicial, desde 2008. Sua última custódia, ao menos até o depósito da presente tese, deu-se

¹³ Daí as mesmas autoras denominarem tal estratégia de *des-invisibilização* (CAPIBERIBE; BONILLA, 2015, p. 316).

em abril de 2016 quando resistia ao cumprimento de mandado de reintegração de posse.

Certamente, uma das prisões mais marcantes para o cacique da Serra do Padeiro foi a ocorrida em março de 2010. Na primeira visita realizada à comunidade para a elaboração desta tese (2013), Babau contou que, na ocasião, durante a madrugada, teve seu sono interrompido por pessoas encapuzadas e armadas, que aparentemente iriam desferir disparos contra ele; dizendo ter o “corpo fechado”, a liderança conseguiu impedir a ação, mas não impediu que fosse retirado da aldeia e tivesse que aguardar em um veículo por toda a madrugada sem saber o que lhe aconteceria; assim que amanheceu, ainda segundo Babau, soube que havia tido sua prisão decretada (informação verbal).

Não foi Babau, porém, o único cacique preso. Jamopoty, por exemplo, sofreu custódia no ano de 2011. Situação semelhante ocorreu em relação a outros indígenas, que, embora não exercendo a liderança de caciques, também foram custodiados, como Glicéria Tupinambá, irmã de Babau, presa em 2010, quando se encontrava grávida.

É preciso mencionar que, em que pesem ocorrer sob aparente ilegalidade a ensejar tais prisões, as retomadas coadunam-se com argumentações jurídicas articuladas nos processos judiciais, que poderiam ser acolhidas pelo Estado (evitando, inclusive, as custódias). Aludidas argumentações dizem respeito ao direito dos Tupinamba à demarcação e ao descumprimento do dever dos proprietários de dar à terra a necessária função social, conforme se analisará mais adiante.

1.6.4 Os encantados

A coragem para enfrentar as prisões e a omissão estatal na demarcação decorre também de um componente essencial a merecer análise, ainda que breve: a crença dos Tupinambá nos *encantados*.

Encantados são seres espirituais ou extra-humanos presentes da crença de povos indígenas do Nordeste brasileiro, que atuam na dimensão do *cosmo*. Em geral, fazem-se presentes em momentos rituais, eventos, encontros de caráter político (incluindo aqueles que também participam não-índios) e “[...] em sonhos como forma de prover as orientações necessárias para a cura de enfermidades ou superação de futuras dificuldades de sujeitos individuais ou coletivos” (ROCHA, 2014, p. 32).

Em relação aos Tupinambá da Serra do Padeiro, especificamente, Daniela Alarcon (2014, p. 18) observa:

É preciso reconhecer que, nos marcos da cosmologia tupinambá, estamos diante de um território partilhado por índios e outras classes de seres. Parecia consenso, entre os Tupinambá da Serra dos Padeiros com os quais travei discussões a esse respeito, que os *encantados* e outras entidades têm domínios territoriais específicos, associando-se às pedras (como no caso dos caboclos Laje Grande e Lasca de Pedra), à mata (Sultão das Matas), aos ventos (os Ventanias), às águas (Mãe D’Água) [...]. Anualmente, entre os dias 19 e 20 de janeiro, os *encantados* de todos os domínios deixariam suas moradas para acorrer à casa do santo, no centro da aldeia, para a celebração da festa de São Sebastião [...]. Ao longo desses dois dias, tem lugar uma sequência de incorporações e os *encantados* oferecem muitos conselhos relacionados ao processo de retomada [...].

O elemento dos *encantados* no discurso e na prática de Babau é especialmente marcante. A robusta solidariedade e coesão social na comunidade da Serra do Padeiro, lograda por tal liderança, parece ter como pressuposto essencial a constante invocação, por ele, da espiritualidade como orientadora de suas ações, atribuindo suas escolhas aos conselhos dos *encantados* – a atuarem por meio do pajé (no caso, “seu” Lírio, pai de Babau) - que vivem nas matas da área (VIEGAS; PAULA, 2009, p. 120-123).

Nas visitas realizadas à comunidade da Serra do Padeiro para a elaboração da presente tese (2013 e 2014), confirmou-se a elevada influência dos conselhos dos *encantados* para a tomada de decisões por Babau. Isso, tanto em ações audaciosas, como as retomadas, quanto em condutas aparentemente mais singelas, como a mera ida ao fórum para prestar depoimento perante uma autoridade judicial.

Citam-se aqui, a título de ilustração, as considerações de Babau (2014) acerca da ordem dos *encantados* para os indígenas sacrificarem, se preciso, sua própria vida na luta pela terra:

Todo mundo está ciente de como é a luta, todo mundo sabe que a luta é dura e isso vai gerar mortos [...]. A gente vai se preparar para chorar mortos nossos [...]. Tudo foi discutido, mas a ordem dos encantados é clara: a gente tem que se juntar, se unir, garantir e evitar qualquer morte de ambos os lados. Depois da missão feita pelos encantados, deixaram claro, participar primeiramente para corrigir o que estava errado dentro da terra, para depois de fato partir para a luta da terra [...]. Quando os encantados orientaram o que é que tem que fazer, então a gente foi fazer (informação verbal).

Pode-se, então, compreender a preocupação do líder (visita de 2014), ainda que com ares de ironia (o que é uma característica sua), da manutenção da fé de seu povo contra as ameaças de outras religiões:

Há apenas uma questão cultural; os parentes de lá tem todo um discurso político, mas religiosidades estranhas: Igreja Batista, Igreja Sétimo Dia, pra mim são estranhas. Nós aqui dissemos o seguinte: nossa cultura é essa, recebemos a todos, chegou vários pastores aqui pra salvar nossas almas. E eu disse: salve a sua primeiro, porque a nossa tá salva. Rapaz, nós é que nós, vocês tão com a bíblia, pois nós invoca os encantados e deus fala com nós direto e nós manda e recebe o recado diretamente, sem ler. Eu digo: e outra coisa, se é pra trazer deus, não precisa de vocês; vocês volta, pronto, não precisa, não volte mais aqui! Você veio salvar a nossa alma e nossa alma é salva, nós já temos certeza que vai virar bicho aqui no mato e você não sabe. Então, vai embora. E aí não aceitamos. Foram embora e não voltaram. (informação verbal).

Importante anotar que toda a influência dos *encantados* na luta pela terra Tupinambá de Olivença não se dá apenas perante a comunidade da Serra do Padeiro, embora, neste local, pareça mais presente. Sustenta, a respeito, Cinthia Rocha (2014, p. 33-34), que os indígenas da região de Olivença, em geral, revelam disposição de interagir, cada vez mais, no plano espiritual, levando-se a crer que “[...] os Encantados parecem vir ‘encantando’ os Tupinambá pelo seu potencial caráter de agentes políticos”.

Corroborando tal ilação, tem-se uma das justificativas dadas por Jamapoty às retomadas de terra, a revelar a influência do aspecto espiritual:

Tudo isso que a gente faz para ter um outro tipo de vida, para que a gente consiga viver da caça, da pesca, respeitando nossa natureza, que é tudo pra gente, nossos lugares de rituais que a gente faz

debaixo das nossas árvores, que a gente faz o nosso ritual, que a gente busca a força do dia a dia (CACICA...2014).

Por tais circunstâncias é que não se adota aqui o entendimento de Viegas e Paula (2009, p. 110) no sentido de serem as retomadas uma mera estratégia de pressão para a finalização do processo demarcatório. Conforme explica Daniela Alarcon, para os Tupinambá, especialmente os liderados por Babau (objeto de trabalho de campo da autora), as retomadas significam também retornar e cuidar da terra em favor dos *encantados*:

Mais de uma vez escutei indígenas dizendo que a terra pela qual lutavam não era para si, mas sim para os *encantados* que demandariam o engajamento dos primeiros na recuperação da mesma. Tal demanda, como já se indicou, expressa-se de maneira muito explícita já que os *encantados*, conforme a cosmologia tupinambá, têm a capacidade de transmitir seus recados pela boca dos indivíduos em que “descem”. (ALARCON, 2014, p. 236-237).

Na demanda pela terra dos Tupinambá tem-se, portanto, uma luta dificilmente compreensível para os não-índios desconhecedores da cultura dos indígenas. E tal dificuldade de compreensão é agravada porque, efetivamente, os representantes dos sistemas estatal e econômico fazem questão de que não sejam compreendidas, conforme se verá a seguir.

2 O PODER PERANTE OS TUPINAMBÁ: O DISCURSO E OS DIREITOS HUMANOS

2.1 Observações iniciais: poder e discurso

A assertiva de que os representantes dos sistemas estatal e econômico fazem questão de tornar incompreensível o significado da demanda pela TI Tupinambá de Olivença deixa claro uma circunstância fundamental para a presente tese. É que a luta de tais indígenas configura uma luta perante o o *poder*, representado, desde a invasão europeia ao considerado Novo Mundo a partir do final século XV, pelo *capitalismo globalizado*.

Trata-se, pois, de contenda que sucede em relação a uma estrutura global, baseada, como já visto, na ideia de raça e na divisão hierárquica do trabalho (QUIJANO, 2005a, p. 118), que se legitima por intermédio de dois instrumentos: a *força* (produto, no Estado de Direito, da aplicação das normas jurídicas) e o *consenso social*. Como anota Fábio Konder Comparato (2013, p. 86), “o poder legítimo é fundado, objetivamente, em uma norma superior de conduta e, subjetivamente, no livre consentimento dos sujeitos”.

Daí os decretos de prisão contra lideranças Tupinambá (a força do Estado). Daí também não haver comoção social contra o abandono imposto aos indígenas (consenso).

É preciso salientar que, para serem aceitas, ganhando legitimidade, as ações do *poder* têm de encontrar justificativas oficiais. Decretos de custódia contra os Tupinambá, por exemplo, são justificados mediante a invocação de normas jurídicas que permitem, em tese, a restrição de liberdade; a manutenção de tais indígenas à qualidade de colonizados é naturalizada pelo sistema de transmissão de conhecimento que normaliza socialmente a opressão contra aqueles que lutam pela demarcação de terra.

Existe, assim, a se contrapor aos Tupinambá, um *discurso do poder*. Nas observações de Van Dijk (1993, p. 523), são falas e textos dos grupos ou instituições dominantes por meio dos quais se reproduz ou se legitima o poder – ou o abuso do poder.

Conforme anotam Christopher Eisenhardt e Barbara Jonhstone (2013, p. 115), em seu sentido retórico, *discurso* consiste na ação que “[...] pretende efetuar uma mudança, tendo a capacidade de mudar a situação para a qual foi designado”. No caso ora examinado, têm-se discursos dos grupos dominantes, cujas mudanças pretendidas consistem em deslegitimar as demandas dos Tupinambá pela TI debatida, em que pesem serem estas baseadas no direito à demarcação, previsto no ordenamento jurídico.

O presente capítulo procurará delinear os elementos do discurso do poder que incide sobre os Tupinambá. Ao final do capítulo, será abordado o papel dos Direitos Humanos perante o mesmo discurso, eis que o colonialismo sobre indígenas, oriundo da força estatal e da anuência social, dá-se a despeito dos direitos em vigor que determinam a demarcação de terra.

2.2 Hegemonia e discurso

Para o alcance dos fins propostos, faz-se imprescindível mencionar, antes de qualquer outra consideração, a noção de *hegemonia* formulada por Antonio Gramsci (1891-1937).

De acordo com o autor (GRAMSCI, 1982, p. 11), hegemonia consiste no “consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social”. Em tais termos, como ressalta Boaventura Santos (2002, p. 34), “[...] as classes dominadas acreditam estar a ser governadas em nome do interesse geral, e com isso consentem na governação”.

Vale dizer que o capitalismo globalizado proporcionou à burguesia a direção não apenas do sistema econômico e do sistema político-estatal. Proporcionou, ainda, a ascendência ideológica sobre os grupos dominados, que passaram a adotar, como seus, os valores morais e políticos exteriorizados pelo *discurso* dos grupos dominantes, em benefício destes últimos: trata-se do *discurso hegemônico*.

É pela divulgação de tal discurso que as opiniões dos grupos dominantes se tornam as opiniões das populações subalternas, naturalizando-se todas as formas de colonialismo. Com isso, os grupos que dominam o poder logram a manutenção de seus projetos de dominação, embora estes objetivem beneficiar uma minoria.

Quando não conquistada a adesão voluntária advém o uso do outro elemento do poder: a força do Estado. Nas palavras de Gramsci (1982, p. 11), neste caso, emerge “[...] o aparato da coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente [...]”.

Importante notar: tal aparato é igualmente justificado por um discurso, que, ao final, leva ao assentimento social ao ato de força estatal. A coerção, desta maneira, encontra-se com o consenso.

2.3 O discurso da modernidade eurocêntrica

Conhecidas essas noções, a tese apontará agora os elementos históricos formadores, as características e os efeitos do discurso hegemônico responsável por inserir os povos indígenas, como os Tupinambá, à posição social de colonizados, a despeito da ordem constitucional brasileira assim não determinar. Como visto na introdução, trata-se de discurso a ser chamado, na presente tese, de *discurso da modernidade eurocêntrica*.

Intitula-se o discurso pela expressão *modernidade*, por ter sua origem em processo histórico que teve início no final da Idade Média na

Europa ocidental, fundado na crença iluminista da capacidade do ser humano em dominar a natureza, mediante o conhecimento científico, em busca do progresso. É o processo justamente conhecido como *modernidade* (BORTULCI, 2009, p. 68).

Denomina-se também o discurso de *eurocêntrico* por estar assentado em determinada racionalidade ou perspectiva de conhecimento eurocentrada. Esta insere o conhecimento *européu* como superior, de forma a dominar os demais:

Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica, percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial do poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (QUIJANO, 2005a, p. 126).

Por isso, a assertiva de que “o eurocentrismo é um imaginário dominante do sistema do mundo moderno” a permitir falar-se de um *discurso sociológico eurocêntrico* como parte da modernidade gerada no interior do que se considera Ocidente; geograficamente, isso diz respeito à Europa quando se refere a fenômenos até o século XIX (o que justifica o termo *eurocêntrico*) e, a partir de então, também à América anglo-saxã “[...] a ser entendida como parte desse conglomerado civilizacional” (BORTOLUCI, 2009, p. 58 e 63).

Inclui-se aludida expressão em seguida ao termo *modernidade* porque, como anota Quijano (2005a, p. 122), ser *moderno* - no sentido de avançado, racional-científico e secular – não é um projeto exclusivo do branco colonizador. Diversas outras culturas, inclusive anteriores ao domínio do capitalismo globalizado, também revelaram os sinais dessa mesma modernidade, como sucedido, por exemplo, entre povos da China, Índia, Egito, Grécia e Maia-Asteca.

Em tempos atuais, os próprios Tupinambá não negam a modernidade. Nesse sentido, quando da visita realizada em 2014, Babau

contou orgulhosamente que os indígenas da Serra do Padeiro dispõem agora de aparelhos televisores, antena parabólica, ventilador e chuveiro quente; tudo isso, segundo suas palavras, “sem perder a cultura” (informação verbal).

Querer ser, de alguma forma, moderno, não significa, portanto, adotar necessariamente uma perspectiva de vida eurocêntrica.

Por outro lado, como adverte José Henrique Bortoluci (2009, p. 57), “[...] sem lançar mão de uma entelúquia teórica de validade universal, pode-se pensar nas formas como uma consciência europeia de modernidade”. Daí a qualificação do discurso moderno também como eurocêntrico; daí, ainda, falar-se da possibilidade de tal discurso ser delineado em linhas gerais, sem que sejam desconsideradas margens de diferença em seu interior.

2.3.1 Origens a partir das teorias do contrato social

Por se tratar de um ato do poder, o discurso da modernidade eurocêntrica busca justificar a existência e a legitimidade do próprio poder. Para esse escopo, sustenta uma determinada origem de tal estrutura.

Na buscada gênese, o discurso da modernidade eurocêntrica encontra-se em consonância à sua base iluminista de defesa da capacidade racional humana. É assim que o poder passa a ser justificado a partir da realização de um ato humano: o *contrato social*.

Conforme Boaventura Santos (1998, p. 3), “contrato social é metáfora fundadora da racionalidade social e política da modernidade ocidental”. É tal pacto uma *metáfora* por se cuidar de figura de linguagem, utilizada para apartar, ao menos, dois estágios de vida da humanidade: o *estado de natureza* (onde os indivíduos possuíam direitos naturais – daí os teóricos do contrato social serem chamados de *jusnaturalistas*) e o *estado*

civil (o Estado dotado do monopólio do uso da força, produto do contrato estabelecido entre os membros da sociedade).

Em razão da influência que obtiveram na propagação histórica do discurso da modernidade de origem eurocêntrica, três teóricos destacaram-se na formulação da ideia de contrato social: Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778).

Thomas Hobbes defendia um Estado forte e centralizado, de índole absolutista, como resposta ao estado de natureza que entendia ter, como característica fundamental, conflitos internos permanentes (HOBBS, 1979, p. 61); John Locke, por sua vez, sustentava a necessidade da instituição de um poder civil de índole limitada, instituído com o objetivo de garantir a vigência dos direitos naturais de igualdade, liberdade e propriedade privada, ameaçados pela realização de justiça com as próprias mãos, no que afirmava ser o pacífico estado de natureza (LOCKE, 1991, p. 250); por fim, Jean-Jacques Rousseau defendia a presença de um Estado limitado, a ser regido em consonância à soberania popular, externada pelo que denominava *vontade geral*: caberia, em tais termos, à realidade estatal garantir a felicidade e a igualdade que dizia existir no estado de natureza, ameaçado pela instituição da propriedade privada (ROUSSEAU, 2012, p. 13-14).

Em que pesem as diferenças de concepção do estado de natureza e do poder civil, tem-se, entre tais teóricos, o protagonismo do indivíduo no estabelecimento do poder. A ideia da vontade divina, prevalente na Idade Média, é substituída pela vontade do homem, sob um raciocínio iluminista, que Bruno Latour (1994, p. 16) denomina *zona ontológica do humano*.

2.3.2 As promessas da modernidade eurocêntrica

O protagonismo humano, que baseia a concepção da origem do poder a partir das teorias do contrato social, trouxe ainda o

estabelecimento de promessas específicas para a modernidade de origem eurocêntrica. Trata-se de promessas que se assentam no que Boaventura Santos considera como *equilíbrio de dois pilares*, denominados de *pilar da regulação* e de *pilar da emancipação*:

A regulação moderna é o conjunto de normas, instituições e práticas que garantem a estabilidade das expectativas. Ela o faz através do estabelecimento de uma relação politicamente tolerável entre experiências presentes, por um lado e as expectativas sobre o futuro, por outro. A emancipação moderna é o conjunto de aspirações e oposições práticas, destinadas a aumentar a discrepância entre as experiências e expectativas, questionando o status quo, ou seja, as instituições que constituem a conexão política entre experiências e expectativas. Ela o faz confrontando e deslegitimando as normas, instituições e práticas que garantem a estabilidade das expectativas – ou seja, confrontando a regulação moderna¹⁴ (SANTOS, Boaventura, 2009, p. 30-31).

O Estado forte e centralizado hobbesiano, capaz de proporcionar aos homens “[...] uma segurança suficiente [...]” (HOBBS, 1979, p. 61), é um claro exemplo da formulação teórica do pilar da *regulação*. Tal pilar, porém, não está necessariamente relacionado ao Estado absoluto. Autores como Adam Smith (1723-1790) também teorizaram acerca da segurança dos indivíduos, mas, diferentemente de Hobbes, por intermédio da estabilização das relações econômicas regradas na mão invisível do mercado, o que vai no mesmo sentido da obra de Locke; de maneira semelhante, Rousseau (1712-1778), mas com a peculiaridade de buscar a segurança por intermédio de relações entre os indivíduos segundo critérios de pertencimento à comunidade (SANTOS, Boaventura, 2009, p. 31).

O que há de comum nesses autores é, como ressalta Boaventura Santos (2007b, p. 52-53), a busca do estabelecimento da *ordem* em substituição do *caos*. É, porém, em Hobbes que a promessa de obtenção

¹⁴ Tradução nossa. No texto original: “La regulación moderna es el conjunto de normas, instituciones y prácticas que garantiza la estabilidad de las expectativas. Lo hace al establecer una relación politicamente tolerable entre las experiencias presentes, por una parte, y las expectativas sobre el futuro, por la otra. La emancipación moderna es el conjunto de aspiraciones y prácticas oposicionales, dirigidas a aumentar la discrepancia entre experiencias y expectativas, poniendo en duda el statu quo, esto es, las instituciones que constituyen el nexo político existente entre experiencias y expectativas. Lo hace al confrontar y deslegitimar las normas, instituciones y prácticas que garantizan la estabilidad de las expectativas – esto es, confrontando la regulación moderna” (SANTOS, Boaventura, 2009, p. 30-31).

da ordem é formulada de maneira mais intensa, devendo para ele prevalecer, inclusive, em detrimento das liberdades individuais.

O exercício do poder civil pela participação cidadã permanente apta a externar a vontade geral, estabelecida na filosofia rousseauiana (ROUSSEAU, 2002, p. 43), configura exemplo da formulação da ideia de *emancipação*¹⁵. Sob a defesa das relações igualitárias entre os cidadãos, encontra-se a busca da *solidariedade* e as promessas de *domínio da natureza, paz e justiça* (SANTOS, Boaventura, 2002, p. 56 e 78).

Tais promessas, como sintetiza Marilena Chauí (2014, posição 233¹⁶), encontram-se inseridos em três lógicas de autonomia racional: “a racionalidade expressiva das artes, a racionalidade cognitiva e instrumental da ciência e técnica e a racionalidade prática da ética e do direito”.

2.4 Características do discurso perante o capitalismo

Estando envolvidas no âmbito de um discurso do poder, a origem e os pilares que assentam a concepção da modernidade eurocêntrica não consistem em concepções neutras. Como salienta Aníbal Quijano (2005a, p. 118), tais ideias formaram uma perspectiva de conhecimento a objetivar a legitimação de antigas práticas e a naturalizar explorações no âmbito do *capitalismo globalizado*.

A partir dessa premissa, o presente estudo procurará delinear alguns dos elementos presentes nas falas e escritas modernas

¹⁵ Da obra de Rousseau, portanto, é possível extrair-se os dois pilares da modernidade eurocêntrica. Como afirma Boaventura Santos (2002, p. 129-130), “daí que, ao meu ver, Rousseau exprima, melhor do que ninguém, a tensão dialética entre regulação e emancipação que está na origem da modernidade. Essa tensão está patente na primeira frase do *Contrato Social*, quando Rousseau afirma que a sua intenção é ‘descobrir se, na ordem civil, pode haver alguma regra de administração legítima e segura, considerando os homens tal como são e as leis tal como podem ser [...]’.”

¹⁶ Algumas das citações constantes nesta tese foram extraídas de livros eletrônicos, cujo formato nem sempre contém páginas numeradas. Em tais casos, fez-se referência ao número da posição do trecho citado.

eurocênticas que, ao final, justificam os mecanismos de exploração capitalista sobre povos indígenas, como os Tupinambá. Tais elementos podem ser compreendidos a partir de duas características básicas do discurso hegemônico, a serem explicadas: a *defesa incondicionada da propriedade individual* e o *dualismo evolucionista*.

2.4.1 Defesa incondicionada da propriedade individual

O discurso hegemônico em questão encontra-se baseado, primeiramente, na *defesa incondicionada da propriedade individual*. A concepção teórica de contrato social formulada por John Locke mostrou-se, em tal ponto, de suma importância.

Como visto, Locke sustentava que o Estado Moderno superara o estado de natureza justamente para garantir as liberdades naturais do ser humano, como a propriedade privada individual. Eis um discurso que, conforme lembra Comparato (2013, p. 93), configurava “[...] tudo o que a classe burguesa queria para justificar, jurídica e moralmente mas sem o reconhecer em público, o exercício do poder econômico dos mercados”.

É certo que, nos termos do anotado por Boaventura Santos (2002, p. 135), o conceito de propriedade individual, para Locke, abrange “[...] não só bens materiais, mas também a vida, o corpo e a liberdade individual. No entanto, o conceito parece restringir-se à propriedade material quando discutido num contexto de economia monetária”.

A propriedade tornou-se, assim, a base do sistema capitalista, recebendo a qualidade de direito *inviolável* e *sagrado*, conforme Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa: “sendo a propriedade um direito inviolável e sagrado, ninguém pode ser dela privado [...]” (FRANÇA, 1789, art. 17).

Ressalte-se que não foi apenas a obra de Locke que baseou a defesa do domínio individual como dogma. As obras dos demais jusnaturalistas também tiveram notável importância.

É que a simples defesa da instituição do poder pela ação humana do contrato, levando à inserção do indivíduo como soberano, fomentou o individualismo. Nada mais individualista do que um instituto, como a propriedade individual, que, em sua essência, é excludente da coletividade; como afirmado pelo jurista civilista Caio Mário da Silva Pereira (1970, p. 79), “a propriedade, como expressão da senhoria sobre a coisa, é excludente de outra senhoria sobre a mesma coisa, é exclusiva”.

Dessa importância para o sistema, o discurso que o sustenta transformou a propriedade individual em valor a ser defendido incondicionalmente. Anota Tarso de Melo (2013, p. 66-67), que a propriedade tornou-se um estilo de vida e uma visão de mundo, fundada em razão de índole privatista.

Daí o modo de vida sócio - comunitário dos povos indígenas ser tido como obstáculo ao poder hegemônico. Tal circunstância agravou-se ainda mais porque o colonialismo imposto pelo europeu não logrou incutir a mesma razão privatista sobre aqueles que habitavam a América antes da invasão europeia:

Num povo de tradições comunistas, dissolver a “comunidade” não era suficiente para criar a pequena propriedade. Uma sociedade não se transforma artificialmente [...]. Destruir as comunidades não significava converter os indígenas em pequenos proprietários ou sequer em assalariados livres [...] (MARIÁTEGUI, 1975, p. 51).

2.4.2 Dualismo evolucionista

A segunda característica a se destacar no discurso moderno eurocêntrico consiste no que, na presente tese, será chamado de *dualismo evolucionista*.

A defesa teórica de um estado de natureza sucedido por um estado civil deu base à distinção entre sociedades pretéritas perante sociedades presentes. Por sua vez, tal distinção gerou novas divisões entre, por exemplo, sociedades superadas perante sociedades que superaram; sociedades incompletas perante sociedades completas; ou, ainda, sociedades inferiores perante sociedades superiores, produtos da evolução.

Entende-se, então, a expressão *dualismo* (duas espécies de sociedades) *evolucionista* (uma mais evoluída do que outra):

Desse ponto de vista, as relações intersubjetivas e culturais entre a Europa, ou melhor dizendo, a Europa Ocidental, e o restante do mundo, foram codificadas num jogo inteiro de novas categorias: Ocidente-Oriente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno. Em suma, Europa e não-Europa (QUIJANO, 2005a, p. 122).

Em tais termos, a sociedade europeia que alcançou a América foi inserida como a sociedade do presente, completa e evoluída. As demais sociedades, colonizadas pela primeira, passaram a ser vistas como sociedades primitivas, superadas e incompletas (BORTOLUCI, 2009, p. 58).

O caráter dualista do discurso não exclui, por seu lado, a possibilidade de subsistirem sociedades ou povos tidos por intermediários. Recorda-se o uso da expressão *caboclo* objetivando a inserção de um povo - como os Tupinambá, conforme analisado alhures - em estágio intermediário de evolução entre indígena e civilizado. Entretanto, como anota Cinthia Rocha (2014, p. 43), “o ‘caboclo aparece como simples ‘passagem’ de uma situação a outra e, portanto, como uma categoria sociologicamente fraca”.

Estando em uma sociedade tida por superior e completa, o europeu enxerga-se superior e completo. Nas palavras de Quijano (2005a, p. 121), “os europeus foram levados a sentir-se não só superiores a todos os demais povos do mundo, mas além disso, *naturalmente* superiores”.

2.5 Os efeitos do discurso hegemônico

A consolidação de uma sociedade discursivamente regida por mentalidade proprietária, tida por naturalmente superior às demais, gerou dois importantes efeitos a incidirem, tragicamente, sobre povos indígenas: primeiramente, tem-se a dogmatização do saber europeu a colonizar as demais populações inseridas no capitalismo globalizado; em segundo lugar, têm-se as práticas universalistas, fundadas em verdadeiro messianismo político.

2.5.1 Colonialismo do saber europeu

No âmbito da mencionada consideração da superioridade natural da sociedade privatista, encontra-se a crença da superioridade do saber europeu, representada pela ciência pós-Iluminismo.

Nesse aspecto, o declínio da influência religiosa nas teorias do contrato social não significou a renúncia da sociedade à existência de uma autoridade moral suprema. A ciência moderna passou a ocupar tal lugar: uma instância capaz de resolver todas as questões morais e políticas da humanidade (SANTOS, Boaventura, 2002, p. 51).

Sendo assim, ao mesmo tempo em que a ciência possibilitou o sonho de uma sociedade livre “[...] pela ausência de toda e qualquer divindade” (LATOUR, 1994, p. 45), tal saber, paradoxalmente, foi elevado à condição de autoridade moral acima de tudo e todos, como se fosse divino. Conforme sintetiza Alain Supiot (2007, p. 42), “a Ciência ocupa agora o lugar estrutural de instância do Verdadeiro outrora ocupado pela Igreja”.

Ao ser equiparável à divindade, o saber científico branco não poderia errar. Como anota Boaventura Santos (2002, p. 63-64), essa crença configurou, então, a crença em um saber exato, matemático, causal e

pouco confiante nas experiências humanas imediatas; conhecer tornou-se sinônimo de quantificar à luz das leis de regularidades observadas, sob um mundo estável cujo passado, inexoravelmente, seria repetido no futuro¹⁷.

As sociedades não-europeias foram consideradas sociedades que inevitavelmente teriam de desaparecer. Afirma Alain Supiot (2007, p. 38) que o saber ocidental reduziu todos os povos colonizados ao “[...] estado de objetos de um saber antropológico e colocou numa pré-história da razão”.

Por estarem inseridas na pré-história, a consideração dos povos colonizados como componentes do estado de natureza a coexistir com o estado civil moderno ocidental¹⁸. Nas periferias, não haveria que se falar nas promessas de regulação e emancipação; para tais localidades, prevaleceria a *apropriação e a violência*:

A apropriação e a violência assumem formas diferentes nas linhas abissais jurídica e epistemológica, mas em geral a apropriação envolve incorporação, cooptação e assimilação, enquanto a violência implica destruição física, material, cultural e humana. Na prática é profunda a ligação entre a apropriação e a violência. No domínio do conhecimento, a apropriação vai desde o uso de habitantes locais como guias e de metis e cerimônias locais como instrumentos de conversão até a pilhagem de conhecimentos indígenas sobre a biodiversidade, ao passo que a violência é exercida mediante a proibição do uso das línguas próprias em espaços públicos, a adoção forçada de nomes cristãos, a conversão e a destruição de símbolos e lugares de culto e a prática de todo tipo de discriminação cultural e racial (SANTOS, Boaventura, 2007a, p. 75).

¹⁷ A filosofia positiva de Auguste Comte (1798-1857) é, nesse sentido, exemplar, por sustentar a produção do conhecimento pelos pressupostos causais das ciências naturais, no que se incluía o estudo da sociedade e do ser humano nela inserido sob uma concepção biológica de organismo (COMTE, 1973, p. 16). Tal concepção caminha no mesmo sentido da consideração das sociedades indígenas a partir de critérios biológicos, negando-lhes a possibilidade de miscigenação; em havendo tal mistura, deixariam de ser considerados índios.

¹⁸ “As teorias do contrato social dos séculos XVII e XVIII são tão importantes por aquilo que dizem como por aquilo que silenciam. O que dizem é que os indivíduos modernos, ou seja, os homens metropolitanos, entram no contrato social abandonando o estado de natureza para formar a sociedade civil. O que silenciam é que com isso se cria uma vasta região do mundo em estado de natureza – um estado de natureza a que são condenados milhões de seres humanos [...]. A modernidade ocidental [...] significa a coexistência de sociedade civil e estado de natureza separados por uma linha abissal [...]” (SANTOS, Boaventura, 2007a, p. 74).

Daí é possível compreender a anteriormente mencionada inação do Estado perante o processo de demarcação da TI Tupinambá de Olivença, em que pese haver prazo juridicamente imposto para a respectiva conclusão. Da mesma forma, compreende-se a submissão dos mesmos indígenas a torturas e a tocaias, como se vivessem desprovidos das garantias do estado civil instituído pelo contrato social.

Ressalve-se que, do ponto de vista histórico, tais práticas colonialistas não decorreram exclusivamente da imposição da lógica moderna eurocêntrica. Lembra Natalia Molinero (2006, p. 154) que a colonização dos povos indígenas deu-se inicialmente sob fundamento de ideias medievais oriundas das Cruzadas, no sentido de que os não-cristãos deveriam ser inexoravelmente conquistados.

Com o passar dos anos, contudo, o desenvolvimento do comércio tornou a exploração da América verdadeiro agente modernizador da rede comercial europeia (BOSI, 1992, p. 20), baseada na razão privatista e evolucionista do capital. Tudo isso, como anotado por Boaventura Santos (2002, p. 64-65), sob um raciocínio que acompanhava os interesses da burguesia, enxergando “[...] na sociedade, em que começava a dominar, o estágio final da evolução da humanidade”.

2.5.2 O messianismo colonialista

A visão de um progresso inevitável, que culmina na sociedade regida pela mentalidade proprietária, teve, como outro notável efeito, a defesa universalista da modernidade eurocêntrica. Trata-se, nas palavras Tzvetan Todorov (2012, p. 41), de *messianismo político* a justificar a difusão mundial do sistema capitalista dominante.

A Revolução Francesa de 1789 é exemplo paradigmático. Influenciado pelas ideias jusnaturalistas de Rousseau, o caráter universalista de tal movimento levou que seus líderes passassem a se julgar apóstolos de

um novo mundo, aproximando o evento, paradoxalmente (por fundado em ideias iluministas), a movimentos religiosos (COMPARATO, 2006a, p. 130).

O problema, como anota Todorov (2012, p. 42), é que tal projeto radicalizou-se sob a ideia de que “[...] nenhum obstáculo deve ser apresentado à progressão infinita da humanidade [...]”. O regime revolucionário francês do Terror (1792-1794), caracterizado pela suspensão das garantias civis e pela matança de opositores, adveio como produto de tal defesa.

Para além da França, o mesmo messianismo da modernidade eurocêntrica justificou, ao final, missões chamadas de *civilizadoras* sobre povos a quem, segundo Edward Said (1990, p. 46), eram atribuídos a qualidade de *raça submetida*. Tais povos tinham, sob tal raciocínio, verdadeira necessidade de dominação.

E, assim, o universalismo do discurso moderno eurocêntrico terminou por justificar processos como o etnocídio dos povos indígenas da América ou o imperialismo sobre os africanos e asiáticos. Tudo isso em conformidade à necessidade de expansão do mercado, inerente ao próprio capital, “[...], eliminando tudo o que encontrasse no caminho” (MESZÁROS, 2007, p. 27).

2.5.2.1 Messianismo contemporâneo

As falas e escritas universalistas da modernidade eurocêntrica perduram nos dias atuais. Há, agora, a peculiaridade da queda do Muro de Berlim em 1989 e da derrocada da União Soviética¹⁹ cujo regime

¹⁹ Ressalva, contudo, Latour (1994, p. 14): “Mas este triunfo dura pouco. Em Paris, Londres e Amsterdã, neste mesmo glorioso ano de 1989, são realizadas as primeiras conferências sobre o estado global do planeta, o que simboliza, para alguns observadores, o fim do capitalismo e de suas vãs esperanças de conquistar ilimitada e de dominação total sobre a natureza”.

implementado apresentou-se, no decorrer do século XX, como alternativa ao capitalismo global.

É nesse quadro que Todorov (2012, p. 55) identifica uma nova fase do messianismo político da modernidade eurocêntrica. Trata-se de impor a democracia liberal pela força, como se o fim do socialismo soviético tivesse representado o êxito definitivo do sistema fundado na propriedade privada dos países ocidentais, um verdadeiro *fim da História* (FUKUYAMA, 1992, p. XI).

Tal entendimento, eminentemente evolucionista e determinista, arrebatou qualquer alternativa histórica que não a do capitalismo desse início de século, transformando o tempo em um *eterno presente* (MESZÁROS, 2007, p. 23). Isso significa, como ressalta Boaventura Santos (2007b, p. 54), radicalizar o presente como forma de resolver todos os problemas: “há fome no mundo, há desnutrição, há desastre ecológico; a razão de tudo isso é que o mercado não conseguiu se expandir totalmente. Quando o fizer, o problema estará resolvido”.

Em outras palavras, se nos dias atuais prevalece o capitalismo desregulamentado *ultraliberal*²⁰ (FONSECA, 2005, p. 76), para a solução dos problemas existentes defende-se, para o dia de amanhã, o mesmo ultraliberalismo. Não se vislumbra uma saída do presente em direção a uma mudança de época.

Por ser o futuro o presente dos países ocidentais, faz-se necessário, segundo essa concepção, perdurar inexoravelmente a expandi-lo para as localidades não alcançadas por ele. Foi, assim que, entre o final do século passado e o início deste século XXI, as potências militares do capitalismo intervieram no conflito da Iugoslávia, atacaram o Iraque, ocuparam o Afeganistão e derrubaram o chefe de Estado da Líbia

²⁰ Segundo Francisco Fonseca (2005, p. 77), o pós-Guerra Fria das últimas décadas do século XX testemunhou a ascensão da *hegemonia ultraliberal*, cuja Agenda é caracterizada por: reestruturação produtiva, paulatinamente tornada flexível; transformação da ordem internacional pelo descarte da opção socialista e maior interdependência das economias nacionais.

(TODOROV, 2012, p. 56-71). Tudo, sem prejuízo de velhas práticas colonialistas, como a exploração de povos indígenas.

Daí Boaventura Santos (2002, p. 24) afirmar que o discurso da modernidade de origem eurocêntrica não cumpriu suas promessas. A prevenção e a segurança perduram como preocupação central do Ocidente dos tempos atuais (TODOROV, 2012, p. 63), o que leva à prevalência do pilar da regulação sobre o da emancipação (SANTOS, Boaventura, 2002, p. 78).

2.6 Os Direitos Humanos como instrumento do discurso

2.6.1 A dubiedade dos Direitos Humanos

Nas últimas décadas do século XX e no início deste século XXI, o projeto moderno eurocêntrico, via imposição à força da democracia liberal a todos os povos, adotou os *Direitos Humanos*²¹ como importante instrumento (TODOROV, 2012, p. 55). As principais incursões militares recentemente ocorridas, acima mencionadas, deram-se sob o pretexto de proteção a populações vítimas de crimes contra a humanidade: segundo um de seus defensores, “nessas circunstâncias, as potências externas, agindo em nome dos direitos humanos e da legitimidade democrática, tinham não apenas o direito, mas a obrigação de intervir” (FUKUYAMA, 2006, p. 129).

Por outro lado, - e é isso que torna tais valores especialmente interessantes para o presente trabalho - a mesma ideia de Direitos Humanos tem sido empregada pelos grupos historicamente subalternos como “[...] importante instrumento de resistência política [...]”

²¹ O termo *Direitos Humanos*, oficialmente empregado por entidades como as Organizações das Nações Unidas (ONU), está relacionado à ideia de *dignidade da pessoa humana* (COMPARATO, 2006a, p. 1). Todavia, tal expressão nem sempre foi a majoritariamente utilizada; seu uso foi propagado a partir do Presidente estadunidense Franklin Roosevelt em 1941 (WOODIWISS, 2006, p. 41), como consequência do respectivo processo histórico de transnacionalização, a ser analisado.

(MELO, 2011, p. 9). Conforme recordam Boaventura Santos e Rodríguez Garavito (2005, p. 13-14), sem embargo de suas raízes ocidentais, concepções de dignidade humana e de direitos coletivos²² servem, por exemplo, para que povos indígenas defendam valores caros a seu modo de vida, como o ambiente e a preservação cultural.

Nesse sentido, quando da visita à Serra do Padeiro em 2014, cacique Babau deixou claro como o direito à demarcação da terra que assiste aos Tupinambá possibilita a preservação da fauna e flora local. Daí contar que a expulsão dos não-índio das áreas demarcáveis mediante a estratégia das retomadas tem possibilitado a recuperação das matas locais.

Nas palavras do líder da comunidade da Serra do Padeiro:

Hoje a gente sabe que há vida a ponto de ter onça [...]. Pra nós, é uma felicidade andar na mata e encontrar um caju que foi comido pelo animal, encontrar um tatu [...]. Não é nós destruindo, é a natureza, ter alimento pra ela, se alimentar e isso nos fortalece espiritualmente muito (informação verbal).

É de uma apropriação da ideia dos Direitos Humanos pelos grupos historicamente colonizados, como a realizada por Babau, que a *mobilização social* popular passa a manifestar-se na forma de *mobilização jurídica*. Como explica Cecília MacDowell dos Santos (2012, p. 14):

Num sentido amplo e numa perspectiva sociojurídica, a “mobilização do direito”, também denominada de “mobilização jurídica”, refere-se em geral ao uso do direito dentro e fora dos tribunais. Uso judicial ou extrajudicial do direito pode ser de caráter individual ou coletivo. Para além do “uso” do direito, a mobilização jurídica pode referir-se, ainda, aos processos sociais e jurídicos de significação e conscientização dos direitos individuais e coletivos. [...]. Os mobilizadores do direito, dentro ou fora dos tribunais, podem ter como objetivo a resignificação dos direitos humanos e/ou promoção mais ampla de transformações culturais, políticas, jurídicas e/ou econômicas.

Em tal caso, tem-se, na expressão de Patrícia Ewick e Susan Silbey (1998, p. 226), o *uso pragmático dos direitos*. Significa que,

²² “As lutas das mulheres, dos povos indígenas, dos povos afrodescendentes, dos grupos vitimizados pelo racismo, dos gays e das lésbicas marcaram os últimos cinquenta anos do processo de reconhecimento dos direitos coletivos [...]. Os direitos coletivos existem para minorar ou eliminar a insegurança e a injustiça de coletivos de indivíduos que são discriminados e vítimas sistemáticas de opressão por serem o que são e não por fazerem o que fazem” (SANTOS, Boaventura, 2014, posições 640-648).

conforme Donnelly (2006, p. 71), os Direitos Humanos não são utilizados como um fim em si mesmo, mas como meio de luta para atendimento de demandas ou para a reparação de violações.

Há, portanto, a concomitante utilização de tais valores por dominantes e dominados. Tal dubiedade – uma *faca de dois gumes*, nas palavras de Anthony Woodiwiss (2006, p. 33) - evidencia que os Direitos Humanos podem, a depender do uso, excluir ou incluir (BAXI, 2006, p. 167).

2.6.2 Origens da legalização: contrato social e interesses de classe

Quando se discorre a respeito das origens dos Direitos Humanos, discorre-se a respeito do nascimento de fenômeno que, segundo Donnelly (2006, p. 61), apresenta perspectivas de análise jurídica, moral e política. Em tão amplos termos, é possível dizer que encontram sua gênese em tempos remotos, mais precisamente no chamado *Período Axial da História* (séculos VIII a II a.C.), quando se reconheceu o ser humano como *sujeito de direitos* (COMPARATO, 2006a, p. 11).

No presente trabalho, contudo, a análise será mais restrita. Quando aqui se falar em Direitos Humanos, serão considerados *direitos legalizados*²³ (ou cuja legalização é socialmente demandada no âmbito de mobilização jurídica) *em escalas nacional e transnacional*, o que os leva à gênese do Estado moderno.

Daí que o estudo da matéria tem de volver à concepção da teoria do contrato social, desde o século XVII, ainda que, no período, não se fizesse uso da expressão Direitos Humanos.

²³ “Por ‘legalização de direitos humanos’ eu quero dizer a prática de formular demandas de direitos humanos como demandas legais e de perseguir objetivos de direitos humanos através de mecanismos legais”. Tradução nossa. No original: “By ‘legalization of human rights’ I mean the practice of formulating human rights claims as legal claims and pursuing human rights objectives through legal mechanisms” (DONNELLY, 2006, p. 61).

Nesse sentido, tem-se, de um lado, o Estado absoluto de Hobbes, que proporcionou a unificação do direito em torno do aparelho estatal (o *monismo jurídico*), com a consequente “[...] monopolização da tributação e da violência física” (GRAU, 2006, p. 16). De outro lado, o ulterior Estado limitado (mas também juridicamente unificado) de Locke, instituído a partir da independência dos Estados Unidos da América, cuja Constituição (1787) consagrou a *propriedade individual capitalista* (MELO, 2013, p. 62). Por fim, o Estado de Direito influenciado pela obra de Rousseau, legalizado a partir da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão oriundo da Revolução Francesa de 1789, cujo caráter messiânico (TODOROV, 2012, p. 42) tem levado, até hoje, a adoção dos documentos de Direitos Humanos em pacotes fechados por diversos países, sob a justificativa de sua *universalidade* (DONNELLY, 2006, p. 62)²⁴.

Foi assim que a vida, a liberdade (liberdade de iniciativa, liberdade de associação, liberdade de expressão) e a propriedade individual foram legalizadas na qualidade de direitos inatos do ser humano²⁵, instituindo-se o que hoje se conhece como Estado de Direito: de um lado, exigiu-se a obediência de todos, inclusive os governantes, à lei; de outro lado, o aparelho estatal limitou-se a garantir o respeito aos direitos tidos por inatos ao homem, outorgando às leis do mercado o papel de reger a vida social e econômica.

²⁴ Ressalva, porém, Boaventura Santos (2014, posição 594), que “[...] o que consideramos hoje como universal é o fundacional do ocidente transformado em universal. É, por outras palavras, um localismo globalizado. A hegemonia econômica, política, militar e cultural do ocidente nos últimos cinco séculos conseguiu transformar o que era (ou se supunha ser) único e específico desta região do mundo em algo universal e geral”.

²⁵ Apesar de considerável parcela de tais direitos terem sido inicialmente legalizados na Constituição estadunidense (1787) e na Declaração de Direitos francesa (1789), não se pode apontar absoluta identidade entre os mencionados documentos. Como anota Samuel Barbosa (2013, p. 41-42), a *garantia* de estabilização de poderes constituídos, prevista na fórmula dos freios e contrapesos (controle recíproco entre Executivo, Legislativo e Judiciário), é apontada como a principal preocupação constitucionalizada nos Estados Unidos da América; já na França, tinha-se a preocupação da institucionalização dos direitos enquanto projeto de futuro (isto é, algo a ser conquistado), fundado na soberania da nação ou povo. As distintas concepções teóricas jusnaturalistas que embasaram tais marcos normativos (nos Estados Unidos, Locke; na França, Rousseau) permitem uma explicação para preocupações normativas diversas em realidades estatais igualmente limitadas pela ordem jurídica.

Tratou-se, pois, de processo instrumentalizado pelo poder do capitalismo (WOODIWISS, 2006, p. 35-36), atendendo aos interesses da respectiva classe dominante, a burguesia, que buscava segurança jurídica e liberdade de negociar.

2.6.3 O discurso em torno dos direitos dos grupos dominantes

Em se tratando de instrumento do poder capitalista, os direitos hoje conhecidos como Direitos Humanos permitiram o avigoramento na divulgação do discurso da modernidade eurocêntrica.

Nesse sentido, a ideia de igualdade jurídica, estabelecida pelas doutrinas do contrato social (isto é, todos igualmente participantes do contrato), revelou-se de suma importância. No período das revoluções burguesas do século XVIII, tal ideia justificou até mesmo a ausência do sufrágio universal, na medida em que a suposta isonomia da economia de mercado – a igualdade de oportunidades baseada no mérito – possibilitaria a todos os estratos da população a ascensão econômica apta a alcançar a renda suficiente para a qualidade de eleitor (sufrágio censitário)²⁶.

A instituição do direito ao sufrágio universal (de início, masculino), a partir do século XIX nos países centrais do Ocidente, levou o discurso da igualdade democrática (para cada eleitor, um voto) a somar-se ao discurso de igualdade de oportunidades. Fortaleceu-se, assim, a “[...] incredulidade sobre a existência de qualquer classe dominante”²⁷ (ANDERSON, 1981, p. 24), como se a todas as camadas da população fosse possibilitado o pleno acesso ao aparelho estatal.

²⁶ Lembra-se aqui que a Revolução Francesa de 1789 não consagrou o sufrágio universal, mas o sufrágio baseado na renda, o *sufrágio censitário*.

²⁷ Tradução nossa. No original: “[...] incredulidade en la existência de cualquier clase dominante” (ANDERSON, 1981, p. 24).

De semelhante importância foi – e ainda é - o discurso da liberdade de expressão, direito também consagrado na Revolução Francesa de 1789, a supostamente permitir vozes dissonantes às estruturas dominantes. Isto, contudo, sem efetivamente ameaçá-las, conforme se verá mais adiante quando da análise do papel dos meios de comunicação de massa perante o capitalismo.

A liberdade de expressão concede, ainda, fundamento à fala moderna eurocêntrica da *tolerância*: quando se mencionam os véus usados por certas mulheres muçulmanas ou supostos rituais cruéis de determinadas etnias, inserem-se, normalmente, as modernas sociedades capitalistas no ponto extremo, onde pretensamente as diferenças são respeitadas e as opiniões, livremente externadas. Tais circunstâncias ignoram o colonialismo, de índole racial, característico do próprio capitalismo globalizado desde a invasão a América, evidenciando que:

[...] o mundo universal e tolerante dos modernos é um mundo concebido à sua própria imagem, sendo assim, se aceita a existência do Outro é somente na condição de englobá-lo em sua própria elaboração do que é o mundo (CAPIBERIBE; BONILLA, 2015, p. 306).

No mesmo sentido, o papel do direito à propriedade individual para a manutenção do poder. Consoante anotado anteriormente, diante do caráter sagrado reconhecido pelos revolucionários franceses de 1789, tal direito terminou por ensejar a prevalência de uma razão *privatista*, que torna a propriedade individual uma verdadeira visão de mundo (MELO, 2013, p. 59 e 71).

Tem-se, dessa forma, forte vínculo entre Direitos Humanos e consciência, enquanto prática social. Os valores juridicamente legalizados, na qualidade de manifestação do poder capitalista, tornaram-se um lugar comum na vida cotidiana da população (EWICK; SILBEY, 1998, p. 249), independente de posição social.

2.6.4 A resposta popular e a legalização de novos Direitos Humanos

A realidade da maioria da população mais pobre, até mesmo dos países centrais do capitalismo globalizado, não correspondeu, contudo, ao discurso inclusivo dos direitos das revoluções burguesas.

Desse quadro, o advento, no século XIX, de focos de mobilizações populares por toda a Europa modernizada, visando à extensão dos direitos para além da classe hegemônica (COMPARATO, 2006a, p. 166). Com o passar dos anos, os movimentos insurgentes alcançaram países periféricos do capitalismo, como, no caso, da Revolução Russa de 1917, responsável pelo advento de regime auto-identificado como socialista, “[...] que estatizou os meios de produção[...]” (SINGER, 2005, p. 239), em contraposição à propriedade privada que baseia o capitalismo.

O processo ainda alcançou o México, cujo movimento revolucionário levou à promulgação de uma nova Constituição, no mesmo ano de 1917, que, não derrubando o Estado capitalista, reconheceu a existência de Direitos Trabalhistas. Na Alemanha, dois anos depois, foi promulgada a Constituição de Weimar, que, além de conferir direitos aos trabalhadores, limitou a liberdade econômica e reconheceu o caráter social da propriedade privada, impondo obrigações ao titular de todo domínio individual (COMPARATO, 2006a, p. 173-195).

Os documentos constitucionais promulgados no México e Alemanha são considerados marcos jurídicos iniciais ao que se convencionou chamar de Estado de Bem-Estar Social, instituindo-se direitos coletivos, que, em tese, tutelam as classes subalternas contra o individualismo do capitalismo moderno eurocêntrico. Todavia, como esclarece Boaventura Santos (2009, p. 207), conquistas sociais, como o reconhecimento da função social da

propriedade, constituem-se “[...] na instância legitimadora da exploração e da dominação de classes nas sociedades capitalistas”²⁸.

Daí os direitos coletivos não terem eliminado antigas formas de repressão do capitalismo sobre os grupos subalternos. Da mesma maneira, não terem evitado um conflito da proporção da Segunda Guerra Mundial, embate que exigiu produção em larga escala para a guerra e que somente ocorreu porque, como lembra Hobsbawm (1996b, p. 44), estava inserido na moderna sociedade industrial.

2.6.5 A transnacionalização dos Direitos Humanos

Os horrores de tal conflito mundial reforçaram o discurso universalista da modernidade eurocêntrica, inserindo os Direitos Humanos como seu instrumento fundamental. A destruição em escala industrial da guerra, ameaçando a própria sobrevivência do sistema, reforçou a defesa de que tais direitos não poderiam permanecer reclusos nos limites de cada Estado.

É nesse quadro que foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, documento transnacional que, conforme anota Comparato (2006a, p. 225), reconhece universalmente a igualdade humana no plano normativo.

Tal declaração foi apenas um dos passos do processo de transnacionalização de normas. A aprovação do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos em 1966, representa outro importante estágio de proteção universal, seguida, no decorrer do final do século XX e do início deste século XXI, de normas transnacionais que passaram a proteger, ao

²⁸ Tradução nossa. No original: “[...] en la instancia legitimadora de la explotación y la dominación de clases en las sociedades capitalistas” (SANTOS, Boaventura, 2009, p. 2007).

menos teoricamente, populações ou situações específicas, como mulheres, crianças e adolescentes, indígenas, entre outros.

Importante lembrar que o fortalecimento do processo de ampliação de Direitos Humanos não consiste em dádiva de organizações ou de cada Estado²⁹. Trata-se de produto de intensa mobilização por parte de organizações que visam à justiça social, comunidades que atuam em defesa dos direitos e grupos formados por populações vulneráveis, responsáveis pela promoção de bem-sucedidas campanhas políticas (KAPUR, 2006, p. 93).

Por outro lado, não se pode esquecer que os Estados nacionais, na qualidade de detentores do poder político e da autoridade legal, perduram com a primazia na implementação dos Direitos Humanos (DONNELLY, 2006, p. 69). Ademais, as normas transnacionais, como as acima mencionadas, consistem em representações prevalentemente ocidentais, legitimando as velhas hierarquias colonialistas oriundas do messianismo moderno eurocêntrico (WOODIWISS, 2006, p. 37).

Por isso, a lembrança de Ratna Kapur (2006, p. 93) de que a legalização dos Direitos Humanos não traz consigo necessariamente a melhoria na situação de grupos subalternos, o que, porém, não os impede de perdurar a utilizá-los como bandeira de suas demandas.

2.6.6 O debate contemporâneo em torno dos Direitos Humanos

Persiste, como se vê, o caráter contraditório dos Direitos Humanos. A estratégia meramente legalista, fundada nos valores modernos burgueses, revela-se insuficiente para assegurar o respeito aos grupos vulneráveis (WOODIWISS, 2006, p. 43). Concomitantemente, o sistema

²⁹ Da mesma forma, tal processo não se deu de forma prevalentemente linear. Esclarece Boaventura Santos (2014, posição 664), “na maioria dos países, a história dos diferentes tipos de direitos humanos é uma história contingente, acidente, cheia de descontinuidades, com avanços e recuos”.

jurídico apresenta-se como “[...] um modo próprio de *fazer política*, ainda mais quando a luta política, marcadamente o chamado de Estado de direito, consiste em grande parte na busca por direitos [...]” (MELO, 2011, p. 11).

Trata-se, portanto, de permanente campo de lutas (STRECK, 2011, p. 7), utilizado para a conquista de posições sociais entre os diversos interesses em conflito (EWICK; SILBEY, 1998, p. 226).

Compreende-se, então, que, no plano das ideias, “[...] o mesmo discurso de direitos humanos significou coisas muito diferentes em diferentes contextos históricos e tanto legitimou práticas revolucionárias como práticas contrarrevolucionárias” (SANTOS, Boaventura, 2014, posição 496).

Com o processo de ampliação de direitos legalizados por todo o século XX, acima descrito, tal debate discursivo e legitimador de práticas diversas deu-se, basicamente, em torno de duas perspectivas filosóficas: o ser humano como indivíduo isolado e, portanto, titular de direitos individuais e o ser humano como ente social, dotado de direitos prevalentemente coletivos (SHIVJI, s.d., p. 1).

Essa discussão culminou na elaboração de dois tratados internacionais distintos, no mesmo ano de 1966, já citados: o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (de natureza individual) e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (de índole coletiva) (COMPARATO, 2006a, p. 276).

O discurso em favor da prevalência dos direitos individuais é o sustentado pelos grupos hegemônicos, relacionado à origem do processo de legalização de direitos a partir das teorias do contrato social, especialmente a propriedade individual, como se viu, direito eminentemente excludente; trata-se, pois, de discurso inserido na noção de modernidade eurocêntrica. De outro lado, a perspectiva em favor da prevalência dos direitos coletivos consiste naquela defendida pelos grupos contra-hegemônicos, não beneficiados pelo individualismo capitalista.

Ressalta Shivji (s.d., p. 1-4) que o que tem prevalecido é o discurso do fundamento filosófico do ser humano como ente individual, que vive em uma sociedade baseada na igualdade formal do contrato e na mentalidade proprietária. Em tais termos, as desigualdades sociais são escondidas sob o manto da aparente igualdade do mercado capitalista, sendo os Direitos Humanos introduzidos no debate público como se fossem valores ahistóricos, associais e apolíticos; em suma, neutros.

Tem-se, desse quadro, a subsistência de hierarquia social e econômica dos direitos. Não se trata da hierarquização formal, fundada em uma *estrutura escalonada da ordem jurídica* (KELSEN, 1939, p. 72), a qual faz prevalecer a Constituição como norma superior. Há, na verdade, uma hierarquia material: “o que determina a hierarquização de tais direitos é o fato de eles estarem hierarquizados na realidade, em razão das relações de poder que os sustentam” (MELO, 2013, p. 39).

É assim que os direitos coletivos perduram contestados, tidos por irrealizáveis, naturalizando-se as violações e ocultando o poder (EWICK; SILBEY, 1998, p. 238). Olvida-se não se cuidar de ficção, mas de direitos igualmente legalizados, “[...] reais, tanto do ponto de vista de seu conteúdo quanto do ponto de vista de sua estrutura” (SUPIOT, 2007, p. 247).

Daí concluir Boaventura Santos (2014, posição 420): “a grande maioria da população mundial não é sujeito de direitos humanos. É objeto de discurso de direitos humanos”.

2.7 Direitos dos povos indígenas legalizados

2.7.1 Breve panorama

As circunstâncias acima mencionadas não têm, contudo, obstado os grupos oprimidos de se mobilizar em torno dos Direitos Humanos

(SHIVJI, s.d., p. 5). Um dos exemplos mais claros desse quadro encontra-se nas mobilizações jurídicas dos povos indígenas da América Latina.

Sem embargo da prevalência da concepção individualista, de origem moderna eurocêntrica, de Direitos Humanos, desde o final do século passado a América Latina testemunha um até então inédito processo de legalização de direitos dos povos indígenas. De um lado, documentos internacionais, como a Convenção 169 de 1989 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007; de outro lado, mudanças constitucionais internas, iniciadas na Guatemala (1985) e subsistindo no presente século XXI.

O Convênio 169 da OIT, em consonância com a busca de tal organização pela superação da pobreza, proscree a integração forçada dos indígenas aos Estados modernos, reconhecendo a tais povos a autodeclaração (isto é, a prerrogativa de se considerarem indígenas independente da vontade estatal) e o poder de definir suas prioridades de desenvolvimento; tudo isso, via processos de consulta prévia e de participação nas políticas ou programas que os afetem. Daí que, nas palavras de Raquel Fajardo (2009, p. 20-21), tal documento “[...] inaugura uma nova política de tratamento e possibilita a construção de *Estados pluralistas*”.

Importante notar que o Convênio 169 da OIT consiste em *tratado* – uma *lei dura* (BAXI, 2006, p. 176) -, de modo que suas disposições são obrigatórias para os Estados que aderiram a tal documento, como o Brasil. Tem-se um contraste com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007 –que, apesar de sua importância em sintetizar os avanços nos últimos anos (FAJARDO, 2009, p. 23) –, em se tratando de declaração de direitos, encontra-se no campo do que se costuma chamar de *lei branda* (BAXI, 2006, p. 176), não contendo normas de conteúdo cogente³⁰.

³⁰ Sobre a lei branda (*soft law*), critica Boaventura Santos (2007a, p. 82): “Entre as mudanças conceituais em curso verifica-se a proposição de uma modalidade de regulamentação eufemisticamente denominada ‘lei branda’ (*soft law*). Apresentada como a manifestação mais benevolente do ordenamento ‘regulação/emancipação’, essa forma de regulamentação traz consigo a lógica da apropriação/violência sempre que estejam em jogo relações de poder muito desiguais”.

No plano normativo interno, Fajardo (2009, p. 25-26) identifica três ciclos de reformas constitucionais. O primeiro ciclo teve início na década de 1980, caracterizando-se pela introdução do direito à identidade cultural junto com a inclusão de direitos indígenas específicos, na forma prevista nas novas cartas constitucionais da Guatemala (1985), Nicarágua (1987) e Brasil (1988).

No caso brasileiro, conforme salienta Samuel Barbosa (2013, p. 40), a Constituição de 1988 foi precedida de expressiva mobilização e participação popular, sob um processo que contrastou “[...] com uma história constitucional de cartas outorgadas, de constituição de notáveis, todas com reduzida participação da esfera pública”. Em relação aos povos indígenas, tal mobilização deu-se por parte de lideranças articuladas pela União das Nações Indígenas (UNI) e apoiadas por entidades como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) (VERDUM, 2009, p. 95-96).

Como produto desse trabalho, os indígenas tiveram acolhido o direito à diversidade cultural, abandonando-se a então vigente política indigenista tutelar – chamados, à época, de *silvícolas*. Tais povos também deixaram de ser considerados seres dotados de discernimento incompleto, que, nessa condição, teriam de renunciar aos seus costumes para, na expressão de Pacheco, Prado e Kadvéu (2011, p. 472), integrarem-se ao *mainstream*.

Foi assim que a Constituição de 1988 legitimou sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, bem como os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, incumbindo-se à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar seus bens. Reconheceu-se, assim, que os direitos dos povos indígenas têm seu fundamento “[...] na fonte jurídica última de direito à terra, a saber o indigenato” (CUNHA, 1988, p. 1).

Conforme João Mendes Júnior (1988, p. 58) explicava no início do século XX, por *indigenato* entende-se o direito de título congênito, isto é, um fato que independe de legitimação, distinto da *ocupação* que, “[...] como facto posterior, depende de requisitos que a legitimem”.

Reconheceu ainda o legislador constituinte:

a) como terras tradicionalmente ocupadas, aquelas habitadas permanentemente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar e as necessárias para sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições;

b) a destinação permanente das suas terras tradicionalmente ocupadas, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes;

c) o aproveitamento dos recursos hídricos em seu favor, mas mediante autorização do Congresso Nacional;

d) a inalienabilidade, a indisponibilidade e a imprescritibilidade das terras por eles ocupadas;

e) a vedação da remoção dos indígenas de sua terra, salvo em casos excepcionais, *ad referendum* do Congresso Nacional;

f) a nulidade e a extinção dos atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras tradicionalmente ocupadas;

g) sua legitimidade para ingressar em juízo na defesa de seus direitos e interesses, com intervenção do Ministério Público nos respectivos processos (BRASIL, 1988, art. 231 e 232).

Assinala Fajardo (2009, p. 26-27) que o segundo ciclo de legalização de direitos na América Latina sucedeu na década de 1990, quando diversos Estados desenvolveram melhor o conceito de *nação multiétnica* e *Estado pluricultural*, incorporando valores contidos no Convênio 169 da OIT. São os casos da Colômbia (1991), México (1992), Paraguai (1992), Perú (1993), Bolívia (1994), Argentina (1994), Equador (1996 e 1998) e Venezuela (1999).

Por fim, tem-se o terceiro ciclo, sucedido na primeira década deste século XXI, que levou à criação do Estado plurinacional: Bolívia (2007) e Equador (2008). Os casos de ambos os países merecem atenção especial, na medida em que não configuram textos elaborados sob o paradigma liberal moderno fundado na existência do Estado-nação³¹.

A Constituição da Bolívia configura verdadeira síntese de um processo político que teve início com a eleição de Evo Morales para a presidência da república. Como ressaltam Rafael Villa e Vivian Urquidi (2006, p. 68), pela primeira vez um indígena foi eleito a essa função – e o mais importante, sob “[...] um programa fundamentado no princípio da integração e equidade social, considerando o indígena não apenas como base social do governo, mas também como participante importante no Executivo e Legislativo”.

Legitimado pelo voto popular, Morales liderou a mobilização jurídica que culminou na promulgação de uma Constituição que rompeu com o velho constitucionalismo fundado na modernidade ocidental européia. Na síntese de Idón Vargas (2009, p. 160), tem-se, a partir de então, a constitucionalização da realidade boliviana, ocorrente em quatro cenários políticos:

a) o *plurinacional*, reconhecendo-se formas de governos e sistemas econômicos, jurídicos, medicinais, educacionais bem como culturais peculiares dos indígenas;

b) o *comunitário*, por intermédio da constitucionalização da distribuição de riqueza fundada na construção de uma sociedade igualitária e com justiça social: o chamado Bem Viver;

c) a *descolonização* como objetivo do Estado boliviano;

³¹ “[...] o Estado-nação é aquele que se configura como encarnação de uma só nacionalidade [...]. Os Estados pluriétnicos ou plurinacionais são os que se configuram considerando a vinculação do Estado com duas ou mais culturas nacionais, ou com todas as existentes no país, sem importar o seu número ou a sua composição demográfica” (SANCHÉZ, 2009, p. 76-77).

d) a *democracia igualitária*.

No Equador, a mobilização jurídica também teve como marco a eleição presidencial, no caso, a vitória de Rafael Correa, no ano de 2007 (SANTOS, Boaventura, 2010, p. 115). No ano seguinte, logrou-se a promulgação de documento constitucional inovador, o qual consagrou uma nova forma de realidade estatal, sujeita *aos direitos* (daí a expressão, contida no texto, *Estado constitucional de direitos*, superando o monismo jurídico).

Em relação aos indígenas, conforme anota Marco Wilhelmi (2009, p. 144-149), a nova Constituição reconheceu, em breve resumo:

a) a ampliação da noção de titularidade de direitos para além do ser humano, dedicando-se também aos direitos da natureza;

b) base de existência, reprodução e desenvolvimento dos povos originários pela recuperação e domínio sobre terras, territórios e recursos bem como pelas formas próprias de organização;

c) mecanismos de participação dos indígenas, enquanto sujeitos coletivos, nas instituições e nos processos de tomadas de decisões.

2.7.2 O primeiro pressuposto para a legalização: crítica à propriedade individual incondicionada

O acima descrito processo de legalização de direitos em favor de povos que historicamente fazem uso coletivo da terra tinha como pressuposto a crítica a uma das características principais do discurso da modernidade eurocêntrica: a defesa da propriedade individual como sagrada.

Aludido dogma encontrava-se anacrônico na própria Revolução Francesa de 1789. Os revolucionários burgueses fizeram uso de uma concepção que tinha sua razão de ser sob a Antiguidade Clássica greco-

romana (século VIII a.C. a século V d.C.), quando a propriedade se encontrava:

[...] intimamente ligada à religião doméstica, à casa da família, sede de deus lar, e ao terreno subjacente onde ficavam as sepulturas dos membros da *gens*. A sacralidade desses bens, aliás, era bem marcada pela sua fixidez e imobilidade: longe do caráter desprezível das coisas mobiliárias (*res mobilis*, *res vilis*), a propriedade tradicional é sempre imóvel, à imagem das coisas divinas (COMPARATO, 2006a, p. 148).

Não era essa, porém, a realidade da França do fim do século XVIII. O então novo sistema que lá emergia baseava-se na promessa da superação do que se acreditava serem práticas *mágicas* ou *idolátricas* (SANTOS, Boaventura, 2007a, p. 75) em favor de instituições originadas pela ação humana do contrato social.

Por isso, a crítica teórica ao caráter sagrado da propriedade capitalista já se fazia presente no final do século XIX, quando advieram as primeiras referências à *função social da propriedade* na obra de juristas como Otto Von Gierke (1841-1921) (MELO, 2012, p. 74). De tal modelo teórico, o modelo normativo positivado na Constituição de Weimar de 1919, documento que marcou a função social da propriedade “[...] por uma fórmula célebre: ‘a propriedade obriga’” (COMPARATO, 2006a, p. 191).

A Constituição brasileira de 1988 adotou essa concepção: determinou que “a propriedade atenderá a sua função social” e que a ordem econômica deve atender a “função social da propriedade” (BRASIL, 1988, art. 5º, XXIII e art. 170, III).

De acordo com Eros Grau (2006, p. 246-247), o reconhecimento constitucional da função social leva este princípio “[...] a integrar o conceito jurídico-positivo de *propriedade* [...], de modo a determinar profundas alterações estruturais na sua interioridade”. Impõe-se, assim, um verdadeiro dever ao proprietário, subordinando “[...] o exercício dessa propriedade aos ditames da justiça social e de transformar esse mesmo exercício em instrumento para a realização do fim de assegurar a todos existência digna”.

Do ponto de vista jurídico, destarte, a propriedade em solo brasileiro passou a ser legítima sob a condição de se cumprir sua função social. Tornou-se um instituto jurídico destituído de caráter sagrado.

É certo que, como dito anteriormente, tal realidade terminou por legitimar a propriedade capitalista (SANTOS, Boaventura, 2009, p. 207); como lembra Tarso de Melo (2013, p. 69), não houve mudanças substantivas para além do discurso jurídico. O fato, contudo, é que a transformação da propriedade privada pelo reconhecimento da necessidade de cumprimento da respectiva função social tornou, ao menos normativamente, relativo aquilo que era absoluto, possibilitando novos usos da terra, inclusive o comunitário.

2.7.3 O segundo pressuposto para a legalização: crítica ao dualismo evolucionista

Por legitimar modos de vida fundados no saber não-ocidental, o reconhecimento de direito a povos indígenas exigiu, ainda, outro pressuposto: a crítica ao caráter dogmático, atribuído pelo dualismo evolucionista da modernidade eurocêntrica, à ciência pós-Iluminismo. Afinal, a inserção do saber ocidental como instância moral da sociedade justificou uma racionalidade científica totalitária, “[...] que nega o carácter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (SANTOS, Boaventura, 2002, p. 61).

No século XX, o caráter colonialista desse saber também surtiu efeitos nos próprios países centrais do capitalismo moderno. A adoção, pelo nazismo alemão, da crença da construção do conhecimento evolucionista e matematicamente determinista, à luz das ciências naturais, revelou seu poder de matar em escala industrial povos tidos por inferiores, inclusive ocidentais (SUPIOT, 2007, p. 39).

Para além da tragédia das milhões de mortes, a própria imprevisibilidade do nazismo, somada ao semelhante caráter inesperado de eventos como a Grande Depressão de 1929 e as duas guerras mundiais, não deixaram dúvida de quanto era ilusória a aplicação da exatidão e previsibilidade absoluta às ciências. Como ressaltado por Hobsbawm (1998, p. 254), em referência ao século XX, “[...] a experiência fundamental de todos que viveram grande parte desse século é erro e surpresa. O que aconteceu foi, quase sempre, inesperado”.

O século XX testemunhou, assim, uma verdadeira crise na ideia de superioridade do saber ocidental. As tragédias sucedidas no período abalaram a crença, dualista e evolucionista, de eliminação inexorável de conhecimentos tidos por pretéritos e inferiores, dentre os quais os indígenas.

Sob esse processo, possibilitou-se que povos não-ocidentais se apropriassem dos Direitos Humanos a partir de seus próprios conhecimentos, ampliando a aplicação desses valores. É assim que se deve compreender, por exemplo, a extensão da ideia de Direitos Humanos até mesmo para seres não-humanos: anota, a respeito, Boaventura Santos (2014, posição 786) que “[...] para outras gramáticas de dignidade, os humanos estão integrados em entidades mais amplas – a ordem cósmica, a natureza – que, se não forem protegidas, de pouco valerá a proteção concedida aos humanos”.

Dessa forma, legitima-se que etnias, como os Tupinambá, demandem pela demarcação também em favor dos seres *extra-humanos* conhecidos como *encantados* (ROCHA, 2014, p. 32), para quem, conforme visto no capítulo inicial da tese, sentem ter o dever de cuidar da terra demarcável (ALARCON, 2014, p. 236).

2.7.4 Mobilização jurídica indígena: limites e possibilidades

Foi da crítica ao caráter incondicional da propriedade individual e à superioridade do saber ocidental que, a partir da segunda

metade do século XX, os povos indígenas fortaleceram o uso da *mobilização jurídica* visando à sobrevivência frente ao poder exteriorizado por um discurso colonialista. Para isso, adotaram estratégias semelhantes de outros grupos subalternos, reconceitualizando a ideologia individualista dos direitos (SHIVJI, s.d., p. 4) em favor de suas demandas, na forma de Direitos Humanos fundados na concepção de ser humano como ente social.

Os documentos jurídicos promulgados em escalas internacional e nacional, acima mencionados, aparecem como produto dessa luta. Um exemplo da estratégia chamada por Boaventura Santos (2010, p. 58) de utilização de instrumentos hegemônicos para fins contra-hegemônicos.

É importante lembrar, por outro lado, que se cuida de estratégia limitada. Lembra-se que cabe primordialmente à realidade estatal a tarefa de efetivar os Direitos Humanos, ainda que legalizados em documentos internacionais (DONNELLY, 2006, p. 67), o que, por si só, é uma contradição para povos cuja organização não sucede na forma do Estado-nação. Como afirma Natalia Molinero (2006, p. 159), os indígenas têm direitos, mas não têm o poder de implementá-los.

É fundamental também lembrar da anteriormente mencionada prevalência da concepção individualista dos direitos. Tal como outros valores contra-hegemônicos legalizados de índole coletiva, os direitos dos povos indígenas perduram inseridos em uma escala social e econômica hierarquicamente inferior: é o que demonstra a realidade dos Tupinambá, que continuam sem a demarcação da terra e submetidos a prisões, tortura e assassinatos.

Em tempos de ultraliberalismo, caracterizado pela ocupação do Estado e da comunidade pelas empresas privadas (SANTOS, Boaventura, 2002 p. 154), a prevalência da concepção individualista de direitos é de grande relevância, explicando como o colonialismo prossegue contra os povos indígenas. Nesse início de século XXI, as sociedades indígenas ainda ocupam o estrato econômico e social mais pobre de grande parcela dos países da América Latina (GARAVITO; ARENAS, 2005, p. 241).

Não se quer afirmar que a luta em torno dos Direitos Humanos é uma luta de pouca utilidade; como afirma Donnelly (2006, p. 71), a legalização de direitos tem feito o mundo de hoje um lugar menos sombrio. Quer-se, na realidade, lembrar as advertências de Woodiwiss (2006, p. 43) no sentido de que “[...] sua ativação e extensão como instrumentos de proteção também dependem que haja um bom ajuste entre os direitos sociais e algum desenvolvimento e ações sócio estruturais de apoio”³².

³² Tradução nossa. No original: “[...] their activation and extension as instruments of protection also depends upon there being a good fit between rights and any supportive social-structural developments and activitie” (WOODIWISS, 2006, p. 43).

3 O DISCURSO DO PODER PELO CONSENSO: A PROPAGANDA MUDIÁTICA SOBRE A MOBILIZAÇÃO DOS TUPINAMBÁ

3.1 A resposta do poder pelo discurso

O presente capítulo terá início com citação das palavras de um não-índio. Trata-se do jornalista José Paulo de Andrade, que, em debate entre presidenciais realizado pela Rede Bandeirantes de Televisão em 26 de agosto de 2014, assim indagou a então candidata Luciana Genro (Partido Socialismo e Liberdade):

Vou levantar a questão indígena, que até no Rio Grande do Sul se agrava com índios esta semana fazendo policiais reféns. Na Bahia, como ocorreu em Roraima com a reserva Raposa Serra do Sol, brasileiros trabalhadores estão sendo expulsos da terra onde estavam há gerações. A crítica à Funai é que só antropólogos determinam a política indigenista. Recentemente em audiência na Câmara o ministro da Justiça falou em fortalecimento da Funai, mas até agora nada se fez. A pretexto de incluir os excluídos, excluem-se os incluídos. Candidata, somos ou não iguais em direitos? (informação verbal).

Ante a conclusão do capítulo anterior de que, para os indígenas, ainda prevalece o colonialismo justificado pelo discurso da modernidade eurocêntrica, a despeito dos direitos de índole coletiva legalizados, pode soar estranho que um jornalista questione se, em razão da resistência de tais povos, os direitos são ou não iguais para todos. Isso como se tal estrato da população, inclusive os da Bahia mencionados por José Paulo de Andrade, formasse um setor privilegiado da sociedade brasileira.

A incoerência de tal raciocínio dispensaria, em princípio, maiores considerações. Não há como, por exemplo, encontrar algum privilégio aos Tupinambá, que sequer recebem resposta do Estado à sua demanda histórica pela demarcação de terra.

O problema é que não se trata de pensamento isolado. Pelo contrário, tal fala é alinhada ao discurso hegemônico no sentido de que haveria direitos de índole coletiva em excesso a povos que atrapalhariam a

inexorável evolução e o uso da propriedade privada pela sociedade considerada civilizada, a sociedade dos brancos.

Tem-se, pois, um discurso relacionado à construção do consenso em favor da prevalência da concepção individualista sobre a concepção solidária de sociedade. Há, em tal ponto, uma manifestação do elemento subjetivo do poder.

No presente capítulo, serão examinadas as falas e escritas em mencionado elemento subjetivo perante as demandas pela TI Tupinambá de Olivença. Será focado, especialmente, o discurso dos meios de comunicação de massa no trabalho de formação do consenso.

Repare-se que a vigência constitucional da liberdade de expressão (BRASIL, 1988, art. 5º, IV e IX³³) permite, em tese, a manifestação de pluralidade de discursos em relação aos indígenas das proximidades de Olivença. Portanto, do ponto de vista normativo, é possível que a fala do jornalista acima mencionado seja contraposta, em igualdade de condições, a outros pontos de vista nas empresas de comunicação do Brasil.

O exame a ser realizado verificará a concretização ou não de tal possibilidade.

Ressalve-se que o foco proposto não desconsidera outros mediadores a exteriorizarem as falas e escritas acerca dos Tupinambá. Reconhece-se que, para além dos meios de comunicação de massa, há ainda discursos oriundos de instituições como a família, as igrejas e as escolas (GRAMSCI, 1982, p. 9), a darem forma ao elemento subjetivo do poder.

A despeito dessa circunstância, o fato é que os conflitos envolvendo os Tupinambá, consoante análise a ser efetuada, encontram-se eminentemente midiaticizados, recebendo notável destaque em jornais, revistas, portais da *internet* e emissoras de rádio e televisão. Ademais, nas sociedades

³³ Dispõe o art. 5º, IV da Constituição de 1988 que: “É livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato”; por sua vez, dispõe o inciso IV do mesmo artigo que “é a livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença”.

ocidentais contemporâneas, as mensagens transmitidas pela mídia³⁴ são as que apresentam maior alcance territorial e em menor lapso de tempo.

Para a consecução de tais escopos, o trabalho examinará, primeiramente, a autoridade historicamente conquistada pelos meios de comunicação de massa para o exercício da hegemonia. Vencida essa etapa, será analisada a cobertura midiática relativa ao conflito envolvendo os próprios Tupinambá, pelo método da Análise Crítica do Discurso (ACD).

3.2 Os meios de comunicação de massa e os fatores de filtragem do discurso

3.2.1 A propaganda midiática

O reconhecimento do aspecto subjetivo do poder, exercido independente do uso da força, requer uma reflexão acerca dos instrumentos de conquista do consenso hegemônico. Para isso, faz-se necessária a compreensão da *propaganda*:

A propaganda pode ser definida como a atividade de persuadir a opinião pública para fins religiosos, políticos ou comerciais [...]. No campo político, a propaganda é a atividade programada de suscitar no povo a confiança em relação ao poder estabelecido e a aprovação de suas decisões (COMPARATO, 2013, p. 115).

Em tais termos, a propaganda difunde o discurso hegemônico visando a formar o consenso em favor dos valores sustentados pelos grupos dominantes.

Foi mediante a propaganda que se fixou a *mentalidade proprietária* socialmente incutida no âmbito do capitalismo (MELO, 2013, p.

³⁴ No presente trabalho, para a referência aos meios de comunicação de massa, far-se-á uso também da expressão mídia. Corruptela do plural latino de *medium*, entende-se por mídia o que Venício de Lima (2006, p. 53) denomina de “[...] conjunto de instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana”.

72). Da mesma forma, há muitos anos atrás, foi mediante a propaganda que as religiões cristãs ocidentais passaram a disputar espaço por todo o mundo em decorrência da Reforma Protestante do século XVI (COMPARATO, 2013, p. 115); ou, de forma ainda mais remota, que mercadores procuravam realizar a venda de pessoas e de produtos na Antiguidade (ALMEIDA JÚNIOR; ANDRADE, 2007, p. 113).

Em que pese o fato da propaganda não configurar peculiaridade capitalista, há uma característica singular na difusão do respectivo discurso moderno eurocêntrico: o trabalho dos meios de comunicação da massa (COMPARATO, 2013, p. 88). É por intermédio deles que hoje atuam de forma mais intensa os “‘comissários’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (GRAMSCI, 1982, p. 11).

O advento dos meios de comunicação de massa foi consequência das revoluções tecnológicas advindas como necessidade da expansão do capitalismo globalizado. As grandes invenções oriundas desse processo alcançaram a mídia: primeiramente, as novas máquinas de impressão que possibilitaram o aumento da tiragem dos jornais a custo reduzido; com o passar dos anos, por intermédio da invenção de novas mídias, como o rádio, a televisão e, nas últimas décadas do século XX, a *internet*.

Tudo a possibilitar que as informações transmitidas alcançassem as mais distantes regiões, inclusive aquelas dos países periféricos (HOBSBAWM, 1996a, p. 265). Deu-se, assim, forma a uma das principais características do capitalismo, a *homogeneização*, isto é, “ [...] uma uniformização das instituições públicas das produções culturais e das formas de vida privada (COMPARATO, 2006b, p. 22).

É por isso que se entende que, na propaganda divulgada pelos meios de comunicação de massa, inexiste visão de mundo válida senão a burguesa. “O que está embaixo está fora, não existe: é descartável, desprezível, desaparece”, afirma Boaventura Santos (2007b, p. 63). O

colonialismo universalista do capitalismo globalizado reflete-se, então, no discurso transmitido pela mídia.

3.2.2 Os fatores de filtragem na propaganda

Para atingir tal uniformização, os meios de comunicação de massa valem-se de instrumentos aptos a selecionar o discurso hegemônico a ser divulgado por intermédio da propaganda. Existem, segundo Edward Herman e Noam Chomsky (2002, posição 1342), verdadeiros *filtros* que determinam (e limitam) o que pode e o que não pode ser divulgado.

Por isso, a denominação de *teoria dos filtros* para a explicação do fenômeno acima aludido. Mediante essa concepção teórica, apresentada pela primeira vez em 1988, Herman e Chomsky fornecem cinco fatores de filtragem de informação que “[...] funcionam de forma sutil e inconsciente para a maioria das pessoas” (CORRÊA; ALMEIDA JÚNIOR, 2006, p. 26).

Trata-se dos seguintes filtros, a serem ora examinados: a concentração, os anunciantes, as fontes de informação, as preocupações com repercussão negativa e o anticomunismo (ultraliberalismo).

3.2.2.1. Concentração

O primeiro filtro mencionado por Herman e Chomsky (2002, posição 1374) consiste na *concentração* dos meios de comunicação. Eis uma consequência da ocupação do sistema político pela burguesia desde o advento do Estado de Direito

A inserção capitalista do mercado como regulador da vida econômica (GRAU, 2007, p. 29) permitiu aos detentores de maior capital (possibilitados do uso de tecnologias que barateiam a produção) a expansão de seus negócios, controlando a mais ampla gama de consumidores. Sob tal quadro é que se consolidou a estrutura oligopolista do sistema econômico.

No campo das empresas de comunicação, fomentadas por constantes inovações tecnológicas, a situação não foi distinta. A justificação ética do capitalismo passou a ser propagada por número cada vez menor de empresas de comunicação, estruturadas em oligopólios (COMPARATO, 2006b, p. 28).

Trata-se de problema de todo o capitalismo internacional, que, historicamente procurou impedir a expansão da mídia popular (HERMAN; CHOMSKY, 2002, posição 1374).

No Brasil, há a especificidade da concentração no controle da notícia ser, de modo prevalente, familiar. Como anota Dênis de Moraes (2011, p. 40), a maioria dos grupos midiáticos pertence a reduzidas dinastias familiares, como, por exemplo, as famílias: Marinho (Organizações Globo), Civita (Editora Abril), Frias (jornal Folha de S. Paulo), Mesquita (jornal O Estado de S. Paulo), Saad (grupo Bandeirantes) e Abravanel (grupo SBT).

Sob o poder de tais famílias, é possível distinguir controles de mercado nacionais, regionais e locais. No primeiro caso, têm-se redes de rádio e televisão, como a Globo, Bandeirantes, SBT e Record (esta última, sob a peculiaridade de ser controlada por grupo religioso); ainda no primeiro caso, têm-se os portais de *internet*, alguns deles vinculados a emissoras como Globo e Record (G1 e R7, respectivamente) e outros vinculados a grupos originalmente regionais como Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e o Globo (sediados em São Paulo e, o último, no Rio de Janeiro, mas que têm seus informes levados para todo o Brasil em razão de agência de notícias e de portais da *internet*); têm-se, por fim, o caso das editoras que dominam o mercado impresso de todo o país, como a Editora Abril, via publicações de elevadas tiragens como a revista semanal Veja.

No controle midiático regional, têm-se as emissoras de rádio de capitais de Estados da Federação e emissoras de televisão afiliadas das nacionais, como a TV Bahia (do mesmo Estado, da família Magalhães). Nesse mesmo controle, há os impressos regionais como o baiano Correio (da mesma família Magalhães).

No controle midiático local, há emissoras de televisão sediados em Municípios do interior, mas afiliados de emissoras nacionais; têm-se também emissoras de rádio e jornais cujo conteúdo veiculado alcança determinado conjunto de Municípios, como o Jornal A Região que abrange Municípios da Bahia próximos a Ilhéus e Itabuna.

Ainda que locais, os grupos empresariais municipais, quando divulgam notícias internacionais ou nacionais, normalmente o fazem por intermédio de agências de notícias estrangeiras ou brasileiras ou, no caso de emissoras de rádio e televisão, pelo noticiário veiculado pela emissora a que se encontram afiliadas³⁵. Daí a mínima regionalização na divulgação de informes— e a consequente uniformização dos valores.

3.2.2.2 Os anunciantes

O segundo filtro descrito por Herman e Chomsky (2002, posição 1554) são os *anunciantes*. Tal fator encontra-se, segundo os autores, estreitamente relacionado à concentração: de um lado, os jornais de trabalhadores não atraem os anunciantes, por terem público de menor poder

³⁵ A transmissão de noticiário nacional pelas emissoras de rádio e TV regionais e locais também serve a esquema, fomentado pela ditadura pós-1964, de troca de favores entre lideranças nacionais, estaduais e municipais na outorga de concessão de emissoras de rádio e televisão. Trata-se do chamado *coronelismo eletrônico*: a União outorga e renova concessões do serviço de radiodifusão a lideranças políticas municipais ou estaduais que realizam promoção pessoal na disputa de mandatos eletivos municipal, estadual ou federal; tais lideranças, por sua vez, também promovem os grupos nacionais responsáveis pelas outorgas das concessões, utilizando suas emissoras de rádio ou televisão como instrumento de hegemonia dos concedentes (LIMA, 2007, p. 113-114).

de consumo, ficando enfraquecidos e, de outro lado, os próprios anunciantes boicotam a imprensa popular, por esta não defender os valores capitalistas.

Os grandes meios de comunicação foram também essenciais aos anunciantes, na medida em que fomentaram a sociedade de consumo visada pelos anúncios (HOBSBAWM, 1996a p. 265).

Ressalve-se que tal fomento não sucedeu apenas sobre os bens comercializados pelo capitalismo globalizado. Por trás da propaganda dos produtos e serviços vendidos no mercado, ocorreu a simultânea propagação dos valores políticos e morais burgueses, em verdadeira escala industrial, transformando a visão de mundo privatista das classes dominantes em visão de mundo de toda a sociedade (MELO, 2013, p. 71).

3.2.2.3 As fontes de informação

As fontes de informação configuram o terceiro filtro da teoria em análise (HERMAN; CHOMSKY, 2002, posição 1655).

A partir do momento em que as notícias veiculadas pelos meios de comunicação tornaram-se “um produto dinâmico pelo ângulo da oferta e da demanda” (MEDINA, 1988, p. 40), como uma mercadoria, sobreveio a necessidade de atender aos anseios do mercado consumidor. Na moderna sociedade capitalista, isso significa fartar os usuários de novas informações, de modo a evitar a perda de interesse no noticiário.

Dessa circunstância, a necessidade da busca de fontes de informação capazes de fornecer as mercadorias noticiosas. É assim, por exemplo, que, nos Estados Unidos da América, locais como a Casa Branca, o Pentágono e o Departamento de Estado (todos situados na capital Washington) bem como grupos de comércio e corporações empresariais tornaram-se centros irradiadores de fatos, rumores e vazamentos de notícias (HERMAN; CHOMSKY, 2002, posição 1655).

Tais instituições passaram a fornecer, ainda, a camada de formadores de opinião - os *experts*-, a exercerem as funções dos *intelectuais orgânicos* da Sociologia gramsciana (GRAMSCI, 1982 p. 3).

No Brasil, a situação não é distinta. Conforme Dennis de Oliveira (2011, p. 58), em monitoramento realizado no jornal *Folha de S. Paulo*, jornal *O Estado de S. Paulo*, revista *Veja*, revista *Isto é* e revista *Época*, entre setembro e novembro de 2008, 75% das fontes entrevistadas em matérias políticas eram pessoas ocupantes de cargos públicos, de comandos partidários ou assessores e porta-vozes dos mesmos ocupantes.

Compreende-se, então, a intensidade do poder de tais fontes. Por outro lado, estas tornaram-se dependentes dos meios de comunicação, fazendo uso do prestígio para evitarem críticas a suas instituições (HERMAN; CHOMSKY, 2002, posição 1722).

Sob essa mútua dependência, a agenda pública permanece nas mãos de reduzido círculo de instituições (OLIVEIRA, Dennis, 2011, p. 59).

3.2.2.4 Preocupação com repercussões negativas

A preocupação com repercussões negativas das notícias configura o quarto filtro da teoria em debate. Na expressão, original dos autores, trata-se do *flak*³⁶ (HERMAN; CHOMSKY, 2002, posição 1810).

A necessidade de lançar diariamente elevado número de notícias trouxe consigo uma difusão de “[...] dados da realidade que antes ficavam limitados ao saber dos sábios” (MEDINA, 1988, p. 40). Tal

³⁶ O *flak* consiste no apelido dado à artilharia antiaérea nazista da Segunda Guerra Mundial. Tal chamamento decorria das iniciais alemãs *Flugzeug Abwehr Kanonen* (na tradução literal, canhões de defesa de aeronaves: a artilharia antiaérea).

circunstância tornou possível a divulgação de fatos nem sempre conformes aos interesses dos grupos dominantes.

Daí que, nos Estados Unidos da América, governo e empresas criaram instituições empenhadas na análise do conteúdo noticioso: *American legal Foundation*, a *Capital Legal Foundation*, a *Media Institute*, o *Accuracy in Media*, dentre outras. Cabe a tais instituições formular reclamações e utilizar instrumentos de pressão para que as informações sigam suas orientações (HERMAN; CHOMSKY, 2002, posição 1842).

No Brasil, destacam-se instrumentos de pressão judiciais empregados por empresas de comunicação para evitar repercussões desfavoráveis acerca das respectivas políticas editoriais. Não são raros os pedidos de indenização ajuizados por tais conglomerados contra quem contesta seus métodos na divulgação de informações: é o caso do jornalista Luis Nassif (2009, p. 1), que afirma sofrer ações indenizatórias pela Editora Abril (ou por funcionários desta) por críticas que formulou à Revista Veja.

Há, dessa maneira, um controle extra-oficial do conteúdo veiculado pela mídia, privatizando-se a censura (LIMA, 2010, p. 105).

3.2.2.5 O anticomunismo (ultraliberalismo)

O derradeiro filtro sobre as notícias consiste no anticomunismo, denominação que refletiu o fato da teoria em exame ter sido apresentada, pela primeira vez, como já visto, em 1988, isto é, no período da Guerra Fria (1945-1991).

Na observação de Herman e Chomsky (2002, posição 1878), aludido filtro configura verdadeira religião que, por intermédio da mídia empresarial, demoniza tudo que é contrário aos interesses do capital.

Quando falam em religião, os autores estão a admitir o caráter messiânico decorrente do dualismo evolucionista da modernidade eurocêntrica. Consideram, assim, a adoção midiática do discurso universalista e determinista no sentido de oposição a tudo que se considere obstáculo a uma hegemonicamente definida “[...] progressão infinita da humanidade [...]” (TODOROV, 2012, p. 41).

Importante notar que, ao se falar em ameaça comunista, não se está a mencionar apenas à alternativa soviética (a ponto do filtro perdurar após a queda da União Soviética). Está a se falar em tudo que conteste a concepção individual dos direitos e a razão proprietária moderna, inclusive os grupos sociais–democratas e liberais-democratas (HERMAN; CHOMSKY, 2002, posição 1878).

Há, portanto, uma propaganda que caminha para além do anticomunismo. Trata-se de propaganda em favor de todo o sistema construído pelo capitalismo globalizado, cuja cultura torna-se, na visão midiática, a única completa e, assim, como adverte Boaventura Santos (2009, p. 529), superior às demais.

Daí se poder atualizar a denominação do filtro em questão para ultraliberalismo, característica do capitalismo do pós-Guerra Fria (FONSECA, 2005, p. 77).

3.2.2.6 O caso dos indígenas

Se existem filtros que demonizam tudo que é contrário aos interesses do capital (HERMAN; CHOMSKY, 2002, posição 1878), não é surpresa que sejam demonizadas as demandas daqueles, como os indígenas, que vivem sob relações sociais que se opõem ao individualismo burguês.

Não se trata de fato recente. A insistência de tais povos em perdurar em seus modos de vida sócio - comunitários foi, desde o início da colonização, discursivamente combatida pelos colonizadores.

Para isso, nas falas e escritas ocidentais, os indígenas foram prontamente apartados em dois grandes grupos: os *bravios* e os *mansos*. Os *bravios* eram aqueles que resistiam pelas armas ao domínio do colonizador, podendo, por esse motivo, ser eliminados, tal como inimigos de guerra; os *mansos* eram os aliados, que não ameaçavam diretamente a vida do europeu invasor do Novo Mundo (OLIVEIRA, Manoela, 2005, p. 21).

Note-se que a segunda categoria também foi, ao final, objeto do massacre colonialista. Sua vida, em princípio, foi preservada; não, porém, seus hábitos e suas crenças, demonizadas, no caso brasileiro por exemplo, desde logo pelos jesuítas (BOSI, 1992, p. 68).

Somam-se, ainda, os estereótipos propagados de geração para geração. É o caso da *preguiça* atribuída aos indígenas, que, segundo a imagem produzida, vivendo em rélicas do paraíso terrestre, como as proximidades de Olivença de rios e praias abundantes, deixavam de “[...] explorar as inesgotáveis riquezas que tão generosamente a mãe natureza oferece a todo instante” (MOTT, 2010, p. 231).

Em tempos atuais de paradoxalmente concomitante reconhecimento de direitos constitucionais e de expansão desenfreada do agronegócio e do turismo, a propaganda não difere. Ainda que se tenham adaptações à nova realidade vigente, na essência, elas não modificam os velhos “[...] estereótipos instituídos por uma repetida sequência de ‘certezas’, na qual, os lugares de fala legitimados atribuem aos ‘outros’ seus significados de forma segura, estável e inquestionável” (OLIVEIRA, Manoela, 2005, p. 59).

É possível até mesmo vislumbrar a distinção entre índios *bravios* e *mansos*, a depender do comportamento de cada etnia perante o universalismo e o expansionismo imanente ao capitalismo.

Em tais termos, os bravios consistem nos indígenas que, em sua mobilização, enfrentam os grupos dominantes por intermédio de estratégias legais (clamando, por exemplo, pela aplicação dos direitos legalizados em seu favor) e extralegais (promovendo, por exemplo, manifestações de ruas ou retomadas das terras que tradicionalmente ocupam).

Para essa categoria, fazendo uso do dualismo evolucionista da modernidade eurocêntrica, em geral, a mídia questiona a própria identidade étnica, vez que não se amoldam à imagem estereotipada do que considera índio autêntico, isto é, “[...] nu ou de tanga, no meio da floresta, de arco e flecha, tal como foi visto por Pedro Álvares Cabral e descrito por Pero Vaz de Caminha, em 1500” (FREIRE, 2012, p. 1)³⁷. Outra ação midiática frequente consiste em inseri-los à qualidade de marginais que vendem suas terras (DALLARI, 2012, p. 1)³⁸, devendo, assim, receber o tratamento repressivo do Estado³⁹.

Por outro lado, os mansos são aqueles que não enfrentam ostensivamente os grupos hegemônicos. Essa aparente ausência de resistência, entretanto, não os livra de estereótipos que os inserem à posição submissa de peças de museu ou de patrimônio cultural:

Convertendo as culturas indígenas em espetáculo, o turismo força a estereotipagem das cerimônias e dos objetos, misturando o primitivo e o moderno, numa operação que, entretanto, mantém a diferença subordinada do primeiro com relação ao segundo. E, por fim, a pressão exercida pelo Estado, transformando o artesanato e as danças em patrimônio cultural da Nação, exaltando-as como capital cultural comum, isto é, usando-as ideologicamente para fazer frente à fragmentação social e política do país (MARTÍN-BARBERO, 2013, p. 265).

³⁷ Nesse sentido, cita-se texto intitulado *Pagando mico – o falso índio que deu truque em Lula e em Dilma*, veiculado pelo colunista Reinaldo Azevedo, do semanário de maior número de leitores do país, a Revista Veja, acerca de liderança de Movimento Indígena de Renovação e Reflexão no Amazonas (MIRREAM). Segundo Azevedo (2013, p. 1), tal liderança “[...] ganhou notoriedade em 2009, após liderar invasões de terras públicas para assentar índios sem teto”, não se parecendo e nem falando idioma indígena, não tendo, pois, ao seu ver, tal identidade.

³⁸ Ainda que, como anotado por Dallari (2012, p. 1), seja juridicamente impossível a um índio vender a terra demarcada, pelo fato desta pertencer à União, nos termos do art. 20, inciso XI, da Constituição Federal.

³⁹ De clareza manifesta foi a manchete de matéria sobre o assunto, veiculada no mais tradicional diário da capital paulista, o Jornal O Estado de S. Paulo: *Por milhões de dólares, índios vendem direitos sobre terras da Amazônia* (SALOMON, 2012, p. 1).

Em ambos os casos de bravios e mansos, os direitos originários são frontalmente combatidos pelos meios de comunicação de massa, como se, nas observações de Dalmo Dallari (2012, p. 1), fosse atribuída terra em excesso aos indígenas. Tal como dito pelo jornalista da Rede Bandeirantes em debate entre presidenciaíveis, citado no início do presente capítulo, sob esse raciocínio, haveria uma categoria de privilegiados no Brasil: os indígenas.

3.3 O poder de transformação da propaganda

O processo de filtragem acima mencionado evidencia a estrutura de divulgação de informações construída para a formação do consenso. Tal teoria não resolve, contudo, o problema de estabelecer o quanto as campanhas midiáticas podem efetivamente atingir seus objetivos.

Resta saber, por exemplo, se o comportamento do público é sempre aquele pretendido pelas propagandas veiculadas; se o público consome todos os produtos oferecidos nas mensagens publicitárias; por fim, se o apoio midiático a políticas públicas, como a não demarcação de terras indígenas, influencia na legitimidade das ações estatais.

No âmbito da lógica dualista evolucionista da modernidade eurocêntrica, as respostas a tais questionamentos poderiam dar-se sem maiores dificuldades. Bastaria considerar a relação unidirecional de causa e efeito sustentada pelo positivismo filosófico, que, como anota Boaventura Santos (2002, p. 62-65), condensou o pensamento hegemônico no século XIX⁴⁰.

Ainda que perdue a encontrar ressonância perante o senso comum, o problema de tal raciocínio está na desconsideração de que o

⁴⁰ Caso da teoria da bala mágica, advinda no início do século XX, que defendia a recepção das mensagens da mídia “[...] de maneira uniforme pelos membros da audiência [...]” (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 182).

consumo das informações encontra-se sujeito à interpretação, à tradução e a atos de resistência (MARTÍN-BARBERO, 2013, p. 311), a depender da “ [...] *estrutura cognitiva* de necessidades, hábitos de percepção, crenças, valores, atitudes, habilidades [...]” (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 189) de cada pessoa. Ademais, desconsidera a existência de outros mediadores como a família, a igreja e a escola, como mencionado no início deste capítulo.

A resposta aos questionamentos acerca dos efeitos da propaganda, acima realizados, portanto, não é singela. No presente trabalho, serão consideradas três teses que influenciam a academia desde o século passado: a *hipótese do agendamento*, a *hipótese do enquadramento* e a teoria do *cultivo*. Tais correntes de pensamento explicam o notável poder alcançado pela propaganda midiática da modernidade eurocêntrica, sem, contudo, cair na armadilha positivista da relação unidirecional de causa e efeito.

3.3.1 A hipótese do agendamento e do enquadramento das notícias

Advinda na segunda metade do século XX, a *hipótese do agendamento* reconhece a mídia como poderoso instrumento que determina os principais temas discutidos na agenda pública (MCCOMBS; REYNOLDS, 2009, p. 1). Trata-se do poder midiático de pautar o debate público, salientando “[...] determinados fatos, com exclusão de outros, como se estes nunca tivessem acontecido [...]” (COMPARATO, 2013, p. 119).

A correlação entre a agenda dos eleitores em períodos eleitorais e o conteúdo transmitido pelos meios de comunicação consistiu em uma das principais bases para a formulação da teoria. Tal fato, por exemplo, foi constatado na eleição presidencial estadunidense de 2008, pautada pela Guerra no Iraque como reflexo do destaque que o tema recebeu da mídia por três meses no ano anterior (MCCOMBS; REYNOLDS, 2009, p. 1-3).

Com a hipótese do agendamento, é possível ainda considerar o *enquadramento da notícia*. Verificou-se, por tal concepção

teórica, que “[...] os meios de comunicação também teriam o poder de nos dizer como devemos pensar os temas existentes na agenda da mídia” (COLLING, 2001, p. 94).

Percebeu-se, portanto, que a mídia estabelece não apenas os temas, mas os próprios termos dos temas a serem noticiados, definindo o debate público.

A inserção do enquadramento no mesmo grupo da hipótese do agendamento não é aceita sem controvérsias. Todavia, há certo consenso de que há íntimo liame que os insere no mesmo processo de informação (TEWKSBURY; SCHEUFELE, 2009, p. 24).

O agendamento e o enquadramento não desconsideram diferenças individuais e nem a existência de outros mediadores aptos a gerar efeitos diversos na recepção das mensagens. As hipóteses trabalham com tais circunstâncias, apartando, para citar um exemplo, o público indeciso do não-indeciso: constata-se o maior poder midiático de pautar e definir os debates públicos perante os que ainda não formaram opinião acerca de determinados temas (MCCOMBS; REYNOLDS, 2009, p. 8-11).

Em outras palavras, trata-se de teses que criticam a crença no saber matemático e determinista, mas, concomitantemente, confirmam a mídia como fundamental instrumento de dominação.

/

3.3.2 A teoria do cultivo midiático

Também originada na segunda metade do século XX, a *teoria do cultivo midiático* toma por base o comportamento do público submetido desde a infância à programação de emissoras de televisão. Sustenta que as mensagens televisivas consistem em um sistema coerente de valores que leva as pessoas a perceber o mundo por toda a vida de maneira

semelhante ao que para elas é transmitido (MORGAN; SHANAHAN; SIGNORIELLI, 2009, p. 34).

Ressalve-se que, segundo os defensores da teoria, a *internet* não enfraqueceu as mensagens das emissoras de televisão⁴¹. Isso, ainda mais no Brasil, onde cerca de 42% da população não acessa a rede mundial de computadores (BOCCHINI, 2016, p.1).

Cabe anotar, por fim, que a *teoria do cultivo* não adota a causalidade mecânica moderna, admitindo a recepção diferenciada de mensagens. Contudo, considera que todas as pessoas, de alguma forma, terminam influenciadas, ante o processo contínuo de absorção sutil do conteúdo televisivo (MORGAN; SHANAHAN; SIGNORIELLI, 2009, p. 37).

3.3.3 A influência na questão racial

Estudos da Comunicação Social, como as teses acima descritas, fornecem importantes explicações para a formulação de consensos em relação a questões raciais.

O efeito da inclusão em segundo plano da população de origem africana dos Estados Unidos da América, pelos meios de comunicação de massa, é, nesse sentido, elucidativo.

De fato, investigações levadas a efeito ao longo dos anos, com base em tais concepções, verificaram como a mídia termina por fomentar os conflitos raciais no país. Por exemplo, conforme verificado por Dano Mastro (2009, p. 333-336), quando algum negro comete crime, há maior preocupação do público com a vítima; da mesma forma, a condenação de um negro noticiada reduz o apoio a políticas públicas visando à igualdade racial.

⁴¹ “Claro que estes novos meios de comunicação precisam ser analisados e é evidente que eles provocam modificações [...]. No entanto, propor que a *internet* e os novos meios de comunicação superam completamente os processos de hegemonia comunicativa pode resultar de muita ingenuidade, otimismo democrático ou revolucionário, pressa na análise ou também de simples divisionismo” (LESTINGE; ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 154).

Dessa maneira, consolidam-se os estereótipos e as comparações raciais⁴², historicamente sustentadas pelo discurso da modernidade eurocêntrica, que persistem nos dias atuais (OLIVEIRA, Manoela, 2005, p. 59): da preguiça de quem se negava a se submeter ao trabalho escravo dos colonizadores à atual criminalização de quem luta pela efetivação de seus direitos coletivos.

3.4 A análise do discurso midiático

Conhecidas tais noções, cabe agora verificar a forma pela qual os meios de comunicação utilizam-se da propaganda para trabalhar a percepção dos cidadãos em relação às demandas pela TI Tupinambá de Olivença. Daí a necessidade de se analisar o discurso midiático na cobertura jornalística acerca da respectiva luta pela terra.

Proceder à análise do discurso em um trabalho, como a presente tese, que enxerga os meios de comunicação de massa como *comissários do grupo dominante* (GRAMSCI, 1982, p. 11), significa considerar o discurso midiático como instrumento de manifestação dos valores defendidos por esses mesmos *grupos dominantes*.

Por isso, o exame a se realizar consistirá em *Análise Crítica do Discurso* (ACD), a qual, como assinala Van Dijk (1993, p. 524-525), pressupõe:

a) a consideração do poder social, isto é, o poder exercido por grupos ou instituições como relevante para o estudo das relações entre discurso e domínio;

⁴² Comparações que, segundo Mastro (2009, p. 336), levam à baixa da auto-estima dos grupos dominados. Tal assertiva faz lembrar o sucedido por muitos anos nas proximidades de Olivença, onde a auto-identificação dos nativos dava-se sob a denominação de *caboclos*, evitando-se o termo tornado pejorativo *índios* (VIEGAS; PAULA, 2009, p. 20).

b) que os grupos, as instituições ou seus membros têm ou exercem o poder quando controlam as mentes ou as ações dos outros;

c) que os grupos que detém o poder social abusam de tal condição, exercendo-o conforme seus interesses e contrariamente aos interesses dos grupos controlados;

d) que o poder social encontra fundamento em recursos socialmente valorados ou em um acesso especial a tais recursos, como são os casos da força, da riqueza, da posição social, dentre outros;

e) a consideração de que o poder social e o domínio dividem-se em modalidades de controle social, como a força e o poder persuasivo, controlando-se, no último caso, a mente dos outros;

f) que os grupos dominantes procuram controlar os meios de produção simbólica, como os meios de comunicação;

g) que o poder e o domínio são poucas vezes absolutos ou completos, podendo ter mais ou menos alcance ou ser mais ou menos efetivo, a depender de situações especiais;

h) que a relação de domínio não é absoluta, mas gradual, podendo haver resistências e até compartilhamento de poder.

As considerações acima mencionadas coadunam-se com a *teoria dos filtros* de Herman e Chomsky. Tal teoria, ao considerar fatores de filtragem que determinam o que pode ser noticiado, também enxerga os discursos divulgados pela propaganda midiática como instrumentos de manutenção do poder.

Daí que a utilização da ACD na forma de ferramenta de análise e o concomitante emprego do modelo de propaganda de Herman e Chomsky para a reflexão dos interesses hegemônicos nas coberturas jornalísticas configura uma hibridação teórica “[...] não apenas possível, mas também necessária” (LESTINGE; ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 151).

Acrescente-se que os pressupostos da ACD não destoam de outros métodos de estudo que, de modo semelhante, focam o conteúdo das mensagens midiáticas. É o caso da *abordagem heurística*, sustentada por Eisenhardt e Johnstone (2013, p. 118-119), a qual procura descobrir por que um texto é como ele é, reputa o sujeito que escreveu (ou falou) o texto e, ainda, indaga das circunstâncias que o motivaram bem como a linguagem empregada.

O uso da linguagem é considerado também por aqueles cujos estudos visam a descobrir o sentido dos textos. Este é, por exemplo, o exame realizado por José Fiorin e Platão Savioli (2007, p. 11-13), para quem a análise do conteúdo textual deve ter por base duas considerações:

a) o texto não consiste em um conglomerado de frases a serem consideradas isoladamente;

b) o texto contém um pronunciamento dentro de um debate de escala mais ampla, o que significa considerar que a respectiva construção pressupõe a intenção de marcar posição.

A circunstância do emprego da linguagem é, da mesma maneira, objeto de particular consideração por Van Dijk (1993, p. 526). Em sua ACD, entende o autor que a mensagem tem de ser examinada a partir das mais diversas características do texto: a pronúncia, a entonação, a ordem sintática das palavras, os esquemas textuais ou as formas de diálogo, as figuras retóricas, as argúcias dialéticas ou a natureza dos atos de fala.

3.4.1 O emissor, o tempo e os textos dos discursos

A ACD da cobertura da mobilização dos Tupinambá levará ainda em conta a classificação do controle midiático mencionada quando da descrição do filtro da concentração das empresas de comunicação: controle

local, regional e nacional. Isso significa considerar o modelo fundado na exclusão da mídia popular (HERMAN; CHOMSKY, 2002, posição 1374).

O ponto de partida da análise serão matérias veiculadas pela mídia local para, ao final, alcançar reportagens divulgadas pela mídia nacional. Tal método possibilita verificar o quanto se diversifica (ou não se diversifica) o discurso realizado na cobertura jornalística na medida em que a sede e a abrangência da audiência da empresa de comunicação afastam-se da própria localidade do conflito debatido.

Os veículos de comunicação a serem citados partirão dos mais simples (*blogs* de pequenos Municípios) à maior empresa de comunicação da América Latina (Organizações Globo). Assim, será possível investigar também a diversificação (ou não diversificação) dos discursos, conforme a publicação se insere em empreendimento de maior complexidade.

Duas outras circunstâncias especiais levaram à menção das específicas publicações nesta ACD.

Em primeiro lugar, tem-se o fato de todas estarem inseridas em mídias empresariais, cujo discurso, como visto alhures, reflete o interesse e os valores dos próprios donos das empresas e dos respectivos anunciantes (COMPARATO, 2006b, p. 28). Interessante, nesse aspecto, salientar que o caráter prevalente empresarial da mídia é uma opção política que o Estado brasileiro tomou ao longo dos anos; poderia ter adotado e incentivado o modelo midiático estatal e público⁴³ a concorrer com o modelo empresarial, tal como, aliás, autoriza a Constituição⁴⁴, o que não ocorreu.

É certo que às emissoras de rádio e televisão privadas, enquanto concessões públicas que exercem um serviço público, são atribuídos deveres constitucionais de veicular programação de fins educativos, artísticos, culturais, informativos, promotora da diversidade cultural e

⁴³ Afirma Pedro Ortiz (2010, p. 89) que mídia estatal é a gerida e financiada diretamente pelo Estado; pública, aquela gerida mediante a participação da sociedade civil e financiada por fontes múltiplas, não exclusivamente governamentais.

⁴⁴ A Constituição (BRASIL, 1988, art. 223) determina a complementaridade – e não a exclusividade – dos sistemas público, estatal e privado nas emissoras de rádio e televisão.

regional do país e respeitadora dos valores éticos e morais (BRASIL, 1988, art. 221)⁴⁵. É certo também que há, em sede constitucional, a proibição da formação de monopólio e oligopólio midiático, visando a assegurar o pluralismo dos discursos (BRASIL, 1988, art. 220, § 5º).

O fato, porém, é que, da mesma forma que a vedação do monopólio e oligopólio é ignorada pelo filtro da concentração, o dever de veicular programação que atenda o interesse público – e não o mero interesse empresarial –, previsto no artigo 221 da Constituição, é, em grande parte, desconhecido, conforme se verá no presente capítulo.

Sendo assim, a menção a empresas privadas de comunicação na ACD a se realizar deixará claro as consequências da opção política tomada pelo Estado brasileiro em favor modelo empresarial de mídia, em detrimento da complementaridade do público e estatal.

A segunda circunstância que levou o presente trabalho a priorizar as empresas a serem citadas encontra-se em outro elemento comum que as une: o elevado público que acompanha o respectivo noticiário. Ainda que alguns dos veículos aludidos sejam eminentemente locais, as informações que veiculam logram notável repercussão na respectiva área de abrangência, de modo a poderem exercer influência no cultivo dos valores sociais bem como na agenda e no enquadramento dos debates públicos: daí terem sido citados pelos próprios Tupinambá, nas visitas realizadas em 2013 e 2014.

Dos textos a serem mencionados, tem-se editorial de publicações, o qual representa a posição oficial da própria empresa (FONSECA, 2005, p. 24). Todavia, considerável parcela dos textos consiste em reportagens assinadas por jornalistas, o que, diante da filtragem exercida

⁴⁵ As emissoras de rádio e televisão, ainda que privadas, fazem uso de um bem público, o *espectro de radiofrequência*, de fisicamente limitada possibilidade de uso. Por fazerem uso de um bem público, trabalham sob o regime de *concessão pública*: o titular do serviço é o Estado; as empresas detêm o mero *exercício* deste serviço (MELLO, 2007, p. 686-687). Tal circunstância implica no dever de veicular programação que atenda o interesse público (definido pela programação estipulada pelo art. 221 da Constituição), já que o serviço que prestam não é próprio, mas sim do Estado, cujo soberano é o povo (BRASIL, 1988, art. 1º, § único).

pelo sistema midiático, também não deixam de refletir a posição oficial da empresa acerca das lutas dos Tupinambá.

O trabalho não citará todos os editoriais e reportagens acerca do conflito (principalmente das mídias local e regional, que proporcionaram maior destaque ao caso ao longo dos anos). Do contrário, a tese poderia se estender demasiadamente em repetições de argumentos. Os textos aqui constantes foram selecionados, dentre outros, pela clareza do discurso propagado (ainda que por vezes, querendo aparentar neutralidade) em comparação a outros textos que poderiam ser citados, pertencentes às mesmas empresas de comunicação (e que, na essência, não diferem dos expressamente mencionados).

Cabe ainda anotar o material a ser especificamente trabalhado: o publicado na mídia impressa, digital e eletrônica. Haverá a representação da diversidade de mídias oferecidas ao público neste início de século.

Resta, como derradeira observação introdutória, mencionar o período de publicação das matérias a serem citadas: de 2006 a 2016. Eis um espaço de tempo, relativamente largo, escolhido em razão de alguns fatores que merecem menção.

Trata-se, primeiramente, do período de tempo em que os conflitos envolvendo os Tupinambá foram acirrados, quer pelo processo de retomadas dos indígenas, quer pela reação dos grupos dominantes locais, que passaram a clamar, com mais intensidade, por ações repressivas.

Em segundo lugar, tal espaço de tempo permite a menção à maior diversidade de empresas de comunicação. É que, nos termos do que será visto, os conflitos em debate passaram a ser pautados, nos noticiários veiculados por cada empresa, em momentos nem sempre semelhantes⁴⁶.

⁴⁶ A ausência de uniformidade no tempo a ser verificada impede também que se faça uso da hipótese de agendamento para se alcançar a uma conclusão, ainda que preliminar, acerca de qual espécie de mídia (local, regional ou nacional) pautou as demais. Trata-se, porém, de tema complexo e que não pode ser debruçado nesta pesquisa que tem outro foco.

Em terceiro lugar, em que pese o largo período, tem-se espaço que abrange parte das duas primeiras décadas deste século XXI. Com o intuito de não estender a análise em demasia, textos de outros períodos não serão citados.

3.4.2 A mídia local

3.4.2.1 O *Blog* do Pimenta

O exame inicia-se com veículo de comunicação, à primeira vista, amador: o *blog*. Apesar da simplicidade, o fato é que determinados *blogs* têm chamado atenção por conseguirem influenciar na formação hegemônica do consenso em razão dos anúncios publicitários que os tornam economicamente viáveis.

Cita-se o *blog* jornalístico mais acessado da região da mobilização Tupinambá: o *blog* do Pimenta, liderado, por quase nove anos, pela dupla de jornalistas do Município de Itabuna⁴⁷, Davidson Samuel e Ricardo Ribeiro⁴⁸. Tal publicação é mantida pelo patrocínio prevalente de empresas prestadoras de serviços da localidade, chegando a atingir, somente entre março e abril de 2009, segundo o *Google Analytics* (serviço que informa estatísticas de visitação a *websites*), mais de 300 mil acessos (SAMUEL, 2011, p. 1)⁴⁹.

⁴⁷ Apesar de não abrangida pela demarcação pretendida pelos Tupinambá, Itabuna faz divisa com Ilhéus e Buerarema. Alguns conflitos ocorridos em Buerarema são judicialmente apreciados, pela Justiça Federal, na Comarca de Itabuna.

⁴⁸ No ano de 2015, Ricardo Ribeiro deixou a sociedade instituída com o *blog*. Diferentemente do ex-sócio Davidson Samuel, Ribeiro não é jornalista, mas advogado, tendo prestado assessoria na Prefeitura e Câmara Municipal de Itabuna e na empresa Bahia Mineração (SAMUEL, 2015, p. 1). Tal empresa realiza explorações de minério na região dos conflitos dos Tupinambá.

⁴⁹ A referência final dos textos a serem analisados encontra-se juntamente com a referência das demais obras citadas ao longo deste trabalho. Todavia, quando não houver autoria indicada do texto midiático (editoriais, por exemplo), a respectiva referência estará no item *Textos da imprensa sem autoria indicada*.

A matéria a ser mencionada foi publicada em 2012, sob o título *Tupinambás são acusados de invadir propriedade e atirar em mulher grávida* (21/12/2012). Eis a sua escrita:

Após o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) dar posse à União – e, conseqüentemente, aos pataxós hã-hã-hãe – sobre a área de 54,1 mil hectares de terras entre Camacan, Pau Brasil e Itaju do Colônia, agora são os tupinambás que iniciam sequência de invasões de terras no sul da Bahia e ameaça a produtores.

Ontem, por volta das 11h, supostos índios tupinambás armados invadiram a sede da Fazenda Santa Maria, em São José da Vitória, e atiraram contra Nadieli Oliveira Nogueira, 18 anos. Os disparos atingiram as pernas da vítima, que está internada no Hospital de Base Luís Eduardo Magalhães (Hblem), em Itabuna. O quadro de saúde de Nadieli é estável, mas ainda não foram feitos exames para confirmar possível perda do bebê.

[...].

Os fazendeiros da região falam em reforçar a segurança para tentar inibir a ação dos tupinambás, comandados pelo cacique Rosivaldo Ferreira, o Babau. O PIMENTA não conseguiu contato com o cacique Babau.

A tentativa de homicídio ocorrida na Fazenda Santa Maria está sendo denunciada na Polícia Federal hoje. Os tupinambás reivindicam faixa de 47 mil hectares que apontam ser reserva indígena. A área envolve parte dos municípios de Ilhéus (Oliveira), Buerarema e Una, além de São José da Vitória (RIBEIRO; SAMUEL, 2012, p. 1).

A despeito de se tratar de *blog*, espécie de informe frequentemente ocupado textos de jornalismo opinativo, em muito se assemelhando à imprensa politicamente militante dos primeiros anos de abolição da censura prévia no então Brasil Colônia de 1821 (MEDINA, 1988, p. 51), na mensagem acima mencionada tem-se uma matéria aparentemente objetiva. Pretende-se aparentar a neutralidade do emissor e ocultar o viés pró-proprietários individuais⁵⁰.

Do título do texto, é possível verificar que a expressão *tupinambás* encontra-se no plural. Tal circunstância revela, de pronto, um fato corriqueiro nas matérias analisadas: os estudos antropológicos são ignorados; por isso, as normas de trabalho usuais de antropólogos são desconsideradas, como, no caso, a Convenção para Grafia dos Nomes Tribais da Associação

⁵⁰ Como anotam Fiorin e Saviolli (2007, p. 251): “Costuma-se acreditar que, quando se relatam dados da realidade, não pode haver nisso subjetividade alguma e que textos desse tipo merecem toda a nossa confiança porque são reflexos da neutralidade [...]. Mas não é bem assim. Mesmo relatando dados objetivos, o produtor do texto pode ser tendencioso e ele, mesmo sem estar mentindo, insinua seu julgamento pessoal pela seleção dos fatos que está reproduzindo ou pelo destaque maior que confere a certos pormenores”.

Brasileira de Antropologia, que insere o nome das etnias no singular para salientar o caráter de coletividade única do povo (MELATTI, 1979, p. 9-15).

Vencido o título, o texto tem início sustentando o fundamento para a mobilização (o que chama de “invasão”, ignorando, pois, o sentido das *retomadas*) dos Tupinambá: o fato do Supremo Tribunal Federal (STF) legitimar ações de outras etnias da Bahia, possibilitando a respectiva demarcação de terras. Note-se que ao afirmar que “agora são os tupinambás que iniciam sequências de invasões”, a matéria termina por asseverar que os *Pataxó Hã-Hã-Hãe*, que tiveram um direito reconhecido pela cúpula do Judiciário, o STF, também são invasores.

O texto, portanto, inicia-se com a velha ideia de que os indígenas não se encontram inseridos no contrato social, pois não têm direitos. Tal como já explanado, é da prática dualista evolucionista, do discurso da modernidade eurocêntrica, a não inclusão de tais povos nos pilares da regulação e da emancipação, mas, como anota Boaventura Santos (2007a, p. 75) à submissão da apropriação e da violência.

A seguir, o texto narra que, tal como os *Pataxó Hã-Hã-Hãe*, os Tupinambá também praticam “sequência de invasões de terras”, o que significa a prática de crime de esbulho e associação criminosa (no caso, associação de mais de três pessoas para a prática de crimes presente da expressão “sequência”) tendo como vítimas os produtores (“ameaçados”).

Percebe-se, aí, a consideração dos indígenas como perniciosos à economia, eis que ameaçam quem “produz” com base na propriedade individual.

No parágrafo seguinte, o texto utiliza-se de expressão que, conforme se verá, é comum nas matérias jornalísticas analisadas: refere-se aos Tupinambá como “supostos índios”. Na concepção teórica de exame de texto, anotam Fiorin e Savioli (2007, p. 415) que a palavra “supor” é marcada pela incerteza: saindo da teoria geral de ambos os autores e voltando ao texto em análise, fica clara a mensagem de que não se sabe ao certo se os “invasores” são indígenas; eles são, repita-se, “supostos índios”.

O texto prossegue na imputação de crimes contra os Tupinambá: tentativa de homicídio contra uma jovem de apenas 18 anos que se encontrava grávida. Afirma-se que os “invasores” “atiraram” (a associação criminosa de supostos índios é, portanto, armada) na jovem, atingindo-a na perna, seguida de um pretense alívio (o quadro de saúde da vítima é “estável”) e de um fato a causar preocupação no leitor, oriundo de um ato cruel (atirar contra uma grávida): “mas ainda não foram feitos exames para confirmar a possível perda do bebê”, diz o texto, já sugerindo (“possível”) o aborto (“perda do bebê”).

Em parágrafo seguinte, a matéria leva a entender uma situação caótica gerada exclusivamente pelos Tupinambá: “os fazendeiros da região falam em reforçar a segurança para tentar inibir a ação dos tupinambás...”.

Pelo texto, por causa dos indígenas, a região das proximidades de Olivença pode voltar a viver sob um verdadeiro *estado de natureza* hobbesiano, de guerra caótica de todos contra todos, onde fazendeiros contratam segurança particular para defender-se (sem fazer menção ao Estado, detentor do monopólio da força, segundo a teoria do contrato social).

A matéria encerra, deixando claro o crime que atribui aos liderados por Babau: “tentativa de homicídio” (BRASIL, 1940, art. 121, combinado com o art. 14, II). Explica ainda a reivindicação dos indígenas (“47 mil hectares de terra”), inserindo (como se fosse para ampliar o problema) localidade não atingida pelo conflito (Município de São José da Vitória).

3.4.2.2 Macuco News

Prosseguindo na mídia local, cita-se o portal de notícias da pequena Buerarema, denominado *Macuco News*, fundado em março de

2009. De propriedade do jornalista Claudio da Conceição, consiste em outro informe aparentemente amador, mas empresarial, sustentado por verba publicitária do comércio do Município e da própria Prefeitura.

A menção a um informe tão localizado se deve ao fato da comunidade Tupinambá da Serra do Padeiro, liderada pelo cacique Babau, localizar-se em Buerarema. Portanto, diante do destaque que tal liderança tem logrado pelas ações de retomadas de terras, o pequeno Município atravessa momentos de tensão, insuflado, como se verá agora, pela mídia local.

O texto a ser mencionado do Macuco News é elucidativo. Trata-se de matéria veiculada em 2011, nos seguintes termos:

Mais três fazendas são invadidas em Ilhéus
Luiz Henrique Uaquim, presidente da Associação dos Pequenos Produtores de Ilhéus, Una e Buerarema, afirmou na manhã de hoje (19) que mais três fazendas foram invadidas no final de semana passada pelos tupinambás. “Os que se intitulam índios continuam invadido extremamente armados. Invadiram propriedades na região da Cascalheira”, afirmou.

Em entrevista ao programa O Tabuleiro, Conquista FM, Uaquim contou que uma das fazendas invadidas, de apenas 20 hectares, pertence a um casal de idosos de quase 80 anos que a família tem posse a 140 anos. “Eles entraram armados e estão ameaçando a família”, relatou.

Uaquim acredita que novos elementos se aproveitando da situação, começaram invadir essas propriedades. Ele afirma que essas pessoas serão denunciadas ao Ministério Público federal e terão o mesmo destino da Cacique Valdelice e do Cacique Babau (CONCEIÇÃO, 2011, p. 1).

O título da matéria é claro: há uma reiterada (“mais três fazendas”) violação em propriedades privadas nas proximidades de Olivença, via invasão de fazendas (vale dizer, delito de associação permanente – “reiterada”- de mais de três pessoas para a prática de crimes, conforme definido pelo artigo 280 do Código Penal). A estratégia das retomadas é ignorada, pois, para o periódico, há invasões (“invadidas”).

No decorrer do texto, o discurso fica ainda mais evidente, pela entrevista de representante de classe dos produtores rurais, que, colocando em dúvida a identidade étnica dos que considera invasores (“os que se intitulam índios”), acusa-os de consistirem em verdadeiro bando armado (“continuam invadindo extremamente armados”) e de serem responsáveis pela

prática de delitos contra pessoas indefesas e pobres (invasão de terra de “apenas 20 hectares”, pertencente a “casal de idosos de quase 80 anos”).

Tem-se, assim, a tese de que o conflito em questão envolve pobres contra pobres (não-índios que são pequenos proprietários), olvidando-se da concentração de 37,3% da área demarcável em favor de apenas oito propriedades (BRASIL, 2008, p. 97), conforme já visto. Tem-se, também, a criminalização dos Tupinambá, o que explica a menção expressa aos caciques Valdelice (Jamapoty) e a Babau, as principais lideranças dos indígenas, conforme já mencionado anteriormente.

A propósito, o noticiário cita ambos os caciques como se estivessem presos por condenação penal definitiva (“terão o mesmo destino da Cacique Valdelice e do Cacique Babau”). Desconsidera-se que, apesar de todo processo de criminalização, não se tem condenação desta espécie.

3.4.2.3 Jornal A Região

No âmbito da mídia local, destaca-se também o Jornal A Região, sediado em Itabuna. Fundado em 1987, mantém, além da tradicional edição impressa distribuída para todo o sul da Bahia, uma edição *on line*.

Como se verá agora, as matérias de tal periódico são ostensivamente enviesadas. Ao contrário, por exemplo, dos textos aludidos no *Blog* do Pimenta, o Jornal A Região não procura imprimir aparência de objetividade em suas mensagens.

Serão citadas duas matérias, todas reveladoras da forma pela qual mencionado jornal trata o drama dos Tupinambá.

Menciona-se, primeiramente, matéria veiculada em 2010, quando da prisão do cacique Babau. A manchete é clara: *Sul da Bahia comemora a prisão de Babau*.

Foi de alívio o clima no sul da Bahia, ao receber a notícia de que o suposto cacique Babau, na verdade Rosivaldo Ferreira da Silva, foi preso pela Polícia Federal durante a madrugada, na Serra do Padeiro, em Buerarema.

Ele estava sendo caçado desde agosto do ano passado, quando a justiça decretou a preventiva por uma série de acusações de crimes. Babau é acusado de formação de quadrilha, ameaça de morte, perturbação da ordem, bloqueio de rodovias.

Também era procurado por cárcere privado e invasão de fazendas. Ele ainda é acusado de tentativa de assassinato, incêndio criminoso, depredação de bens públicos e saques de bens em propriedades rurais.

[...].

Babau é considerado o líder dos supostos índios Tupinambás do sul da Bahia e, nos últimos anos, coordenou a invasão de pelo menos 17 fazendas, deixando um rastro de destruição. O clima ficou ainda mais tenso na região depois que a Funai, Fundação Nacional do Índio, divulgou no ano passado um relatório alegando que mais de 47 mil hectares pertencem aos "índios". A área fica em Ilhéus, Una, Buerarema e São José da Vitória (11/03/2010).

A matéria inicia-se com o termo “suposto”: cacique Babau, denominação obtida a partir da autodenominação de tal liderança enquanto indígena, é referido como “suposto cacique Babau, na verdade Rosivaldo Ferreira da Silva”. Percebe-se que, aqui, tal termo não é inserido para incutir no leitor a dúvida da identidade étnica, mas para negar tal identidade: a suposição é seguida da assertiva “na verdade Rosivaldo Ferreira da Silva”.

Após negar peremptoriamente a Babau a identidade étnica, o texto prossegue noticiando sua prisão “durante a madrugada”. O jornal não esclarece o local em que ocorreu a custódia; deveria ter esclarecido, pois, se o ato sucedeu na morada do cacique, não poderia ter sido executado na madrugada, mas, conforme a Constituição (BRASIL, 1988, art. 5º, XI), “[...] durante o dia [...]”.

Como já comentado no primeiro capítulo desta tese, segundo Babau, tal prisão deu-se enquanto dormia, tendo seu sono interrompido por pessoas encapuzadas e armadas. Estas, ainda segundo Babau, retiraram-no da aldeia e o obrigaram a aguardar em um veículo por toda a madrugada sem saber o que lhe aconteceria; assim que amanheceu, o cacique soube que havia tido sua prisão decretada.

Note-se que o texto ignorou a versão de Babau.

A matéria prossegue atribuindo ao cacique acusações de prática de ilícitos (“formação de quadrilha, ameaça de morte, perturbação da ordem, bloqueio de rodovias”, além de “cárcere privado”, “invasão de fazendas”, “tentativa de assassinato”, “incêndio criminoso”, “depredação de bens públicos” e “saques de bens em propriedades rurais”). Por isso, a explicação, presente logo no início do segundo parágrafo, no sentido de que, tal como um animal irracional, o preso era “caçado”.

Comparando o cacique a um animal irracional, o jornal termina por negar a quem se autoidentifica como indígena a atribuição de *sujeito de direito*. Retira-se dos povos indígenas a qualidade de participantes do contrato social.

Em outro trecho, o texto tece explicações sobre a origem do problema noticiado. Segundo a matéria, Babau é líder dos “supostos índios” (repete-se o “suposto”) e “e, nos últimos anos, coordenou a invasão de pelo menos 17 fazendas, deixando um rastro de destruição”.

Importante reparar que, para se atribuir graves condutas que teriam sido lideradas pelo preso, não se diz que ele “supostamente coordenou” as ações criminosas (a expressão Tupinambá *retomada de terras* é ignorada); mas que ele efetivamente coordenou-as. De um lado, portanto, a dúvida (ou negação) da identidade étnica; de outro lado, a certeza da prática de crimes por aquele que se identifica como indígena.

Por fim, o jornal cita a Funai, para atribuir ao ente a tensão na região (“O clima ficou mais tenso na região depois que a Funai...”). Ao invés de explicar que a Funai realizou um processo amplo visando à demarcação, inclusive com a oitiva dos produtores rurais que puderam contestar o pedido demarcatório, a matéria menciona apenas que um relatório foi publicado pela entidade e que este fato culminou no acirramento do conflito.

Para concluir, no mesmo trecho, duas inverdades: como já exaustivamente comentado, a Funai não declarou como indígena uma área de

mais de 47 mil hectares e nem inclui na terra demarcável o Município de São José da Vitória.

Há outro texto do jornal *A Região* que merece destaque. Trata-se de editorial publicado em 2013 (seção *Carta ao Leitor*) cujo título é elucidativo: *Só restam as armas*.

O Ministério Público Federal em Ilhéus, que deveria atuar de forma isenta, tomou partido dos falsos índios tupinambás, uma turma de caboclos que não planta nem produz nada.

Essa turma vem invadindo fazendas, armada e sempre com violência, mas o MPF prefere ignorar e tomar partido [...].

A Funai ignorou todos os livros de história e sociologia, que nunca registraram esta etnia no sul da Bahia.

O MPF ignorou denúncias de fraude em vários relatórios da Funai usados para definir reservas. Despreza as 2 mil famílias que vivem produzindo nesta área há mais de 100 anos [...].

Nem é preciso olhar muito para ver que a maioria dos que se dizem tupinambá não tem qualquer característica física de índio.

O chefe do bando, por exemplo, Babau, está mais para vocalista do Olodum que para cacique indígena. Posso dizer que sou mais índio que ele.

Os procuradores usam o discurso idiota de que a demarcação também é boa para os agricultores porque “serão indenizados”.

Se tivessem ouvido as vítimas, ao invés de apenas ouvir os “trambiquenambás”, saberiam que nenhum deles quer ser expulso de sua terra em troca de indenização.

[...].

O que esta “justiça” está fazendo é encurralar todos os produtores, deixando a eles uma única alternativa para manter seu direito, a luta armada.

Sem contar com as leis, com os títulos de terra, que um juiz tornou inválido com esta decisão. Sem contar com a PM ou PF, restam as armas.

A justiça caolha, a Funai e o governo esquerdóide Dilma vão transformar o Brasil no verdadeiro faroeste caboclo (31/08/2013).

O discurso é áspero e direto. O título da matéria já tangencia com a prática do delito de incitação ao crime, previsto no artigo 286 do Código Penal⁵¹: incentiva-se o uso de armas como instrumento de reação à mobilização dos Tupinambá.

Importante notar que se trata de editorial, texto que reflete diretamente a posição oficial da empresa sobre determinado tema (FONSECA, 2005, p. 24). Em outras palavras, o jornal expressamente defende a justiça com as próprias mãos contra os Tupinambá; insere-os, pois, no

⁵¹ Dispõe o citado dispositivo: Incitar, publicamente, a prática de crime: pena - detenção, de três a seis meses, ou multa (BRASIL, 1940, art. 286).

estado de natureza, retirando-os das garantias do Estado detentor do monopólio da força, oriundas das ideias do contrato social.

O restante do texto prossegue no mesmo sentido.

O desprezo às instituições aparece logo de início: “O Ministério Público Federal em Ilhéus, que deveria atuar de forma isenta, tomou partido dos falsos índios tupinambás, uma turma de caboclos que não planta nem produz nada”.

O jornal não explica o motivo do noticiado apoio do Ministério Público Federal (MPF) aos Tupinambá. É possível até especular sobre o ocorrido, como, por exemplo, o acolhimento dos estudos realizados pela representante do Estado brasileiro nas políticas públicas demarcatórias, a Funai. Todavia, nada fala acerca do assunto.

Também nada menciona dos estudos da fundação quando qualifica os Tupinambá como “falsos índios”. Em um texto que claramente não tem a pretensão de parecer objetivo, não se utiliza a expressão “supostos índios; “falsos índios” pareceu mais adequada ao editor.

Esse discurso direto perdura quando qualifica os indígenas como “caboclos” que nada produzem. Dois velhos estereótipos aparecem: a preguiça e a atribuição aos indígenas à qualidade de caboclos, um estágio intermediário entre o nativo selvagem e o branco civilizado: como comentado em capítulo anterior, “[...] uma categoria sociologicamente fraca” (ROCHA, 2014, p. 43), inserida no caráter dualista e evolucionista do discurso da modernidade eurocêntrica.

O jornal prossegue por intermédio de uma redação panfletária, em que reclama que o MPF ignora o fato desses “falsos índios” configurarem uma associação criminosa: afinal, de acordo com o Código Penal (BRASIL, 1940, art. 288), esta é a conduta de uma “turma” (mais de três pessoas) que invade terras, armada e com violência.

A crítica panfletária tem prosseguimento, com menção à Funai. Segundo o editor, a fundação ignorou “todos os livros de história e

sociologia, que nunca registraram esta etnia no sul da Bahia”. Interessante que se fala em “todos os livros”, mas não se cita uma única obra para corroborar cientificamente tal conclusão.

O editorial torna a criticar o MPF, por ignorar “fraudes em vários relatórios da Funai” (sem também citar uma única fraude) e por desprezar “2 mil famílias que vivem produzindo nesta área há mais de 100 anos” (ignora-se aqui toda a História de apropriação e violência sofrida pelos indígenas desde o início da colonização ibérica, como descrito alhures).

Mais estereótipos são lançados, quando se assevera que “nem é preciso olhar muito para ver que a maioria dos que se dizem tupinambá não tem qualquer característica física de índio” e que “o chefe do bando, por exemplo, Babau, está mais para vocalista do Olodum que para cacique indígena”.

Além da linguagem que ombreia a vulgaridade, o texto faz uso de um critério físico-biológico para definir um indígena. Nada mais coerente com os estereótipos impostos pelo discurso da modernidade eurocêntrica.

O texto prossegue, imputando aos membros do MPF a prática de um discurso “idiota” e inventando aos indígenas um adjetivo (“trambiquenambás”) para a defesa de outro dogma capitalista: o direito à propriedade individual, historicamente tido por sagrado. Este, segundo a narrativa, será violado com a “expulsão” dos proprietários em favor dos indígenas, olvidando-se que a demarcação ensejaria a indenização dos titulares de domínios atingidos (BRASIL, 1988, art. 5º, XXIV).

Por fim, a conclusão que leva à incitação ao crime e à defesa da exclusão do contrato social aos Tupinambá:

O que esta “justiça” está fazendo é encurralar todos os produtores, deixando a eles uma única alternativa para manter seu direito, a luta armada.

Sem contar com as leis, com os títulos de terra, que um juiz tornou inválido com esta decisão. Sem contar com a PM ou PF, restam as armas.

A justiça caolha, a Funai e o governo esquerdóide Dilma vão transformar o Brasil no verdadeiro faroeste caboclo.

Defende o texto o uso de armas contra os indígenas e, para isso, tenta desmoralizar as instituições: “justiça caolha” e “governo esquerdóide” são expressões utilizadas.

Tudo isso, por meio do emprego de noções de *totalidade indeterminada*, via generalizações imprecisas, o que constitui grave defeito de argumentação (FIORION; SAVIOLI, 2007, p. 203). Apesar da baixa qualidade redacional, o fato é que se trata de uma mensagem midiática, afetando a interpretação das pessoas sobre a vida (DEFLEUR; BALL-ROKEACH (1993, p. 335). – no caso, naturalizando a violência contra os Tupinambá.

3.4.2.4 Diário de Ilhéus

Em continuação ao trabalho, analisa-se matéria veiculada pelo Diário de Ilhéus, principal impresso do Município que lhe dá o nome, fundado em 1999 por funcionários de tradicional jornal local, o *Diário da Tarde*, que circulou entre 1928 e 1999. A matéria examinada foi publicada em 31 de maio de 2014, tendo por título *Deputada volta a cobrar ações contra demarcação de terras no Sul da Bahia*:

A deputada estadual Ângela Sousa (PSD) participou na tarde da última quinta-feira de uma sessão especial realizada na Câmara Municipal de Ilhéus onde voltou a cobrar dos governos estadual e federal medidas concretas para resolver os conflitos de demarcação de terras nos municípios de Ilhéus, Uma, Buerarema e São José da Vitória. De acordo com a parlamentar, o conflito gerado pelo processo de demarcação, retirando mais de 47 mil hectares de terras produtivas para entregar a supostos índios, é um problema de toda região [...].

Durante a sessão especial a deputada estadual Ângela Sousa falou da situação de violência em que vive a região e cobrou dos governos estadual e federal ações emergenciais para garantir a paz, a reintegração imediata de todas as terras invadidas e o arquivamento do processo de demarcação.

[...].

Ângela Sousa também comemorou o fato de várias propriedades estarem sendo reintegradas pela justiça para os pequenos produtores.

O texto é caracterizado por uma aparente objetividade, narrando a opinião de uma parlamentar, que, contudo, não camufla, um forte viés contrário aos indígenas. Aliás, sequer usa a denominação Tupinambá, mencionando tal etnia pela mera referência a uma localização: “sul da Bahia”.

A manchete é clara, quando, de pronto, afirma que a deputada “volta a cobrar ações contra a demarcação”. O verbo *cobrar* leva o leitor à ideia de que a parlamentar tem uma demanda justa, que é a demanda à ausência de demarcação (“ações contra a demarcação”).

O viés ao longo do texto não se modifica. No primeiro parágrafo, o jornal salienta que a *cobrança* da deputada objetiva resolver os conflitos “de demarcação de terras” envolvendo alguns Municípios, inclusive um não abrangido pela TI Tupinambá de Olivença (São José da Vitória). Outro dado equivocado consiste no tamanho que consta como área demarcável (“mais de 47 hectares de terras”), quando, na verdade, os estudos da Funai indicaram a demarcação de 42 mil hectares, conforme visto alhures.

A matéria, por intermédio das palavras da deputada, também salienta que as terras demarcáveis são “produtivas”. Além de olvidar as terras abandonadas, o jornal, ainda que sutilmente, faz contraste da produtividade do branco com uma hegemonicamente sustentada improdutividade dos indígenas.

No mesmo parágrafo, o jornal afirma que a área demarcável será “entregue” a “supostos índios”. Em outras palavras, trata a demarcação como um favor do Estado – e não um direito dos povos indígenas –, eis que o termo *entregue* pode levar à ideia de um ato de liberalidade; ademais, chama os Tupinambá de “supostos índios”, colocando em dúvida a identidade étnica.

O jornal perdura citando a deputada, fazendo constar que ela reclamou da situação de violência na região, solucionáveis emergencialmente (“ações emergenciais para garantir a paz”) pela “reintegração imediata de todas as terras invadidas e o arquivamento do processo de demarcação”. Como se vê, a violência na região, inclusive

torturas e assassinatos contra indígenas, é atribuída exclusivamente aos Tupinambá; a solução, para “garantir a paz” é negar as demandas pela demarcação, expulsando-os das terras que, segundo a Funai, tradicionalmente ocupam (“reintegração imediata de todas as terras invadidas” – chamando, pois, *retomadas de invasões*) e arquivando-se o processo demarcatório.

Nega-se, assim, aos indígenas qualquer direito. São considerados meros violadores da ordem (o pilar moderno da regulação).

Sem dar a palavra aos Tupinambá, a matéria é encerrada com mais uma declaração da parlamentar, que, segundo o jornal, “comemorou” a reintegração de “várias propriedades” para os “pequenos produtores”. Há, aqui, uma defesa da propriedade privada, cuja reintegração é objeto de comemoração; tem-se também uma suposta defesa de pessoas pobres da região (“pequenos produtores”), como se o conflito não envolvesse interesses de grandes proprietários.

3.4.2.5 Rádio Jornal Itabuna

Para encerrar a análise do discurso veiculado pela mídia local, cita-se a Rádio Jornal Itabuna. Fundada em 1963, a emissora de radiodifusão sonora tem sede no Município que lhe dá o nome, tendo sua audiência espalhada em Itabuna e nas localidades em que se situa a área demarcável dos Tupinambá.

O texto a ser citado foi extraído do programa *O Novo Amanhecer*, apresentado diariamente pelo radialista Rivamar Mesquita, a partir das 4 horas da manhã. Em razão do horário, sua audiência é concentrada na população de trabalhadores rurais que madruga no trabalho.

O relatório publicado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana acerca dos conflitos envolvendo os indígenas da região de Olivença, já mencionado ao longo deste trabalho, faz expressa

menção a tal programa, afirmando que o radialista e apresentador divulga, tão somente, a versão dos “[...] ‘fazendeiros’, tratando os Tupinambá de ‘supostos índios’, caricaturando-os como violentos [...]” (BRASIL, 2011, p. 84). No mesmo sentido, quando da visita à aldeia Tucum em 2013 para a elaboração da presente tese, foram ouvidos relatos de indígenas, de diversas comunidades Tupinambá, citando Rivamar Mesquita como um dos responsáveis por inserir a população não-indígena da região, especialmente os mais pobres que trabalham no campo, contra as demandas pela demarcação.

A fala a ser citada foi divulgada em 04 de junho de 2013, em menção a boato no sentido de que o governo federal promoveria mudanças nas demarcações em razão do acirramento de conflitos indígenas em todo o país, fato noticiado um dia antes no telejornal Bom Dia Brasil, veiculado pela Rede Globo de Televisão. Após veicular a íntegra dos comentários do jornalista Alexandre Garcia, desta emissora de televisão, Rivamar Mesquita teceu as seguintes considerações:

O que acontece é o seguinte: ONGs internacionais, que estão de olho em nossas matas, em nossas reservas, e que traziam dinheiro de lá pra cá pra tudo isso acontecer, ficou de muito bom agrado para o governo federal.

E, aí, deixou que a coisa andasse, que as fazendas fossem invadidas e que seria muito bom, no olhar dessas ONGs, que se transformassem em reservas indígenas e quem sabe, com as invasões indígenas, se tenha a preservação das matas e isso e aquilo.

Bom, foi aceso o pavio: [...] os produtores chegaram ao limite. Tomaram tanto tapa na cara, estão perdendo suas fazendas de uma forma tão banal, tão traiçoeira, tão desordenada, que chegaram ao limite [...]. Se a justiça, se a polícia [...] não tomar uma providência, teremos violência em nossa região.

Repito dizer que o produtor chegou ao limite. Estamos escutando nos quatro cantos das cidades [...] de que os produtores estão dispostos a tudo, tipo matar ou morrer por suas terras.

O que é certo é que já tem uma gente, eu diria assim, uma lavagem cerebral, de que é realmente índio. Eu faço uma reunião com cocar [...] e aí determino que vocês são índios, são índios, são índios e vocês acabam virando índio e que estão dispostos a matar e a morrer pela luta de vocês.

É algo de que a justiça e a polícia têm que tomar providência de uma vez por todas em nossa região para não acontecer o pior.

O radialista inicia sua fala sugerindo que os conflitos indígenas têm sua origem no incentivo de organizações não-governamentais estrangeiras, responsáveis por financiar o governo federal para fins escusos (“ONGs internacionais que estão de olho em nossas matas...”).

A seguir, narra que essa verdadeira aliança entre organizações e governo deixou que “a coisa andasse, que as fazendas fossem invadidas”. Tem-se, pois, a criminalização dos Tupinambá, tidos por invasores de propriedade individual (“fazendas”).

O jornalista ainda assevera que, para as organizações não-governamentais, o acontecimento que ele chama de invasão seria positivo “para a preservação da mata”. O comunicador, porém, deixa claro: a tese de preservação da natureza é uma tese sustentada, não por ele, mas pelas organizações (“no olhar dessas ONGs”), as quais ele discorda.

A seguir, o radialista faz uma clara sugestão – que tangencia o incentivo e, portanto, o delito de incitação ao crime (BRASIL, 1940, art. 286)– em favor do uso da justiça com as próprias mãos pelos “produtores” (isto é, daqueles que produzem), como resposta ao que ele considera “invasões” dos Tupinambá (“os produtores chegaram ao limite”, “teremos violência na região”). Tal verdadeira justificativa para a barbárie, a inserir os indígenas em estado de natureza desprovido do monopólio do uso da força do Estado, decorre do fato dos “produtores”, segundo a narrativa, sofrerem perda da propriedade individual (“fazendas”) de forma “tão banal, tão traiçoeiras, tão desordenada” (um “tapa na cara” deles).

O comunicador faz ainda uso da expressão “desordenada”, evidenciando a preocupação com o pilar moderno da regulação. Para a preservação da ordem, ignora-se o direito de cunho emancipatório da demarcação das terras dos indígenas (os estudos da Funai não são considerados) e admite-se o arbítrio da força privada.

O mesmo raciocínio segue quando a emissora, por intermédio do comunicador, transmite que os conflitos da região levam a uma situação “limite”, porque se escuta nos Municípios envolvidos (“nos quatro

cantos das cidades”) que os “produtores estão dispostos a tudo, tipo matar ou morrer por suas terras”. Percebe-se, outra vez, uma sugestão à justiça com as próprias mãos, justificando, de antemão, a prática de homicídios contra os Tupinambá, como se não fossem sujeitos de direito.

É certo que se poderia concluir que o radialista estaria a fazer uma crítica genérica a toda situação conflituosa que, conforme já se viu ao longo desta tese, também tem desagradado os indígenas. Todavia, tal possível conclusão é elidida no trecho seguinte quando nega a identidade étnica dos Tupinambá (“acabam virando índio...”): sugere que criminosos fazem “lavagem cerebral” para convencer pessoas a serem indígenas (embora, segundo Rivamar Mesquita, não sejam) e, assim, também “matar ou morrer”.

Concede-se mais uma justificativa à prática de justiça com as próprias mãos contra os Tupinambá: uma verdadeira legítima defesa, já que estes matam e morrem pela terra que, segundo a matéria, pertence aos “produtores”.

Por fim, o radialista clama pela tomada de providência da “justiça e polícia”. Fica evidente que o Estado é chamado apenas para criminalizar quem luta coletivamente por um direito, sob pena de, no raciocínio da emissora, ter-se legitimado o uso arbitrário das próprias razões.

3.4.3 Mídia regional

3.4.3.1 Jornal A Tarde

Na mídia regional, merece destaque o Jornal A Tarde. Sediado em Salvador, trata-se do mais antigo diário baiano em circulação (desde 1912), tendo edição *on line* integrada à plataforma UOL (do Grupo da Folha de S. Paulo), além da versão impressa vendida em toda a Bahia.

Expõe-se, primeiramente, matéria publicada em 2009, intitulada *Protesto de produtores rurais bloqueia a BR-101*:

BUERAREMA. Manifestação na rodovia teve como objetivo repudiar o relatório da Funai que prevê a demarcação de terras tupinambás em quase 48 mil hectares da região sul da Bahia. Pequenos e médios produtores rurais bloquearam, na manhã de ontem, a BR-101, na entrada da cidade de Buerarema, numa manifestação de repúdio ao relatório apresentado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) que prevê a demarcação de terras tupinambás em 47.376 hectares [...].

O protesto, que contou com a presença de trabalhadores rurais e comerciantes desses municípios, demorou quase duas horas [...].

Para um dos líderes do protesto, o produtor e comerciante Alfredo Falcão Costa, a Funai se aproveitou da tese de uma antropóloga portuguesa para "montar essa farsa, que vai produzir um impacto social e econômico desproporcional, retirando 18 mil produtores para colocar três mil pessoas que se dizem índios".

Diferentemente das matérias apresentadas, por exemplo, pelo Jornal A Região, não se cuida de uma reportagem explicitamente enviesada. Todavia, a forma pela qual a narrativa é conduzida revela, conforme se verá, um forte viés contrário aos Tupinambá.

A reportagem tem início informando ter ocorrido um protesto contra um “relatório” da Funai. Não se fala da origem deste “relatório” a partir de um longo processo visando a analisar o pedido de demarcação de terra dos indígenas.

O texto prossegue, ampliando um fato: a área demarcável, segundo a Funai, seria de “quase 48 mil hectares”. O pretenso problema é ampliado pela palavra “quase” (o texto poderia dizer que a área teria “menos de 48 mil hectares”).

Confunde-se ainda, a área reivindicada pelos Tupinambá (47 mil hectares) com a área demarcável segundo a Funai (42 mil hectares). Em suma, para ampliar o drama que quer narrar, o jornal dilata a demarcação objeto do protesto em 6 mil hectares (48 mil ao invés de 42 mil).

O texto ainda menciona que tal área ocupada envolve as “áreas agrícolas mais produtivas” da região e que o protesto contou justamente com este setor produtivo: trabalhadores rurais e comerciantes. A expressão “proprietário rural” vem substituída por “trabalhadores”, o que

proporciona o contraste maior com os indígenas, historicamente estereotipados como não produtivos e preguiçosos.

O caráter enviesado da matéria torna-se mais claro quando cita a fala de um líder do protesto (“produtor” e “comerciante”, ou seja trabalhador) no sentido de que a Funai teria aproveitado-se da tese de uma antropóloga “portuguesa” (portanto, estrangeira, moradora distante da região) para montar “uma farsa” a prejudicar “18 mil produtores” (ou seja, pessoas que produzem) em favor de número consideravelmente inferior de “três mil pessoas que se dizem índios” (o que vai no mesmo sentido da expressão “farsa”, já que, na verdade, segundo o manifestante, não há indígenas).

Essa interpretação do conflito exteriorizada pelo líder do movimento noticiado não é contraposta por qualquer versão apresentada pelos indígenas, pela Funai ou por dado do processo demarcatório. Finalmente, não é complementada com informação acerca da própria liderança entrevistada, tais como a área de terra que trabalha (é camponês ou dono da terra?) ou eventuais interesses seus (pertence a algum grupo político de Buerarema?).

Cita-se, ainda, uma segunda matéria, atribuída a Míriam Hermes (2016, p. 1), intitulada *Cacique Babau é liberado após prisão preventiva em Ilhéus*. O texto é aqui mencionado por ter sido publicado quase sete anos (11/04/2016) após a primeira matéria citada, de modo a revelar uniformidade no discurso do jornal com o passar do tempo:

O cacique Rosivaldo Ferreira da Silva, mais conhecido como Babau e seu irmão, José Aelson Jesus da Silva, conhecido como Teity, índios da etnia Tupinambá, foram liberados nesta segunda-feira, 11, à tarde da prisão preventiva determinada pela Justiça Federal de Ilhéus.

[...].

Eles foram presos pela Polícia Militar dia 7 de abril, acusados de estarem portando um revólver 38 e uma pistola, ambos com munição, e de atrapalhar uma reintegração de posse dada pela Justiça Federal para uma propriedade ocupada pelos Tupinambá.

Conforme o registro da ocorrência policial, a reintegração ocorreu pacificamente no dia 06 de abril, mas no dia seguinte, quando o produtor foi até a fazenda para trabalhar, houve impedimento. A PM foi chamada e afirma que foi recebida a tiros e pedradas e que, em seguida, o cacique e seu irmão tentaram fugir.

Na acusação dos prepostos da PM, eles alegam ainda que os dois indígenas bateram com o carro em que estavam contra uma barreira formada por viaturas policiais. Perseguidos os dois foram presos e

levados para Ilhéus. Ambos negam as acusações de acordo com o advogado da comunidade, Valdir Mesquita.

O secretário estadual de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS), Geraldo Reis, chegou em Ilhéus no sábado (09) quando esteve com os dois índios presos e acompanhou a audiência de ontem com uma equipe da secretaria.

[...].

Reis destacou ainda que no domingo (10) esteve reunido com lideranças indígenas pedindo cautela e um esforço de pactuação para a solução pacífica da questão das terras na região.

Histórico

O conflito de terras entre fazendeiros e indígenas se arrasta há anos na região sul da Bahia e tem resultado em mortes e feridos dos dois lados, em emboscadas e confrontos, com acusações recíprocas de crimes de mando.

Em 2009 a Fundação Nacional do Índio (Funai) demarcou um território situado entre os municípios de Buerarema, Ilhéus e Una com 47,3 mil hectares, como território do povo Tupinambá. Durante estes anos vêm acontecendo invasões sucessivas às fazendas situadas nesta área por parte de indígenas que alegam estarem retomando o que é seu de direito.

A característica do texto consiste na aparente objetividade a permitir a concessão da palavra a ambos os lados do conflito.

A reportagem tem início com a narrativa da jornalista acerca da soltura de Rosivaldo (mais conhecido por Babau) e seu irmão José Aelson (mais conhecido por Teity), submetidos a uma anterior prisão preventiva. Note-se que a identificação dos Tupinambá com o nome civil – sendo o indígena inserido como um complemento “mais conhecido como” – não deixa de ser um acolhimento, ainda que sutil, da versão policial, que assim intitula todos os acusados da prática de delito. O nome indígena, efetivamente utilizado pelos Tupinambá no seu cotidiano, é exposto na reportagem como uma mera alcunha da sociedade não-indígena.

A reportagem prossegue contando acerca da anterior prisão (“a decisão foi assinada...”), para em seguida focar a versão policial que ensejou a custódia: acusados de portarem arma e “atrapalhar uma reintegração de posse dada pela Justiça Federal para uma propriedade ocupada pelos Tupinambá”.

Como se vê, a ação de resistência indígena é definida pelo verbo “atrapalhar” seguida, pouco mais adiante, do termo “propriedade”: tem-se a luta coletiva por um direito tida como obstáculo ao exercício da base capitalista, o domínio individual; por isso, coerentemente, a estratégia

indígena da retomada de terras assim não é definida, sendo mencionada como uma “ocupação”, ou seja, uma tomada de posse. Tudo isso, ainda que a matéria denomine corretamente a etnia pelo singular (Tupinambá e não Tupinambás), tal como exigem as normas da Antropologia.

Na mesma descrição da versão policial, a matéria narra o constante em Boletim de Ocorrência, no sentido de que os indígenas teriam impedido “produtor” “trabalhar” (isto é, impediram a produção econômica), recebido a polícia a tiros e pedradas e ainda tentado fugir. Também narra a versão do mesmo documento de que Babau e irmão teriam sido presos porque “bateram com o carro que estavam contra uma barreira formada por viaturas policiais”, tal como normalmente são custodiadas pessoas procuradas pela polícia.

Essa versão é contraposta por uma única linha: “ambos negam as acusações, de acordo com o advogado da comunidade”. Não é, contudo, apresentada a efetiva narrativa daqueles que foram presos.

No âmbito da pretensa objetividade, a matéria prossegue com entrevista de secretário estadual do Estado da Bahia. Cita, então, que este estaria conversando com os indígenas “pedindo cautela e um esforço de pactuação para a solução pacífica” do conflito, dando a entender que a violência da região tem sido fomentada exclusivamente pelos Tupinambá.

A matéria é encerrada com uma breve histórico de todo o ocorrido. Mencionam-se as acusações recíprocas de assassinatos, confrontos e emboscadas, embora não se fale da imputação de torturas contra os indígenas, atribuídas a agentes da polícia, já aludidas neste trabalho.

No mesmo histórico, a matéria cita o processo demarcatório da Funai, mencionando, contudo, dados imprecisos: assevera que houve efetiva demarcação (o que, como já se viu, não ocorreu por omissão do governo federal) de 47,3 mil hectares (a demarcação sugerida pela fundação é de 42 mil hectares). Por fim, faz menção à tese dos Tupinambá de que estes “retomam o que é seu direito” (a retomada de terras), apesar de, pouco antes, chamar tais ações de “invasões sucessivas”.

Como se vê, na pretensa objetividade da matéria, há um privilégio na apresentação das teses anti-indígenas. O viés, aqui, é sutil, mas existe.

3.4.3.2 Jornal Correio

Também na mídia regional, merece destaque o Jornal *Correio*, antigo *Correio da Bahia*, fundado no ano de 1978, sendo atualmente o periódico de maior circulação entre os impressos baianos. De propriedade da família Magalhães, faz parte do mesmo grupo empresarial da TV Bahia, que por sua vez, é afiliada da Rede Globo de Televisão.

Menciona-se matéria intitulada *Justiça expede mandados de prisão e apreensão de armas contra tupinambás* (23/10/2008). Expõem-se os trechos cujo discurso é mais marcante:

A Justiça Federal expediu nesta quinta-feira (23) três mandados judiciais para tentar resolver o conflito entre os índios da aldeia tupinambá e a Polícia Federal, em Buerarema [...]. As ordens indicavam a prisão do Cacique Babau e de seu irmão, Jurandir Jesus da Silva, e a apreensão de armas.

Os índios foram acusados de reagir com violência à ação da PF [...]. Após realizar a prisão de Jesus da Silva, agentes da PF foram até a aldeia tupinambá para tentar realizar a prisão do cacique Babau, chefe da tribo tupinambá. No entanto, não conseguiram realizar a prisão do índio, que é acusado de comandar a reação indígena no início da semana. Segundo Magnólia Jesus da Silva, irmã do cacique, Babau teria ido a Brasília "para resolver o problema das terras".

Porém, Rômulo Cerqueira de Sá, administrador executivo da FUNAI (Fundação Nacional de Apoio ao Índio), indicou que o cacique teria se refugiado na mata. "O cacique agiu como índio e foi para a mata [...]. Cerqueira de Sá também informou que 14 índios ficaram feridos durante a operação da PF.

De acordo com a irmã do cacique, a PF conseguiu apreender diversas armas brancas no interior da aldeia. "Eles levaram todas as facas, facões e algumas flechas. Para isso a polícia usou bombas de gás e balas de borracha", relatou a índia.

A PF nega que tenha usado de violência contra os índios. Segundo informações da TV Bahia, afiliada da Rede Globo, alguns policiais ficaram feridos durante a ação.

A reportagem prima pela aparente objetividade, narrando o cumprimento de ordens judiciais e de ações policiais contra Babau e família, constando a versão dos indígenas e dos agentes policiais.

O texto tem início descrevendo um fato existente e criminalizador dos Tupinambá: a expedição de mandados de prisão contra suas lideranças.

A matéria prossegue, então, citando a versão da polícia de que “os índios foram acusados de reagir com violência” ao cumprimento das ordens judiciais. Não se revela, contudo, como teria se dado a aludida “violência”.

Ao que parece, a acusação da polícia decorre do fato dela não ter logrado prender Babau, “acusado de comandar a reação do índio no início da semana”. Note-se que, mais uma vez, não se menciona qualquer ato especificamente violento.

Na aparente objetividade do texto, a matéria cita a versão da irmã de Babau, no sentido de tal líder não ter sido encontrado para a prisão porque “teria ido a Brasília ‘para resolver o problema das terras’”. Veja-se que a versão da polícia não aparece entre aspas; a versão da indígena aparece, a aparentar uma situação de dúvida acerca dos seus dizeres.

A citada dúvida de uma das versões transforma-se em verdadeira certeza de inverdade a seguir, quando a matéria faz referência a uma terceira versão, a da Funai. Alude-se, no terceiro parágrafo que, de acordo com o representante da fundação, o cacique teria ido para a mata; uma reação, segundo ele, típica de índio (“o cacique agiu como índio”).

A versão da irmã de Babau é tida, assim, por desmentida. Daí que a narrativa do agente da Funai é precedida da conjunção adversativa “porém”.

A apresentação da versão do mesmo agente da fundação prossegue, quando a matéria apresenta sua afirmação de que “14 índios” foram feridos na ação policial. O jornal, contudo, não fornece maiores

detalhes desse grave fato, que, por sinal, vai no mesmo sentido dos abusos policiais contra os Tupinambá reconhecidos pelo Estado brasileiro (BRASIL, 2011, p. 8).

Tal ausência de detalhes acerca de denúncia de abuso de autoridade não deixa de ser uma verdadeira naturalização de um antigo problema: a atuação violenta de policiais, profissionais que, no Brasil, são “[...] formados e educados para perseguir ‘um inimigo interno’” (ALMEIDA, 2014, p. 12). A noticiada agressão de policiais não merecia, em tais termos, maiores destaques: afinal, os indígenas das proximidades de Olivença, como coletividade que adota modos de vida sócio-comunitários, são historicamente tidos como inimigos a serem debelados pela modernidade capitalista de origem eurocêntrica.

O parágrafo seguinte aparece como verdadeira justificativa para a noticiada ação violenta da polícia (“bombas de gás e balas de borracha”), eis que informa que a irmã de Babau reconheceu que os agentes policiais encontraram armas brancas com os índios, “facas, facões e algumas flechas”. O jornal não menciona que se trata de típicos instrumentos do cotidiano de indígenas, e não armamentos de membros de associação criminosa, como quer parecer.

Por fim, a matéria apresenta a versão dos policiais, que negam que tenham “usado violência”. Como derradeira frase, acrescenta que, segundo informações de emissora da TV Bahia, isto é, emissora do mesmo grupo do jornal, “alguns policiais ficaram feridos durante a ação”.

Importante perceber que o texto não fala que os policiais negaram especificamente o uso de bombas e balas em uma tribo formada também por crianças e idosos. Também não fala no que consiste o ferimento dos policiais.

Anota-se, por fim, um detalhe que chama especial atenção da matéria, em sua totalidade: as versões apresentadas pelos policiais encontram-se no primeiro e no último parágrafo do texto, conduzindo toda a reportagem. A versão da Funai e do povo de Babau é apresentada como mero

contraponto à mensagem inicial da reação tida por ilícita dos Tupinambá, sendo, ao final, confrontada em definitivo com a descrição fornecida pela Polícia Federal, que encerra o texto.

3.4.3.3 TV Bahia

Do mesmo grupo econômico-familiar do jornal Correio, tem-se a TV Bahia, pertencente à família Magalhães e, como mencionado no item anterior, afiliada da Rede Globo de Televisão. Em se tratando de emissora de televisão, deveria transmitir programação predominantemente educativa e informativa, conforme a Constituição (BRASIL, 1988, art. 221), o que, como se verá, não foi observado.

A matéria a ser transcrita foi veiculada em 8 de abril de 2013, no telejornal vespertino Bahia Meio Dia, transmitido para todo o Estado anteriormente ao noticiário nacional Globo Esporte. Eis os principais trechos da matéria intitulada na *internet* de *Cerca de 70 índios tupinambás ocupam hotel em Una, sul da Bahia*:

Apresentador Fernando Sodake: Índios tupinambás invadiram ontem um hotel fazenda que fica próximo a Una [...].

Apresentadora Silvana Freire: Eles querem a demarcação de uma reserva que chamam de reserva Tupinambá. Todos os funcionários foram expulsos e os índios estão ocupando bangalôs considerados de alto padrão.

Repórter Roger Sarmento: Este homem não quer ser identificado, ele está com medo. É um dos quatro funcionários deste hotel [...] invadido pelos índios tupinambás ontem à tarde.

Funcionário do hotel entrevistado: não teve agressão física não. Verbalmente, fizeram muitas ameaças, disseram que tinha sair dali agora; senão ia acontecer alguma coisa com a gente, porque ali era deles. Depois começaram a baderna [...] começou a pegar as bebidas do hotel, bebidas super caras do hotel e começou a fazer festa: som de carro e tudo mais.

Repórter Roger Sarmento: você chegou a ver armas nas mãos deles? Entrevistado: só armas características do indígena, facão, lança, flecha essas coisas.

Repórter Roger Sarmento: os índios dizem que continuarão a fazer invasões neste mês de abril. A preferência é por grandes empreendimentos [...]. O hotel tem 14 bangalôs considerados de luxo, mas não tinha hóspedes no momento da invasão. Com a

permissão dos índios, nossa equipe teve acesso à parte do interior do hotel [...]. Nesses locais, não encontramos nada danificado. O cacique que liderou a ação diz que o objetivo da ocupação é pressionar o governo federal pela demarcação de uma reserva indígena numa área de 47 mil hectares [...].

Cacique Val Tupinambá entrevistado: a gente cumpriu nossa parte e mais uma vez fomos lesados. Por isso essas ocupações, para que o governo se manifeste para resolver a questão fundiária do território tupinambá.

Apresentadora Silvana Freire em chamada para conversa com repórter Roger Sarmiento ao vivo: Há uma previsão quando homens da polícia vão para a região de Una?

Repórter Roger Sarmiento ao vivo: [...] a informação é que uma equipe de policiais já foi até o hotel agora pela manhã estabelecer um primeiro diálogo com os índios. Não há informações de que eles tenham ido lá cumprir algum mandado da justiça. [...]. Segundo informações dos funcionários, o hotel está sem receber hóspedes a três meses [...]. Segundo a Funai, o hotel está dentro da área de demarcação [...]. Informação esta contestada pela associação de agricultores [...].

De modo semelhante à matéria veiculada pelo Jornal Correio, o texto acima mencionado apresenta as versões da suposta vítima da noticiada “invasão” e as versões dos próprios indígenas. Todavia, ao chamar a ação destes de “invasão”, o telejornal já revela seu viés anti-indígena, eis que para os Tupinambá existe uma retomada de terras.

A emissora inicia, então, a reportagem entrevistando funcionário do estabelecimento inserido como “invadido”. Para isso, destaca sua narrativa no sentido de revolta pelas reiteradas ações criminosas dos indígenas (“fizeram muita ameaça”, “depois começaram a baderna”, “facão, lança, flecha essas coisas”).

Note-se que, em nenhum momento, o repórter perguntou aos Tupinambá acerca da acusação de ameaçarem pessoas. Também não teceu qualquer consideração sobre serem o facão, lança e flecha típicos instrumentos dos indígenas.

A citada narrativa, pelo contrário, foi corroborada pelo próprio entrevistador, no sentido de haver temor do funcionário entrevistado (“ele está com medo”), tendo ainda perguntado (sugerindo) para tal pessoa se “chegou a ver armas nas mãos” dos indígenas. O mesmo repórter ainda afirmou que “os índios dizem que continuarão a fazer invasões”, levando ao entendimento de que se trata de associação criminosa (“continuarão”, isto é,

realizarão práticas reiteradas de crimes em associação) invasora de propriedades.

Tem-se, é certo, a apresentação da versão dos indígenas para as “invasões”: a demora do governo federal em proceder à demarcação das terras. Contudo, em nenhum momento fala de toda a complexidade do processo demarcatório da Funai. Além do mais, a inércia do governo aparece como mera versão dos Tupinambá, pois sequer é comentada por jornalista.

Na matéria há ainda o destaque para as atividades produtivas daqueles que foram atingidos pela “invasão”: o hotel que “tem 14 bangalôs considerados de luxo”. Tudo para salientar as perdas econômicas a se concretizarem caso o Estado brasileiro aceite as demandas indígenas.

Na verdade, o aparelho estatal é tido por necessário, não para cumprir sua missão emancipatória de demarcar terras, mas apenas em sua função regulatória via medidas possessórias, inclusive com força policial. Por isso, a reportagem faz menção à presença de polícia no local ou de ação judicial visando à reintegração de posse.

Há mais detalhes que chamam a atenção. Primeiramente, o sutil estabelecimento da dúvida da identidade étnica (“Eles querem a demarcação de uma reserva que *chamam* de reserva Tupinambá”).

Ademais, o ressaltado ao fato dos indígenas ocuparem bangalôs de luxo e supostamente terem consumido as bebidas alcoólicas do hotel: os estereótipos da preguiça e da embriaguez revelam-se presentes⁵².

Por fim, a forma que se dá a apresentação das versões dos contendores. O repórter reconhece que o hotel (“invadido”) está dentro da área de demarcação “segundo a Funai”; mas encerra (dando, assim, como versão definitiva) que essa “informação” é “contestada pela associação de agricultores”.

⁵² Em suma, segundo a matéria: há a possibilidade de os “invasores” não serem realmente indígenas; mas, na hipótese de o serem, encontram-se sob a embriaguez e à aversão ao trabalho, historicamente imputadas a tais povos.

3.4.4. Mídia Nacional

3.4.4.1 O Estado de S. Paulo

Inicia-se a análise do discurso sobre os conflitos envolvendo os Tupinambá, veiculado na mídia nacional, pelo Jornal O Estado de S. Paulo. Fundado em janeiro de 1875, quando era conhecido como *A Província de São Paulo*, é o periódico mais tradicional da capital paulista, encontrando-se hoje inserido no Grupo Estado, cuja agência de notícias distribui os respectivos informes para toda a imprensa brasileira: daí a consideração do jornal paulista no âmbito da mídia nacional.

A matéria a ser mencionada foi intitulada *Índios ocupam oito fazendas no sul da Bahia*. Publicada em 27 de junho de 2006, seus trechos mais elucidativos assim foram escritos:

Em nova onda de invasões a propriedades rurais do sul da Bahia, 500 índios das tribos pataxó hã-hã e tupinambá ocuparam, nesta semana, oito fazendas [...]. Os índios protestam contra decisões do Supremo Tribunal Federal garantindo a posse das terras a fazendeiros da região.

Para evitar novas invasões, o diretor do escritório da Fundação Nacional do Índio em Ilhéus, Agnaldo Francisco dos Santos, se comprometeu a enviar uma comissão a Brasília para conversar, na segunda-feira, com o presidente nacional da FUNAI [...]. Enquanto aguardam a reunião, os índios ameaçam derrubar as torres de energia elétrica situadas nas terras invadidas.

Percebe-se que os indígenas são chamados prontamente de *invasores* contumazes (“nova onda de invasões”, ou seja, a associação permanente objetivando a prática de crimes).

A matéria menciona também decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que teria “garantindo a posse das terras” contra indígenas. O uso do verbo garantir, a invocar segurança (pilar moderno da regulação), não deixa de ser a formulação de um juízo de valor favorável àquilo que, aparentemente (já que não se detalha), foi decidido pelo Judiciário.

No derradeiro parágrafo citado, o jornal chama a ação dos indígenas de “invasões” (e não a versão dos Tupinambá, que preferem “retomada”), reprovadas até pela Funai (pois o diretor regional da fundação disse que irá a Brasília para evitar novos atos de tal espécie). Imputa, por fim, novas ações criminosas dos indígenas, que “ameaçam derrubar as torres de energia elétrica situadas nas terras invadidas”.

Como se vê, embora contenha narrativa aparentemente objetiva, as expressões utilizadas evidenciam o viés anti-Tupinambá do texto.

3.4.4.2. Folha de S. Paulo

Tal como O Estado de São Paulo, a Folha de S. Paulo (pertencente ao Grupo Folha), embora sediada na capital paulista, tem seu conteúdo distribuído nacionalmente, por agência de notícia e pelo portal de *internet* UOL, acessado em todo o Brasil, do mesmo grupo econômico. Fundado em 1921, é, nos dias atuais, um dos noticiários mais lidos do país.

Menciona-se aqui matéria intitulada *Invasão do hotel foi por 'Ibope', diz cacique*. Ao texto é atribuída a autoria do jornalista Nelson Barros Neto (14/04/2013), cuja linguagem incisiva merece cópia em teor quase integral:

“Excuse me please”, disse o cacique Val Tupinambá, 35, ao pegar o telefone do escritório da Funai (Fundação Nacional do Índio), no centro antigo de Ilhéus (BA), para fazer ligações a políticos. Era tarde da última quinta-feira e ele pedia passagens aéreas para viajar a Brasília.

Quatro dias antes, havia comandado a invasão de 70 tupinambás a um hotel de luxo na vizinha Una, no sul da Bahia, com praia privativa e diárias acima de R\$ 1.000.

Apesar dos telefonemas, Val (ou Valdenilson Oliveira dos Santos) ficou sem passagens, já que não prestou contas de uma viagem anterior.

Candidato derrotado a vereador nas últimas duas eleições (primeiro pelo PC do B e depois pelo PDT), ele vestia calça jeans e camiseta da grife Osklen, marca que mantém uma loja no hotel invadido.

Ainda no escritório da Funai, repetia que precisava checar os e-mails e, pelo celular, pedia aos tupinambás que se preparassem com seus “adereços” para a visita da Folha à tribo naquela noite.

Val brinca: “Está tudo índio”. Ele é professor de uma escola indígena e dono de um restaurante de beira de estrada no qual uma

moqueca de peixe sai por R\$ 15.

Diante da reportagem, os telefonemas continuam. Num deles explica o motivo da invasão ao hotel de luxo.

"A ocupação foi para dar uns Ibope, né, para ver se o ministro [da Justiça] nos recebia", disse. "Mas não foi aquela farra que ficou parecendo, viu?", completou.

Os indígenas pedem pressa ao governo federal no processo de demarcação de uma terra indígena na região [...].

Na região de Ilhéus vivem cerca de 8.000 tupinambás.

"Ainda estamos contabilizando os prejuízos. Houve saques de bebidas alcoólicas, roupas, duas pranchas de surfe e oito TVs, além de danos a estruturas físicas do empreendimento", diz Arthur Bahia, sócio do hotel.

HOTEL SEM LICENÇA

Desocupado na última quarta-feira, o hotel está fechado desde meados do ano passado. "Ele fica dentro de uma unidade de conservação, e eles [proprietários] não possuem licença ambiental do Ibama", diz Paulo Cruz, do Instituto Chico Mendes, órgão do governo federal responsável pelo embargo.

Embora a Garça Azul Empreendimentos Turísticos e Imobiliários – controladora do hotel– tenha depois solicitado a licença federal, o órgão diz que o processo está sob análise técnica, sem prazo definido para conclusão.

"Eles estão numa área sensível, sim, que tem manguezal, restinga, praia", afirma Cruz". A empresa diz não há passivo ambiental.

A operação do hotel vinha acontecendo graças a uma licença de funcionamento do município de Una. A prefeita, Diane Rusciolelli (PSD), diz que trabalha pela reabertura do hotel, que "emprega 30 habitantes".

A empresa que administra o hotel diz que não há passivo ambiental e que só aguarda a liberação da licença.

DE ÔNIBUS

Sem passagem aérea, Val seguirá de ônibus para a capital federal, numa viagem de um dia e meio. Ele acredita que, na próxima sexta, o Ministério da Justiça concederá a demarcação das terras.

"Seremos donos de direito, e os fazendeiros serão indenizados", afirma o cacique.

Antes da viagem, na tribo, um ritual com danças e cantos para a reportagem: "Quem fala mal da gente, a gente corta a língua e arranca os dentes". Em seguida: "É Deus no céu e os índios na terra".

O texto tem início com a *ironia*⁵³ presente na citação da fala em inglês do líder Tupinambá. Da leitura da totalidade do texto, será verificado que tal ironia configura verdadeira negativa à sua identidade étnica, já que o conhecimento de outro idioma não se coaduna com a visão estereotipada sobre tal povo.

Cuida-se apenas de uma introdução para atribuir ao Tupinambá uma série de ilícitos, como invasão à propriedade privada

⁵³ "Nesse caso, deve-se entender o que se disse como o contrário do que está dito" (FIORIN; SAVIOLI, 2007, p. 193). Vale dizer: não o indígena culto que sabe falar mais de um idioma, mas o índio atrasado e ignorante.

(“comandado a invasão de 60 tupinambás”) e crime contra o patrimônio público (“não prestou contas de uma viagem anterior”).

A matéria prossegue tornando a mencionar da boa vida e preguiça na invasão a hotel de luxo. Alcança o ponto de falar em “praia privativa” do estabelecimento, quando a Constituição proíbe praia privada por se tratar de bem público pertencente à União (BRASIL, 1988, art. 20).

A reportagem segue subentendendo haver interesses eleitorais do líder (“candidato derrotado a vereador”); acusa-o ainda da prática de outro crime, furto (BRASIL, 1940, art. 155), consistente em subtração de bem alheio (“ele vestia calça jeans e camiseta Osklen, marca que mantém uma loja no hotel invadido”).

A propósito, nessa acusação, tem-se mais um elemento a, no raciocínio do jornal, descaracterizar a identidade étnica: o uso de roupas de marcas luxuosas, o que é reforçado pela menção ao uso de mensagens eletrônicas e celular pelo líder e, ainda, pelo clamor deste, dirigido aos Tupinambá, para que vestissem seus adereços para a visita do jornal (ou seja, uso de adereço apenas para dar a aparência da identidade étnica).

A negativa à autodeclaração segue no parágrafo seguinte, mormente quando se faz menção ao líder ser proprietário de restaurante que vende prato típico baiano a elevado preço (lembra-se, para o valor do prato, que a matéria foi publicada em 2013).

O texto ainda menciona que a “invasão ao hotel de luxo” deu-se “para dar uns ibope”. A ação de retomada dos indígenas ganha, ainda, a aparência de configurar um ato festivo (“não foi aquela farra que ficou parecendo”), reiterando-se o estereótipo da preguiça no “hotel de luxo”.

É certo que, a seguir, a matéria menciona o processo de demarcação. Contudo, assim o faz apenas para dizer que os Tupinambá “pedem pressa” sem mencionar que a urgência demandada decorre da omissão governamental em se pronunciar decisivamente sobre a demarcação da TI Tupinambá de Olivença.

Em seguida, ressalta a versão dos proprietários (“contabilizando os prejuízos”), inclusive da acusação de manter o hotel sem as licenças administrativas exigidas (“a empresa que administra o hotel diz que não há passivo ambiental”). Da mesma maneira, sustenta a importância econômica do hotel (“emprega 30 habitantes”), o que faz contrastar com a estereotipada não produtividade dos Tupinambá.

Ao fim, mais um questionamento à identidade étnica (“um ritual com danças e cantos para a reportagem”, ou seja, para convencer o jornalista de serem indígenas) e mais uma criminalização: “quem fala mal da gente, a gente corta e língua e arranca os dentes”.

3.4.4.3 Portal G1

Outro periódico a ser inserido na mídia nacional consiste no portal de internet G1. Fundado em 2006, cuida-se de veículo de comunicação que disponibiliza o conteúdo de jornalismo de todas as empresas do maior império midiático da América Latina, as Organizações Globo.

Além de pertencer a robusto conglomerado empresarial, o portal apresenta elevado acesso de internautas de todo o Brasil. Sua influência, portanto, caminha para além da sede, o Rio de Janeiro.

A reportagem a se mencionar tem como título *Audiência debate conflito de terra no sul da Bahia; índios não comparecem* (23/09/2013):

Uma audiência pública para discutir os conflitos de terra que envolvem índios e produtores rurais no sul da Bahia aconteceu nesta segunda-feira (23), em Salvador, mas sem a presença dos indígenas.

[...]. Pequenos agricultores do sul da Bahia estiveram presentes.
[...].

De acordo com o presidente da comissão, o deputado Temóteo Brito, é a terceira audiência realizada, todas sem a presença dos índios.

O deputado conta que uma das propostas debatidas é a doação de uma área específica aos indígenas. “É muito fácil resolver esse

problema. Não adianta demarcar, não vai resolver. [...]. Não somos contra esses descendentes de índios. A proposta é que o governo [estadual] solicite do Ministério da Justiça um cadastramento dos indígenas. Através dele, ver quantas famílias são e o governo compra uma área e doa. Queremos a paz e a tranquilidade", avalia o deputado.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) afirma que 300 indígenas Tupinambás participam das ações de ocupação das fazendas [...]. O órgão conta que a área foi reconhecida pela Funai e que o processo estaria parado no Ministério da Justiça, o que teria motivado a ocupação das terras.

No entanto, Luis Uaquim, presidente da Associação dos Pequenos Produtores, alega que a área ainda não foi demarcada. "São locais de 2, 3 hectares. Não tem nada homologado. Nada que diga que é uma área indígena", afirma. Ele conta ainda que os índios estariam sendo violentos durante a ocupação das propriedades.

"Eles [os índios] contratam pessoas e elas se vestem de índio, e vão atirando, tocando fogo nas propriedades. Eles [os fazendeiros] estão vivendo um terror. Eles moram lá e não têm pra onde ir. Isso é terror mesmo", afirma Uaquim.

O caráter pouco esclarecedor do texto tem início por não informar detalhes da noticiada audiência pública. Sequer se mencionou que se cuidou de ato realizado na Assembleia Legislativa da Bahia.

Chama também atenção na matéria o destaque à uma reiterada ausência dos indígenas em contraste com "pequenos agricultores" (ou seja, pobres como os Tupinambá) que "estiveram presentes".

Nas visitas que foram feitas aos Tupinambá, no decorrer da elaboração desta pesquisa, os indígenas foram enfáticos em afirmar que não compareceram porque temiam o ambiente hostil por parte dos parlamentares. Esta versão, contudo, não é apresentada pelo G1.

O texto segue enfatizando a versão única dos proprietários rurais. Em tal ênfase, entrevista deputado estadual que se coloca contra a demarcação pretendida, mas que oferece uma solução: a doação de pedaços de terra a "descendentes de índios".

Nesse trecho, alguns elementos se destacam. Primeiramente, o jornal salienta a fala, mas não informa que a "solução" apresentada inexistente juridicamente: o tratamento constitucional brasileiro destinado a indígenas é a demarcação e não a doação. Não se trata de erro irrelevante, pois se houvesse a defendida doação, os Tupinambá receberiam

propriedades do governo federal, legitimando, não modos de vida sócio-comunitários, mas o sistema capitalista fundado na propriedade individual.

Destaca-se, também no trecho, a expressão “descendentes de índios”. Portanto, para o entrevistado colocado em destaque, não existem indígenas, mas, quando muito, filhos de índios da região.

A matéria segue introduzindo, ao leitor, um produtor, que é entrevistado sob a imagem de conciliador: destaca que ele não tem “nada contra esses descendentes de índios” e que quer “paz e tranquilidade”. Em outras palavras, para a matéria, quem perturba a paz – isto é, o pilar moderno eurocêntrico da regulação – são os Tupinambá.

O trecho final da matéria quer aparentar objetividade, concedendo a palavra aos dois lados do conflito. Todavia, oferece a última (e definitiva) versão aos “pequenos” produtores, para criminalizar os Tupinambá (“violentos”, “atirando, tocando fogo nas propriedades” “isso é terror mesmo”) e para duvidar da identidade étnica (“elas se vestem de índios”).

3.4.4.4 Rede Globo de Televisão

Do mesmo grupo do portal de *internet* G1, a maior emissora de televisão aberta do país: a Rede Globo de Televisão. Fundada em 1965, no período inicial da ditadura pós-1964, tornou-se conhecida pelo apoio ao sistema autocrático então vigente, logrando crescimento acelerado em curto espaço de tempo: como anota Venício de Lima (2006, p. 80), no ano de 1968 (isto é, em cerca de três anos de existência), já detinha três concessões nos principais mercados do país (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte), expandindo-se quatro anos mais tarde para Brasília e Recife, obtendo ainda, ao longo do tempo, dezenas de afiliadas (caso da citada TV Bahia) e alcançando na década de 1980, período final da ditadura, a posição de quarta maior emissora de televisão do mundo.

A matéria, veiculada nacionalmente pela Rede Globo de Televisão, a se destacar, consiste em reportagem do telejornal matutino *Bom Dia Brasil*, apresentado pelo jornalista Chico Pinheiro. Disponível na *internet*, a matéria recebeu o título *Pessoas que se declaram índios tupinambás invadem hotel-fazenda na Bahia* (08/04/2013):

Apresentador Chico Pinheiro: Na Bahia, 70 pessoas que se declaram índios tupinambás invadiram ontem à noite o hotel fazenda da Lagoa, no município de Una, que fica a 40 quilômetros de Ilhéus. Eles reivindicam a demarcação de áreas próximas da propriedade. Nós vamos agora ao vivo a Salvador, onde está a repórter Andréa Silva. Essas pessoas ainda estão no hotel, Andrea? Bom dia.
Repórter Andrea Silva ao vivo: [...] segundo informações dos administradores da fazenda, sim, passaram a noite, a madrugada. Eles expulsaram todos os funcionários do hotel, ocupam os quartos e outras dependências [...]. É uma região muito visitada por turistas [...]. Os invasores se declaram índios da tribo Tupinambá [...]. A Polícia Federal já foi informada sobre essa invasão; não confirma se são índios, mas já mandou equipe para o local para iniciar as investigações agora de manhã.

A reportagem é curta, mas o discurso é claro.

Primeiramente, a identidade étnica é posta em dúvida: “pessoas que se declaram índios”, “os invasores se declaram índios” e a Polícia Federal “não confirma se são índios”.

Além do mais, a matéria criminaliza os indígenas. Para a Rede Globo, cuida-se de invasores (“invadem”) que prejudicam a economia da região (a invasão dá-se em “hotel-fazenda” em “uma região muito visitada por turistas”).

É certo que a matéria informa que os Tupinambá reivindicam demarcação de terras. Todavia, nada fala acerca do processo instaurado pela Funai e nem tampouco da omissão governamental.

Toda a responsabilidade pela “invasão” é atribuída aos indígenas. Isso, em que pese o fato de a Rede Globo ser uma concessão pública dotada do dever constitucional de dar preferência à programação de finalidades informativas (BRASIL, 1988, art. 221, I).

3.4.4.5 Revista Época

Do mesmo grupo empresarial da Rede Globo de Televisão, tem-se a Revista Época, no mercado desde o ano de 1998. Juntamente com as duas próximas matérias a serem mencionadas, o texto examinado neste item consiste em um dos que, conforme percebido nas visitas realizadas a comunidades das proximidades de Olivença, mais marcaram os indígenas.

O texto da Revista Época foi intitulado *O Lampião Tupinambá*, estando ilustrado com a foto do cacique Babau, aparentemente gargalhando com a língua de fora, em tom irreverente (ver figura 7, no início desta tese). Eis os principais trechos da matéria, de autoria Mariana Sanches (2009, p. 1):

O riso é estridente, quase debochado. Enquanto ri, Rosivaldo Ferreira da Silva, de 35 anos, chacoalha todo o corpo [...]. A irreverência e a simpatia contrastam com a descrição feita pela Polícia Federal das ações e do caráter de Rosivaldo, ou Cacique Babau, como ele é conhecido no sul da Bahia. [...]. São ao menos dez inquéritos, em cerca de 500 páginas, que incluem acusações de sequestro, furto, invasão de propriedade privada, incêndio criminoso, porte ilegal de armas, ameaça, formação de quadrilha. Babau é um dos líderes do grupo de 3 mil pessoas que se autointitulam tupinambás, os primeiros índios com quem Pedro Álvares Cabral travou contato ao desembarcar em terras brasileiras. Desde 2004, ele e seu bando já invadiram 20 fazendas na região [...].

Babau dá risada quando confrontado com sua ficha policial. Nega que ande armado ou promova a violência, mas se deleita ao lembrar que os tupinambás ficaram conhecidos como um povo guerreiro e canibal. “De vez em quando a Polícia Federal vem aqui buscar um cadáver. Não encontra nada, só a gente comendo carne assada. Mas é carne de animal. Nossos antepassados faziam prisioneiros para virar almoço. É por isso que eu não sequestro ninguém. Se sequestrar, a gente vai ter de comer”, afirma Babau, às gargalhadas. Por sua ótica, as invasões são “retomadas” de áreas que eram terras dos índios até 1500 e foram usurpadas pelos brancos ao longo da história do Brasil. Para seus seguidores, estudiosos, autoridades e até mesmo rivais, Babau é uma espécie de versão cabocla de Lampião, o histórico chefe do cangaço. No sul da Bahia, diz-se que a cabeça de Babau valeria R\$ 30 mil.

Em novembro do ano passado, a Polícia Federal tentou prender Babau. Escalou 120 homens, munidos de balas de borracha e gás lacrimogêneo. Foi recebida a pedradas. No fim da operação, a PF não prendeu o cacique e ficou encurralada na mata. A mando de Babau, os índios bloquearam as estradas de terra com troncos de árvore. “Nós chegamos à tribo ostensivamente armados, e o Babau nos enfrenta”, diz, abismado, o delegado da Polícia Federal

Cristiano Barbosa. Em junho, em outra operação, policiais federais foram acusados de torturar quatro índios do grupo de Babau. O inquérito, conduzido pelo delegado Barbosa, concluiu que os policiais não cometeram crime.

Boa parte dos índios atribui às ações de Babau a finalização, em abril, do relatório da Fundação Nacional do Índio (Funai) que dá aos tupinambás um território de 47.376 hectares [...]. Se for homologada [...], a reserva indígena dos tupinambás será 43% maior do que a cidade de Belo Horizonte [...].

Babau não tem apenas um robusto prontuário policial. A escola e os fornos de farinha da aldeia, construídos com financiamento público, são exemplos de sua liderança e de sua capacidade de articulação.[...]. Babau, cujos traços faciais revelam mais sua ascendência negra do que a indígena, faz parte da primeira geração com ensino médio de uma família que vive do plantio de mandioca, banana e cacau em um pequeno sítio. Às vésperas da comemoração dos 500 anos do descobrimento do Brasil, Babau foi para a escola em Santa Cruz de Cabrália, primeiro ponto do país onde os portugueses pisaram. Lá, descobriu a América: algumas ONGs o fizeram ver que a ascendência indígena poderia garantir-lhe direito às terras onde nasceu.

O título da reportagem é claramente acusatório, comparando Babau ao mais lendário cangaceiro do Nordeste, o líder Lampião: uma “versão cabocla”⁵⁴ dele. A criminalização prossegue, quando a revista afirma que a irreverência do Tupinambá é contrastada com os dez inquéritos policiais que o investigam pela prática de crimes de “sequestro, furto, invasão de propriedade privada, incêndio criminoso, porte ilegal de armas, ameaça, formação de quadrilha”.

Até mesmo quando menciona as risadas de Babau, a revista torna a criminalizá-lo e a caracterizá-lo como pessoa violenta nas ironias: “se sequestrar, a gente vai comer”, afirma Babau às gargalhadas”, na forma escrita pelo texto. A criminalização prossegue quando a revista chama os Tupinambá de “bando” que já invadiram “20 fazendas na região”.

É verdade que a publicação faz menção ao fato dos indígenas acusarem a polícia de tortura. Todavia, tal acusação é prontamente desmentida pela notícia de que “o inquérito, conduzido pelo delegado Barbosa, concluiu que os policiais não cometeram crime”.

É verdade também que a matéria narra acerca do relatório da Funai que “dá” aos Tupinambá 47.376 hectares. Contudo, além do erro

⁵⁴ Tal como o líder do século passado, Marcellino, Babau é aqui identificado como *caboclo*.

quanto ao tamanho da área reconhecido pela fundação (na verdade, 42 mil hectares), a revista fala que a Funai “dá”, isto é, doa ou transfere a propriedade da terra, o que não é realidade sob uma Constituição que limita a ceder aos indígenas o direito à posse direta sobre as terras da União (públicas, portanto) que tradicionalmente possuem.

Ademais, a revista menciona que a terra a ser “dada” (quando o correto seria “demarcada”) pela Funai abrange área 43% maior à metrópole Belo Horizonte (Município sem qualquer relação com o conflito). Tem-se a velha tese de que há terra demais para os indígenas.

A identidade étnica também é negada em diversas passagens da reportagem. Babau não é chamado de cacique, mas de Rosivaldo Ferreira da Silva, tal como um não-índio; os Tupinambá são mencionados, não como indígenas, mas como um “bando” de pessoas que se “autointitulam tupinambás”; a revista ainda faz uso de anacrônicos critérios biológicos para definir os indígenas, dizendo que Babau não se parece com um índio (“traços faciais revelam mais sua ascendência negra do que indígena”); e que a identidade étnica só foi utilizada pelo líder quando “algumas ONGs o fizeram ver que a ascendência indígena poderia garantir-lhe direito à terra onde nasceu”.

A matéria, por fim, ironiza Babau (chama-o de detentor de riso “debochado”), inclusive no tocante ao passado canibal dos Tupinambá. Finalmente, salienta as habilidades políticas dele, não como uma qualidade, mas por lograr o uso de dinheiro do Estado (“fornos de farinha da aldeia, construídos com financiamento público”) e por ter conseguido reconhecer seu grupo perante a Funai.

3.4.4.6 Revista Veja

Outra matéria marcante para os próprios Tupinambá foi a publicada pelo semanário de maior tiragem do Brasil, a Revista Veja. Em

circulação desde 1968, a publicação da Editora Abril consiste em um dos veículos mais influentes da mídia brasileira⁵⁵.

A reportagem a ser citada é de autoria dos jornalistas Leonardo Coutinho, Igor Paulin e Júlia de Medeiros, tendo sido publicada em 2010 sob o título *A farra da antropologia oportunista*. O objetivo do texto é questionar os processos de demarcação de terras de indígenas conhecidos como *emergentes*, realizados a partir da autodeclaração dos envolvidos e de laudos antropológicos desprovidos, segundo a revista, de “rigor científico”, sem que se fale no que consistiria o exigido rigor para a ciência.

Em um dos trechos da reportagem, há referência às demandas dos Tupinambá. A descrição é realizada nos seguintes termos:

Os novos canibais

A foto acima parece estranha – e é. O baiano José Aílson da Silva é negro e professa o candomblé. Seu cocar é de penas de galinha, como os que se usam no Carnaval. Silva se declarou pataxó, mas os pataxós disseram que era mentira. Reapareceu tupinambá, povo antropófago extinto no século XVII. Ele é irmão do também autodeclarado cacique Babau, que vive em uma área que nunca foi habitada pelos tupinambás. Sua “tribo” é composta de uma maioria de negros e mulatos, mas também tem brancos de cabelos loiros. Há seis anos, o grupo invade e saqueia fazendas do sul da Bahia, crimes que levaram Babau à prisão. Seu irmão motorista também esteve na cadeia, por jogar o ônibus sobre agricultores. As contradições e os delitos não impediram a Funai de reconhecê-los como índios legítimos e de oferecer-lhes uma reserva gigantesca, que englobaria até a histórica Olivença, uma das primeiras vilas do país (COUTINHO; PAULIN; MEDEIROS, 2010, p. 155).

O texto é de claro em negar a existência dos Tupinambá. O termo *canibais*, historicamente atribuído aos indígenas do Sul da Bahia, é utilizado no subtítulo como ironia; isto é, como um efeito da *farra da antropologia* que dá título à toda matéria e que, para o semanário, é corroborado pela descrição do grupo liderado por Babau.

Tal descrição tem início em análise de uma foto, que ilustra o texto, mostrando um indígena conduzindo um transporte escolar (ver figura 8, no início desta tese). Para a Veja, cuida-se de fato “estranho”,

⁵⁵ Segundo o jornalista Luiz Carlos Azenha (2010, p. 1), a Veja lidera um verdadeiro esquema de divulgação de denúncias contra adversários políticos, muitas delas requeitadas, as quais repercutem, prontamente, no Jornal Nacional da TV Globo na mesma noite e, no dia seguinte, nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de São Paulo.

porque adota critérios evolucionistas para definir o sujeito de direito indígena, esperando que tal povo ainda viva como em 1500.

O raciocínio segue quando a matéria narra a história do “baiano José Ailson da Silva” (qualifica-o, não como indígena, mas como natural de um ente da Federação). Este “baiano”, segundo a revista, “é negro e professa o candomblé” (em suma, para a publicação, não é indígena).

A descrição prossegue e fica ainda mais caricata quando fala que o cocar do “baiano” “é de penas de galinha, como os que se usam no Carnaval”: a luta dos Tupinambá ganha aqui verdadeiro tom carnavalesco.

A revista narra que “baiano” declarou-se Pataxó, mas que tal etnia considerou “que era mentira” (a revista não entrevista um único Pataxó). Diante da recusa, ele, então, declarou-se “tupinambá, povo antropófago extinto no século XVII” (aparece, então, referência aos canibais do subtítulo, reforçando a ironia, já que aqueles os verdadeiros antropófagos teriam sido extintos há muitos séculos atrás).

Em seguida, a Veja afirma que o indivíduo descrito como “baiano” é irmão também do “autodeclarado cacique Babau”. Trata, pois, o título do cacique como produto de uma declaração unilateral de Babau.

Além disso, a revista acrescenta que Babau vive em “área que nunca foi habitada pelos tupinambás”. Para além do uso do plural ao designar a coletividade *Tupinambá*, a publicação ignora toda a descrição realizada no estudo multidisciplinar da Funai, que relatou a existência de indígenas na região desde os primeiros anos da colonização lusitana.

O semanário segue a descrição mostrando, mais uma vez, adotar critérios evolucionistas na descrição dos indígenas. Reclama que a “tribo” (o termo está entre aspas, ou seja, nega-se o grupo enquanto tribo) é “composta de uma minoria de negros e mulatos, mas também tem brancos de cabelos louros”.

A seguir, como outras publicações, passa a imputar aos Tupinambá a prática de crimes (“invade e saqueia”) que “levaram Babau à

prisão”. Acusa, ainda, o “baiano” de cocar “de penas de galinha”, irmão de Babau, ter direcionado um ônibus que conduzia sobre agricultores, como se querendo cometer homicídio.

O texto prossegue quando reclama da Funai que ignora as “contradições” (isto é, os critérios da revista para definir alguém como indígena) e os “delitos” para reconhecê-los como “índios legítimos”. Nada fala da complexidade processo demarcatório, já examinado nesta tese.

A matéria é finalizada mencionando que a área reconhecida pela Funai como indígena é “gigantesca” e que “englobaria a histórica Olivença, uma das primeiras vilas do país”. A revista omite que “uma das primeiras vilas do país” teve um aldeamento de jesuítas para disciplinar os indígenas no século XVII.

3.4.4.7 Rede Bandeirantes de Televisão

Alcança-se agora outra matéria jornalística marcante, segundo os próprios Tupinambá. Trata-se de reportagem veiculada, em 26 de fevereiro de 2014, no Jornal da Band, telejornal noturno da Rede Bandeirantes de Televisão, pertencente à família Saad, existente desde 1967.

A matéria de mais de sete minutos recebeu o título de *BA: pessoas são coagidas a fazer cadastro pela FUNAI*. Abaixo, os trechos de discursos mais significativos, a revelarem descumprimento da programação informativa determinada pelo artigo 221 da Constituição:

Apresentadora Ticiania Villas Boas: [...] centenas de moradores são coagidos a fazer cadastro na FUNAI, como se fossem índios, para engrossar as invasões de terra no sul da Bahia. A região vive um conflito permanente por causa da expulsão de agricultores dessas propriedades. O Jornal da Band mostra agora como funciona a fraude que criou uma tribo de falsos índios.

Repórter Valterio de Oliveira: Ilhéus, no sul da Bahia, é uma cidade cheia de atrativos [...]. Mas toda essa riqueza [...] vem sendo comprometida [...] por uma série de invasões.

Apesar da Constituição proibir a ampliação de áreas indígenas desde 1988, a FUNAI [...] faz vista grossa e há quatro anos

demarcou esta área de quase 50 mil hectares [...]. A área pretendida pela FUNAI fica nesta região conhecida como Costa do Cacau e do Dendê: são terras ocupadas tradicionalmente por mestiços, descendentes de índios, brancos e negros [...].

Enquanto o Ministério da Justiça não dá a palavra final, mais de 100 propriedades já foram invadidas por grupos armados, liderados por caciques que se dizem índios Tupinambá[...].

Para aumentar o exército de invasores, os caciques fora-da-lei forjam cadastro de não índios.

Repórter Valtero de Oliveira: Este agricultor conta que sete integrantes da família dele viraram índios do dia pra noite.

José Domingos Sena, entrevistado: A gente preenche um cadastro e manda pra Funai [...].

Repórter Valtero de Oliveira: Seu José conta que os caciques ameaçam quem não se cadastra [...].

Juiz da Comarca de Una, Mauricio Tavares, entrevistado: Essas fraudes estão sendo cometidas para acontecimento de crimes mais graves ainda [...].

Repórter Valtero de Oliveira: O que estaria por trás das invasões, das fraudes e dos assassinatos? Esta empresária que pediu para não ser identificada, porque tem medo de morrer, dá um caminho: no ano passado, ela foi convidada a participar de uma reunião na sede desta ONG em Olivença, a 20 quilômetros de Ilhéus, e ficou assustada com um palestrante, um colombiano.

Entrevistada não identificada (com a voz distorcida): Esse que estava dando a palestra foi preso e quando vem, vem escondido, camuflado, é um negócio assim [...].

Repórter Valtero de Oliveira: [...]. Por causa das invasões, dos assassinatos, [...] essa região, uma das mais bonitas do país, já sofre as consequências. O turismo daqui de Ilhéus [...] já está sendo afetado [...].

Enquanto o Ministério da Justiça não decide sobre a criação da área indígena, este agricultor chora ao ver que a lavoura de cacau,[...], vai se acabando com a praga conhecida como vassoura de bruxa e principalmente com a onda de invasões [...].

O discurso é claro: constituiu-se uma verdadeira associação criminosa na paradisíaca Ilhéus, liderada por falsos caciques (“mestiços”), que arregimentam pessoas pobres para transformá-las em índios e obter a posse de enormes pedaços de terras produtivas.

Tal raciocínio já aparece na fala da apresentadora do telejornal, que afirma que “centenas de moradores são coagidos”, isto é forçados (como uma vítima de crime é forçada a realizar algo contra sua vontade) a “fazer cadastro na Funai como se fossem índios”. Em outras palavras, a apresentadora diz que tais centenas de pessoas não são indígenas, mas compelidas a assim se declarar.

A narrativa segue, externando a apresentadora o motivo do que define como “fraude”: “engrossar invasões de terra”, o que significa crimes de esbulhos praticados por associação criminosa que se finge indígena.

A fala do repórter tem início com uma descrição da beleza de Ilhéus, salientando, com isso, o potencial econômico turístico da localidade. Após a introdução, acusa os Tupinambá de ameaçarem toda “essa riqueza” “por uma série de invasões” (prática reiterada de crimes por associação).

Tem-se ainda a citação de um inexistente mandamento constitucional: segundo o repórter, a Constituição proibiu a ampliação de áreas indígenas. Como se viu, na verdade, o texto constitucional impôs a demarcação de terras pelo Estado brasileiro.

A matéria segue com o repórter asseverando que, a despeito da por ele sustentada vedação da Constituição, a Funai “faz vista grossa” e “demarcou esta área de quase 50 mil hectares”. Mais duas inverdades: não há demarcação de terra (havendo, como se viu, omissão governamental em decidir a reivindicada demarcação) e a área apontada como demarcável é consideravelmente inferior a 50 mil hectares (42 mil hectares).

O repórter retorna, então, para seus critérios anacrônicos de definição étnica. Afirma que a área demarcável é conhecida como “Costa do Cacau e do Dendê” (isto é, área rica produtiva a contrastar com a velha visão da improdutividade indígena), sendo ocupada por “tradicionalmente mestiços, descendentes de índios, brancos e negros”.

Note-se que é utilizado o termo “tradicionalmente”, tal como a Constituição faz a favor dos indígenas, mas, aqui, contrariamente à demanda desse povo. Por fim, menciona “descendentes de índios”, como se no Brasil não existissem indígenas, mas “descendentes”.

Em seguida, o repórter se contradiz. Narra um fato verdadeiro, qual seja que “o Ministério da Justiça não dá a palavra final”, levando à intensificação do conflito (descrito como prática de “mais de 100”

crimes de esbulho, ou seja, invasões, por “grupos armados liderados por caciques que se dizem índios”, isto é que não são índios). Todavia, esquece-se que, poucos segundos antes, afirmara que a área já havia sido demarcada.

A seguir, o repórter torna à chamada inicial da matéria, asseverando que “para aumentar o exército de invasores, os caciques fora-da-lei forjam cadastro de não índios”. Inexistem sutilezas ou meras menções a “supostos índios”: os caciques são descritos efetivamente como criminosos que forjam a identidade étnica dos mais pobres.

Para ilustrar a matéria, o repórter entrevista pessoa que teria sido objeto de tal convocação. Veicula, então, fala de entrevistado que ressalta que, para virar índio “do dia pra noite” (expressão utilizada pelo entrevistador), basta preencher um cadastro e enviar para a fundação indigenista (“a gente preenche um cadastro e manda pra Funai”).

A entrevista é encerrada com uma conclusão: quem não se cadastra é ameaçado (“os caciques ameaçam quem não se cadastra”). A prática de extorsão é mais um crime imputado aos Tupinambá⁵⁶.

O repórter dá prosseguimento à reportagem por meio de uso do chamado *argumento de autoridade* (FIORIN; SAVIOLI, 2007, p. 174). Para dar credibilidade a todo conteúdo veiculado, entrevista o Juiz de uma das Comarcas da região, que confirma a situação relatada, afirmando que “essas fraudes estão sendo cometidas para acontecimento de crimes mais graves ainda”.

A seguir, o repórter questiona o que estaria por trás das “invasões” e crimes (“das fraudes e dos assassinatos”). Sugere haver interesses internacionais, financiados por entidades que estariam a fomentar os conflitos (“palestrante colombiano” em ONG de Olivença).

56 Tal delito é assim definido por lei: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa” (BRASIL, 1940, art. 158).

Interessante que, para sustentar tal sugestão, utiliza-se pessoa que, aparentemente, não quer se identificar e com voz distorcida. Trata-se de recurso apto a incutir no telespectador o suposto clima de medo gerado pelos Tupinambá.

Após sugerir tais interesses internacionais, o repórter cita uma série de crimes que prejudicariam a economia local (“invasões”, “assassinatos”). Reitera-se a visão da demanda indígena como danosa a um sistema baseado na propriedade individual (o turismo “já está afetado”).

Por fim, a utilização do drama: o choro de um agricultor diante da decadência econômica da região, causada, para a matéria, “[...] principalmente com a onda de invasões”. Não se menciona que tal decadência é fato existente desde a década de 1980, como decorrência da praga da *vassoura-de-bruxa* sobre o cacau, conforme mencionado alhures.

3.4.4.8 Carta Capital

Finalmente, matérias da revista semanal Carta Capital, sediada em São Paulo. Fundada em 1994 pelo jornalista Mino Carta, a versão impressa da publicação apresenta tiragem de quase cem mil exemplares, distribuída em todo o país, além de disponibilizar conteúdo pela *internet*.

Trata-se de último periódico a ser citado em razão de uma circunstância: sua linha editorial mostrou-se oposta à linha das publicações já mencionadas, em relação à demanda pela TI Tupinambá de Olivença.

A primeira matéria examinada, de autoria de Daniela Alarcon (2013b), recebeu como título *O retorno à terra dos tupinambás*, tendo sido publicada em 23 de outubro de 2013. O texto é longo, impedindo sua citação integral; de toda forma, os trechos abaixo citados são esclarecedores:

“O velho João, meu sogro, cansou de dizer: ‘Aqui nessa região ainda vem época de o rico desejar ser pobre’. Porque, quando viesse a vassoura-de-bruxa, os ricos iam perder tudo e os pobres já não tinham nada mesmo”, diz dona Maria da Glória de Jesus, mulher do pajé da aldeia Tupinambá de Serra do Padeiro, aludindo à derrocada da cacauicultura, que dominou o sul da Bahia até o final da década de 1980 [...].

A reorganização dos índios Tupinambá [...] coincide, de um lado, com a decadência dos coronéis de cacau e, de outro, com o início de uma nova etapa, inaugurada pela Constituição Federal de 1988 [...]. A análise de dona Maria é perspicaz. Apesar de enfraquecidos, contudo, filhos e netos dos coronéis de outrora vêm juntando forças com outros setores da elite regional – em especial, o turístico –, para inviabilizar a reparação das injustiças historicamente cometidas contra os Tupinambá.

Recentemente, o emprego de métodos que remontam ao tempo do cacau, como a contratação de jagunços e a realização de tocaias, intensificou-se. Na noite de 14 de agosto, os estudantes da Escola Estadual Indígena Tupinambá Serra do Padeiro voltavam para suas casas quando um balaço acertou o para-brisa do caminhão em que viajavam [...]. O ataque ocorreu em represália à realização de uma série de “retomadas de terras” (ações de recuperação, pelos indígenas, de áreas por eles tradicionalmente ocupadas e que se encontravam em posse de não índios) entre junho e agosto.

O processo de demarcação da Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença – que se estende por cerca de 47 mil hectares, abarcando porções dos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una – teve início em 2004. Vivem na área cerca de 4,7 mil indígenas. Todas as contestações à demarcação foram indeferidas e não restam dúvidas sobre a tradicionalidade da ocupação indígena. Contudo, descumprindo os prazos estabelecidos legalmente, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, ainda não assinou a portaria declaratória da TI [...].

[...].

Uma orelha pregada na parede. Nas décadas de 1920 e 30, lê-se nos jornais da época, o “bando” comandado por um “criminoso perigosíssimo e hediondo” esteve à solta no sul da Bahia. Após sucessivos confrontos com a polícia, seu líder foi preso e, em 1937, desapareceu. Tratava-se de Marcellino José Alves [...].

Estes e outros casos indicam que a constatação de uma injustiça, ruminada por décadas, conecta as retomadas de terras à violência historicamente perpetrada contra os indígenas da região [...]. A “pacificação dos índios” remonta aos primórdios da colonização. Em 1559, a praia do Cururupe, extremo norte da TI, foi cenário da sangrenta Batalha dos Nadadores, comandada por Mem de Sá [...].

O aldeamento jesuítico de Nossa Senhora da Escada [...] nunca foi capaz de desarticular completamente a sociedade indígena [...].

A penetração dos não índios no território só se intensificaria com o desenvolvimento da agricultura cacaueira [...]. Mesmo aquela que seria considerada a mais moderna agroindústria da área, a Unacau Agrícola S.A., continuou com as práticas do período “heroico” do coronelismo [...].

Rapidamente, a Unacau tornou-se uma das maiores produtoras de cacau do país. O avanço da vassoura-de-bruxa, porém, levou-a ao declínio e, a partir da década de 1990, já sob controle do grupo Gafisa, passou a produzir pupunha e café, com financiamento público [...]. Em maio de 2012, os Tupinambá retomaram a porção da Unacau localizada no interior da TI [...].

Durante o período em que estiveram “invisíveis” para além das fronteiras regionais, os Tupinambá aferraram-se em profecias sobre o “retorno da terra”, que se multiplicaram [...].

“Os fazendeiros tomaram a liberdade de cada um de nós”. “Nós somos já os brotos, que nascemos dos troncos velhos. Nós estamos brotando e criando, renovando tudo de novo.” É assim que Manezinho*, 80 anos, explica o processo de retomada. No tórax, traz uma marca da violência desatada contra os indígenas em luta: a cicatriz de um tiro de bala de borracha, disparado por um agente da Polícia Federal à paisana [...].

A expropriação territorial foi particularmente cruel com as mulheres indígenas. “Minha mãe me pariu chorando e xingando”, conta dona Rosa*, 58 anos, filha de uma índia Kariri-Sapuyá e de um não-índio, esposa de um Tupinambá [...].

Após quatro décadas resistindo junto ao marido em um pequeno sítio aos pés da Serra do Padeiro – que lhes tentaram tomar com tocaias, cercas que se moviam à noite e cartas de advogados –, ela se entusiasma com o processo de retomada [...].

* Nomes fictícios (ALARCON, 2013b).

A citação foi longa, embora realizada por recortes, para deixar claro a diferença da matéria com as demais mencionadas.

Duas peculiaridades são logo percebidas quando se lê o texto. Primeiramente, deu-se a palavra aos indígenas, que contaram sua versão dos fatos. Em segundo lugar, à exceção do título, os indígenas são chamados de Tupinambá (no singular), conforme a Convenção para Grafia dos Nomes Tribais da Associação Brasileira de Antropologia.

Essa derradeira peculiaridade tem o condão de mostrar uma preocupação do texto com a ciência. Repare-se: não a ciência causal, moderna e eurocêntrica, mas a ciência a considerar outras formas de saberes, que não o Ocidental, inclusive as dos indígenas, citados ao longo da matéria.

Não se pode deixar de anotar que a Carta Capital, ao pautar o conflito em questão, deixou a respectiva matéria a cargo de Daniela Alarcon, citada em diversas passagens na presente tese em razão dos trabalhos científicos que tem produzido acerca dos Tupinambá.

Quanto ao texto propriamente dito, este já tem início com a palavra efetivamente proporcionada aos indígenas: primeiramente, à mulher do pajé da aldeia da Serra do Padeiro para contar a versão de seu povo acerca da crise da vassoura-de-bruxa, já comentada alhures.

O parágrafo seguinte (“A reorganização dos índios Tupinambá”) revela que a matéria caminha no mesmo sentido desta tese ao considerar a decadência do sistema econômico local (representado, no texto, pelos coronéis) e os direitos reconhecidos na vigente Constituição como fatores fundamentais para o recrudescimento da mobilização dos indígenas. Outrossim, externa opinião pessoal da redatora, que concorda com o diagnóstico da mulher do pajé acerca da situação dos Tupinambá (“a análise do Dona Maria é perspicaz”) bem como acerca do histórico colonialismo por eles sofrido (“injustiças historicamente cometidas contra os Tupinambá”).

O texto prossegue conforme versão dos indígenas, mencionando-se que a mobilização Tupinambá “intensificou” (ampliou o que já existia) a contratação de jagunços e a realização de tocaias. A seguir, cita um atentado contra indígenas, afirmando que este fato ocorreu como represália às “retomadas de terras”.

Ao contrário do que fizeram publicações anteriormente aludidas, percebe-se que as aspas utilizadas para citar a expressão *retomadas de terras* não objetivaram colocar em dúvida a versão dos indígenas. Pelo contrário, há um claro objetivo de se dar a palavra ao colonizado, sendo as aspas uma forma de evidenciar que a expressão é de autoria dos Tupinambá.

O texto prossegue descrevendo o drama dos indígenas perante o Estado: que o processo de demarcação da TI Tupinambá de Olivença, envolvendo área de “cerca de 47 mil hectares” (mais uma vez, destaca-se a versão indígena, ou seja a demanda por uma área maior do que a reconhecida pela Funai), onde vivem “cerca de 4,7 mil indígenas” (não se menciona aqui “supostos índios” – pois “não restam dúvidas sobre a tradicionalidade da ocupação”). Relata, ainda, como ilegal a omissão governamental (“descumprindo os prazos estabelecidos legalmente”).

Em seguida, passa a descrever o histórico de opressão sobre os indígenas, conforme a versão destes, bem como dos próprios estudos da Funai: cita a revolta de Marcellino, retorna para a instituição de

aldeamento jesuítico e ao advento do cacau, alcançando a instituição da Unacau, uma das maiores produtoras do fruto de todo o país.

Na citação da Unacau, há menção à sua transformação para atual produtora de pupunha e café, “com financiamento público”. Esse derradeiro detalhe mostra a intenção em evidenciar a relação entre o sistema econômico e o Estado no processo histórico colonialista⁵⁷.

No parágrafo seguinte (“Durante o período”), a matéria torna a destacar a versão e o saber dos Tupinambá: suas crenças e seu sonho de voltar à terra sagrada. No mesmo sentido, prossegue narrando a versão dos colonizados no tocante às violências que sofreram da polícia federal. Destaca que um dos atos de repressão se deu por iniciativa de policial à paisana, responsável por disparo de bala de borracha contra idoso.

O texto ainda contém descrição específica do drama das mulheres Tupinambá: “a expropriação territorial foi particularmente cruel com as mulheres indígenas”. Justifica tal assertiva com a narrativa, mais uma vez, de uma Tupinambá, cuja mãe “pariu chorando e xingando”.

Por derradeiro, corrobora o entendimento de ser a demarcação a saída possível para o término da histórica exploração. Para isso, narra o entusiasmo de indígena (a mesma que contou do parto dramático de sua mãe) com o retorno à terra.

No mesmo sentido, tem-se uma segunda matéria da Carta Capital a ser mencionada, também de autoria da Daniela Alarcon, publicada em 28 de janeiro de 2015, intitulada *A brutalidade dos coronéis e as histórias dos Tupinambá*:

“Bom, o doutor Almeida... Ele tinha parte com o diabo.” É assim que dona Marluce do Carmo, uma senhora Tupinambá de 58 anos de idade, introduz o coronel mais afamado da região onde se situa a aldeia Serra do Padeiro [...].

[...] Almeida foi [...] um dos principais responsáveis pela fixação de não índios no sul e oeste da Terra Indígena.

⁵⁷ “Cumpre enfatizar, de toda sorte, a circunstância de que, embora o capitalismo reclame a estatização da economia, o fez tendo em vista a sua própria integração e renovação (modernização). [...] o Estado, no exercício de função de acumulação, sempre se voltou à promoção da renovação do capitalismo” (GRAU, 2007, p. 29).

[...].

Almeida não é exceção. Nas falas dos Tupinambá, coronéis do tempo do cacau e outros pretensos proprietários de terras comumente aparecem como figuras brutais, associadas a pactos diabólicos e a assombrações.

[...].

Em 2004, após intensa pressão, o Estado brasileiro iniciou o processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença. No mesmo ano, os indígenas iniciaram a recuperação efetiva de seu território, retomando fazendas em posse de não índios [...] e adentrando novamente as moradas dos encantados [...].

Transcorridos mais de dez anos, o processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença ainda não foi concluído e os indígenas vêm tendo seus direitos sistematicamente violados. Para que mais pessoas conheçam o caso tupinambá [...], estamos realizando um documentário de curta-metragem [...]. Para finalizá-lo, criamos uma **campanha de financiamento coletivo** e convidamos todos que puderem a colaborar.

A Carta Capital tornou a dar espaço à questão Tupinambá por texto assinado por especialista do tema, a pesquisadora Daniela Alarcon.

A reportagem tem início com a palavra de uma Tupinambá (expressão sempre utilizada no singular) de 58 anos de idade (Dona Marluce), que narra o drama de seu povo perante o coronel Almeida, dotado, para a entrevistada, de poderes sobrenaturais (“pacto com o diabo”). A partir daí, descreve esse oligarca “um dos principais responsáveis pela fixação de não-índios” em parcela do território dos Tupinambá.

O texto prossegue nesta mesma linha, explicando que os coronéis do tempo do cacau são, ainda hoje, associados pelos Tupinambá “a pactos diabólicos e a assombrações”. Importante notar que, quando a matéria menciona tais lideranças oligarcas, chama-os de “pretensos proprietários”: vale dizer, a Carta Capital coloca em dúvida, não a identidade étnica, mas a qualidade de proprietário individual por parte dos não-índios.

No parágrafo posterior, a matéria explica que narrativas, como as citadas, são frequentes, tendo em conta a *expropriação* do território Tupinambá pelos não-índios. Percebe-se que o termo *expropriação* (dando a ideia de *invasão*) é aqui utilizado para aludir a ações dos não-índios.

Realizadas essas considerações, o texto destaca a atual luta dos Tupinambá. Relata que, somente “após intensa pressão” (isto é, após mobilização) é que se iniciou o processo de demarcação; relata também que, a

partir de então, os indígenas passaram a recuperar a terra, “retomando fazendas em posse de não índios” e “adentrando novamente as moradas dos encantados”.

O trecho acima citado é esclarecedor do viés Tupinambá do texto: acolhe o termo utilizado por eles (a retomada) e, mais uma vez, o caráter místico da posse coletiva da terra (“as moradas dos encantados”).

No derradeiro parágrafo, lembra que a demarcação não foi concretizada e que os indígenas “vêm tendo seus direitos sistematicamente violados”. Por fim, pede a colaboração financeira para a realização de documentário, posteriormente concluído como *O Retorno da Terra*.

Percebe-se que, ao final, os dois textos da Carta Capital são ostensivamente enviesados, não tendo preocupação em aparentar neutralidade. Daí não relatarem que a terra reconhecida pela Funai é menor do que a reivindicada pelos Tupinambá ou não concederem a palavra a qualquer opositor da demarcação: as matérias objetivam claramente contrapor-se à demais reportagens e editoriais sobre o mesmo conflito.

3.4.5 A possibilidade de exceção perante a hegemonia

Os textos acima mencionados da Carta Capital trazem a lembrança do papel que o discurso do direito à liberdade de expressão, inserido na lógica moderna eurocêntrica, tem exercido para a hegemonia burguesa. Como se viu em capítulo anterior, o discurso da tolerância das sociedades ocidentais é historicamente colocado como fator de superioridade destas, justificando o colonialismo sobre as sociedades tidas por intolerantes.

A publicação de textos, como os da Carta Capital, reflete tal discurso. Permite-se a concessão da palavra aos indígenas em sua luta contra o poder, mas em termos minoritários.

Não se quer com isso dizer que se trata de publicação de pouca utilidade. Pelo contrário, revela possibilidades de utilização de instrumentos hegemônicos para fins contra-hegemônicos (SANTOS, Boaventura, 2010, p. 5).

Em que pese essa importância, as publicações da Carta Capital serão aqui tratadas como casos isolados. Por se cuidar de exceção, não serão consideradas no âmbito geral das mensagens midiáticas responsáveis pela formação da consciência hegemônica – enquanto prática social (EWICK; SILBEY, 1998, p. 224) – em relação à luta dos Tupinambá.

3.4.6 Elementos comuns no discurso

Realizadas as ressalvas acima mencionadas, serão agora examinados os elementos comuns no discurso, em geral, dos meios de comunicação. Utiliza-se a expressão “em geral”, porque são elementos absolutamente prevalentes nos textos citados neste capítulo.

Afirma Van Dijk (1993, p. 528-529) que o acesso aos meios de comunicação consiste em um dos critérios mais importantes de poder. Afinal, como anotam DeFleur e Ball-Rokeach (1993, p. 326), a mídia controla certos recursos de informação não disponíveis aos cidadãos.

Nas proximidades de Olivença, tem-se conflito que envolve, de um lado, indígenas que lutam pelo direito à demarcação e, de outro lado, proprietários individuais (ou possuidores individuais⁵⁸) de pedaços

⁵⁸ Não está claro se os chamados “donos” das terras são proprietários ou apenas possuidores, já que todo o processo de apropriação indica possíveis irregularidades na aquisição de fazendas na área demarcável. A investigação de uma circunstância, como essa, requer pesquisa aprofundada, impossível de se realizar em trabalho que tem outro foco. De toda forma, a mera posse individual atende aos interesses hegemônicos fundados na propriedade individual. No Direito brasileiro, a posse “é a relação de fato entre a pessoa e a coisa, tendo em vista a utilização econômica desta. É a exteriorização da conduta de quem procede como normalmente age o dono. É a visibilidade do domínio” (PEREIRA, 1970, p. 24).

de terras. A sociedade não tem acesso aos fatos que sucedem na localidade: toma conhecimento do que ocorre por intermédio da imprensa.

A realizada análise do discurso na cobertura da mobilização dos Tupinambá permite perceber que o conhecimento divulgado pela imprensa apresenta, em geral, a característica da uniformidade. Do *blog* do pequeno Município do interior da Bahia ao maior império midiático da América Latina, há elementos comuns nas matérias citadas que não discrepam daqueles mencionados quando se discorreu acerca da filtragem midiática ultraliberal em relação aos indígenas.

Há, é certo, quem ressalve elementos mais caricatos na medida em que a mídia se aproxima dos conflitos (ALARCON; COUTO, 2014, p.1). Todavia, é difícil sustentar que as matérias da *Época*, *Veja* e *Bandeirantes*, por exemplo, não sejam caricatas, embora as respectivas sedes sejam afastadas do foco do conflito.

O que se pode falar é que existem matérias mais e outras matérias menos enviesadas. Contudo, na essência, a homogeneidade marca a cobertura prevalente acerca do conflito dos Tupinambá por dois argumentos comuns:

- a) defesa incondicional da propriedade individual;
- b) negação à identidade étnica.

3.4.6.1 A defesa da propriedade individual

A defesa incondicional da propriedade individual está relacionada à *razão privatista* que vigora na sociedade capitalista pelo trabalho hegemônico, fazendo prevalecer a concepção individualista dos Direitos Humanos (SHIVJI, s.d., p. 1-4). Note-se que, nas matérias citadas, inexistente menção ao cumprimento da função social da propriedade pelos

fazendeiros da região demarcável, tal como determina a Constituição (BRASIL, 1988, art. 5º, XXIII).

No caso dos Tupinambá, a concepção solidária de direitos, representada pela função social da propriedade, deveria ganhar destaque. É que os conflitos pela terra ocorrem em região cuja economia é movida por uma decadente produção de cacau, afetada, desde a década de 1980, pela praga da vassoura-de-bruxa: “em algumas fazendas, a produção cacaueira fora praticamente abandonada, cedendo lugar a atividades profundamente predatórias, como a extração madeireira” (ALARCON, 2013, p. 45).

Ainda assim, para a mídia, é a mera expectativa da demarcação que prejudica a economia local. A propriedade individual, enquanto *visão de mundo* (MELO, 2013, p. 71), ignora o que, conforme Boaventura Santos (2009, p. 536), deveria reorientar a propriedade em direção à solidariedade.

Daí a criminalização, presente em praticamente toda a cobertura jornalística, à mobilização dos indígenas das proximidades de Olivença, verdadeiros violadores de uma concepção da propriedade individual enquanto direito sagrado. Daí também a prevalente omissão da mídia aos estudos da Funai, exceto para criticar o tamanho da área demarcável.

É verdade que há, em algumas das matérias, uma defesa de pequenos produtores rurais. Não se olvide, porém, que os pobres, aparentemente defendidos, têm, a seu favor, a propriedade individual: a defesa dos pequenos proprietários configura, na verdade, a defesa da base do sistema capitalista.

3.4.6.2 Negação à identidade étnica

O segundo aspecto que proporciona uniformidade na cobertura midiática dos conflitos em questão consiste na negação à identidade

étnica Tupinambá: “falsos índios” ou “supostos índios” são expressões correntes nos textos citados.

Por trás da negativa, está a exatidão da ciência, enquanto instância moral, que marca o discurso dualista e evolucionista da modernidade eurocêntrica. O conceito de indígena, para a mídia, é um conceito biológico, estático e baseado na crença de um saber exato (tem-se como indígena somente aqueles que vivem como em 1500).

A aparência física, o falar e o vestir dos Tupinambá não coincidem com a pureza racial íncita a tal noção de indígena. Por isso, para a mídia, os Tupinambá não são dignos da demarcação prevista em sede constitucional, merecendo, como criminosos, o tratamento policial do Estado.

A despeito do anacronismo, conforme todo o explanado nesta tese, é um discurso conveniente para os interesses hegemônicos. Como já anotado, o cientificismo enxerga a sociedade moderna eurocêntrica como derradeiro estágio de evolução do ser humano.

Daí o fato da imprensa ignorar por completo o laudo técnico da Funai. Na cobertura jornalística, encontra-se a concepção moderna eurocêntrica de superioridade das ciências naturais sobre as ciências sociais (SANTOS, Boaventura, 2002, p. 65).

3.4.6.3 Índios bravios

Como se vê, na cobertura midiática, em geral, encontram-se os elementos do discurso moderno eurocêntrico que obstam a consideração, dos povos indígenas, como sujeitos especiais de direito: a propriedade privada sagrada e o dualismo evolucionista que dogmatiza a ciência ocidental.

A luta dos Tupinambá, porém, não é silenciosa. Da solicitação formal do processo demarcatório dirigido à Funai, passando pelo

acesso (ainda que excepcional) à grande mídia pela Carta Capital e alcançando as informais retomadas de terra, as estratégias Tupinambá incomodam frontalmente os grupos dominantes.

A resistência dos indígenas das proximidades de Olivença enseja, por tudo isso, à sua inserção ao grupo de *índios bravios*. Se a Constituição de 1988 impede, formalmente, que a eles se proporcione o tratamento do Brasil colônia, no sentido de que poderiam “[...] ser escravizados e até mesmo exterminados através de guerras [...]” (OLIVEIRA, Manoela, 2005, p. 22), o mesmo diploma normativo, por outro lado, não impede que a eles se recuse, via discurso, a consideração de sujeitos especiais de direito.

Ressalve-se que tais ilações não consideram que as matérias citadas sejam produtos exclusivos de uma deliberada construção de pauta contrária aos interesses dos Tupinambá. A presente análise também reputa as conclusões de Eisenhardt e Johnstone (2013, p. 119), no sentido de os discursos examinados poderem ter sido moldados pelas memórias *mediaticamente cultivadas* dos discursos anteriores.

Daí que, a despeito de suas particularidades, assemelhar-se às características gerais da cobertura da mobilização de outros povos indígenas, tal como já anotado sintetizado por Dalmo Dallari (2012, p. 1): “os índios brasileiros nunca aparecem na grande imprensa com imagem positiva”.

4 O DISCURSO DO PODER PELA FORÇA: O JUDICIÁRIO PERANTE A MOBILIZAÇÃO TUPINAMBÁ

4.1 O chamamento do Judiciário nas lutas dos Tupinambá

“Porque o perfil da autoridade brasileira, vocês me corrijam se eu estiver errado, é aquele que o outro tem obediência burra: ele falou, se cala! Ele é o dono da razão, pronto!” (informação verbal).

Essas palavras, ditas por Babau quando da visita à Serra do Padeiro em 2014, revelam como a liderança enxerga o Judiciário. Tal olhar crítico configura reflexo de uma circunstância fundamental para a compreensão dos conflitos dos Tupinambá: sua *judicialização*.

Trata-se de quadro, a propósito, perceptível no capítulo anterior. Afinal, decretos de prisões e reintegrações de posse, noticiadas pela imprensa, decorrem de ordens judiciais.

Vale dizer que o Estado brasileiro foi chamado para o conflito em questão, não apenas pelas demandas indígenas para efetivação emancipatória de seu direito à demarcação da terra. Foi também chamado para, por intermédio da atividade jurisdicional, promover medidas regulatórias, como a prisão das lideranças e reintegrações de posse.

Na atividade oficial regulatória, emerge o elemento objetivo do poder: a força do Estado, representada pelas ordens judiciais a serem cumpridas coercitivamente. Em se tratando de ato de poder, mencionadas ordens devem ser justificadas por um discurso; no caso, escritos formulados com base no dever funcional imposto pela Constituição, a todos os juízes brasileiros, de fundamentar suas decisões (BRASIL, 1988, art. 93, IX⁵⁹).

⁵⁹ Eis a redação do artigo 93, inciso IX, da Constituição de 1988 “Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões [...]”.

No presente capítulo, será examinado o discurso presente nas decisões judiciais nos conflitos pela TI Tupinambá de Olivença. Dessa forma, será possível confrontá-lo com as falas e escritos dos meios de comunicação de massa, permitindo o alcance do objetivo da tese de relacionar o discurso manifestado em torno dos elementos subjetivo e objetivo do poder perante as demandas indígenas.

É certo que a força do Estado não se manifesta apenas pelas decisões dos juízes: por exemplo, os atos da polícia também consistem em manifestações do elemento objetivo do poder. O fato, porém, é que as ações policiais devem ser legitimadas por decisões judiciais, seja em momento posterior (decisão de juiz que julga válido um flagrante) seja em momento anterior (cumprimento, por policiais, de ordem judicial prévia de prisão ou de reintegração de posse).

Ademais, os juízes gozam de liberdade de agir que outros agentes estatais não detém, conforme se verá no próximo item. Há, portanto, maior possibilidade de pluralismo discursivo em decisões judiciais.

Para o alcance dos escopos pretendidos, serão descritas características históricas da atividade jurisdicional do Estado. Após, serão citadas decisões judiciais envolvendo os Tupinambá, para, por intermédio da Análise Crítica do Discurso (ACD), verificar a presença ou ausência de elementos coincidentes à cobertura midiática estudada no capítulo anterior.

4.1.1 Estrutura autoritária e independência funcional

Cabe, inicialmente, advertir que a judicialização do conflito consiste em problema a ser enfrentado pelos Tupinambá. Isso porque a atividade jurisdicional é a função estatal que, em comparação ao Executivo e ao Legislativo, menos adaptou-se estruturalmente à democracia projetada no texto constitucional:

No Poder Judiciário as mudanças foram mínimas, em todos os sentidos. A organização, o modo de executar suas tarefas, a solenidade dos ritos, a linguagem rebuscada e até os trajes dos julgadores nos tribunais praticamente permanecem os mesmos há mais de um século (DALLARI, 2002, p. 6).

A situação pode, porém, ser distinta. Ao contrário do que sucede em outras estruturas não democráticas que remanescem no Estado, como a própria polícia (ALMEIDA, 2014, p. 12), os juízes não são compelidos a seguir as ordens de superiores hierárquicos. Os magistrados do Brasil são dotados da garantia da *independência funcional*, tendo a possibilidade de proferir decisões em conformidade às suas convicções jurídicas e em desconformidade às estruturas conservadoras a que pertencem:

Longe de ser um privilégio para os juízes, a independência da magistratura é necessária para o povo, que precisa de juízes imparciais para a harmonização pacífica e justa dos conflitos de direitos (DALLARI, 2002, p. 47)⁶⁰.

Sendo assim, em que pese o fato dos grupos hegemônicos submeterem os Tupinambá à apropriação e à violência em plena vigência da Constituição de 1988, os juízes brasileiros ostentam a possibilidade de deslegitimar tal submissão. Assiste aos juízes o poder de introduzir os indígenas no contrato social, efetivando o direito à posse coletiva da terra.

4.1.2 Judiciário autônomo: origens sob a ortodoxia liberal

Para a compreensão do exercício da atividade jurisdicional, deve-se anotar que Judiciário independente, a coexistir com Legislativo e Executivo, é produto do Estado de Direito. Sua autonomia, portanto, coincidiu com os dois principais marcos que deram origem ao processo de legalização de direitos sob o discurso da modernidade

⁶⁰ Daí que a Constituição estabelece como garantias da magistratura a vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos (BRASIL, 1988, art. 95). Em outros termos, os juízes só podem perder suas funções por decreto judicial definitivo; não podem ser transferidos em razão de suas decisões e não podem ter seus vencimentos reduzidos.

eurocêntrica: a Constituição dos Estados Unidos da América de 1787 e a Declaração de Direitos Humanos do Homem e do Cidadão francesa de 1789.

A despeito disso, a relevância política do Judiciário enquanto poder estatal não foi prontamente percebida quando da concepção teórica do contrato social. Em Hobbes (1979, p. 61), por exemplo, uma divisão na atividade estatal sequer era cogitada, ante a sua defesa da concentração de poder; em Locke (1991, p. 250), autor que influenciou a Constituição estadunidense, a separação de poderes foi concebida a partir da existência do Legislativo, Executivo e Federativo (este último, tendo a atribuição de fazer a paz e a guerra); na obra de Rousseau (2002, p. 28), teórico dos revolucionários franceses de 1789, também não havia referência à atividade jurisdicional do Estado, limitando-se o autor a considerar o que entendia como os dois móveis do corpo político: a força, representada pelo Poder Executivo, e a vontade, sob o nome de Legislativo.

A ideia da atividade jurisdicional como função autônoma apareceu na teoria da Separação dos Poderes, formulada por Montesquieu (1689-1755), com base na ideia de funcionamento de poderes Executivo, Legislativo e Judiciário independentes. Contudo, em sua obra *O Espírito das Leis*, o autor fazia menção à função jurisdicional de modo demasiadamente cauteloso, atribuindo o poder de julgar como “[...] terrível entre os homens [...]” (MONTESQUIEU, 1973, p. 157).

Daí a Revolução Francesa de 1789 ter levado à inserção do Judiciário à qualidade de poder secundário. Entendia-se ser a interpretação judicial dos direitos um processo limitado à subsunção automática de aplicação do fato litigioso à norma jurídica (STRECK, 2011, p. 8-9).

As peculiaridades históricas da França pré-revolucionária justificavam as desconfianças relativas às condutas dos juízes:

[...] embora não houvesse uma separação nítida entre o que fosse público ou privado, a magistratura correspondia ao que modernamente se classifica como serviço público, mas os magistrados sentiam e agiam como se exercessem atividade privada, pois eram proprietários dos cargos e vendiam ao povo a prestação jurisdicional (DALLARI, 2002, p. 15-16).

A instituição do Estado de Direito buscou, portanto, constituir um Judiciário, embora autônomo, *politicamente neutro* (SANTOS, Boaventura, 2009, p. 86).

4.1.3 Força política e explosão da litigiosidade

A realidade, porém, é que nunca existiu Judiciário politicamente neutro.

Recorda-se que a própria instituição do Estado de Direito teve o objetivo político de conceder segurança e estabilidade para a burguesia, sob verdadeira *parceria* entre o setor privado e “[...] o setor público, este a serviço daquele” (GRAU, 2007, p. 28). Ao Judiciário, então, enquanto função estatal, foi atribuída a tarefa de legitimar aludida parceria quando da solução dos conflitos de interesse.

Ademais, o passar dos anos evidenciou a impossibilidade da cautela política defendida por Montesquieu.

Nos Estados Unidos da América do século XIX, por exemplo, os juízes já revelavam que não atuavam de forma coadjuvante. Neste sentido, tem-se o célebre caso *Marbury vs. Madison* (1803), ocasião em que a Suprema Corte decidiu, pela primeira vez, em favor da possibilidade do Judiciário invalidar um ato praticado pelo Legislativo, declarando a inconstitucionalidade de norma federal (DALLARI, 2002, p. 17).

No século seguinte, mormente no pós-Segunda Guerra Mundial, o Judiciário assumiu, de forma mais veemente, seu protagonismo.

Trata-se do período de legalização de novos direitos que caracterizou o chamado Estado de Bem-Estar Social nas democracias da Europa Ocidental. Enquanto produto de alinhamento entre grupos moderados de esquerda e de direita que, na época, alternavam-se no poder

(HOBSBAWM, 1996b, p. 239), tal modelo legitimou o sistema hegemônico⁶¹: não é de surpreender, pois, que demandas dos grupos dominados, legalizadas na forma de Direitos Humanos coletivos, tenham mantido antigos mecanismos de opressão.

Operou-se, assim, uma considerável distância entre a realidade das normas jurídicas consagradoras de direitos e a realidade da vida da população. O Judiciário foi chamado para reduzir mencionada distância, efetivando as promessas normativas não cumpridas pelos demais poderes.

Desse quadro adveio o fenômeno conhecido por *explosão da litigiosidade*. O Judiciário tornou-se uma estrutura abarrotada de processos e eminentemente morosa (SANTOS, Boaventura, 1986, p. 19)⁶².

A par do problema quantitativo, adveio o problema qualitativo (ANDRADE, 2006, p. 14), na medida em que a discussão judicial de direitos de índole coletiva levou, à atividade jurisdicional, conflitos igualmente coletivos. Conforme Boaventura Santos (2009, p. 90), atribuiu-se, com isso, ao Judiciário a responsabilidade política de também promover os valores solidários que, em tese, sustentam a ideia do Estado de Bem-Estar, comprometendo a simbiose, sustentada pelo liberalismo, entre independência dos juízes e neutralidade política.

4.1.4 Ativismo e visão de mundo dos juízes

As ações dos juízes tornaram-se mais visíveis na medida em que o Judiciário se apresentava politicamente mais relevante. Foi por isso que, justamente sob o quadro da explosão da litigiosidade, ocorreu em diversos países o fenômeno chamado de *boa rebelião dos juízes*: estes

⁶¹ Daí que, como anotado alhures, a instituição da função da social da propriedade, ainda que tenha elidido normativamente o dogma do caráter sagrado do domínio individual, não eliminou tal instituto; pelo contrário, legitimou-o.

⁶² Lembra Boaventura Santos (1986, p. 19) que, no final da década de 1960, a duração média de um processo civil na Itália, por exemplo, era de seis anos e cinco meses.

passaram a assumir “[...] a liderança de um processo de reformas, tendo por objetivo dar ao Judiciário a organização e a postura necessárias para que ele cumpra a função de garantidor de direitos e distribuidor de Justiça” (DALLARI, 2002, p.80)⁶³.

Ressalve-se que essa postura politicamente ativa não necessariamente apresenta escopos emancipatórios. Em alguns momentos, apresentou caráter conservador, como no Chile governado por Salvador Allende na década de 1970, o qual enfrentou o ativismo dos juízes contra as políticas de nacionalizações na época empreendidas (SANTOS, Boaventura, 2009, p. 82).

Ficou, de toda forma, claro que a força política do Judiciário não é apenas de natureza estrutural. A separação de poderes terminou por conceder verdadeira força política pessoal aos juízes.

Diante disso, é importante fazer uso das observações de Upendra Baxi (2006, p. 168-170) no sentido de o processo de legalização de Direitos Humanos envolver tanto a luta pela *escrita* dos direitos em documentos normativos quanto a luta pela *leitura* dos documentos escritos (advindo, assim, o trabalho de interpretação para a aplicação concreta das normas escritas). Considerando, ainda segundo o raciocínio da autora, que nenhum texto escrito é dotado de significado claro, o processo interpretativo de leitura de Direitos Humanos passa a ser influenciado pelos mais diversos fatores, inclusive políticos.

Daí Eros Grau (2014, p. 72) reconhecer que uma decisão judicial é produto de vasta gama de acontecimentos, dentre os quais as “[...] convicções do próprio juiz, que pode estar influenciado, de forma decisiva, por preceitos de ética religiosa ou social, por esquemas doutrinários em voga ou por instâncias de ordem política”.

⁶³ Boaventura Santos (2009, p. 91) cita, nesse sentido, o caso do movimento de juízes progressistas italianos, intitulado *Magistratura Democrática*, que passaram a fazer uso alternativo do direito, confrontando abertamente a contradição entre a igualdade formal (de índole burguesa) e a justiça social (fundada na efetivação dos direitos sociais).

Vale dizer que a visão de mundo do juiz tem o condão de influenciar sua leitura pessoal das normas jurídicas no momento de aplicá-las ao caso concreto. Trata-se de circunstância inexorável.

Lembra-se, nesse sentido, que todo o processo de ampliação de direitos, ao longo dos séculos, tornou os Direitos Humanos um *campo de lutas* (BAXI, 2006, p. 171). Como se viu alhures, tais embates refletiram-se, no âmbito filosófico, em duas possíveis perspectivas, quais sejam o ser humano como indivíduo isolado e, portanto, titular de direitos meramente individuais e o ser humano como ente social, dotado de direitos, em sua prevalência, coletivos (SHIVJI, s.d., p. 1).

Ambas as perspectivas configuram verdadeiras visões de mundo, influenciando, pois, a leitura dos direitos pelos magistrados quando da tomada de decisões.

Essas observações não estão a sustentar que a aplicação dos Direitos Humanos depende do voluntarismo de juízes. A função jurisdicional está relacionada à leitura de um escrito já elaborado, compelindo o magistrado, na qualidade de agente submetido às normas jurídicas, a estar “[...] aberto para a opinião do texto” (GRAU, 2014, p. 69).

4.1.5 O caso do Brasil

As anotações acima inseridas aplicam-se ao Brasil. Tem-se, porém, a peculiaridade da *explosão da litigiosidade* brasileira ter ocorrido somente após o final da década de 1980, época coincidente à redemocratização juridicamente marcada pela Constituição de 1988.

Sob a realidade dos direitos de índole coletiva legalizados por tal documento constitucional, adveio distância colossal entre a realidade das normas escritas e a realidade da vida da população brasileira. Em assim sendo, os cidadãos passaram a enxergar o Judiciário como instrumento para o

encurtamento da aludida distância, operacionalizando “[...] as promessas cidadãs da Constituição [...]” (ANDRADE, 2006, p. 12) ⁶⁴.

Desse quadro, a participação mais ativa dos juízes. Destaca-se a mobilização dos próprios magistrados pela fundação da Associação Juízes para a Democracia em 1991. Tal entidade apresenta “[...] como objetivos estatutários a defesa do regime democrático de direito, fundado na dignidade da pessoa humana, bem como a valorização das funções jurisdicionais como autêntico serviço público” (COMPARATO, 2015, p. 17).

Há também, por outro lado, um forte ativismo conservador na magistratura brasileira, caracterizado pela incapacidade de compreensão de conflitos coletivos (STRECK, 2011, p. 2-4) e pela adoção da propriedade individual enquanto verdadeira visão de mundo (MELO, 2013, p. 71).

O campo de lutas dos Direitos Humanos reflete-se, assim, na leitura das normas jurídicas por parte dos juízes brasileiros.

4.2. O Judiciário nos conflitos dos Tupinambá

4.2.1. A necessária Análise Crítica do Discurso

Realizadas essas observações iniciais, é possível analisar a posição do Judiciário perante os conflitos envolvendo os Tupinambá.

Para o alcance de tal escopo, faz-se necessário recordar que as decisões proferidas no exercício da atividade jurisdicional devem ser fundamentadas (BRASIL, 1988, art. 93, IX). Impõe-se, por isso, a todos os juízes, a manifestação de um *discurso* apto a convencer as partes, de um dado processo, do acerto de suas conclusões.

⁶⁴ Daí que, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (Brasil, 2016), somente no ano de 2015, tramitaram cerca de 102 milhões de processos no Brasil.

No caso dos Tupinambá, o conflito judicialmente apreciado envolve o direito à demarcação de terra dos povos indígenas previsto na Constituição (BRASIL, 1988, art. 231). Dessa forma, o discurso exteriorizado consiste em um discurso relativo aos Direitos Humanos e, sob essa qualidade, eminentemente contencioso (SHIVJI, s.d., p. 1): contém uma linguagem que reproduz, nas observações de Baxi (2006, p. 172), os embates sócios - ideológicos íncritos ao campo de luta das demandas sociais legalizadas e presentes inexoravelmente na visão de mundo de cada magistrado.

É necessário, assim, que as decisões judiciais sejam examinadas pela Análise Crítica do Discurso (ACD). Na forma observada no capítulo anterior, fazendo-se uso de tal metodologia, é possível verificar os elementos das relações de dominação do capitalismo presentes ou ausentes na linguagem utilizada pelos juízes (VAN DIJK, p. 526).

Também de maneira semelhante ao examinado no capítulo pretérito, a análise do discurso judicial ainda deverá fazer uso de outros métodos que não excluem a ACD. Primeiramente, a *abordagem heurística*, considerando a linguagem empregada no texto, o sujeito que o escreveu (no caso, a autoridade judicial) bem como as circunstâncias que o motivaram (EISENHARDT; JOHNSTONE, 2013, p. 118-119). Ademais, o *exame do conteúdo textual*, objetivando descobrir o sentido do escrito por ser este um conglomerado de frases não isoladas que procuram marcar uma posição (FIORIN; SAVIOLI, 2007, p. 11-13).

4.2.2 As decisões e os juízes a serem examinados

A ACD a realizar-se focará decisões judiciais proferidas tanto no âmbito do que a linguagem jurídica conhece por *jurisdição civil* quanto no campo conhecido por *jurisdição penal*.

Tal exame justifica-se porque, no momento de proferir tais atos referentes aos conflitos dos Tupinambá, os juízes deparam-se, em

ambas as jurisdições⁶⁵, no poder de escolha que historicamente os agentes do Estado têm de enfrentar no processo de leitura dos Direitos Humanos. No caso, aos juízes é dada a possibilidade de optar entre atuar objetivando os fins emancipatórios previstos na Constituição ou legitimar a persistente prevalência do pilar moderno da regulação, via ação repressiva do Estado; é ainda dada a possibilidade de atuar fazendo prevalecer a concepção solidária de direitos coletivos ou a concepção hegemônica dos direitos individuais.

Considerável parcela dos atos decisórios examinados foi proferida por juízes federais, vez que a eles é constitucionalmente atribuída a competência para apreciar disputas sobre direitos indígenas (BRASIL, 1988, art. 109, XI). Há, porém, o exame de atos de juízes do Estado da Bahia, tendo em conta o entendimento jurisprudencial da competência das justiças estaduais para julgar conflitos em que não se discutem diretamente direitos originários⁶⁶.

As decisões examinadas foram proferidas de 2006 a 2016. Há, assim, coincidência de intervalo de tempo com as matérias midiáticas analisadas no capítulo anterior, reportando-se aqui às justificativas lá expostas para o critério escolhido e acrescentando-se o fato de que tal similitude de períodos possibilitará a realização do pretendido contraste do discurso dos elementos subjetivo e objetivo do poder.

A ACD focará, mais especificamente, a fundamentação das decisões (e a conseqüente conclusão, chamada, no âmbito jurídico, de *dispositivo* da decisão). O relatório de cada ato decisório a ser mencionado não será, por vezes, transcrito, tendo em conta consistir mero resumo do processo, que, embora possa ser influenciado pelas escolhas pessoais do juiz (salientando alguns atos processuais praticados em detrimento de outros), não

⁶⁵ A distinção entre jurisdição penal e jurisdição civil é, com frequência, formulada por uma definição negativa desta última, isto é, a jurisdição em que não se apreciam os conflitos entre o direito de punir do Estado e o acusado da prática de fato definido em lei como crime. Assim, nas palavras de Frederico Marques (1990, p. 72), jurisdição civil “é a função estatal, exercida no processo, por órgão da justiça ordinária, mediante propositura da ação, a fim de compor um litígio não penal”.

⁶⁶ Nesse sentido, a Súmula 140 do Superior Tribunal de Justiça: “Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar crime em que o indígena figure como autor ou vítima”.

explicita o discurso do poder de forma tão clara quanto no fundamento da decisão; nos casos em que, excepcionalmente houver tal explicitação, o relatório será, ao menos em parte, aludido.

A fim de não alongar o trabalho em demasia, prendendo-se a raciocínios repetitivos, não se terá citação da íntegra das fundamentações, mas dos trechos que mais evidenciam o teor do discurso apresentado (como se verá, ainda assim a repetição será uma constante). Em tais trechos, haverá o respeito aos negritos, itálicos e sublinhados do texto original.

Resta ainda anotar que as decisões a serem objetos da ACD foram proferidas por magistrados de 1^a e 2^a instâncias, além daqueles das chamadas instâncias superiores.

Em um trabalho interdisciplinar, como a presente tese, é necessário esclarecer que a 1^a instância é a ocupada pelos juízes que, via de regra, primeiro apreciam os processos; magistrados de 2^a instância – os desembargadores – são aqueles que normalmente reapreciam causas julgadas na 1^a instância, pela via de recursos ou de incidentes como pedidos de suspensão de liminares (no caso dos federais, o Tribunal Regional Federal - TRF; no caso dos estaduais, o Tribunal de Justiça da Bahia - TJBA) ou causas de competência originária, como, por exemplo, *habeas corpus* contra atos de juízes de 1^a instância. Os magistrados de instância superior – os ministros – são aqueles que ocupam os chamados tribunais superiores, como o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF), dotados de competência para reapreciar causas julgadas nas demais instâncias ou causas que, segundo a ordem jurídica, são de sua competência originária (por exemplo: ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo de competência originária do STF).

As decisões da 1^a instância são sempre proferidas monocraticamente, isto é, por apenas um único julgador. As decisões das demais instâncias podem ser monocráticas ou colegiadas (isto é, por mais de um julgador).

Os juízes da instância inicial são aqueles que exercem a jurisdição próxima aos focos do conflito. Os juízes de 2ª instância do Judiciário baiano encontram-se em Salvador e os da Justiça Federal, em Brasília⁶⁷. Estão ainda na capital federal, os juízes das instâncias superiores.

Deu-se preferência a decisões de impacto imediato, relativas a questões apreciadas prontamente, como liminares de ações possessórias e decretos de prisão. Nas decisões de 2ª instância e proferidas pelo STJ e STF, foram privilegiadas as decisões monocráticas de suspensão de liminares ou de revogação de prisão, por normalmente decorrerem de situações urgentes, que impõem uma resposta desses tribunais mais rápida do que as decisões tomadas em colegiados.

Tal fato não impediu a menção, minoritária, também a ato colegiados, possibilitando o contraste entre decisões de espécies diversas.

Cabe observar, por fim, a ordem de análise das decisões. Partiu-se da jurisdição cível para alcançar aquela que trata de fatos mais graves, a jurisdição criminal, conforme ordem cronológica.

4.2.3 Jurisdição civil

4.2.3.1 Interdito proibitório: Justiça Federal em abril de 2006

A ACD ora proposta tem início com o exame de decisões proferidas no âmbito a jurisdição cível, discutindo-se conflitos sem que seja focada eventual prática de crime por um dos litigantes. Isso, ainda que,

⁶⁷ A Justiça Federal é dividida em cinco regiões, tendo, cada uma, um TRF competente para apreciar os recursos dos respectivos juízes de 1ª instância. O Estado da Bahia encontra-se sob a jurisdição do TRF da 1ª Região, sediado em Brasília.

conforme se verá, a criminalização seja um elemento constantemente presente.

O primeiro ato decisório examinado consiste em liminar – decisão provisória proferida normalmente no início do processo, sem extingui-lo – de ação de interdito proibitório. Em um trabalho interdisciplinar como este, é necessário esclarecer que tal ação não pressupõe perda da posse (via, por exemplo, retomadas), mas o mero receio “[...] contra a hipótese de vir a acontecer [...]” (PEREIRA, 1970, p. 62).

Por ser preventiva, a demanda em questão aparece como verdadeiro instrumento de intimidação à luta pela terra dos Tupinambá.

No caso específico, a decisão do interdito proibitório foi proferida em 7 de abril de 2006, pela Juíza Federal Substituta Raquel de Lima, em exercício na Vara Única de Ilhéus, nos autos do processo 2006.33.01.000427-0, tendo como autor (também chamado de requerente) Manoel Dias Costa e como réus (ou requeridos) os “Índios da Tribo dos Tupinambás da Serra do Padeiro” (as aspas decorrem do fato de o autor da ação ter assim denominado os indígenas), a União Federal e a Funai.

Eis os trechos que melhor podem evidenciar, para além de relatos processuais e teóricos, o discurso contido no ato:

Pretende o requerente, com a presente ação possessória de rito especial, obter mandado proibitório visando proteger a posse do imóvel descrito acima, tendo em vista se situar em área na qual estão sendo patrocinadas invasões sistemáticas de terras rurais pela comunidade indígena requerida [...].

A posse, como se sabe, nada mais é do que uma relação fática sócio-econômica com carga potestativa – poder de ingerência – formada pelo sujeito titular de um bem da vida à obtenção da satisfação de suas necessidades, suficientemente apta a excluir terceiros [...].

[...] os documentos acostados pelo requerente demonstram, sem margem de dúvida, a posse anterior deste, que detinha o poder de fato sobre sua propriedade rural, com utilização sócio-econômica do imóvel, onde executa atividades ligadas à agropecuária.

A ameaça, como possibilidade concreta da perda total ou parcial do poder de ingerência sócio-econômica sobre referida propriedade, encontra-se caracterizada nas declarações constantes a exordial, além de constituir fato notório, conforme amplamente divulgado

recentemente na imprensa escrita, falada e televisionada. Além disso, as alegações da União/Funai, em seus pronunciamentos, além de não infirmar as alegações fáticas do requerente, sustentam que os índios são possuidores e verdadeiros proprietários da área [...], o que faz recrudescer o receio do requerente [...].

Não se desconhece, por certo, que, em se tratando de disputa de direitos de posse envolvendo comunidades indígenas, não basta a presença desses requisitos previstos na lei processual. Conforme assentado na doutrina e na jurisprudência do TRF da 1ª Região, não é possível que a questão seja dirimida tão-somente sobre a ótica do direito privado, devendo ser considerados os elementos especiais da posse dos índios sobre a terra que tradicionalmente ocupam, a teor do dispõe o art. 231, Parágrafo 2º da Constituição Federal.

[...].

Colocadas essas premissas, cumpre ao julgador fazer um balanceamento dos dispositivos aparentemente conflitantes, tendo de um lado a proteção possessória lastreada no estado de fato sobre a coisa e, de outro, a posse derivada do indigenato e, a partir de então, verificar qual deles deve ser aplicado ao caso concreto, tendo em conta os princípios da razoabilidade e da justiça social.

[...] não é possível que, em juízo preliminar, seja feita uma contraposição imediata da posse do indigenato em relação à posse do autor, uma vez que aquela (indigenato) exige cognição vertical mais aprofundada, a ser instruída – necessariamente – com perícia antropológica [...].

De fato, afigura-se que o desapossamento repentino do demandante de sua propriedade, onde exerce sua atividade agropecuária há vários anos, provocaria, neste momento, uma situação de desequilíbrio que seria desproporcional ao próprio retardamento do reingresso dos índios em terras que, em tese, seriam destinadas ao seu *habitat*.

A ameaça de esbulho possessório pela violência e a sua conseqüente intranquilidade social devem ser reprimidas [...]. Não se apresenta razoável, portanto, cancelar o ato violento, ainda que sua fundamentação tenha origem legítima [...].

As recentes invasões de terras por grupos indígenas [...] tornaram-se públicas e notórias na Região do Sul da Bahia [...].

[...] **observo que no site da FUNAI na Internet**, em que são apontadas as etnias indígenas do Estado da Bahia [...], **não registrando qualquer referência ao grupo Tupinambás**, ao menos até a presente data. Também não estão mencionados entre as tribos dos Estados vizinhos [...].

Tal constatação faz parecer absolutamente fantasiosas e despropositadas as afirmativas da FUNAI de que o local é ocupado tradicionalmente pelos índios tupinambás, **máxime pelo fato de que o Requerente comprova a sua produção rural e o pagamento de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.**

[...] **DEFIRO A LIMINAR** pleiteada, determinando que os **Índios da Tribo dos Tupinambás da Serra do Padeiro** e os demais Réus abstenham-se de turbar ou esbulhar a propriedade do autor [...].

A fundamentação tem início pela desconsideração das alegações dos indígenas de haver retomadas de imóvel: “invasões sistemáticas” é a forma pela qual a juíza se refere às ações dos Tupinambá.

O segundo parágrafo, acima mencionado, prossegue quando reconhece que as alegações do autor têm por base uma concepção individualista de direito: “sujeito titular de um bem da vida à obtenção da satisfação de suas necessidades, suficientemente apta a excluir terceiros”.

Em outro parágrafo, a magistrada antecipa que acolherá tal concepção, salientando a utilização econômica, do ponto de vista hegemônico, da fazenda objeto da contenda. Para isso, menciona a execução, no imóvel, de “atividades ligadas à agropecuária”.

Quando examina as provas, a juíza prolatora corrobora tal acolhimento. Alude que o titular do domínio individual está efetivamente ameaçado de “perder a ingerência sócio-econômica sobre referida propriedade”; para isso, usa o noticiado da imprensa como uma fonte de prova: “conforme amplamente divulgado recentemente na imprensa escrita, falada e televisionada”.

Cabe lembrar, nesse aspecto, que o culto à ciência, produto do caráter evolucionista do discurso moderno eurocêntrico, prega a produção de um saber neutro e objetivo⁶⁸. Sob esse raciocínio, os meios de comunicação poderiam também divulgar informações neutras e objetivas, como se não tivessem seus interesses na preservação do sistema fundado na propriedade individual.

Inserir, portanto, o divulgado pela mídia como elemento de prova significa, ainda que involuntariamente, acolher o discurso hegemônico, em prejuízo às demandas dos Tupinambá.

⁶⁸ Cuida-se de corolário da crença da exatidão que caracteriza o cientificismo. Como anota Boaventura Santos (2009, p. 32), olvida-se que “nem a objetividade nem a neutralidade são possíveis em termos absolutos”.

No mesmo parágrafo, a juíza faz uso de teses que deveriam ser favoráveis aos indígenas contra os próprios indígenas. Afirma que o fato da Funai e União, inseridas como rés no processo ao lado da comunidade liderada por Babau, sustentarem que os Tupinambá são possuidores e verdadeiros proprietários da área, por si só, caracteriza a ameaça ao não-índio (“faz recrudescer o receito do requerente”).

Em tal ponto, dá-se a entender que as demandas dos indígenas são pela propriedade (“sustentam que os índios são possuidores e verdadeiros proprietários da área”). Desconsidera-se que o domínio individual não é uma noção indígena, mas um instituto que aparece como a base do capitalismo.

A decisão prossegue com a ressalva do reconhecimento das peculiaridades das disputas indígenas. Afirma a juíza que “não se desconhece, por certo, que, em se tratando de disputa de direitos de posse envolvendo comunidades indígenas, não basta a presença desses requisitos previstos na lei processual”..

Assevera, assim, que irá balancear⁶⁹ dispositivos conflitantes: a “a proteção possessória lastreada no estado de fato sobre a coisa” versus “a posse derivada do indigenato”, conforme a “razoabilidade” e a “justiça social”.

Ainda que não mencione expressamente, a juíza reconhece o que está em conflito: visões de mundo que, no campo de luta entre grupos dominantes e dominados, manifestam-se em demandas em favor de direitos a serem reconhecidos pelo Estado (SHIVJI, s.d., p. 1). De um lado, nos termos do observado no segundo capítulo, tem-se a visão de mundo fundada em uma concepção individualista de sociedade que enxerga o ser humano enquanto titular de direitos individuais, como a propriedade capitalista (a “proteção

⁶⁹ O balanceamento decorre do emprego do critério de aplicação das normas jurídicas pela via da ponderação de direitos. A respeito, adverte Luís Roberto Barroso (2004, p. 358 e 361): “A ponderação consiste, portanto, em uma técnica de decisão jurídica aplicável a casos difíceis [...]”. Contudo, “não fornece referências materiais ou axiológicas para a valoração a ser feita”.

possessória” do dono da terra); de outro lado, a concepção solidária de sociedade que vê o ser humano como predominantemente titular de direitos coletivos de natureza contra-hegemônica (“a posse derivada do indigenato”).

A decisão prossegue com a magistrada manifestando visão de mundo em favor de uma concepção individualista de sociedade (apesar de ter dito que decidiria conforme a “justiça social”, expressão relacionada à solidariedade). Para isso, afirma que o direito individual do autor da ação é mais fácil ser comprovado do que a posse indígena (que “exige cognição vertical mais aprofundada, a ser instruída – necessariamente – com perícia antropológica”).

Há aqui um reflexo do momento em que foi elaborada a decisão: o estudo multidisciplinar do processo demarcatório coordenado por antropóloga e mencionado no capítulo inicial desta tese ainda não havia sido concluído. Todavia, o processo de demarcação perante a Funai já se encontrava em trâmite, o que não foi considerado.

A magistrada prossegue coerentemente a mesma visão, afirmando que “o desapossamento repentino do demandante de sua propriedade, onde exerce sua atividade agropecuária há vários anos, provocaria, neste momento, uma situação de desequilíbrio”. Percebe-se o enfoque à atividade econômica do não-índio, essencial ao regime hegemônico, bem como a ausência de considerações acerca da atividade econômica dos Tupinambá, como já visto, historicamente considerada verdadeiro obstáculo à expansão do capital.

A preferência à utilização hegemônica do direito perdura no trecho em que a magistrada assevera que “a ameaça de esbulho possessório pela violência e a sua conseqüente intranquilidade social devem ser reprimidas [...]”.

Como se viu a partir da leitura de Boaventura Santos (2009, p. 30-31), as ideias do contrato social, responsáveis pelo que se conhece hoje como Estado de Direito, fundaram os dois grandes pilares da modernidade: a regulação e a emancipação. Ao afirmar que as demandas dos

Tupinambá se dão por “violência”, gerando “intranquilidade social” e, portanto, “devem ser reprimidas”, a prolatora faz uma escolha pela prevalência da regulação sobre a emancipação, o que, como já visto, é característico das sociedades capitalistas contemporâneas.

No parágrafo seguinte, a opção é tornada mais clara. A juíza chama as retomadas dos indígenas de “invasões”, caracterizando-as como “públicas e notórias na Região do Sul da Bahia”. Lembra-se que a publicidade e a notoriedade estão relacionadas às informações transmitidas pela mídia, consideradas, nesta decisão, fontes de prova neutras.

Em outro trecho, a prolatora utiliza dados da Funai como prova contra os indígenas, afirmando que o *website* da fundação não registra referência “ao grupo Tupinambás”. Note-se a presença da expressão “Tupinambás” no plural, ao invés de “Tupinambá”, não se aplicando as designações oriundas da Antropologia, tal como explicado ao longo deste trabalho. Ademais, não se considera o direito dos indígenas decorrente, como considerava João Mendes Júnior (1988, p. 58), do seu caráter congênito, sendo a demarcação mero reconhecimento do que já existe.

No parágrafo seguinte, tal desconsideração intensifica-se. A prolatora da decisão nega efetivamente a existência de indígenas na área em conflito, asseverando parecerem “absolutamente fantasiosas e despropositadas as afirmativas da FUNAI de que o local é ocupado tradicionalmente pelos índios tupinambás”. Confirma ainda essa conclusão pelo fato do proprietário fazer uso da terra em favor do sistema econômico dominante (“produção rural”) e dos interesses financeiros do Estado (o proprietário comprova o “pagamento” do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, o ITR).

Apesar, portanto, de afirmar que realizaria um “balanceamento” entre direitos, ao final a magistrada efetivamente nega a identidade étnica dos membros da comunidade da Serra do Padeiro. Se não são indígenas, não haveria sequer necessidade desse “balanceamento”, já que inaplicáveis as normas jurídicas que foram objeto de ponderação.

Ao fim, exterioriza sua opção pela concepção individualista de sociedade, deferindo a liminar de interdito proibitório para obstar aos Tupinambá a prática do que considera esbulho ou mera ameaça de esbulho (“turbar”) sobre a “propriedade” do autor da ação.

4.2.3.2 Interdito proibitório: Justiça Federal em agosto de 2006

A segunda decisão a ser citada consiste em mais uma liminar concedida em ação de interdito proibitório proferida na Vara Única da Justiça Federal de Ilhéus, datada de 01º de agosto de 2006. No caso, há o processo autuado sob o número 2006.33.01.000658-5, tendo como autor João Felipe de Saboia Orrico e Outro⁷⁰ e, como réu, a Comunidade Tupinambá da Serra do Padeiro, Funai e União Federal.

O ato decisório foi proferido pelo Juiz Federal Pedro Alberto Calmon Holliday, nos termos dos trechos abaixo:

Pretende(m) o(s) requerente(s), com a presente ação possessória de rito especial, obter mandado proibitório visando proteger a posse do imóvel descrito acima, tendo em vista se situar em área na qual estão sendo patrocinadas invasões sistemáticas de terras rurais pela comunidade indígena requerida [...].

A posse, como se sabe, nada mais é do que uma relação fática sócio-econômica com carga potestativa – poder de ingerência – formada pelo sujeito titular de um bem da vida à obtenção da satisfação de suas necessidades, suficientemente apta a excluir terceiros [...].

[...]. os documentos acostados pelo(s) requerente(s) demonstram, sem margem de dúvida, a posse anterior deste(s), que detinha(m) o poder de fato sobre sua propriedade rural, com utilização sócio-econômica desse imóvel, onde executa atividades ligadas à agropecuária.

A ameaça, como possibilidade concreta da perda total ou parcial do poder de ingerência sócio-econômica sobre referida propriedade, encontra-se caracterizada nas declarações constantes a exordial, além de constituir fato notório, conforme amplamente divulgado recentemente na imprensa escrita, falada e televisionada. Além

⁷⁰ Expressão comum em decisões judiciais, quando há várias pessoas no mesmo polo da relação processual. Assim, ao invés de nominar todas as partes, menciona-se apenas uma delas, seguida da expressão “e outro(s)”.

disso, as alegações da União/Funai, em seus pronunciamentos, além de não infirmar as alegações fáticas do(s) requerente(s), sustentam que os índios são possuidores da área [...], o que faz recrudescer o receio do(s) requerente(s) [...].

Não se desconhece, por certo, que, em se tratando de disputa de direitos de posse envolvendo comunidades indígenas, não basta a presença desses requisitos previstos na lei processual. Conforme assentado na doutrina e na jurisprudência do TRF da 1ª Região, não é possível que a questão seja dirimida tão-somente sobre a ótica do direito privado, devendo ser considerados os elementos especiais da posse dos índios sobre a terra que tradicionalmente ocupam, a teor do dispõe o art. 231, Parágrafo 2º da Constituição Federal.

[...].

Colocadas essas premissas, cumpre ao julgador fazer um balanceamento dos dispositivos aparentemente conflitantes, tendo de um lado a proteção possessória lastreada no estado de fato sobre a coisa e, de outro, a posse derivada do indigenato e, a partir de então, verificar qual deles deve ser aplicado ao caso concreto, tendo em conta os princípios da razoabilidade e da justiça social.

[...] não é possível que, em juízo preliminar, seja feita uma contraposição imediata da posse do indigenato em relação à posse do autor, uma vez que aquela (indigenato) exige cognição vertical mais aprofundada, a ser instruída – necessariamente – com perícia antropológica [...].

De fato, afigura-se que o desapossamento repentino do(s) demandante(s) de sua propriedade, onde exerce(m) sua atividade agropecuária há vários anos, provocaria, neste momento, uma situação de desequilíbrio que seria desproporcional ao próprio retardamento do reingresso dos índios em terras que, em tese, seriam destinadas ao seu *habitat*.

A ameaça de esbulho possessório pela violência e a sua conseqüente intranquilidade social devem ser reprimidas [...]. Não se apresenta razoável, portanto, cancelar o ato violento, ainda que sua fundamentação tenha origem legítima [...].

[...] **observo que no site da FUNAI na Internet**, em que são apontadas as etnias indígenas do Estado da Bahia [...], **não registrando qualquer referência ao grupo Tupinambás**, ao menos até a presente data. Também não estão mencionados entre as tribos dos Estados vizinhos [...].

Tal constatação faz parecer absolutamente fantasiosas e despropositadas as afirmativas da FUNAI de que o local é ocupado tradicionalmente pelos índios tupinambás, **máxime pelo fato de que o Requerente comprova a sua produção rural e o pagamento de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.**

[...] **DEFIRO A LIMINAR** pleiteada, determinando que os **Índios da Tribo dos Tupinambás da Serra do Padeiro** e os demais Réus abstenham-se de turbar ou esbulhar a propriedade do autor [...].

A citação de decisão, proferida no mesmo ano da examinada no item anterior, foi proposital. Verifica-se que ambos os atos são, em grande parcela, idênticos, apesar de proferidos por magistrados diferentes.

A escrita de textos iguais enseja indagações acerca da autoria do elaborado, não se sabendo qual autoridade judicial, de fato, articulou o raciocínio e as conclusões nos atos examinados.

A realidade, contudo, é que se cuida de fato não incomum para quem milita no cotidiano forense. Petições rigorosamente iguais subscritas por advogados e membros do Ministério Público distintos e decisões judiciais idênticas proferidas por magistrados diversos são fenômenos frequentes, aparecendo como possível produto de um sistema de justiça que, como resposta à *explosão da litigiosidade* brasileira no pós-1988, passou a tratar dos processos, em geral, como verdadeiros objetos de produção em série⁷¹.

Volvendo à decisão especificamente analisada, a escrita de substantivos no singular acompanhados da terminação do respectivo plural entre parênteses evidencia que se tem verdadeiro ato padrão, a ser proferido em outros interditos possessórios na região de Olivença.

Há um único ponto em que a decisão em exame difere do ato mencionado no item anterior. É que na ora analisada decisão proferida em agosto de 2006, o juiz prolator não considera as demandas indígenas como reivindicações em favor da propriedade: reconhece serem demandas pela posse da terra, em consonância com a Constituição, cuja demarcação nela prevista não atribui propriedade individual aos indígenas.

Em relação aos demais tópicos, as decisões são idênticas, havendo, ao final, a mesma conclusão que privilegia a concepção individualista de direitos, representada pela concessão de liminar em favor de um único proprietário e em desfavor da coletividade Tupinambá.

⁷¹ Trata-se de fenômeno a merecer estudo próprio, não podendo a presente tese debruçar-se sobre ele e, assim, perder o foco nos seus objetivos.

4.2.3.3 Suspensão de Segurança: Tribunal Regional Federal em dezembro de 2007

A fim desta tese não se prender à repetição dos atos acima mencionados, a decisão a ser examinada no presente item não foi proferida por magistrado de 1ª instância. Trata-se de decisão monocrática prolatada pela Presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, a Desembargadora Federal Assusete Magalhães, nos autos da suspensão de segurança 2007.01.00.0059457-3, tendo como requerente a Funai e o requerido o Juízo Federal da Subseção Judiciária de Ilhéus.

A origem de tal procedimento consiste em decisão liminar de reintegração de posse, proferida pela Juíza Federal Substituta Karine Costa Carlos da Vara Única da Justiça Federal de Ilhéus, nos autos do processo 2006.33.01.001316-6, tendo como autora A Agrícola Cantagalo Ltda.

A decisão oriunda do TRF, examinada no presente item, decorre de incidente processual conhecido como *suspensão de segurança*, no qual o Poder Público tem a faculdade solicitar o sobrestamento da eficácia de uma decisão judicial, diretamente ao presidente do tribunal a que o juiz prolator está vinculado. Tal incidente é aplicável em casos de perigo de lesão grave à ordem, à economia, à saúde ou à segurança pública.

Nota-se que se trata de instrumento autoritário: prerrogativa do Poder Público, dirigida a uma autoridade política (presidente de tribunal), baseado em fatos genéricos (lesão grave à ordem, à economia, à saúde ou à segurança pública). Todavia, aqui foi manejado pela Funai em favor dos Tupinambá, configurando um exemplo de utilização de instrumento hegemônico para fins contra-hegemônicos (SANTOS, Boaventura, 2010, p. 58), nos seguintes termos:

A requerente colaciona aos autos copia do ofício 3849/2007, comprovando que, a partir das 6:00h do dia 18/12/2007, ocorreria

operação policial de apoio ao cumprimento dos mandados de reintegração de posse [...].

[...].

Na hipótese, não se pode afastar a possibilidade iminente de conflito armado, entre a força policial destacada para o cumprimento da decisão e a comunidade indígena, de proporções inimagináveis [...].

Dessa maneira, e a fim de se evitar grave lesão à ordem e à segurança públicas, faz-se necessária, neste momento, a suspensão da decisão que determinou a reintegração de posse [...].

Pelo exposto, defiro em parte, o pedido ora formulado, para suspender o cumprimento da reintegração de posse em tela, por 180 (cento e oitenta) dias [...].

A fundamentação inicia-se com menção ao fato que deu ensejo ao incidente: “operação policial de apoio ao cumprimento dos mandados de reintegração de posse”. O Judiciário é, portanto, chamado para controlar a atividade regulatória do Estado.

Os parágrafos seguintes parecem caminhar no mesmo exercício da função regulatória, referindo-se aos perigos de um possível conflito armado entre índios e não-índios (“de proporções inimagináveis”).

No derradeiro parágrafo da fundamentação, a preocupação com a manutenção da ordem é ainda mais clara: “a fim de se evitar grave lesão à ordem e à segurança públicas, faz-se necessária, neste momento, a suspensão da decisão que determinou a reintegração de posse”.

Tem-se aqui uma decisão que, ao contrário das anteriormente citadas, aparentemente é favorável aos Tupinambá. Todavia, assim o é sem se realizar qualquer menção à emancipação perseguida pelos indígenas, que recorrerem ao direto à demarcação como instrumento de suas lutas (SANTOS, Boaventura, 2009, p. 611).

Existe um foco prioritário a sustentar a ordem do sistema, que pode ser abalada por um conflito de grandes proporções entre policiais que cumprem mandado de reintegração de posse e indígenas que, nas visitas realizadas em 2013 e 2014 para a elaboração desta tese, deixaram claro que somente saem da terra a ser demarcada se forem mortos.

4.2.3.4 Interdito proibitório: Justiça Federal em abril de 2008

Torna-se, agora, a citar decisão proferida em ação possessória de interdito proibitório, mas, diferentemente das anteriores, oriunda da Vara Única da Justiça Federal de Itabuna. O pequeno Município de Buerarema, onde se situa a comunidade da Serra do Padeiro, tem sua jurisdição federal na Comarca de Itabuna.

O ato decisório a ser examinado foi proferido nos autos do processo 2008.33.11-000275-6, tendo como autor Eduardo Nogueira da Silva e como réu os Índios da Tribo dos Tupinambás e Outros. O prolator da decisão foi o Juiz Federal Substituto João Paulo Pirôpo de Abreu, cujo raciocínio da fundamentação pode ser destacado pelos seguintes trechos:

O presente remédio possessório tem caráter eminentemente assecuratório [...].

[...].

Na hipótese dos autos, entretanto, mesmo neste momento, de análise superficial e sumária dos elementos de convicção colacionado aos fólios, faz-se imperioso sobrelevar que não há que se tratar da depuração de questão que há muito vem abastecendo os Juízos Federais com demandas em que se vê a ardilosa e tormentosa tarefa de averiguar qual posse deve ser preservada – de um lado a posse meramente civilista – e de outro eixo, aquela derivada do indigenato.

[...].

Nesse passo, não há espaço para, por ora, aprofundar o exame do que seja posse imemorial dos índios.

[...].

Ora, ao compulsar os presentes fólios, e cotejar os instrumentos de convicção carreados pela parte suplicante, depare-se este magistrado com a inafastável constatação de que não há uma comprovação razoável da perpetração de moléstia e/ou perturbações, relativamente ao exercício da posse a qual alega o demandante desempenhar de forma mansa e pacífica sobre o imóvel objeto da demanda, sendo de observar-se, ademais, que, no arrimo para sua pretensão, escora-se a parte requerente na circunstância de estarem ocorrendo invasões e esbulhos em imóveis próximos, descurando-se, entretanto, de apresentar qualquer elemento documental de que a região onde situa-se o imóvel objeto da demanda resta recrudescida por conflitos entre fazendeiros e indígenas.

[...].

Diante do exposto, [...] **INDEFIRO A LIMINAR** requestada.

Trata-se de mais uma decisão a beneficiar os Tupinambá na aparência. A proteção possessória não foi concedida em desfavor dos indígenas, mas, como se verá, sem haver menção ao caráter emancipatório dos direitos demandados.

A fundamentação do ato tem início com uma explicação dos pressupostos do interdito proibitório pedido (“caráter eminentemente assecuratório”).

A seguir, o prolator passa a manifestar os motivos de sua conclusão. Segundo ele, mesmo em se tratando de decisão de caráter provisório como uma liminar, que não exige provas profundas (“mesmo neste momento, de análise superficial e sumária dos elementos de convicção”), não é o caso de se fazer a escolha, via ponderação, entre a posse individual do dono da terra e a posse dos indígenas (“de um lado a posse meramente civilista – e de outro eixo, aquela derivada do indigenato”).

Há, aí, portanto, dois elementos que diferem esta decisão dos demais interditos proibitórios analisados. Em primeiro lugar, o juiz sustenta que, em uma decisão liminar, não se alcançam conclusões definitivas⁷² (cabendo lembrar que, nos atos de 1ª instância anteriormente analisados, os magistrados negam a identidade étnica dos Tupinambá). Ademais, afirma que a ponderação entre a posse individual e a posse do indigenato, realizada em decisões citadas, consiste em tarefa, não apenas “tormentosa”, mas “ardilosa”: tem-se, assim, um entendimento de que tal técnica, embora aparentemente neutra, é, neste conflito, enganosa.

A seguir, o magistrado conclui pela impossibilidade de se ter como comprovada a posse dos indígenas (“não há espaço para, por ora, aprofundar o exame do que seja posse imemorial dos índios”). Recordar-se que, no ano desta decisão (2008), embora o estudo multidisciplinar não

⁷² A liminar não encerra o processo. Trata-se de decisão proferida no curso da tramitação processual, podendo ser revogada ou modificada a qualquer tempo.

estivesse encerrado, o processo demarcatório levado pela Funai já se encontrava em estágio adiantado, o que não é levado em conta.

No parágrafo seguinte, afirma que não há comprovação de que os Tupinambá estejam prestes a invadir o imóvel do proprietário. Assevera o juiz que este descuroou-se “de apresentar qualquer elemento documental de que a região onde situa-se o imóvel objeto da demanda resta recrudescida por conflitos entre fazendeiros e indígenas”.

Um detalhe fundamental chama a atenção. Ao contrário da conclusão em relação à ausência de prova da posse dos indígenas, aqui o magistrado não nega a prova da posse individual do titular do domínio da fazenda. Na verdade, o que ele nega é a prova da ocorrência de “invasões e esbulhos” na região em que se situa a propriedade do autor da ação.

Vale dizer que o prolator termina por privilegiar a concepção individualista de direitos, inserindo, no campo probatório, a posse individual capitalista acima da posse do indigenato. Tal entendimento é corroborado quando o magistrado afirma a ocorrência de “invasões e esbulhos”, negando, assim, a tese indígena de que se trata, na realidade, de retomadas de terras.

O que que se tem aqui, em suma, é uma decisão que não legitimou as demandas dos Tupinambá. O prolator limitou-se a considerar as regras formais do ônus da prova, privilegiando, ao final, o caráter individual dos direitos em discussão.

4.2.3.5 Agravo regimental: Tribunal Regional Federal em novembro de 2009

Torna-se a examinar ato de 2ª instância, proferido monocraticamente pelo Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. No presente item, tem-se decisão proferida pelo Desembargador Federal

Presidente Jirair Aram Meguerian, em novembro de 2009, em sede de agravo regimental n. 2008.01.054977-7/BA, aparecendo como recorrente a Funai.

Em um trabalho interdisciplinar, é importante esclarecer que o agravo regimental consiste em recurso, levado à presidência do TRF, contra ato proferido por decisão de outro desembargador federal. No caso, houve uma decisão que, atendendo a requerimento da Funai, suspendeu o cumprimento de mandados de reintegrações de posse contra os Tupinambá, em termos semelhantes ao constante em suspensão de segurança examinada anteriormente.

Tal decisão foi reformada nos seguintes termos:

Julgando o agravo interposto no SLAT 2008.01.00.54413-7/BA, a eg. Corte Especial deste Tribunal a ele deu provimento, para, cassando a decisão agravada, indeferir o pedido de atribuição de efeito suspensivo, nos termos do voto divergente proferido pelo eminente Desembargador Federal Tourinho Neto, senão vejamos (e-DF de 01/11/2009):

[...].

*Pedido de suspensão da decisão do juízo a quo, sob o fundamento de evitar-se lesão à ordem e segurança públicas. Inexistência de demonstração de grave lesão à ordem e segurança públicas. A ordem judicial deve ser cumprida. Decisões proferidas há mais de cinco anos e até hoje não cumprida, alegando a FUNAI que **não tem recursos financeiros nem condições logísticas**. A autarquia está zombando, escarnecendo, menosprezando a Justiça, dela não fazendo caso.*

Pelo exposto, com base no precedente acima referido, cassado a decisão [...] e indefiro o pedido de atribuição de efeito suspensivo às decisões proferidas nas Ações Reintegratórias de Posse.

A fundamentação constante na decisão centra-se, exclusivamente, no argumento de autoridade (FIORIN; SAVIOLI, 2007, p. 174), citando um precedente que, segundo o prolator da decisão, seria aplicável ao caso dos conflitos dos Tupinambá.

Consta no ato decisório precedente que o requerimento da fundação tinha por base a alegação da entidade no sentido de não dispor de recursos financeiros ou logísticos para suportar a reintegração de posse em face dos indígenas. Contudo, o prolator do referido ato desacolhe tal

pretensão, sob o fundamento do requerimento da Funai configurar verdadeiro abuso, “*zombando, escarnecendo, menosprezando a Justiça*”.

A despeito da decisão ter sido proferida em conflito diverso, a adoção da tese do abuso também foi adotada para a hipótese dos Tupinambá. O precedente foi inserido como razão de decidir para o caso dos indígenas das proximidades de Olivença.

Sendo assim, para o então presidente do TRF 1ª Região, o requerimento da Funai não configurou exercício regular de direito para se obstar o cumprimento de medida coercitiva contra aqueles que lutam pela terra. Configurou um abuso.

Na decisão referente à suspensão de segurança examinada no item 4.2.3.3, a preocupação da manutenção do pilar moderno da regulação foi manifestada pelo temor de um conflito fatal entre índios e não-índios. No caso aqui examinado, entretanto, a regulação moderna é exteriorizada pela crença do respeito (verdadeiramente incondicional) das decisões judiciais, sendo a mera utilização de recurso vista como uma ameaça à ordem.

Nada se falou da posse tradicional constitucionalmente atribuída aos povos indígenas, excluindo-se, portanto, a possibilidade de uso emancipatório dos direitos. O que vale nesta decisão é a manutenção da regulação moderna.

4.2.3.6 Suspensão de demarcação: Justiça Federal de Ilhéus em dezembro de 2010

A ACD volta a focar decisão de 1ª instância. Cuida-se de ato proferido pelo Juiz Federal Pedro Alberto Calmon Holliday em 14 de dezembro de 2010, nos autos do processo n. 2010.33.01.000173-4, tendo como autor Manoel Dias Costa (o mesmo da decisão citada no item 4.2.3.1) e, como réus, os Índios da Tribo dos Tupinambás e outros.

Tal processo foi sentenciado, tendo a reintegração de posse requerida sido julgada procedente. O ato a ser examinado foi proferido posteriormente à extinção do processo, nos seguintes termos:

Autor obteve inicialmente a tutela liminar interdital, confirmada por sentença, e, posteriormente convertida em mandado reintegratório, tendo em vista que a comunidade indígena, não só desrespeitou a ordem de interdito proibitório, como invadiu novamente a área após cumprido o mandado de reintegração.

[...].

Sendo assim, uma vez que se tornaram inócuas as multas aplicadas ao agente invasor [...], não resta alternativa senão utilizar-se dos instrumentos processuais postos à disposição do juiz para tornar efetivo o provimento jurisdicional.

[....].

Isso posto, **DEFIRO O REQUERIMENTO** [...] para determinar a suspensão do andamento do processo [...] referente à demarcação e da delimitação da terra indígena Tupinambá de Olivença [...], enquanto perdurar a permanência da Comunidade Indígena na área da Fazenda Serra da Palmeira, localizada no Distrito de Japu, Ilhéus/BA.

Verifica-se que, diferentemente de decisões de 1ª instância citadas, não se trata de uma medida liminar. Há um ato proferido após o processo ter sido extinto, em fase de cumprimento de sentença.

A fundamentação tem início com descrição do ocorrido no processo, mais especificamente o êxito do autor da ação (“Autor obteve inicialmente a tutela liminar interdital, confirmada por sentença”). Em seguida, narra que o autor não tem logrado que as decisões que lhe foram favoráveis tenham efetividade devido à resistência dos Tupinambá (“tendo em vista que a comunidade indígena, não só desrespeitou a ordem de interdito proibitório, como invadiu novamente a área”).

Repare-se que o juiz da causa menciona a prática de dois atos, praticados pelos indígenas, que reprova: o que entende por desrespeito à ordem de interdito proibitório e invasão da fazenda do autor da ação. O prolator, portanto, não vê como legítima a resistência dos Tupinambá com base no seu direito à terra (levando ao que ele chama de desrespeito) e na estratégia de retomadas (chamando-as de “invasão”).

Há, como se vê, uma única visão de mundo válida: aquela fundada na concepção individualista de sociedade. A concepção solidária de sociedade, a qual baseia a luta coletiva, é aqui deslegitimada, ficando inserida como meras invasões ou desrespeitos ao sistema de Justiça.

No mesmo sentido, em seguida, o prolator passa a externar o fundamento para sua decisão, justificando-a no fato de meios pacíficos ou sanções anteriores não terem surtido efeito contra o que considera “invasor” (“tornaram inócuas as multas aplicadas ao agente invasor”).

Encerrada a fundamentação, o juiz passa ao dispositivo do ato, suspendendo a demarcação da área pretendida pelos indígenas e condicionando o retorno do processo demarcatório à desocupação da específica fazenda discutida no processo (“enquanto perdurar a permanência da Comunidade Indígena na área da Fazenda Serra da Palmeira”).

O individualismo, sustentado historicamente pelo discurso dos grupos dominantes, é aqui levado ao extremo: impede-se todo um processo de demarcação, o qual interessa a milhares de índios e não-índios da região, em razão do estado de um único proprietário de terra.

4.2.3.7 Suspensão de demarcação e reintegrações de posse: Tribunal Regional Federal em setembro de 2011

Examina-se agora o ato que apreciou, perante o TRF 1ª Região, o pedido de suspensão, formulado pela Funai, da decisão analisada no item anterior (processo n. 2010.33.01.000173-4). Tal decisão apreciou, ainda, requerimentos suspensão de liminares de reintegração de posse proferidas em outros processos envolvendo os mesmos indígenas.

Trata-se de ato proferido pelo presidente da Corte, o Desembargador Federal Olindo Menezes, em 29 de setembro de 2011, cuja fundamentação foi assim, em resumo, exposta:

[...] É de conhecimento público e notório a resistência ao cumprimento de decisões judiciais proferidas em tais assuntos, mormente por parte da comunidade indígena. Não raro, uma área é desocupada e, logo depois, novamente ocupada.

[...].

Mas, tendo ela por objeto a identificação e delimitação das áreas da chamada Terra Indígena Tupinambá, em cujo polígono estão as terras disputadas pelos não-índios, não se revela desassissada a decisão do magistrado, já cansado de ver as suas decisões descumpridas pela comunidade indígena [...].

É exatamente isso que pode causar grave lesão à ordem e à segurança pública.

Diante do exposto, indefiro o pedido de suspensão de liminares [...].

O prolator parte do pressuposto de que é fato notório o descumprimento de decisões judiciais pelos Tupinambá (“é de conhecimento público e notório a resistência ao cumprimento de decisões judiciais...”). A fonte de tal notoriedade não é revelada, não se excluindo, por isso, o noticiado pela imprensa, na forma que reconheceram juízes de 1ª instância em decisões que já foram objeto da ACD desta tese.

Ademais, tal como fazem outros magistrados anteriormente mencionados, o prolator deslegitima a estratégia das retomadas de terra por parte dos índios. Chama-as de ocupações (“não raro, uma área é desocupada e, logo depois, novamente ocupada”).

Após esses primeiros relatos, que já revelam um viés contrário às teses dos indígenas, o Presidente do TRF da 1ª Região passa a manifestar suas conclusões. Para isso, faz uma defesa clara da suspensão da demarcação, afirmando que não se trata de decisão desatinada (“não se revela desassissada a decisão do magistrado”), eis que o juiz de 1ª instância está, a seu ver, “cansado de ver as suas decisões descumpridas pela comunidade indígena”.

Nota-se que o prolator da decisão insere uma condição pessoal do juiz de 1ª instância (“cansado”) para defender a suspensão do exercício do direito constitucional à demarcação de terra.

Após, evidencia seu viés em favor prevalência do pilar moderno da regulação: “É exatamente isso que pode causar grave lesão à ordem e à segurança públicas”. Para o magistrado, a segurança pública resolve-se, aqui, com o cumprimento das decisões judiciais de 1ª instância, independente de seus impactos para os envolvidos com a demarcação.

Como se vê, esta decisão em nada difere do ato examinado no item anterior. Tem-se uma manifestação extrema de defesa de concepção individualista de sociedade, onde os direitos de índole coletiva, produtos de mobilização social, são desconsiderados.

4.2.3.8 Suspensão de liminares e prosseguimento da demarcação: Superior Tribunal de Justiça em janeiro de 2012

No presente item, será examinada decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), corte responsável pelo controle das leis federais em todo o país, prolatada nos autos do pedido de suspensão de liminar e sentença n. 1.493-BA (2011/0307247-9), tendo como requerente a Funai e requerido, o TRF da 1ª Região. Trata-se de ato monocraticamente proferido pelo Presidente do STJ Ministro Ari Pargendler, em 02 de janeiro de 2012, que assim sustou a decisão mencionada no item anterior:

No caso dos autos, as decisões cujos efeitos se quer suspender causam grave lesão à ordem pública na medida em que, interferindo em atividade própria da Administração, determinam a suspensão de processo administrativo destinado à demarcação de terra indígena. [...].

Ante o exposto, defiro o pedido para sustar os efeitos das decisões proferidas nos autos das Ações de Reintegração de Posse, [...] todas em trâmite na Vara Única da Justiça Federal em Ilhéus, BA, no que dizem respeito à suspensão do Processo Administrativo nº 08620.001523/2008.

Fundamenta o prolator sua decisão, afirmando que a suspensão do processo demarcatório, determinada nas duas decisões anteriormente analisadas, é que poderá ensejar o caos. Ao seu ver, uma medida dessa espécie interfere “em atividade própria da Administração”, consistente em “demarcação da terra indígena”.

Percebe-se, aí, que o caráter vago da expressão *ordem pública* pode gerar decisões opostas: para um magistrado, violação a esta ordem é a manutenção da demarcação; para outro magistrado, violação à mesma ordem pública é a suspensão do processo demarcatório. De toda forma, em ambas as decisões, o caráter emancipatório das mobilizações indígenas é inserido em segundo plano.

Com essas considerações, o prolator suspendeu reintegrações de posse bem como a determinação de sobrestamento da demarcação até a desocupação da terra pelos indígenas. Mais uma decisão aparentemente favorável aos Tupinambá, que, contudo, não toca no caráter emancipatório dos direitos constitucionais que lhes são conferidos.

4.2.3.9 Suspensão de liminar: Tribunal Regional Federal em dezembro de 2013

A decisão a ser ora analisada consiste em outra apreciação de pedido de suspensão de liminar de reintegração de posse perante o Presidente do TRF da 1ª Região.

Tem-se requerimento formulado pela Funai, diante de decisão proferida nos autos do processo 2006.33.01.000654-0, que determinou reintegração de posse da fazenda São José, em favor do autor da demanda, Osvaldo Barbosa Chaves. Como se verá, há aqui a peculiaridade de o processo demarcatório da TI Tupinambá de Olivença já estar concluído, o que poderia, em tese, beneficiar os indígenas.

Abaixo, os principais trechos da decisão, datada de 19 de dezembro 2013, lavrada pelo Presidente do TRF da 1ª Região, o Desembargador Federal Mário César Ribeiro:

Pois bem, recentemente, em decisões de minha lavra, foram suspensas diversas decisões de primeira instância, que determinaram a reintegração dos seus respectivos autores na posse

de imóveis localizados em terras, supostamente, tradicionalmente ocupadas pelos indígenas Tupinambás [...].

Tem-se notícia que desde então, houve um sensível aumento do número de invasões perpetradas por indígenas em imóveis há muito ocupados por particulares, acirrando a violência na região sul da Bahia e, em consequência, gerando grave insegurança social, devido a essas disputas possessórias.

[...].

A propósito relatou o autor da ação possessória, que é proprietário e legítimo possuidor do "Conjunto São José", no qual cultiva cacau e detém outras atividades. Tendo inclusive recebido o título de cacaucultor do ano, que provam sua posse e atividade econômica do conjunto de fazendas [...].

Daí o teor da decisão ora impugnada, voltada ao restabelecimento do status quo ante e a garantia da ordem social, visto que, segundo a sentença prolatada nos autos, foi comprovado o poder de fato do autor da ação principal sobre a propriedade rural, com utilização sócio- econômica desse imóvel.

Cumprir consignar, por oportuno, que embora haja relatório circunstanciado aprovado pelo Presidente da FUNAI de que a área em questão está supostamente localizada dentro dos limites de terra indígena, o processo administrativo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença ainda não foi concluído pelo Poder Público.

[...].

Ressalte-se, no contexto, que não se olvida que a lei garante a todos a reivindicação de supostos direitos. No entanto, no Estado Democrático de Direito em que vivemos, a turbação e o esbulho não são meios idôneos de se alcançar o término da demarcação de terras indígenas e por isso que o Judiciário, naquilo que lhe compete, deve reprimir tais ações com rigor.

[...].

Ante o exposto, indefiro a suspensão requerida.

O raciocínio exposto pelo prolator da decisão tem início com a lembrança de que ele mesmo já suspendera liminares em desfavor dos Tupinambá (“foram suspensas decisões de primeira instância...”).

No parágrafo seguinte, o magistrado manifesta sua priorização ao pilar da regulação (a ordem), por ele vista como ameaçada por “um sensível aumento do número de invasões perpetradas por indígenas em imóveis há muito ocupados por particulares, acirrando a violência na região sul da Bahia e, em consequência, gerando grave insegurança social”. Note-se que as retomadas dos indígenas são chamadas de “invasões” e os imóveis que os Tupinambá dizem ocupar tradicionalmente, como previsto na Constituição, são tidos por “há muito ocupados por particulares”.

Nega-se o direito aos indígenas. Se não possuem tradicionalmente um pedaço de terra, não lhes cabe a demarcação.

O viés de tal raciocínio ganha força em parágrafo seguinte, em que magistrado adota integralmente as alegações do autor da

ação possessória (o “proprietário e legítimo possuidor do ‘Conjunto São José’”), no sentido de que este realiza atividade econômica no local, produzindo cacau, tendo sido premiado por sua produção (“recebido o título de cacauicultor do ano”). A base de sustento da região, o cultivo do aludido fruto, é inserida aqui no núcleo do fundamento da decisão.

No parágrafo seguinte, tornou o magistrado a adotar o entendimento do Juiz Federal de 1ª instância, afirmando enfaticamente que a reintegração de posse configura uma decisão “voltada ao restabelecimento do status quo ante e a garantia da ordem social”. Vale dizer, para o magistrado, o restabelecimento da situação anterior (“status quo ante”) não consiste em devolver a terra tradicionalmente ocupada pelos indígenas; outrossim, a expulsão dos Tupinambá é a opção que melhor atende “a garantia da ordem social” (o pilar da regulação).

Dando continuidade, o magistrado assevera que “segundo a sentença prolatada nos autos, foi comprovado o poder de fato do autor da ação principal sobre a propriedade rural, com utilização sócio-econômica desse imóvel”. Acolheu-se, pois, mais uma vez as razões do Juiz Federal de 1ª instância, no sentido de que o não-índio é quem possui a terra e concede a ela utilidade econômica.

Em seguida, o magistrado faz ressalva a todo esse raciocínio exposto, mencionando o processo demarcatório da Funai. Não obstante, este não foi considerado fonte de prova pelo prolator, sob o fundamento de não ter sido “concluído pelo Poder Público”.

Como se viu no capítulo inicial da presente tese, todos os atos necessários para a demarcação foram realizados, aguardando-se apenas a decisão do Ministério da Justiça. A mera ausência de uma formalidade é tida como suficiente para a retirada do valor probatório do processo da Funai.

Em continuidade, o prolator concedeu legitimidade à luta por direitos (“não se olvida que a lei garante a todos a reivindicação de supostos direitos”). Entretanto, colocou em dúvida as demandas dos Tupinambá (chamando-as de “supostos direitos”) e inadmitiu a retomada de terras como estratégia legítima, considerando-as turbação ou esbulho (“no Estado Democrático de Direito em que vivemos, a turbação e o esbulho não

são meios idôneos de se alcançar o término da demarcação de terras indígenas”).

Por tudo isso, defende uma ação rigorosa do Judiciário: tal função de Estado, segundo o magistrado, “deve reprimir” “com rigor”.

4.2.3.10 Suspensão de liminares: Supremo Tribunal Federal em maio de 2014

Os conflitos dos indígenas das proximidades de Olivença alcançaram a cúpula do Poder Judiciário brasileiro, o Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão a ser analisada no presente item consiste em mais um ato proferido no pedido de suspensão de liminar, apreciado diretamente pelo presidente da Corte, na época, o Ministro Joaquim Barbosa.

No caso, tem-se pedido que recebeu a atuação SL 785 BA, formulado pelo Procurador Geral da República, referente a sete decisões de reintegração de posse, proferidas em desfavor dos Tupinambá, nas Varas Federais de Ilhéus e Itabuna, não suspensas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. O pedido foi acolhido por decisão proferida em 20 de maio de 2014, em cuja fundamentação destaca-se o seguinte trecho:

As decisões proferidas pela presidência do TRF-1 destacaram que se trata de área que permanece alvo de grave e violento litígio. Leio, por exemplo, na decisão proferida em 09.04.2014 na suspensão de liminar e antecipação de tutela (0015319-52.2014.4.01.0000):

“A situação na região sul da Bahia é de instabilidade e de grave insegurança pública e jurídica. De um lado estão os índios que se autodenominam Tupinambá de Olivença e que supostamente são tradicionais ocupantes das terras em disputa e, de outro, os agricultores, que se dizem legítimos possuidores da terra, comprovado por títulos registrados em cartório. [...] Ocorre que se tornou prática recorrente, muitas vezes apoiada por entidades e órgãos públicos, o desapossamento de propriedades adquiridas de boa-fé pelos agricultores e que, comprovadamente, fazem cumprir a função social da terra, exercendo atividades sócio-econômicas no imóvel. [...]. Tenho constatado que as decisões de suspender as reintegrações de posse de terras invadidas por supostos indígenas têm se mostrado ineficientes à pacificação dos conflitos agrários. [...].

As condutas agressivas daqueles que se dizem detentores de direitos devem ser combatidas com o rigor da lei [...] a fim de que se faça

prevalecer e respeitar o Estado Democrático de Direito! [...]. Isso posto, indefiro o pedido de suspensão ora formulado”. Assim, a julgar pelo que se contém nas decisões proferidas pelo TRF-1, está comprovada a permanência dos motivos fáticos que culminaram no deferimento da suspensão por esta Presidência, considerada a inexistência, até o momento, de qualquer notícia que sugira encaminhamento concreto no sentido da resolução pacífica do conflito. Nesse contexto, parece-me prudente aguardar pronunciamento judicial definitivo quanto ao mérito da questão relativa à posse, sob pena de se autorizar que, por meio da reintegração forçada, sejam violados bens e interesses jurídicos fundamentais, inclusive o direito à vida. Ante o exposto, defiro o pedido de extensão formulado pelo Procurador-Geral da República e determino a suspensão das decisões que autorizaram as reintegrações de posse [...].

A escolha da decisão acima transcrita, para a presente tese, está relacionada ao contraste que o ato pode revelar. Conforme se verifica acima, a decisão proferida pelo Presidente do STF, aparentemente favorável aos indígenas, contém trechos de outra decisão, prolatada pelo Presidente do TRF da 1ª Região, contrária aos Tupinambá.

Em tais termos, é possível confrontar claramente o teor de decisões favorável e contrária aos indígenas das proximidades de Olivença.

A fundamentação do ato tem início com a menção de que o que se examina são decisões da presidência do TRF da 1ª Região, as quais reconhecem que o caso apreciado envolve “área que permanece alvo de grave e violento litígio”. A gravidade do caso é reconhecida de plano.

A seguir, o Ministro passa a transcrever uma decisão do tribunal federal, cujo teor é revelador da forma pela qual a presidência do TRF 1ª Região enxerga o conflito.

A decisão da corte federal, mencionada pelo Presidente do STF, procurou deixar claro aquilo que o julgador enxergou como os interesses em litígio, os quais abalam o pilar moderno da regulação (“instabilidade e de grave insegurança pública e jurídica”). Segundo o julgador, têm-se, de um lado, “os índios que se autodenominam Tupinambá de Olivença e que supostamente são tradicionais ocupantes das terras em disputa”; têm-se, no outro lado do conflito, “os agricultores, que se dizem legítimos possuidores da terra, comprovado por títulos registrados em cartório”.

A diversidade das expressões utilizadas para a descrição do conflito já revela muito: os indígenas segundo o julgador, “se

autodenominam Tupinambá de Olivença” e “supostamente são tradicionais ocupantes das terras em disputa”, deixando, assim, pairar a dúvida acerca dos direitos coletivos reivindicados; por sua vez, têm-se os agricultores (sem o termo suposto), “que se dizem legítimos possuidores da terra comprovado por títulos registrados em cartório”.

Percebe-se que a dúvida da expressão “que se dizem” é retirada logo em seguida pelo trecho “comprovado por títulos registraiis”. A tese do não-índio é tida por comprovada por documento cartorário que faz prevalecer a propriedade individual sobre qualquer outro direito.

A decisão citada pelo presidente do STF prossegue no acolhimento, ainda mais claro, das teses do não-índio (“ocorre que se tornou prática recorrente...”). O julgador não deixa dúvida em afirmar que os “supostos indígenas” invadem imóveis, o que, ao seu ver, demonstra a ineficácia das decisões que suspendem liminares; não deixa dúvida também (“comprovadamente”) de que os agricultores cumprem a “função social da terra”, em que pese o histórico uso predatório e até abandono (especialmente após a praga da vassoura-de-bruxa) de parcela dos imóveis na área demarcável.

Tal raciocínio prossegue quando o prolator assevera que “as condutas agressivas daqueles que se dizem detentores de direitos devem ser combatidas com o rigor da lei [...] a fim de que se faça prevalecer e respeitar o Estado Democrático de Direito!”. Tem-se, pois, até o uso de uma exclamação, o que não é comum em decisões judiciais, para enfatizar a desaprovação do julgador às mobilizações.

Para o magistrado, não são as mobilizações que originam os valores consagrados pelo Estado Democrático de Direito. Na verdade, sob esse raciocínio, as mobilizações ameaçam o Estado Democrático de Direito.

Note-se, aí, uma clara prevalência de uma concepção individualista de sociedade, fundada na supremacia da propriedade individual. Os direitos coletivos, segundo essa linha de raciocínio, têm sua origem em práticas criminosas.

Após citar a decisão contrária aos Tupinambá, proferida pelo Presidente do TRF da 1ª Região, o Presidente do STF passa, então, a tecer suas considerações sobre o caso. Para isso, utiliza toda argumentação da

corte regional federal para concluir pela persistência de um grave conflito que, por não estar sendo solucionado pacificamente, impõe que sejam suspensas as reintegrações de posse em face dos indígenas (“parece-me prudente aguardar pronunciamento judicial definitivo...”).

Importante atentar que nenhuma das ilações contrárias às mobilizações dos indígenas expostas pela presidência do TRF da 1ª Região são refutadas pela presidência do STF. As reintegrações de posse foram suspensas pela mais alta corte do país apenas porque seria a solução que melhor atende a segurança, isto é, o pilar da emancipação.

4.2.3.11 Agravo Regimental: Supremo Tribunal Federal em outubro de 2015

A ACD realizada para a presente tese tem privilegiado decisões monocráticas dotadas de efeitos imediatos e urgentes em relação aos conflitos dos indígenas das proximidades de Olivença. É importante, porém, também se fazer menção à decisão colegiada, a fim de se perceber se difere ou não, na essência, daquelas proferidas por um único magistrado.

Neste item, será citado ato julgado do Plenário do Supremo Tribunal Federal, composto pelos 11 Ministros da corte, que, dentre outras competências, apreciam recursos interpostos (denominados agravos regimentais) contra decisões monocráticas proferidas em sede de pedido de suspensão de segurança. Vale dizer, a decisão a ser examinada passou sob o crivo de totalidade do tribunal (ou, ao menos, dos presentes na sessão de julgamento), a qual, como se verá, negou provimento a recurso de agravo regimental por unanimidade de votos.

Trata-se de agravo regimental na suspensão de segurança nº 5049 Bahia, tendo como agravante o Espólio de Clementina Pompa da Silva e agravado, a Funai, submetido a julgamento em 22 de outubro de 2015, com publicação no Diário Oficial em 12 de novembro do mesmo ano, sob a

relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski. No caso, teve-se uma decisão monocrática proferida pelo Presidente do Tribunal, que suspendeu liminares de reintegração de posse decretadas em 1ª instância e não sobrestadas por decisão do Presidente do TRF da 1ª Região.

O discurso constante na fundamentação do voto do Relator, abaixo mencionado, representa, portanto, entendimento unânime da mais alta corte do país, manifestado nos seguintes termos:

O agravante não logrou êxito em demonstrar a inexistência do perigo de grave lesão aos valores da ordem e da segurança públicas na apresentação de suas razões recursais, focando sua irresignação em questões fáticas e de mérito discutidas na ação originária.

Ademais, mesmo não sendo possível um aprofundamento da questão debatida na origem, há que se ponderar os valores protegidos pelas normas em regência para então verificar a existência ou não de ameaça aos interesses superiores legalmente tutelados no caso de cumprimento imediato da decisão que se busca suspender. Por oportuno, reproduzo parte do parecer da Procuradoria-Geral da República:

“A Constituição garante às comunidades indígenas o direito sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Prevê, de forma expressa, o direito de posse permanente e da nulidade e extinção dos atos que tenham por objeto “a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere”. É dizer, de modo sucinto, mas harmônico com o propósito do constituinte: constatada a tradicionalidade da ocupação indígena, nos termos definidos, a proteção constitucional deve ser – e é - imediata.

[...].

Quando se está a tratar do direito previsto no art. 231 da Constituição, a ponderação dos valores em discussão deve ser cuidadosa. É preciso, de pronto, abandonar a ideia de que a posse do direito civil merece prestígio absoluto” [...].

Assim, não há falar que a manutenção da suspensão deva ser interpretada como aceitação da invasão praticada pelos indígenas, mediante ações manu militari pelo Poder Judiciário, pois as medidas de contracautela objetivam mitigar os danos decorrentes do conflito instalado, evitando-se, desta forma, o risco de grave lesão ou o seu agravamento [...].

O imediato cumprimento da decisão que determinou a reintegração de posse, antes do trânsito em julgado, açulará os conflitos instaurados entre índios e não índios, determinando a retirada da comunidade indígena antes do pronunciamento do Ministro da Justiça sobre o processo demarcatório das terras indígenas, evidenciando-se o risco de grave lesão à segurança e à ordem pública.

Exatamente por essa razão é que se deferiu o pedido de suspensão liminar [...].

Isso posto, nego provimento ao agravo regimental.

O relator inicia a fundamentação do seu voto, esclarecendo que a conclusão que alcançará pauta-se no pilar moderno da

regulação. Afirmar que “o agravante não logrou êxito em demonstrar a inexistência do perigo de grave lesão aos valores da ordem e da segurança...”.

Diferentemente de decisões anteriormente mencionadas, parcialmente favoráveis aos indígenas, o relator considera, porém, outras circunstâncias. Afirmar, nesse sentido, que há valores a serem ponderados no conflito (“há que se ponderar os valores protegidos”), citando, a seguir, parecer da Procuradoria Geral da República, a qual sustenta que assiste aos Tupinambá o “direito de posse permanente e da nulidade e extinção dos atos que tenham por objeto ‘a ocupação, o domínio e a posse das terras’”, de modo que “constatada a tradicionalidade da ocupação indígena, nos termos definidos, a proteção constitucional deve ser – e é – imediata”.

Como se vê, embora faça uso de palavras de outra autoridade, o relator considera como relevante o caráter emancipatório do direito à terra, conferido juridicamente aos povos indígenas em geral. Reconhece que o que estão em jogo são direitos que prevalecem, inclusive com o condão de anular e extinguir (“nulidade e extinção dos atos”), sobre qualquer outro valor incidente sobre o mesmo pedaço de terra.

Tem-se, em outros termos, uma manifestação tendente a privilegiar uma concepção solidária de sociedade, que fica mais clara no parágrafo seguinte. Fazendo suas as palavras do Procurador Geral da República, afirma o julgador que a posse civil, a externar a propriedade individual, não prevalece necessariamente sobre os demais direitos (“é preciso, de pronto, abandonar a ideia de que a posse do direito civil merece prestígio absoluto”).

Encerrada a citação das palavras do Procurador Geral da República, o relator conclui que a suspensão da liminar não significa que se está a admitir a “invasão praticada pelos indígenas, mediante ações manu militari”, sendo, na verdade, uma cautela para evitar “risco de grave lesão ou seu agravamento”. Há, aqui, o uso do termo invasão, sem, contudo, mencionar-se, em nenhum momento, a estratégia denominada de retomadas de terras, o que seria mais coerente para quem reconheceu, em parágrafo anterior, o caráter tradicional da ocupação.

Sob o mesmo raciocínio, prossegue o relator, asseverando que a reintegração de posse é que “açulará” (incitará) os conflitos na região. Para ele, o pilar da regulação (“segurança” e “ordem pública”) impõe que se aguarde “o processo demarcatório das terras indígenas”.

Daí conclui que, por todos esses fatores, é que a liminar de reintegração de posse deve ser suspensa.

Como se vê, a decisão do colegiado do STF, relatada pelo Ministro Lewandowski, contém elementos que apontam no sentido do reconhecimento do caráter emancipatório dos direitos em jogo. Contudo, além de fazê-lo via uso de palavras de outra autoridade (o Procurador Geral da República), ainda assim, ao final, insere tais direitos como meros instrumentos da regulação moderna.

4.2.3.12 Reintegração de posse: Justiça Federal de Ilhéus em janeiro de 2016

Torna-se a examinar decisão de 1ª instância proferida em ação possessória. No caso, tem-se ato que concedeu liminar de reintegração de posse, proferido em 12 de janeiro de 2016, pelo Juiz Federal Lincoln Costa, nos autos do processo nº 003770-02.2015.4.01.3301, em trâmite na Vara Única da Justiça Federal de Ilhéus, tendo como autora Areal Bela Vista Ltda – EPP e, como réu, os Índios da Tribo Tupinambá de Olivença.

Consoante se verá, a decisão aqui analisada difere do padrão das demais decisões proferidas em ações possessórias, tais como nos interditos proibitórios mencionados no início da presente ACD; até porque o conflito não envolve fazenda, mas um areal, cuja atividade predatória do não-índio tem incomodado os Tupinambá. Contudo, ao final, o raciocínio e a conclusão não diferirão, na essência, das decisões anteriores, nos termos da fundamentação abaixo transcrita:

Conforme assinalei na decisão de fls. 42/44, depois de mais de uma década de conflito agrário na região, em reunião do FÓRUM PERMANENTE DE DIÁLOGO ENTRE INDÍGENAS E AGRICULTORES FAMILIARES realizada no auditório da Justiça

Federal em Ilhéus no dia 13/07/2015, a FUNAI apresentou um cronograma para realização de levantamento fundiário, assegurada a participação de integrantes do referido Fórum. Após concluído o levantamento, serão definidos os limites do território a ser demarcado, com o compromisso do Poder Executivo de que a decisão deverá ser satisfatória para os dois lados envolvidos no conflito.

[...].

Ocorre que há setores do movimento indígena e ONGs que se opõem à solução pacífica, conforme pude constatar ao participar, a convite da FUNAI, da Conferência Nacional de Política Indigenista, etapa de Salvador, realizada de 06 a 08 de outubro de 2015 na capital baiana. E esses setores têm se movimentado para tentar sabotar o processo de paz.

Isso foi comprovado na inspeção realizada in loco.

Os indígenas afirmaram que impediram o acesso ao areal "para chamar a atenção da Justiça".

Ora, em um Estado Democrático de Direito é inadmissível que se faça Justiça com as próprias mãos.

[...].

Cumpra assinalar que os indígenas não residem e não exercem atividade econômica no areal [...].

Face ao exposto, [...] concedo a liminar e determino que a via de acesso à propriedade da autora seja liberada [...].

O magistrado inicia a fundamentação do ato, referindo-se a fórum de diálogo entre indígenas e agricultores familiares visando à composição amigável entre ambos. Tal fórum remete à ideia das mesas de diálogo promovidas pelo Ministério da Justiça, nos últimos anos, como forma de resolver conflitos pela terra por intermédio da conciliação.

Mencionado instrumento é visto com desconfiança por parte de lideranças indígenas e aliados⁷³, até porque não necessariamente leva em conta os estudos da Funai em processos demarcatórios.

O magistrado, contudo, refere-se ao fórum como fato positivo, capaz de possibilitar uma decisão “satisfatória para os dois lados

⁷³ Nesse sentido, afirmou Haroldo Heleno (2015, p. 1), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI): “a tal mesa de diálogo só serve para aumentar o clima de violência. Sempre que alguma autoridade visita a região acontece um fato grave envolvendo os Tupinambá”.

envolvidos no conflito”. Pela denominação do fórum dá-se a entender que os “dois lados do conflito” são os Tupinambá e os “agricultores familiares”.

A decisão acolhe, portanto, a argumentação dos grupos hegemônicos de que se trata de conflito de pobres contra pobres: indígenas contra pequenos agricultores. Não considera que o conflito também envolve interesses do agronegócio e do setor de turismo, onde, ao todo, apenas oito propriedades ocupam 37,3% da área demarcável (BRASIL, 2008, p. 97).

Desconsidera-se, ademais, o processo de demarcação levado adiante pela Funai e paralisado no Ministério da Justiça. Qualquer acordo por parte dos Tupinambá que ignorasse os 42 mil hectares, atribuídos pelo estudo multidisciplinar, configuraria verdadeira renúncia a um modo de vida baseado exatamente nas terras objetos do litígio.

Significa dizer que, ainda que inconscientemente, ao defender a legitimidade dessas mesas redondas (o “Fórum permanente de diálogo”), o juiz da causa manifesta um viés contrário às teses dos indígenas em conflito. Tal viés torna-se mais claro no decorrer da decisão.

Com efeito, o magistrado passa a protestar pelo que enxerga ser oposição “à solução pacífica” do conflito por parte de “setores do movimento indígena e ONGs”. Não esclarece, contudo, que setores e que organizações seriam essas, embora deixe claro que tais opositores têm “se movimentado para tentar sabotar o processo de paz”.

Como se vê, a “paz”, mencionada na decisão, requer necessariamente a realização de um acordo que não interessa a uma população que já têm, a seu favor, um estudo da Funai confirmando, em quase a totalidade, suas demandas. Do contrário, são tidos como sabotadores.

Prossegue o raciocínio, afirmando ter confirmado o que considera sabotagem em inspeção que realizou no local dos fatos, quando lhe foi afirmado por indígenas que estes impediam acesso a areal “para chamar a atenção da justiça”. A mobilização de um grupo que quer ver concretizado um direito seu pelo Estado brasileiro é também interpretada como sabotagem.

Além disso, assevera que tal mobilização configura a realização “Justiça com as próprias mãos”, inadmissível, conforme o julgador, “em um Estado Democrático de Direito”. Há, assim, uma criminalização daqueles que fazem a luta coletiva pelos direitos.

Em outro parágrafo, o magistrado nega a ocupação tradicional na área, em que pesem os estudos da Funai assim concluírem, o que leva à exclusão do direito demandado. É o que se extrai do trecho: “os indígenas não residem e não exercem atividade econômica no areal”.

Como se vê ter direito à terra implica exercer nela “atividade econômica”. Tal ilação implica em não considerar todo um modo de vida baseado em necessidades sócios-coletivas, ensejando a concessão da reintegração de posse em desfavor dos Tupinambá.

4.2.3.13 Liminar em Mandado de Segurança: Superior Tribunal de Justiça em abril de 2016

No presente item será analisada decisão monocrática oriunda do Superior Tribunal de Justiça, proferida pelo Ministro Nunes Maia Filho, em 5 de abril de 2016, nos autos do mandado de segurança que a Associação dos Pequenos Agricultores, Empresários e Residentes na Pretensa Área Atingida pela Demarcação de Terra Indígena de Ilhéus, Una e Buerarema impetrou contra ato do Ministro da Justiça (autos nº 20.683-DF - 2013/0410834-0), chamado, conforme jargão jurídico, de *impetrado* ou *autoridade coatora*.

No presente trabalho interdisciplinar, é preciso dizer que mandado de segurança consiste em ação cujo julgamento exige prova exclusivamente documental (não sendo admitido, por exemplo, testemunhas): impõe-se, em outros termos, conforme determina a Constituição (BRASIL, art. 5º, LXIX), direito *líquido e certo* ao autor da ação, o impetrante.

No caso, o mandado de segurança objetivou impedir a demarcação da TI Tupinambá de Olivença. A decisão examinada não decidiu em definitivo a causa; tratou-se de mera liminar, de caráter provisório, concedida nos seguintes termos principais:

Frise-se que a demarcação de terras tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas é questão de extrema importância para a cultura e memória nacional, mas cuja instituição demanda cuidados excessivos e apego às formalidades previstas pelas normas regulamentares, porquanto se trata de ato de difícil demarcação.

[...].

Não se permite que uma Nação que pretende prosperar olvide suas origens e renegue as proteções necessárias à cultura e à preservação de seus antepassados e, justamente por essa extrema importância do ato, é necessário que seu procedimento seja totalmente liso e indene de dúvidas ou questionamentos; assim, a paralisação dos trabalhos, até o final do julgamento do mandamus é medida acautelatória que se apresenta necessária a prudente.

Ante o exposto, [...], para deferir o pedido de liminar e determinar a suspensão imediata do procedimento administrativo [...].

A fundamentação do ato tem início com o julgador desconsiderando o direito à demarcação de terras como decorrência da admissão de modos de vida diversos aos impostos pelo sistema dominante. Para o julgador, o que legitima tal direito é a “cultura e memória nacional”, como se o modo de vida dos indígenas pertencesse ao passado.

Ainda que não tenha sido a intenção do relator, mencionado raciocínio termina por legitimar a consideração dos indígenas como seres inferiores diante de um processo evolutivo que, como anota Boaventura Santos (2002, p. 64-65), insere a sociedade individualista burguesa como “[...] o estágio final da evolução da humanidade”.

No parágrafo seguinte citado, tal ideia fica ainda mais clara no trecho em que o ministro assevera que “não se permite que uma Nação que pretende prosperar olvide suas origens e renegue as proteções necessárias à cultura e à preservação de seus antepassados”. Em outras palavras, os povos indígenas, ainda que vivos e atuais, são considerados “antepassados”, ou seja, seres pretéritos que não evoluíram.

No trecho final do mesmo parágrafo, tem-se adoção de tese contrária aos Tupinambá a pretexto de protegê-los. Assevera o prolator que a suspensão da demarcação determinada objetiva, paradoxalmente, validar

a demarcação (por exigir procedimento “totalmente liso e indene de dúvidas ou questionamentos”).

Nesse trecho, o magistrado termina por adotar a visão positivista de neutralidade dos valores juridicamente acolhidos pelo Estado, desconsiderando o caráter eminentemente contencioso dos Direitos Humanos a necessariamente ensejar “questionamentos”.

Ao final, a liminar é deferida para a suspensão de todo o procedimento demarcatório. Uma medida típica do Executivo – a demarcação ou não demarcação de terras indígenas – passa a ser também de atribuição do Judiciário.

4.2.3.14 Mandado de Segurança: Superior Tribunal de Justiça em setembro de 2016

No presente item, analisa-se mais uma decisão colegiada, oriunda do Superior Tribunal de Justiça, proferida pelo Ministro Nunes Maia Filho, em 14 de setembro de 2016, nos autos do mandado de segurança que a Associação dos Pequenos Agricultores, Empresários e Residentes na Pretensa Área Atingida pela Demarcação de Terra Indígena de Ilhéus, Una e Buerarema impetrou contra ato do Ministro da Justiça (autos nº 20.683-DF - 2013/0410834-0). Trata-se do mesmo processo mencionado no item anterior, com a diferença de que lá, o ato decisório examinado era uma liminar proferida monocraticamente; aqui, tem-se decisão colegiada publicada no final do processo, cujo relator pronunciou-se conforme os seguintes trechos:

A impetrante defende, de início, que não se trata de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, bem como que as pessoas que ali estão não se tratam de índios, mas sim de caboclos, frutos da miscigenação de índios com não-índios. Tais argumentos, como se verifica de plano, não são passíveis de se defender pela estreita via do Mandado de Segurança, porquanto demandam, necessariamente, dilação probatória.

[...].

As demais alegações ventiladas na peça vestibular dizem respeito a equívocos contidos no procedimento administrativo, sendo o primeiro deles, a ausência de realização de levantamento fundiário [...].

Ora, referida argumentação se apresenta contraditória, porquanto se verifica dos autos e das alegações da Impetrante a existência de estudo levado a efeito pela FUNAI, o qual ali se designou relatório VIEGAS e que foi duramente criticado na petição inicial, o que indica ter havido o necessário levantamento fundiário.

[...].

A penúltima tese levantada pela Associação Impetrante diz respeito à não intimação dos Municípios em cuja área será atingida pela futura demarcação e, da mesma forma, também deve ser rejeitada: em momento algum a legislação determina seja realizada a intimação [...].

Por último, a Associação alega que não houve oitiva de todos os particulares cujos domínios ou posses serão atingidas pela demarcação; ora, os §§ 7º e 8º do decreto 1775/96 apenas prescrevem a afixação na sede da Prefeitura e a publicação no Diário Oficial local.

[...].

Ante o exposto, denega-se a segurança, revogando-se a liminar [...].

O relator da decisão inicia seu raciocínio, resumindo as teses da associação impetrante. Verifica-se que tal parte nega efetivamente a identidade étnica dos Tupinambá.

Mencionada tese é refutada, porém, sob um fundamento contrário às demandas dos indígenas. Afirmar o relator que “tais argumentos, como se verifica de plano, não são passíveis de se defender pela estreita via do Mandado de Segurança, porquanto demandam, necessariamente, dilação probatória”.

Como se vê, ainda que não expressamente, utiliza o julgador uma concepção estática de indígena, desconsiderando sua condição de sujeito histórico. Afirmar que o reconhecimento do Estado à identidade étnica depende de produção de provas (“dilação probatória”), o que equivaleria a exigir semelhante produção de provas para se aferir a identidade de não-índio.

Essa exigência, ao final, legitima os velhos estereótipos biológicos impostos aos índios, referentes a povos que vivem de forma

semelhante a quem viviam no século XV, como, portanto, pretéritos e superados. Ignora-se o sentimento de pertencimento à comunidade, manifestado, segundo a legislação em vigor, pela autodeclaração.

Em seguida, passa o julgador a considerar as formalidades legais obedecidas no processo de demarcação. Tal como exposto no capítulo inicial da presente tese, tal processo obedeceu à forma jurídica, especialmente o devido processo legal (BRASIL, 1988, art. 5º, LIV), o que foi reconhecido pelo relator.

Nesse sentido, a mesma autoridade judicial faz expressa menção ao estudo multidisciplinar realizado no aludido processo, chamando-o de “relatório Viegas”. Com base nele, refuta teses formais, como a ausência de levantamento fundiário ou a não intimação de Municípios e de particulares.

Trata-se, como se vê, de mais uma decisão aparentemente favorável aos Tupinambá, sem, contudo, ater-se a uma leitura emancipatória dos direitos. O pilar moderno regulatório aparece como principal preocupação do julgador, a ponto de atribuir ao Estado a definição do sujeito de direito indígena (admitindo, pela “via ordinária”, dilação probatória).

4.2.4 Jurisdição penal

4.2.4.1 Habeas Corpus: Tribunal Regional Federal em novembro de 2008

Passa-se a examinar as decisões judiciais proferidas no âmbito da chamada *jurisdição penal*. Os atos a serem analisados foram proferidos a partir de imputação a membros Tupinambá da prática de fato definido em lei como crime.

Considerável parcela dessas decisões tem como destinatário o cacique Babau, o que se explica pelo destaque que a liderança

da Serra do Padeiro vem logrando ao longo dos anos. Há, contudo, atos decisórios, ainda que em menor número, destinados a outros indígenas.

Como se viu alhures, a judicialização dos conflitos dos Tupinambá ganhou força a partir do ano de 2006. Todavia, a criminalização deu-se efetivamente a partir de 2008, quando decisões de prisões passaram a ser decretadas em face de alguns dos indígenas.

Tal circunstância pode ser explicada ante a excepcionalidade que a jurisdição penal tem perante a jurisdição civil. Nem todo fato ilícito, assim definido pela lei civil, é um ilícito penal, mas todo ilícito penal configura um ilícito civil⁷⁴.

Daí, aliás, a quantidade menor de decisões analisadas da jurisdição penal em relação à jurisdição cível.

As análises têm início com decisão de natureza colegiada oriunda do TRF da 1ª Região.

Em um estudo que privilegia decisões monocráticas, cita-se tal decisão colegiada porque nela está contida a íntegra do ato decisório de 1ª instância que reformou, além de uma decisão monocrática do tribunal que apreciou liminar. Dessa forma, permite-se, em um único item, o exame de três decisões e o contraste no discurso manifestado em julgamentos desfavoráveis aos Tupinambá (como se verá, decisão de 1ª instância) e favoráveis ao mesmo povo (os atos de 2ª instância).

A decisão do TRF examinada foi prolatada em 24 de novembro de 2008, no âmbito de *habeas corpus* (instrumento juridicamente disponível a qualquer pessoa, para garantir a liberdade de quem se encontra ameaçado ou submetido à custódia ilegal) autuado sob n. 2008.01.00.055412-4/BA, tendo como Relatora, a Desembargadora Federal Assusete Magalhães. A decisão de 1ª instância, objeto do *habeas corpus*, consiste em decreto de

⁷⁴ Dispõe o artigo 935 do Código Civil de 2002: “a responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal”.

prisão oriundo da Vara Única da Justiça Federal de Ilhéus em 21 de outubro de 2008 (cerca de um mês antes, portanto), nos autos do processo 2008.33.01.001078-8/BA, tendo como prolator o Juiz Federal Pedro Alberto Calmon Holliday.

Abaixo, os trechos que melhor esclarecem o discurso oficial, manifestado nas decisões:

Como visto no relatório, trata-se de habeas corpus impetrado pelo Ministério Público Federal em favor de Rosivaldo Ferreira da Silva, contra decisão do ilustre Juízo Federal da Vara Única da Subseção Judiciária de Ilhéus/BA, que [...] decretou a prisão preventiva do paciente, [...] nos seguintes termos:

“O DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL em Ilhéus, representou pela decretação da prisão preventiva de ROSIVALDO FERREIRA DA SILVA, vulgo ‘Babau’ (qualificação desconhecida), investigado no Inquérito Policial nº 2-362/08 pelos delitos previstos no 163, I; II, 148, c/c parágrafo único do art. 14 e 288 do CP, praticados em desfavor de 04 (quatro) Policiais federais [...].

Constata-se que o representado é contumaz na prática de violência em toda a região, desafiando as autoridades públicas e proprietários rurais, praticando vandalismo; depredação de bens públicos; impedindo a livre locomoção de pessoas na área de sua atuação, além de saques de bens nas propriedades locais, sendo que tais delitos sempre são praticados em bando, com utilização de arma de fogo.

Todos esses fatos constam dos registros de ocorrências [...].

Verifico, assim, a necessidade da garantia da ordem pública bem como assegurar a aplicação da lei penal, haja vista que por sua liderança junto ao grupo indígena dos tupinambás, poderá ocorrer um forte recrudescimento de violência por ocasião da operação e reintegração de posse [...].

Além disso, a ação contínua e sistemática, promovida pelo representado em toda a região, induz à conclusão de que lhe é comum o desafio à lei e à ordem, podendo evadir-se do local a qualquer momento [...].

Diante do exposto, [...] DECRETO a prisão de ROSIVALDO FERREIRA DA SILVA, vulgo “Babau” [...].

Destaco, de início, que, além do dano qualificado (art. 163, I e III, do CP), o paciente está sendo investigado pela prática também dos crimes do art. 148 c/c art. 14, e do art. 288 do Código Penal [...].

Não obstante o justificável receio de perpetuação dos conflitos, envolvendo a posse de terras na região, evidenciado na decisão do ilustre Magistrado a quo, entendo, data venia, não ser a prisão preventiva, ao menos por ora, a medida mais acertada à hipótese em comento.

[...].

Para justificar a prisão preventiva para garantia da ordem pública, parte a decisão impugnada da suposição de que, em face da liderança que o paciente exerce, junto ao grupo indígena dos Tupinambás, “poderá ocorrer um forte recrudescimento de violência [...]” (fl. 19) – suposição que não é suficiente para a decretação da preventiva, para garantia da ordem pública, na forma da jurisprudência do STF e do STJ.

Na hipótese, verifica-se que a prisão preventiva do paciente, cacique da tribo indígena Tupinambá Serra do Padeiro, ocorreu em

um contexto de conflitos fundiários e teve por objetivo evitar ou reduzir a punibilidade de eventual resistência indígena ao cumprimento de liminares proferidas em ações possessórias. Contudo, a custódia preventiva não é a medida processual adequada para resguardar o cumprimento de provimentos judiciais em ações possessórias, sob pena de desvirtuamento do instituto.

[...].

Ainda que assim não fosse, conforme ressaltado pelo Presidente desta Corte, Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, quando do deferimento do pedido de liminar, neste writ (fls. 33/34), as decisões liminares concessivas das medidas reintegratórias de posse foram suspensas, por força de decisão da Presidência deste Tribunal, de modo que, sob tal argumento, a manutenção do decreto preventivo não mais encontraria justificativa.

Por outro lado, a prisão preventiva para assegurar a aplicação da lei penal, por sua natureza instrumental, está ligada à proteção do processo, contemplando os casos em que esteja presente risco real de fuga, não sendo suficiente a mera especulação das autoridades do Sistema de Justiça Criminal. [...]. Aqui – como no fundamento da prisão preventiva para garantia da ordem pública – o decisum assenta-se na mera suposição de que o paciente poderá evadir-se a qualquer momento, com auxílio de seus seguidores, sem apresentar elementos fáticos concretos, que autorizem tal conclusão. Ao contrário, se o paciente pretende defender a posse dos índios Tupinambás sobre as terras, tudo sinaliza no sentido de que ele ali permanecerá e não se evadirá.

[...].

Pelo exposto, concedo a ordem de habeas corpus.

A relatora inicia seu voto fazendo menção à decisão de 1ª instância que é atacada pelo *habeas corpus*. Tem-se ato que decretou a prisão de Babau oriundo da Vara Única da Justiça Federal de Ilhéus.

Em tal ato, verifica-se, de pronto, que o próprio relatório do juiz prolator da prisão já revela acolher teses contrárias aos Tupinambá.

De fato, o relato informa que a prisão analisada pelo magistrado decorre de um requerimento formulado pela autoridade policial federal da localidade (“representou”). O representado é chamado pela denominação não-indígena (Rosivaldo Ferreira da Silva), seguida da expressão “vulgo ‘Babau’”, desconsiderando-se o nome nativo da liderança (tratada como mera alcunha da sociedade moderna).

No mesmo parágrafo, o magistrado da 1ª instância esclarece os crimes que teriam sido cometidos pela pessoa, segundo ele, “vulgarmente” conhecida como Babau: dano ao patrimônio público, sequestro, na modalidade tentada, e associação criminosa (artigos 163, I; II, 148 c.c.

parágrafo único do art. 14 e 288 do Código Penal), tendo como vítimas imediata quatro policiais federais.

Em parágrafo seguinte (“constata-se que o representado...”), o magistrado de 1ª instância afirma que a liderança da Serra do Padeiro “é contumaz na prática de violência”, ou seja, um criminoso violento reiterado, embora não mencione nenhuma condenação criminal contra ele no âmbito de um ordenamento constitucional, como o brasileiro, que consagra a presunção de inocência (BRASIL, 1988, art. 5º, LVII⁷⁵). Além disso, na qualidade de criminoso “contumaz”, Babau, segundo o referido juiz, desafia “autoridades públicas e proprietários rurais”, evidenciando a primazia concedida ao pilar da regulação (afinal, “autoridades públicas” representam a manutenção da ordem) e à propriedade individual (“proprietários rurais”).

Para justificar essa ilação, o magistrado passa a descrever os crimes atribuídos a Babau: “praticando vandalismo; depredação de bens públicos; impedindo a livre locomoção de pessoas na área de sua atuação, além de saques de bens nas propriedades locais”. Os delitos imputados ao cacique, como se vê, ou decorrem da mobilização social (impedimento à locomoção) ou da propriedade individual (vandalismo e saques nas propriedades locais).

O mesmo magistrado prossegue mencionando a fonte de suas conclusões criminalizantes: “registros de ocorrência”. Tais registros normalmente são confeccionados a partir de declarações unilaterais de quem se apresenta como vítima a uma autoridade policial.

As ilações do juiz da causa em 1ª instância prosseguem, quando menciona a prisão para a “ordem pública” e para “assegurar a aplicação da lei penal”. É certo que um decreto de prisão preventiva exige esses fundamentos; todavia, para o prolator, violação da ordem pública e da lei é a possibilidade de Babau liderar a resistência à reintegração de posse decretada; ou seja, é a própria luta dos Tupinambá pela demarcação.

⁷⁵ Dispõe citado dispositivo: “Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” (BRASIL, 1988, art. 5º, LVII).

No mesmo sentido, em outro parágrafo, o juiz reitera o entendimento de ser Babau um criminoso contumaz a abalar o pilar moderno da regulação (“ação contínua e sistemática promovida pelo representado em toda região induz à conclusão de que lhe é comum o desafio à lei e à ordem”). Da mesma forma, diz temer a evasão de Babau (“podendo evadir-se do local a qualquer momento, com o auxílio dos seus seguidores”), não levando em conta o caráter irrenunciável da luta pela terra por parte dos Tupinambá e considerando simplesmente “seguidores” – e não indígenas – aqueles escolheram o cacique para liderá-los.

Em outras palavras, a visão de mundo indígena é desconsiderada pelo magistrado. O agir dos Tupinambá, assim, torna-se um agir a ser inserido na lógica do branco ocidental.

A citação da decisão de 1ª instância é encerrada. A relatora do *habeas corpus* passa, então, a tecer suas considerações sobre o caso.

Inicia a magistrada de 2ª instância reconhecendo que os delitos cuja prática Babau está sendo investigado comportam, em tese, prisão preventiva.

No parágrafo seguinte, reconhece que existe “justificável receio de perpetuação dos conflitos, envolvendo a posse de terras na região”, como se os indígenas fossem os responsáveis pelo acirramento da violência nas proximidades de Olivença. Apesar disso, afirma que a prisão preventiva não é “a medida mais acertada à hipótese”, com uma ressalva: “por ora”, não excluindo, assim, que, em outra oportunidade, poderia concordar com a conclusão e os fundamentos do magistrado de 1ª instância.

A seguir, a magistrada de 2ª instância passa a refutar diretamente a fundamentação do juiz de 1ª instância. Diz que ele parte de uma “suposição” de que, em face da liderança de Babau, “poderá ocorrer” a ampliação da violência no cumprimento da reintegração de posse: tais expressões, aqui entre aspas, foram inseridas pela relatora, revelando que, para ela, a decisão de 1ª instância funda-se em meras hipóteses.

Significa dizer que, se fossem fatos que efetivamente ocorreriam, indo além das suposições, poderia haver justificativa para a prisão. Ou seja: reconhece que as mobilizações, visando aos direitos fundados em uma concepção solidária de sociedade, podem ser criminalizadas; só não são, no caso concreto, porque ainda (“por ora”) estão baseadas em suposições.

Em seguida, a magistrada de 2^a instância relata que a prisão preventiva do “cacique da tribo indígena Tupinambá da Serra do Padeiro” ocorreu em um contexto de conflitos e objetivou eliminar ou reduzir a resistência dos indígenas à reintegração de posse. Pondera, porém, que a prisão preventiva não é o melhor instrumento para tal escopo (“medida processual adequada”) e que as conclusões do juiz de 1^a instância poderiam levar ao “desvirtuamento do instituto”.

Em outro trecho, faz menção à segunda decisão tomada sobre a liberdade do cacique e que antecedeu à colegiada do *habeas corpus*. Trata-se do deferimento da liminar pelo Presidente do TRF da 1^a Região, responsável pela efetiva reinserção de Babau à liberdade.

Cita, então, o fundamento que levou à concessão da liminar: as reintegrações de posse em face dos Tupinambá haviam sido suspensas (vide, neste sentido, decisões de suspensão de liminar, objetos de ACD da jurisdição cível). Em outras palavras, o Presidente da corte também não reconheceu a legitimidade da mobilização liderada por Babau; apenas o libertou porque o motivo que o teria levado à prisão, as reintegrações de posse, não estavam mais em vigor.

No parágrafo seguinte, a relatora de 2^a instância torna a defender a inadequação da prisão preventiva para o caso, dizendo que esta exige “risco real de fuga”, não sendo suficiente a mera especulação” (as suposições do magistrado de Ilhéus). Reitera o caráter de suposições, nas fundamentações do juiz de 1^a instância, quando assevera, em linguagem forense, que o “decisum assenta-se na mera suposição”.

Nesse mesmo trecho, a magistrada de 2^a instância reconhece que Babau não sairá do local do conflito, nem mesmo para se

evadir da justiça. Afirma, nesse sentido, que “se o paciente⁷⁶ pretende defender a posse dos índios Tupinambás sobre as terras, tudo sinaliza que ele ali permanecerá e não se evadirá.

Não aprofunda, porém, os princípios da defesa da posse por parte dos indígenas. Poderia fazê-lo, já que tais fundamentos elidiriam, por completo, a tese da possível fuga exposta pelo juiz de 1^a instância.

Diante de todo o colocado, a relatora “concede a ordem de *habeas corpus*”, o que, em linguagem jurídica-forense significa que acolhe o pedido de soltura de Babau (o qual já se encontrava solto por força de liminar do Presidente do TRF da 1^a Região). Note que tal pedido foi formulado pelo Ministério Público Federal (MPF), aquele que seria o legitimado a processar criminalmente o cacique; todavia, assim não o faz, demandando, pelo contrário, pela liberdade da liderança.

O contraste mencionado no início deste item foi realizado. Decisões de 1^a e 2^a instâncias, respectivamente contrária e favorável às demandas indígenas, foram simultaneamente examinadas. Tal como anotado quando das análises dos atos proferidos na jurisdição cível, o ato desfavorável aos Tupinambá acolheu claramente a concepção individualista de sociedade baseada na propriedade individual; contudo, a decisão favorável aos indígenas permaneceu no âmbito da formalidade legal, não desacolhendo a mesma concepção individualista e não legitimando a mobilização indígena enquanto ação imprescindível para a garantia de direitos coletivos.

4.2.4.2 Prisão preventiva: Justiça Federal de Ilhéus em agosto de 2009

Realizado o contraste entre decisões de instâncias diversas, a ACD torna a examinar decisão de 1^a instância, proferida por juiz que tem maior contato com as partes.

⁷⁶ Na linguagem jurídica-forense, *paciente* é aquele defendido em *habeas corpus* por ter a

No presente item, analisa-se decreto de prisão preventiva, contra o cacique Babau, na Vara Única da Justiça Federal de Ilhéus. A decisão foi prolatada em 03 de agosto de 2009, pelo Juiz Federal Pedro Almeida Calmon Holliday, nos autos do processo 2009.33.01.000911-5, nos seguintes termos:

O **DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL** em Ilhéus representou pela decretação da prisão preventiva de **ROSIVALDO FERREIRA DA SILVA**, vulgo “Cacique Babau”, relatando que deu início ao inquérito Policial [...], a fim de investigar uma série de delitos praticados pelo investigado [...], mormente pela configuração do crime de quadrilha.

O MPF [...] manifestou-se contrariamente ao requerimento da autoridade policial [...].

O presente inquérito investiga delitos ocorridos em razão de controvérsia na disputa de terras entre a comunidade indígena Tupinambá e 600 (seiscentos) produtores rurais [...].

A Comunidade Tupinambá, entidade que pretende ocupar a área, se divide em 09 (nove) lideranças, dentre elas a Comunidade Indígena Tupinambá Serra do Padeiro, liderada pelo investigado, Cacique Babau, a quem se atribui extenso rol de delitos descritos na peça de representação.

Cumpre informar, ainda, que as áreas em litígio, embora já tenham sido objeto de estudos pela FUNAI, ainda não foram demarcadas [...].

Não obstante, muito antes de se dar início ao estudo técnico da demarcação, várias propriedades foram invadidas, sempre com violência e ameaça, culminando com a expulsão de produtores rurais da área [...].

A primeira conclusão que se chega [...] é que qualquer medida ou ação a ser adotada pelo poder público deve ser no sentido da manutenção do *status quo* sobre as áreas de terra em disputa, até a conclusão final do processo demarcatório, sob pena de chancela aos atos de violência, sendo essa a posição adotada por este juízo em busca da paz social.

Entrementes, no plano criminal, a situação está a exigir uma postura diferenciada deste juízo, para garantia da ordem pública.

[...] verifica-se que dentre as diversas facções indígenas, apenas a comunidade Tupinambá da Serra do Padeiro, sob a liderança do cacique babau, é que vem praticando atos de violência, ameaça, perturbação da ordem, obstrução de rodovias, com o objetivo de ocupação imediata das terras que pretende ver demarcada.

O rol de delitos que lhe são atribuídos, todos com materialidade comprovada e, a maioria deles com fortes indícios de autoria, comprovam os métodos de violência desmedida, prejudicando

sobremaneira as demais facções da comunidade tupinambá e o próprio desenrolar do processo demarcatório.

[...].

Apenas para exemplificar, relaciono abaixo os diversos procedimentos já instaurados contra o investigado CACIQUE babau, todos eles praticados, não para defender área indígena já demarcada, o que seria mais que legítimo, mas para atropelar procedimento demarcatório [...]:

- a) [...] promover bloqueio de vias de acesso as propriedades rurais [...];
- b) [...] crime de dano e cárcere privado [...];
- c) [...] invasão de fazenda [...];
- d) [...] homicídio ocorrido na Fazenda Santa Rosa, invadida [...];

[...].

A extensa relação dos procedimentos que o investigado tem contra si, demonstra contumácia na prática de violência em toda região, desafiando as autoridades públicas e proprietários rurais [...].

Ao que parece, e pelo modo de proceder, o representando tem certeza de que sua condição de “indígena” lhe garante imunidade penal, permitindo a promoção da barbárie na região.

A insatisfação com esse comportamento já se manifesta dentro da comunidade indígena, como se pode aferir do depoimento de um outro cacique tupinambá, Moisés Silva Souza [.,.].

É imperioso, portanto, o decreto de prisão preventiva do investigado para garantia da ordem pública, haja vista que por sua liderança junto ao grupo indígena dos tupinambás da Serra do Padeiro, poderá ocorrer um forte recrudescimento de violência na região, inclusive com outras mortes.

Além disso, as suas ações não só prejudicam o prosseguimento da demarcação [...], como influenciam negativamente as outras 08 (oito) lideranças Tupinambás, que até o momento se mantém de forma pacífica aguardando o desfecho do procedimento, para só então ocupar as áreas delimitadas.

[...].

Diante do exposto, [...], **DECRETO** a prisão de **ROSIVALDO FERREIRA DA SILVA** [...].

Cita-se, mais uma vez, o relatório da decisão, já que a forma pela qual o juiz descreve o processo é reveladora do acolhimento de teses contrárias aos Tupinambá. O magistrado desconhece a denominação indígena para intitular a expressão “Babau” como uma mera alcunha, que, por

vezes, torna cidadãos, que vivem em sociedades construídas sob o paradigma moderno eurocêntrico, mais conhecidos perante seus pares (“vulgo Babau”).

No mesmo relatório, o magistrado narra que o Ministério Público Federal (MPF) se pronunciou contrariamente à custódia de Babau. Não se trata de circunstância irrelevante, pois aquele que poderia dar início ao processo-crime na qualidade de parte acusadora mostra-se contra a prisão.

A despeito dessa circunstância, o magistrado passa a fundamentar sua decisão em sentido contrário ao titular da ação penal. Para isso, anota que a origem da “controvérsia” decorre de “disputa de terras entre a comunidade indígena Tupinambá e 600 (seiscentos) produtores rurais”.

Da narrativa, parece que uma única comunidade pretende a terra de 600 produtores rurais, isto é, 600 pessoas que produzem para o sistema. Com este raciocínio, inverte-se toda lógica dos conflitos, segundo o processo demarcatório da Funai: para a fundação indigenista, os embates dão-se perante uma única pessoa que se apresenta como dona da terra em face da coletividade de indígenas.

Realizadas essas observações, o magistrado explica que a “Comunidade Tupinambá” (uma só comunidade) “pretende ocupar a área”. Fica claro que, para o prolator, há uma mera pretensão dos indígenas sobre a área e não uma efetiva posse tradicional, na forma prevista na Constituição. Isso significa, sob tal raciocínio, que não assiste aos Tupinambá o direito constitucional pleiteado, já que não ocupam a terra tradicionalmente.

Prosseguindo, fala que a (única) “Comunidade Tupinambá” “se divide em 09 (nove) lideranças, dentre elas a Comunidade Indígena Tupinambá Serra do Padeiro”. Note-se que, embora denomine o grupo que vive na Serra do Padeiro de “comunidade”, para o prolator, o que a faz, de certa forma, autônoma, é apenas a presença de uma liderança, desconsiderando que cada comunidade dos Tupinambá possui características próprias em seu modo de vida e em seu sustento (inclusive o peculiar, pela intensidade, apelo à religiosidade na Serra do Padeiro).

Essa divisão de lideranças, pelo magistrado, é realizada após afirmar que se atribui a Babau “extenso rol de delitos”. O discurso manifestado revela a intenção de não se querer parecer contrário aos indígenas (apesar de afirmar que eles têm mera pretensão à terra), pois, pelo texto, dos nove líderes, apenas um é acusado de delitos.

Em parágrafo seguinte, o prolator ressalta a não demarcação das áreas em litígio. Note-se que o magistrado, apesar de anteriormente querer mostrar não se colocar contrário aos Tupinambá, leva o leitor a entender que o direito dos povos indígenas só nasce com a demarcação, não aplicando, assim, o respectivo caráter congênito (MENDES JÚNIOR, 1988, p. 58).

Segue o mesmo raciocínio, asseverando que “não obstante” a inexistência de demarcação (como se esta fosse constitutiva dos direitos dos povos indígenas), antes mesmo “do estudo técnico” do processo demarcatório, “várias propriedades foram invadidas, sempre com violência e ameaça”. Coerentemente com todo o raciocínio anteriormente exposto, não há, para o magistrado, retomada de terras, mas invasões violentas.

Em parágrafo seguinte, afirma que a manutenção dos proprietários na posse das terras objetiva não cancelar “atos de violência” e legitimar a busca da “paz social”, como se a vedação à ocupação da terra sagrada não significasse uma violência contra os indígenas.

Nos parágrafos seguintes, o magistrado passa a considerar a questão no âmbito criminal, “a exigir uma postura diferenciada deste juízo”.

Deixa claro, de pronto, o que já havia sugerido anteriormente. Das lideranças indígenas, apenas Babau pratica atos de “violência, ameaça, perturbação da ordem, obstrução de rodovias com o objetivo de ocupação imediata das terras que pretende ver demarcada”.

O trecho merece duas observações: primeiro, para o magistrado, a mobilização por um direito coletivo perturba “a ordem”, isto é, o pilar moderno da regulação; segundo, desconsidera que outras lideranças

também capitanearam retomadas de terras, como a cacique Jamapoty, que, como já visto, passou a adotar estratégia semelhante a Babau desde 2006.

Em seguida, afirma que Babau é acusado da prática de “rol de delitos”, todos de materialidade comprovada (isto é, há efetiva prova dos crimes) e “a maioria deles” com “fortes indícios de autoria” ao cacique. Evidente, aqui, a criminalização daquele que a Comunidade da Serra do Padeiro escolheu para liderá-la, ainda que com expressão que generaliza fatos (“a maioria deles”).

A manifestação de um discurso que quer parecer não contrário a teses dos indígenas prossegue quando o prolator afirma que a prática de tais delitos “com fortes indícios” de autoria contra Babau prejudica a demarcação e “sobremaneira as demais facções da comunidade”. Mais uma vez, os milhares de Tupinambá envolvidos na luta pela terra são reduzidos à unidade dividida em “facções”, termo dúbio, que tanto pode remeter a grupo que realiza legítima luta política quanto a uma facção criminosa.

Em parágrafo seguinte, passa o magistrado, segundo suas palavras “apenas para exemplificar”, a arrolar as acusações contra Babau. Trata-se, segundo o próprio prolator, de delitos “praticados” pela liderança (não há sequer suposição da prática, mas uma afirmação de que o cacique efetivamente os praticou), “não para defender área indígena, o que seria mais legítimo, mas para atropelar procedimento demarcatório”.

Em seguida, cita o prolator diversos crimes atribuídos a Babau. O que se verifica é que grande parcela da criminalização do cacique decorre de delitos que atingem o instituto da propriedade individual.

Após o extenso rol mencionado, o juiz conclui que Babau é contumaz “na prática de violência em toda a região, desafiando as autoridades públicas e proprietários rurais”. Reconhece, assim, que a luta de Babau (e do povo por ele liderado) é uma luta contra o poder estatal (representado pelas autoridades públicas) e contra o sistema econômico (representados pelos proprietários rurais); todavia, não reconhece a respectiva legitimidade, enxergando o líder como um reiterado (“contumaz”) criminoso.

Em seguida, o magistrado faz uma suposição (“ao que parece”): entende que Babau “tem certeza de que sua condição de ‘indígena’ lhe garante imunidade penal, permitindo a promoção da barbárie na região”. Diante de todo o discursado, tal suposição tangencia à efetiva afirmação de que Babau faz uso de uma identidade (“indígena”) para ficar impune (“imunidade penal”) e abalar o pilar da regulação (causando desordem, a “barbárie”).

Anote-se que o termo “indígena” foi inserido entre aspas pelo próprio juiz, o que, por si só, exterioriza uma dúvida do magistrado acerca da identidade étnica de Babau.

Em outro parágrafo, o prolator torna a manifestar um discurso que quer parecer não ter viés anti-indígena. Afirma que outra liderança “dentro da comunidade indígena”, o cacique Moisés Silva Souza, estaria insatisfeita com o líder da Serra do Padeiro, como se a legitimidade de um líder indígena dependesse de unanimidade entre caciques.

Ante tal quadro, o prolator conclui pelo decreto de custódia, como ato de garantia da ordem pública, ameaçada pelo fato de Babau ser um líder (“que por sua liderança junto ao grupo indígena dos tupinambás da Serra do Padeiro, poderá ocorrer um forte recrudescimento de violência na região”). Com este raciocínio, pode-se entender que o fato de alguém ser cacique, em momento de tensão social, torna-o um criminoso.

Na mesma conclusão, o magistrado volta a afirmar que Babau prejudica a demarcação, acrescentando que ele ainda pode influenciar as demais lideranças Tupinambá, que “até o momento se mantém de forma pacífica aguardando o desfecho do procedimento”. Tem-se, aí, um trecho que se assemelha a um tratamento tutelar sobre os povos indígenas, de caráter meramente regulatório, que, como se viu, não foi acolhido pelo atual texto constitucional: menciona os Tupinambá como seres que devem ser protegidos pelo Estado contra más influências, tais como crianças.

A prisão de Babau aparece, assim, como uma medida tutelar de “proteção” aos povos indígenas.

4.2.4.3 Prisão preventiva: Justiça Estadual em Buerarema em abril de 2010

A ACD examina agora decisão da Justiça Estadual da Bahia. O ato a ser apreciado foi proferido na Vara Única da Comarca de Buerarema, pelo Juiz de Direito Antônio Carlos de Souza Hygino, em 12 de abril de 2010, nos autos do processo 0000455-02.2010.805.0033. Os destinatários da decisão foram Babau e seus irmãos Teite, Glicélia e Gil.

O fato de um magistrado estadual decretar prisão de liderança indígena é relevante. É que, como se viu, a Justiça Estadual tem competência para apreciar prática de crimes por indígenas na hipótese de não discussão direta de direitos de tais povos; se Babau e familiares são presos por ato de Juiz estadual significa que o Judiciário não reconhece as ações dos custodiados como inseridas na luta pelos direitos dos Tupinambá, conforme se percebe dos mais elucidativos trechos da decisão:

O Sr. Delegado de Polícia Federal, em Ilhéus, representou pela decretação da prisão preventiva de ROSIVALDO FERREIRA DA SILVA (vulgo Cacique Babau) CPF nº 735.316.005, RG nº 6483012 SSP-BA; JOSÉ AELSON JESUS DA SILVA (vulgo Teite), CPF 009.042.454-69; JURANDIR JESUS DA SILVA (vulgo Baiaco) CPF 751.550.285-15; GLICÉLIA JESUS DA SILVA (vulgo Célia) CPF 021.256.835-39 e GIVALDO JESUS DA SILVA (vulgo Gil), CPF 017.901.185-57, fazendo-o em longo relato de crimes recentemente praticados pelos representados, a exemplo de formação de quadrilha ou bando e extorsão [...].

DO NECESSÁRIO, É O RELATÓRIO. DECIDO.

DA COMPETÊNCIA DESTE JUÍZO

Este juízo é competente para processar e julgar a presente postulação, porquanto a competência da Justiça Federal só se mantém quando o delito é cometido pelo índio em disputas de terras e de direitos indígenas (CC 39.389-MT, DJU 05.04.2004, p. 200).

[...].

BREVE RELATO DE ALGUNS DOS DELITOS COMETIDOS PELO GRUPO INDÍGENA COMANDADO PELO CACIQUE BABAU

Março de 2007 – Ocupação da Prefeitura de Buerarema por grupo de índios liderados por Babau.

21.12.2007 –[...] moradores da Fazenda Conjunto São José onde relatam que dois homens utilizando um veículo com logotipo da FUNAI e portando arma de fogo de grosso calibre fizeram ameaça de morte com o objetivo de tomar a referida fazenda, sendo que um dos homens se identificou como sendo o cacique Babau.

20.01.2008 – Invasão da Fazenda Bom Sossego por índios Tupinambá da Serra do Padeiro.

20.01.2008 – Invasão da Fazenda São Roque em Uma Ba por índios Tupinambás da Serra do Padeiro, sob o comando do Cacique Babau.

20.01.2008 – Funcionários do Município de Buerarema Ba foram surpreendidos por um grupo de índios armados, liderados pelo Cacique Babau, que os levaram para a Serra do Padeiro com 06 (seis) veículos que ficaram retidos na aldeia indígena[...].

17.04.2008 – Prisão do Cacique Babau em razão de ordem preventiva expedida pelo Juízo de Direito da Comarca de Buerarema Ba.

20.10.2008 – Destruição do pára-brisa da viatura da Polícia Federal pelo Cacique Babau e outros índios e tentativa de manter os policiais em cárcere privado.

IPL 002-127/05-DPF/ILS/BA – Instaurado para apurar a ameaça sofrida por agricultores de Buerarema Ba por índios Tupinambás liderados pelo Cacique Babau.

IPL 002-491/07-DPF/ILS/BA – Instaurado para apurar a invasão da Fazenda São Jerônimo ocorrida em 29.09.2007 por índios Tupinambás liderados pelo Cacique Babau e que se apoderaram de 300 arrobas de cacau e 5.000 kg de seringa.

IPL 002-090/08-DPF/ILS/BA – Instaurado para apurar diversas notícias de crimes praticados pelos índios tupinambás da Serra do Padeiro, sob a liderança do Cacique Babau.

Em 20.04.2009 foi publicado no Diário Oficial da União, o reconhecimento dos estudos de identificação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença.

A partir desta publicação, relata a autoridade representante, que os índios tupinambás se acharam no direito de promover a invasão de diversas fazendas que se encontravam dentro da área delimitada pelo estudo da FUNAI. Começaram então, a serem praticados diversos delitos e atos de vandalismo, que resultou na revolta da população local.

[...].

Diante desse quadro, evidenciado fica que o Cacique Babau capitaneia uma associação criminosa estável, que se escuda na vulnerabilidade inerente a causa indígena para praticar variada gama de ilícitos ao largo do jus puniendi estatal.

[...] as organizações indígenas são protegidas constitucionalmente, mas evidenciado fica, no particular dos autos, que os representados praticam condutas ilícitas como se fossem superiores à lei, ao estado democrático de direito [...].

POSTO ISTO, nos termos da fundamentação supra, decreto a prisão preventiva ROSIVALDO FERREIRA DA SILVA (vulgo Cacique Babau), JOSÉ AELSON JESUS DA SILVA (vulgo Teite), JURANDIR JESUS DA SILVA (vulgo Baiaco), GLICÉLIA JESUS DA SILVA (vulgo Célia) e GIVALDO JESUS DA SILVA (vulgo Gil) [...].

A decisão tem início de forma semelhante àquelas acima analisadas, proferidas por Juízes Federais. No relatório, o prolator da Justiça baiana descreve os nomes indígenas de Babau e irmãos como meras indicações vulgares (ou seja, apelidos) da sociedade capitalista.

No mesmo relatório, há ainda outra manifestação de juízo de valor: ao descrever as acusações contra os indígenas, o magistrado faz

constar que a autoridade policial realiza “um longo relato de crimes recentemente praticados pelos representados”, evidenciando que, para ele, os indígenas efetivamente praticaram (os crimes não “teriam sido praticados”, mas foram “recentemente praticados”) vários (“longo relato”) delitos.

Em outro parágrafo, ressalva a competência da Justiça Estadual para o caso. Trata-se de conclusão que, como já mencionado, é suficiente para descontextualizar as ações dos indígenas da luta pela terra.

A seguir, o magistrado da Bahia passa a elencar uma série de delitos atribuídos às lideranças da Serra do Padeiro. Nessa descrição, fica cristalino o tratamento da estratégia das retomadas de terra na forma de invasões à propriedade, praticadas, segundo o magistrado, com violência.

Na mesma descrição, o juiz cita as conclusões do processo demarcatório da Funai, as quais acolheram, em parte, as demandas dos Tupinambá. Todavia, assim o faz para afirmar que tal fato levou os “tupinambás” (no plural) a “se acharem no direito de promover invasão de diversas fazendas que se encontravam dentro da área delimitada pela FUNAI”.

Percebe-se que a violação ao direito à demarcação das terras, provocada pelo Estado brasileiro, é desconsiderada. O que se apresenta relevante é o que se entende como violação à propriedade individual.

A mesma adoção de concepção individualista de sociedade segue na frase seguinte, ainda no mesmo parágrafo. Segundo o magistrado, após os estudos da Funai, “começaram então, a serem praticados diversos delitos e atos de vandalismo, que resultou na revolta da população local”.

Mais uma vez, a mobilização social responsável, historicamente, pela adoção de direitos de índole coletiva é criminalizada.

Essa linha de raciocínio vai se tornando mais clara no decorrer da fundamentação do ato. Após elencar as ações dos indígenas que entende como delituosas, afirma peremptoriamente que “diante desse quadro, evidenciado fica que o Cacique Babau capitaneia uma associação criminosa estável, que se escuda na vulnerabilidade inerente à causa indígena para praticar variada gama de ilícitos ao largo do jus puniendi estatal.”

Como se vê, o prolator da decisão enxerga os indígenas da Serra do Padeiro como verdadeira “associação criminosa estável”, o que configura delito descrito no Código Penal (BRASIL, 1940, art. 288). Enxerga

também a “causa indígena” como uma causa necessariamente vulnerável (“vulnerabilidade inerente”), como se os índios fossem seres frágeis e inferiores, a necessitar a tutela do Estado.

O juiz cita, em seguida, a proteção constitucional aos povos indígenas. Contudo, ressalva que as ações dos Tupinambá visando ao cumprimento da Constituição configuram ações “ilícitas como se fossem superiores à lei, ao estado democrático de direito”, deixando claro o privilégio ao pilar da regulação, o que enseja o decreto de custódia.

4.2.4.4 Prisão preventiva: Justiça Federal de Ilhéus em janeiro de 2011

Torna-se agora a examinar decisão de 1ª instância oriunda da Vara Única da Justiça Federal de Ilhéus. No caso, tem-se ato proferido pela Juíza Federal Karine Costa Rhem da Silva, datado de 28 de janeiro de 2011, nos autos do processo autuado sob o nº 271-49.2011.4.01.3301.

Diferentemente dos decretos de prisão anteriormente analisados, na decisão a ser examinada no presente item, não se tem decreto de custódia contra indígena da Serra do Padeiro. Tem-se, aqui, prisão decretada contra a cacique Jamopoty, como já visto, a primeira liderança escolhida pelos Tupinambá.

Abaixo, os trechos da decisão cujo discurso aparece como mais elucidativo:

Cuida-se de representação formulada pelo **DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL** de Ilhéus, pela decretação da prisão preventiva de **MARIA VALDELICE AMARAL JESUS**, vulgo “Cacique Valdelice” [...].

[...].

Dado vista ao MPF, este pugnou pelo indeferimento da medida vergastada [...].

[...].

Ocorre que dada a análise das declarações fornecidas, em nenhum momento percebe-se a existência de referência de qualquer

reivindicação ou intenção de se fazer pressão a órgãos governamentais [...]. Ademais, mesmo que esse fosse o caso, o Estado Democrático de Direito não pode respaldar invasões violentas com justificativas políticas [...].

Somente após o fim do devido processo legal demarcatório, com a publicação final da área demarcada as terras reconhecidamente indígenas poderão ser entregues a Comunidade tupinambá, sendo inclusive indenizadas as benfeitorias realizadas de boa-fé por parte dos antigos posseiros.

[...].

Ainda assim, constata-se que a representada é contumaz na prática de atos violentos em toda a região, desafiando as autoridades públicas e proprietários rurais, praticando vandalismo, depredação de bens públicos; impedindo a livre locomoção de pessoas na área de sua atuação, além de saques de bens nas propriedades locais, sendo que tais delitos são praticados em bando, com utilização de arma de fogo.

Há relatos que em 11/10/2010 a Cacique Valdelice invadiu a Fazenda São José [...], apropriando-se os índios da produção de cacau [...].

[...].

Diante do exposto, [...], DECRETO a prisão preventiva de MARIA VALDELICE AMARAL JESUS [...].

Embora não cuide especificamente de liderança da Serra do Padeiro, verifica-se que, na essência, tal decreto de prisão se assemelha aos demais já examinados. De toda forma, elide-se aqui o discurso, manifestado em atos examinados anteriormente, no sentido de que somente Babau praticaria estratégias mais incisivas na luta pela terra.

A decisão inicia-se de modo semelhante a anteriormente analisadas. No caso, o nome indígena Jamopoty é ignorado: a magistrada faz menção ao nome civil completo da representada, seguida da menção “Cacique Valdelice”, como se fosse mera expressão vulgar – e não uma posição conquistada de liderança sobre um povo.

No mesmo relatório, a magistrada faz constar que o Ministério Público Federal – a quem caberia processar criminalmente a representada – manifestou-se contrariamente à prisão.

No parágrafo seguinte, assevera não perceber “a existência de referência de qualquer reivindicação ou intenção de se fazer

pressão a órgãos governamentais”. Note-se que a magistrada nega, por completo, a luta pela terra dos indígenas; dá a entender que as retomadas configuram um fim individual em si mesmo, desprovidos de qualquer aspecto de mobilização coletiva por um direito constitucional.

Na frase seguinte, a juíza ressalva que, ainda que se existisse o caráter político da luta pela terra, não acolheria as retomadas (chamadas de invasões). Nas suas palavras, “o Estado Democrático de Direito não pode respaldar invasões violentas com justificativas políticas”.

O Estado de Direito do contrato social é invocado para impedir a mobilização social. O fato dos direitos originários serem sistematicamente violados pelo aparelho estatal brasileiro, inclusive pela demora no processo demarcatório, é desconsiderado.

Em parágrafo seguinte, a magistrada faz constar que “Somente após o fim do devido processo legal demarcatório, com a publicação final da área demarcada as terras reconhecidamente indígenas poderão ser entregues a Comunidade tupinambá...”.

Nesse raciocínio, os direitos aos povos indígenas dependem da boa vontade do Estado por via da demarcação. Desconsidera-se o respectivo caráter congênito, a independer de legitimação, nos termos do sustentado por João Mendes Júnior (1988, p. 58).

Além de excluir a legitimidade da luta coletiva pela terra, a magistrada imputa, à liderança, a reiterada (“contumaz”) “prática de atos violentos em toda região, desafiando autoridades públicas e proprietários rurais”. Há, pois, uma preocupação com as estruturas de poder, não apenas político (“autoridades públicas”), mas também econômico (“proprietários rurais”, isto é, titulares de propriedade individual).

No mesmo parágrafo, a prolatora deixa clara a maneira pela qual enxerga as mobilizações dos indígenas, que têm seus direitos violados pelo Estado: “vandalismo, depredação de bens públicos; impedindo a

livre locomoção de pessoas na área de sua atuação, além de saques de bens nas propriedades locais”.

Da mesma forma, afirma que “tais delitos são praticados em bando, com utilização de arma de fogo”. A criminalização da mobilização indígena fica evidente neste trecho.

Em outro parágrafo, assevera que a representada já “invadiu” propriedades alheias (“Fazenda São José”) e que, diante dessa reiterada conduta, “demonstra a possibilidade de prática de novos delitos”. Há, como se vê, a consideração da mobilização social como prática de “delitos” (sendo a estratégia das retomadas, meras violações à propriedade individual), justificando o decreto de prisão.

4.2.4.5 Prisão temporária: Justiça Estadual em Una em fevereiro de 2014

A ACD em curso torna, no presente item, a examinar decisão de 1ª instância oriunda da Justiça Estadual, o que como se viu, é fato, por si só, revelador da não consideração das ações das lideranças Tupinambá no contexto das mobilizações dos povos indígenas. No caso, a decisão foi proferida pelo Juiz Substituto Mauricio Álvares Barra, em exercício da Vara Criminal da Comarca de Una, na data de 20 de fevereiro de 2014, nos autos do processo nº 0000064-82.2014.805.0267.

O magistrado apreciou representação de prisão temporária contra indígenas da Serra do Padeiro, dentre eles Babau, formulado pela Delegada de Polícia da Comarca de Una. Abaixo, os trechos da decisão que melhor revelam o discurso do elemento coercitivo do poder:

DA COMPETÊNCIA

Pelo que consta na representação, há possivelmente a existência de pessoas que estão se valendo de benefícios concedidos aos que realmente merecem (índios) e sob o manto protecionista do Estado pretendem cometer crimes graves como os que vêm ocorrendo na presente região.

Consta da representação que não existe qualquer critério objetivo e seguro para a constatação de quem é verdadeiramente índio, inclusive com relatos de qualquer pessoa pode se autoafirmar índio, ser cadastrado perante o Órgão Federal, inclusive com possibilidade de retratação e deixar de ser índio.

[...].

Percebe-se a fragilidade do sistema de aferição da QUALIDADE indígena, fato que ocasiona não o fortalecimento do mencionado biótipo, mas o desprestígio daqueles que verdadeiramente são índios e que merecem todo respeito e tutela estatal.

[...].

Ressalto que o *modus operandi* da prática criminosa que se investiga desvirtua por completo a concepção que se tem por índio e afasta completamente a característica indígena aos investigados, senão vejamos.

Consta do acervo probatório que “sete elementos, todos encapuzados e usando camisas de mangas compridas invadiram a residência da vítima portando arma de fogo, desferiram disparos e ainda deceparam uma das orelhas da vítima para provar o cometimento do homicídio para o suposto mandante ou chefe da organização”.

Narra a peça ainda que os supostos índios, investigados, forçavam com ameaças as pessoas do assentamento aonde residia a vítima a se cadastrarem como índios sob pena de terem suas terras invadidas, inclusive com exigência de pagamento de 40% de tudo que fosse produzido na terra, extorsão clara e evidente, não podendo ser considerado esse fato como direito indígena, pois num país democrático nem índio, nem branco, nem negro, nem qualquer que seja a pessoa tem tais direitos.

[...].

Fomentar essa “categoria de índio” que invade, ameaça, destrói, furta, rouba, comete extorsão e homicídios é destruir e denegrir por completo a imagem do verdadeiro índio.

[...].

Por fim, o acervo probatório preliminar demonstra que a atuação dessa milícia criminosa travestida de silvícola tem cometido inúmeros crimes comuns na região, com invasão de propriedades para roubo de safra.

[...].

MÉRITO

[...].

Tem-se homicídio praticado dolosamente com clareza de execução por um grupo fortemente armado e preparado para o intento, também existente apuração pela extorsão quanto à produção rural (que pode ser um dos fatores motivadores do crime de homicídio), formação de quadrilha e ainda sequestro ou cárcere privado, na

medida em que foi cerceado o direito de liberdade de parentes da vítima que foram compelidas a presenciar o fato macabro, ameaçadas de morte.

[...].

Diante do exposto, confirmada a competência aparente desse juízo pelo que restou apurado até o presente momento [...], DECRETO A PRISÃO TEMPORÁRIA de Rosivaldo da Silva Ferreira (Babau), Cleido Nascimento Souza, Clifton Teles Sousa, Cleriston Teles Sousa, Cledson Teles Sousa, Pascoal Pedro de Souza, Cristiano Santos Souza, e outros dois apenas identificados com Nino e Tonhão [...].

Merece destaque o item “competência”, constante na decisão, no qual o magistrado procura fundamentar a jurisdição da Justiça estadual baiana para apreciar o conflito envolvendo os Tupinambá.

Inicia, então, o prolator, afirmando que “há possivelmente a existência de pessoas que estão se valendo de benefícios concedidos aos que realmente merecem (índios)”. Logo se percebe que não considera Babau e demais investigados como indígenas, por, no seu raciocínio, não merecedores dos “benefícios” concedidos aos “índios”.

Os direitos atribuídos aos povos indígenas, de índole eminentemente coletiva, são interpretados como uma ajuda ou um proveito (“benefício”) concedido a determinado grupo considerado indígena. Exclui-se, assim, a historicidade de tais direitos, como se fossem valores neutros, o que, como se viu alhures, é um efeito da prevalência dos direitos individuais, fundados em uma concepção individualista de sociedade (SHIVJI s.d., p. 4).

O magistrado prossegue na mesma frase, asseverando que tais pessoas “sob o manto protecionista do Estado pretendem cometer crimes graves como os que vêm ocorrendo na presente região”. O prolator procede à leitura dos direitos dos povos indígenas sob o aspecto tutelar estatal (“manto protecionista”), destituído de qualquer possibilidade emancipatória.

No parágrafo seguinte, reclama que “não existe qualquer critério objetivo e seguro para a constatação de quem é verdadeiramente índio”. Com esta afirmação, o juiz deixa claro adotar critérios estáticos naturais para a consideração do sujeito de direito indígena, o que significa o

acolhimento de indicadores biológicos ou lingüísticos, a desconsiderarem a miscigenação ocorrida entre populações diversas ao longo dos séculos (BONFIL BATALLA, 1972, p. 106).

Na mesma frase, reclama o magistrado que há “relatos de que qualquer pessoa pode se autoafirmar índio, ser cadastrado perante o Órgão Federal, inclusive com possibilidade de retratação e deixar de ser índio”. Nega, assim, o critério da autodeclaração e reitera a adoção de critérios naturais para atribuição da identidade étnica.

Mais adiante, o prolator reforça tais argumentos. Lamenta “a fragilidade do sistema de aferição da QUALIDADE indígena”, como se fosse possível um medidor para verificar exatamente quem é ou não indígena.

Há aqui uma manifestação da crença de um saber científico exato, matemático e pouco confiante nas experiências humanas imediatas, que, como se comentou no início desta tese, é elemento formador do discurso da modernidade eurocêntrica (SANTOS, Boaventura, 2002, p. 63-64). Portanto, para o prolator da decisão, qualquer critério para a verificação da identidade (ou, em suas letras garrafais, “qualidade”) indígena que não se fundamente em tal exatidão aritmética é frágil.

Na mesma frase, o magistrado complementa que tal “fragilidade” não fortalece o “mencionado biótipo”. Deixa claro aqui que considera os indígenas, não a partir de elementos históricos (BONFIL BATALLA, 1972, p. 110), mas naturais.

Perdura o magistrado a fundamentação, afirmando que toda essa “fragilidade” gera “o desprestígio daqueles que verdadeiramente são índios e merecem todo respeito e tutela estatal”. O termo “verdadeiramente” está relacionado ao dualismo do discurso moderno eurocêntrico (BORTOLUCI, 2009, p. 58): há um falso e um verdadeiro, apartados por critérios rígidos, consoantes a exatidão científica evolucionista moderna.

Na mesma frase, o magistrado também assevera que o que diz ser verdadeiro índio merece “respeito e tutela estatal”, como se a relação do Estado com os povos indígenas decorresse de vínculo tutelar.

Perdura o juiz afirmando que “o *modus operandi* da prática criminosa que se investiga desvirtua por completo a concepção que se tem por índio e afasta completamente a característica indígena aos investigados”. Coerentemente com os critérios naturais e ahistóricos adotados em toda a decisão, o prolator exclui a identidade étnica dos membros da comunidade da Serra do Padeiro em razão das respectivas formas de agir.

Interessante que o magistrado não esclarece no que consistiria um modo de ação tipicamente dos indígenas. Fala em “concepção que se tem por índio”, admitindo, ainda que involuntariamente, os estereótipos oriundos do discurso moderno eurocêntrico.

Nos parágrafos seguintes, o prolator passa a descrever o *modus operandi* que atribui aos índios da Serra do Padeiro. Trata-se, segundo o juiz, de um grupo de pessoas que “invadiram a residência da vítima portando arma de fogo, desferiram disparos e ainda deceparam uma das orelhas da vítima”: este grupo não é indígena, por tal conduta não configurar, ao ver dele, uma conduta típica de índios.

Em parágrafo seguinte, o magistrado sugere que autodeclaração dos moradores da Serra dos Padeiro, apesar de consagrada no já citado Convênio 169 da OIT, é uma estratégia para a invasão de propriedades privadas e de extorsão de 40% da produção. Diante disso, entende necessário esclarecer que ninguém tem o direito (“nem índio, nem branco, nem negro”) de extorquir e invadir propriedade alheia.

Em outro parágrafo, diz que não pode fomentar essa “categoria de índio” (isto é, o que “invade, ameaça...”). As aspas da expressão “categoria de índio” foram inseridas pelo magistrado, revelando uma ironia, especialmente, diante do anteriormente exposto, ao fato dos membros da comunidade da Serra do Padeiro se identificarem como indígenas.

Há ainda a ressalva. Se tal fomento for realizado, o “verdadeiro índio” será “denegrado” e “destruído”.

No final da análise de sua competência para apreciar a causa, o juiz evidencia, por completo, a negação à identidade étnica. Chama os liderados por Babau de “milícia criminosa travestida de silvícola”, lembrando-se que a expressão *silvícola* deixou de ser utilizada com a entrada em vigor do Código Civil de 2002, diploma legal que revogou o Código Civil de 1916, que, com tal expressão, denominava os índios (como se todos vivessem na selva), tratando-os sob o aspecto tutelar.

Na mesma frase, assevera que tal milícia assim se reúne para promover “invasão de propriedades para roubo de safra”. A mobilização coletiva é transformada aqui em uma ação individual violadora da propriedade privada e da economia dominante (“safra”).

Encerrada a apreciação sobre sua competência para o exame da causa, o magistrado ingressa no “mérito” da questão, discorrendo sobre os crimes imputados aos Tupinambá (“tem-se homicídio praticado dolosamente com clareza de execução por um grupo fortemente armado e preparado para o intento...”). Por fim, decreta a prisão, descrevendo o nome civil de alguns acusados e a forma pela qual outros são conhecidos.

4.2.4.6 Prisão preventiva: Justiça Federal em Ilhéus em abril de 2016

Analisa-se agora mais um decreto de prisão preventiva, oriunda da Vara Única da Justiça Federal de Ilhéus, contra Babau e seu irmão Teite. Tem-se aqui decisão proferida pelo Juiz Federal Lincoln Pinheiro Costa, datada de 8 de abril de 2016, nos autos do processo nº 1120-45.2016.4.01.3301.

A origem deste decreto está em decisão, anteriormente analisada (item 4.2.3.12), de reintegração de posse proferida em janeiro de

2016, também pelo Juiz Federal Lincoln Pinheiro Costa. A suposta resistência ao cumprimento do ato motivou a custódia, assim determinada:

ROSIVALDO FERREIRA DA SILVA (vulgo CACIQUE BABAU) e JOSÉ AELSON JESUS DA SILVA (vulgo TEITE), em 07/04/2016, foram presos em flagrante pela suposta prática de crime tipificado nos arts 14 (porte ilegal de arma de fogo de uso permitido) e 16 (posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito) da Lei 10.826/2003 e arts 129 (lesão corporal), 147 (ameaça), 329 (resistência) e 331 (desacato) do Código Penal.

[...].

Impende salientar a gravidade dos crimes praticados pelos indígenas que tentaram obstaculizar o cumprimento de uma ordem judicial de reintegração de posse [...], utilizando armas de fogo e em concurso de pessoas, o que demonstra a periculosidade dos agentes [...].

Em um Estado Democrático de Direito o monopólio do uso da força pertence ao Estado e constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (CF, art. 5º, inciso XLIV).

[...].

A conduta dos custodiados é coerente com a linha de atuação que o cacique Babau vem adotando ao longo do tempo no conflito pela posse da terra.

Diferentemente de outros caciques, o cacique Babau se recusou a integrar o FÓRUM PERMANENTE DE DIÁLOGO ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES E INDÍGENAS TUPINAMBÁS [...] e que vem obtendo êxito na pacificação da região [...].

A ação do grupo armado, comandado pelo cacique Babau, coloca em risco integridade física dos componentes do Grupo de Trabalho, constituídos por servidores da FUNAI e INCRA, e a continuidade do trabalho de levantamento fundiário.

[...]

Ante o exposto, [...] DECRETO a prisão preventiva de ROSIVALDO FERREIRA DA SILVA e JOSÉ AELSON JESUS DA SILVA [...].

Tal como em outros atos decisórios, acima examinados, que determinaram a prisão de lideranças que lutam pela demarcação da TI Tupinambá de Olivença, o ato aqui abordado tem início com relatório que trata o nome indígena dos envolvidos como uma mera denominação vulgar.

Na fundamentação, o magistrado inicia seu raciocínio, afirmando que os “índios” (não nega, de pronto, tal identidade) praticaram (efetivamente - e não em tese) ato de “gravidade” ao “obstaculizar o cumprimento de ordem judicial de reintegração de posse”.

A alegada gravidade é justificada na mesma frase. Segundo o magistrado, tal obstáculo imposto pelos Tupinambá efetivamente se deu via utilização de “armas de fogo e em concurso de pessoas”.

Importante notar que os envolvidos negam veementemente o uso de arma de fogo e até mesmo a resistência à reintegração de posse neste caso⁷⁷.

Percebe-se ainda que, para o magistrado, é caracterizador da gravidade o fato da conduta ter sido praticada “em concurso de pessoas”. Desconsidera que qualquer ato de mobilização social dos indígenas dá-se coletivamente, configurando mais um elemento caracterizador de visão de mundo baseada em concepção individualista de sociedade.

Tal raciocínio repete-se em parágrafo seguinte, quando o prolator sugere que a mobilização Tupinambá é ação terrorista (“constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados”).

A criminalização da luta pela terra perdura quando o prolator afirma que “a conduta dos custodiados é coerente com a linha de atuação que o cacique Babau vem adotando ao longo do tempo no conflito pela posse da terra”. Reconhece-se, contudo, que a ação específica que levou a este decreto de prisão não é uma ação isolada, estando inserida no contexto do conflito pela terra das proximidades de Olivença.

Em parágrafo seguinte, tal como na decisão de reintegração de posse que motivou este decreto de prisão, o magistrado faz menção a um fórum, que, conforme já dito, remete à ideia das mesas de diálogo promovidas pelo Ministério da Justiça, como forma de resolver os conflitos pela conciliação. Apesar da aparente boa intenção da composição amigável, deixa-se de considerar que a Funai já realizou estudo acolhendo, em considerável parcela, as demandas dos Tupinambá.

No mesmo parágrafo, o magistrado torna a fazer o que outros juízes também realizam: insere Babau como uma liderança isolada, asseverando que somente ele nega-se ao diálogo. Eis uma linha de pensamento

⁷⁷ Segundo o Conselho Indigenista Missionário (2016, p. 1): “No entanto, a defesa do cacique Babau afirma que ele e o irmão não impediram a retirada de areia, mas foram ao local apenas para averiguar se a polícia havia mesmo descumprido o acordo de suspender a execução da reintegração de posse.[...]. Cacique Babau e Teitê negam que as armas de fogo pertençam a eles, o que dá indícios de que o armamento teria sido forjado a ambos”.

que parece revelar um viés não anti-indígena por parte do prolator, embora toda a lógica das demandas de tais povos seja desconsiderada nas decisões.

Esse é o mesmo raciocínio exposto em outro trecho da decisão. O magistrado afirma que “a ação do grupo armado, comandado pelo cacique Babau, coloca em risco integridade física dos componentes do Grupo de Trabalho, constituídos por servidores da FUNAI e INCRA...”.

Sob a lógica da decisão em exame, portanto, os liderados por Babau limitam-se a ser um “grupo armado”, a merecer a repressão do Estado, consubstanciada, aqui, no decreto de prisão.

4.2.5 Elementos comuns no discurso

Assevera Van Dijk (1993, p. 527 e 529) que o acesso ao discurso judicial configura um dos principais elementos da reprodução do poder. Como já anotado, em sendo a atividade jurisdicional uma função do Estado para solução de conflitos, o poder nela discursado configura manifestação do elemento objetivo do poder: a obediência à “[...] norma superior de conduta [...]” (COMPARATO, 2013, p. 86), que, por sua vez, deve ser justificado, via fundamentação das decisões, para que a força estatal obtenha o consenso da sociedade governada (elemento subjetivo do poder).

Se, conforme visto no capítulo anterior, o acesso ao discurso dos meios de comunicação é restrito pelo filtro da concentração oligopolista das empresas midiáticas (HERMAN; CHOMSKY, 2002, posição 1374), vedado pela Constituição (BRASIL, 1988, art. 220), a restrição ao discurso judicial é, pelo contrário, amparada pelo ordenamento jurídico. A tal discurso têm acesso somente determinadas categorias atuantes dos processos judiciais, como juízes, advogados, membros do Ministério Público, as partes e pessoas chamadas a depor, como testemunhas (VAN DIJK, 1993, p. 529).

A palavra derradeira, contudo, é reservada a uma única categoria: os magistrados, efetivos representantes da função jurisdicional do Estado. Cabe aos juízes o discurso judicial definitivo.

Como se viu no início do presente capítulo, na democracia projetada pela vigente Constituição, aludida concentração de poder é atenuada pela independência funcional atribuída aos membros desta mesma categoria (BRASIL, 1988, art. 95, II). Em outros termos, o monopólio do poder de decisão – revelador do monopólio do uso da força atribuído ao Estado – deve conviver com o pluralismo de ideias e valores entre os magistrados, a inexoravelmente influenciar o teor de suas decisões.

Em um conflito eminentemente judicializado, como aquele em torno da TI Tupinambá de Olivença, o pluralismo da magistratura deveria refletir-se em discursos distintos, constantes nas fundamentações e nas conclusões dos atos decisórios. Afinal, como se viu, trata-se de conflito em que se discutem direitos baseados em concepções de mundo distintas: de um lado, os direitos de índole individual a apoiarem as demandas dos grupos hegemônicos e, de outro lado, os direitos de índole coletiva a legitimarem modos de vida sócio - comunitários dos povos indígenas.

Na ACD realizada, examinaram-se decisões cujas conclusões nem sempre foram as mesmas. Têm-se, nesse sentido, atos favoráveis e contrários aos indígenas; no último caso, há decisões mais sutis e menos sutis de teses em desfavor dos Tupinambá.

Em que pese tal circunstância, não se vislumbrou o normativamente esperado pluralismo de ideias. Há, pelo contrário, certa uniformidade de discurso, tendo em conta a presença dos mesmos elementos constantes, em geral, no discurso midiático examinado no capítulo anterior e que, historicamente, dão sustento ao discurso da modernidade eurocêntrica:

a) defesa incondicional da propriedade individual;

b) negação à identidade étnica, decorrente do evolucionismo dualista hegemônico.

4.2.5.1 A defesa da propriedade individual

Como anotado alhures, tal como o fazem os Estados submetidos à economia de mercado capitalista, a Constituição de 1988 eleva, à categoria de Direito Humano, a propriedade privada individual (BRASIL, 1988, art. 5º, XXII). Todavia, tal direito é condicionado ao cumprimento da função social: um “[...] pressuposto necessário à *propriedade privada*” (GRAU, 2007, p. 232).

Tal circunstância é judicialmente desconsiderada nos conflitos envolvendo os Tupinambá. Foi visto que a propriedade privada individual, independente de atender ao interesse público inerente à função social, recebe força probatória mais forte do que a posse coletiva dos indígenas, ainda que estes aleguem o respectivo caráter tradicional.

Chegou-se ao ponto de se apreciar a demanda dos indígenas como uma demanda pela propriedade privada ou de se sustar todo o processo demarcatório levado a efeito pela Funai, envolvendo os interesses de milhares de índios e não-índios, para a defesa de uma única propriedade. Há aqui a prevalência de visão de mundo fundada na concepção individualista sobre a visão de mundo que se funda em uma concepção solidária de sociedade regida prevalentemente por direitos coletivos (SHIVJI, s.d., p. 01).

Por isso, nas decisões examinadas, as retomadas são chamadas de invasões a, segundo alguns magistrados, ameaçarem o pilar moderno da regulação oriundo da ideia do contrato social (a “ordem pública”) e a caracterizarem prática criminosa por parte de indígenas.

Sob tal prevalência de concepção de mundo individualista de sociedade, a aparente preocupação com pequenos proprietários envolvidos no conflito. Por trás da pretensa defesa desta parcela pobre da população, há o efetivo sustento da economia individual – tão ressaltada em decisões que

sublinham a produção “ameaçada” pelas “invasões” indígenas⁷⁸ – beneficiando os grandes proprietários interessados na área demarcável, independente de cumprimento da constitucionalmente exigida função social da propriedade.

Tal circunstância poderia até ser justificada perante os meios de comunicação privados, cujos interlocutores não têm o dever funcional de fazer efetivo uso do que determina a Constituição em seus respectivos discursos. Todavia, perante juízes dotados de tal dever funcional, não se justifica, a não ser pela “[...] força da *mentalidade proprietária* por meio do Legislativo, do Judiciário e do Executivo [...]” (MELO, 2012, p. 88).

O conflito pela TI Tupinambá de Olivença revela, assim, o ativismo judicial conservador no Brasil, caracterizado pela leitura individualista dos direitos (STRECK, 2011, p. 01). Isso, a despeito da Constituição conter a promessa de construção de sociedade solidária (BRASIL, 1988, art. 3º, I).

A partir das observações de Boaventura Santos (2009, p. 207), já foi anotado que o reconhecimento da função social da propriedade, ao final, legitimou o sistema colonialista dominante. Como complementa Tarso de Melo (2013, p. 125) a positivação deste condicionante serve a um discurso hegemônico no sentido de que “[...] seu cumprimento beneficia a *todos*”.

Percebeu-se, porém, que sequer há discurso referente à função social. Tem-se um discurso que sacraliza a propriedade individual.

4.2.5.2 Negação à identidade étnica

A segunda característica, que pode ser apontada como comum do discurso do Judiciário analisado, consiste na negação à identidade

⁷⁸ A produtividade mencionada nas decisões é de caráter individualista. Não se trata da produtividade social, relacionada ao “[...] aproveitamento racional e adequado, respeito ao meio ambiente, à legislação trabalhista e ao bem-estar dos funcionários [...]” (MELO, 2013, p. 87).

étnica dos Tupinambá. O caráter evolucionista dualista das falas e escritos da modernidade eurocêntrica está aqui presente.

Há, nesse sentido, decisões que fazem uso da expressão “supostos índios”; têm-se atos que refutam a identidade étnica em razão da ausência de demarcação da Funai; há, ainda, decisão que expressamente faz uso de critérios biológicos para negar a identidade dos Tupinambá.

No âmbito dos atos decisórios examinados, tal negativa torna-se mais visível quando se considera a dificuldade dos magistrados em compreender o sócio-coletivismo que faz parte do modo de vida dos indígenas. Por isso, a mobilização pela terra sagrada torna-se crime de associação criminosa e as retomadas passam a configurar invasões a lesarem a ordem buscada pelo pilar moderno da regulação.

Pelos mesmos motivos, a desconsideração dos laudos da Funai como fontes de prova. Afinal, segundo o discurso moderno eurocêntrico, tais estudos, por terem caráter multidisciplinar, inserem-se na base de uma hierarquia do saber que torna as ciências naturais superior às demais (SANTOS, Boaventura, 2002, pp. 62).

Por isso, ainda, a inserção da denominação “Tupinambás” no plural, ignorando-se as nomenclaturas oriundas da Antropologia. Da mesma forma, os nomes indígenas dos acusados pela prática de crimes tratados como meras alcunhas das sociedades de consumo (“vulgo”).

No idêntico âmbito da hierarquia saber, a desconsideração das tradições e dos conhecimentos dos Tupinambá. Lembra-se, a partir das observações de Aníbal Quijano (2005a, p. 122), que uma das características da dominação racial moderna eurocêntrica consiste na consideração do saber e do modo de vida dos indígenas como anteriores (e, portanto, inferiores).

No caso das decisões judiciais analisadas, tal circunstância aparece na dificuldade de compreensão de uma luta por pedaços específicos de terra (há até uma menção de que Babau poderia fugir). Ignora-se que, para os Tupinambá, a luta pela terra não é uma luta pela exploração da

propriedade; mas uma luta para se poder cuidar da terra dos antepassados e dos encantados, no âmbito de uma vida comunitária.

Não deixa também de chamar atenção o fato de, em um primeiro momento, quando a confecção dos laudos da Funai ainda não havia sido concluída, alguns juízes reclamavam que os indígenas não aguardavam o término dos estudos. Quando os laudos foram, enfim, completamente elaborados, magistrados passaram a reclamar que os Tupinambá se recusavam a participar de mesas de negociação, desconsiderando os estudos da fundação indigenista.

No âmbito da mesma desconsideração dos estudos da Funai com base no dualismo evolucionista moderno, a negativa expressa da ocupação tradicional da terra. Se os indígenas são considerados invasores, significa que não possuem a área em conflito; portanto, acolhe-se a tese de que os indígenas das proximidades de Olivença foram extintos.

Tal como se anotou no item anterior acerca da desconsideração da função social, essa leitura dos direitos poderia ser melhor compreendida no discurso midiático, manifestado por empresas cujos representantes não são obrigados funcionalmente ao entendimento do direito em vigor. Todavia, neste capítulo, verificou-se que juízes deixam de aplicar as normas jurídicas atribuídas aos indígenas na forma consagrada em sede constitucional, isto é, a partir da noção do indigenato; da mesma maneira, percebeu-se que magistrados desconhecem, ou não citam, a auto-identificação indígena, tal como determinam normas de Direitos Humanos internacionais que vinculam o Estado brasileiro (caso da Convenção 169 da OIT).

É verdade que se têm decisões que querem mostrar a proteção de indígenas especialmente contra as lideranças locais que, segundo juízes, perturbam a ordem pública promovendo o que consideram invasões de terra. Contudo, tal proteção, como se viu, dá-se sob um aspecto meramente tutelar, como se os indígenas, na qualidade de membros por sociedades tidas por superadas, necessitassem da tutela estatal.

4.2.5.3 Índios bravios

A dificuldade dos juízes na compreensão das demandas dos Tupinambá, verificada na ACD realizada no presente capítulo, não impede tais indígenas de perdurarem nas suas lutas. Os Tupinambá insistem no direito à demarcação, baseados em um texto constitucional que não amparou a propriedade enquanto direito sagrado (devendo cumprir sua função social) e nem a superioridade do saber ocidental [legitimando a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos índios (BRASIL, 1988, art. 231)].

Semelhantemente ao discurso midiático, o discurso judicial responde a essa resistência por uma verdadeira consideração dos Tupinambá como índios *bravios*.

Assim, somente os indígenas são tidos por violadores da lei, da ordem e, portanto, do pilar moderno da regulação. Até mesmo quando alguma decisão é, aparentemente, favorável aos Tupinambá, o que se busca é a regulação contra o eventual acirramento do conflito; via de regra, a emancipação de se ter garantido um pedaço de terra essencial a um determinado modo de vida não-ocidental sequer é cogitada.

Não se está a asseverar que existe um intuito deliberado dos juízes de excluir os Tupinambá do contrato social: em nenhum momento afirmou-se – ou se pretendeu sugerir – isso ao longo do trabalho realizado. Pelo contrário, a partir das análises de Eisenhardt e Johnstone (2013, p. 119), admite-se que os escritos manifestados pelos juízes também sejam construídos por memórias de discursos anteriores⁷⁹.

⁷⁹ Discursos que podem ser produtos da ação de diversos mediadores, como, por exemplo: dos membros das famílias dos magistrados, anotando, neste aspecto, que o juiz brasileiro é oriundo prevalentemente de família branca [censo do Conselho Nacional de Justiça revelou que 98% dos magistrados do país não se declaram pretos ou índios (BRASIL, 2014)]; do sistema de ensino que forma tais juízes; por fim, para não se alongar na exemplificação, dos meios de comunicação de massa, como emissoras de televisão que pautam e moldam os temas debatidos e ainda cultivam os valores que os magistrados adquirem desde a infância.

De toda forma, o fato é que o Judiciário realiza um tratamento *diferenciado* (OLIVEIRA, Manoela, 2005, p. 21) aos Tupinambá, semelhante àquele que, ao longo dos séculos, foi destinado aos índios bravios. Têm-se, ainda que involuntariamente, validadas a apropriação e violência.

Tanto é assim que, ao menos até o depósito desta tese, lideranças como Babau sequer haviam sido denunciadas pela prática dos crimes que lhes foram imputados nas decisões examinadas⁸⁰. Trata-se de circunstância a indicar que decretos de prisão, como os acima mencionados, eram, de fato, juridicamente questionáveis (foram reformados em instâncias superiores), o que, contudo, não foi óbice para que novas custódias fossem decretadas ao longo dos anos.

Compreende-se, então, a visão dos indígenas em relação ao Judiciário como instrumento de repressão. Por isso, em geral, não procuram a atividade jurisdicional, sendo, pelo contrário, coercitivamente a ela chamados, principalmente como réus em ações possessórias ou em investigados (já que não são sequer denunciados) em decretos de prisão.

Cabe lembrar Quijano (2005a, p. 117) quando considera que o domínio baseado na ideia de raça consiste na marca do capitalismo globalizado desde o século XV. Cabe também lembrar Van Dijk (1993, p. 537) quando afirma que tal dominação racial legitima-se pelo discurso.

Neste capítulo, percebeu-se um discurso judicial dotado de uniformidade e que termina por expulsar milhares de Tupinambá da sociedade civil em direção a um estado de natureza (SANTOS, Boaventura, 2005, p. 88).

⁸⁰ No presente trabalho interdisciplinar, é preciso esclarecer que a denúncia é a petição inicial de um processo criminal, cuja instauração (ou seja, recebimento pelo juiz) exige a presença de prova de materialidade de crime e indícios de autoria.

CONCLUSÃO

A naturalização das violações dos direitos revela-se, cotidianamente, no Brasil.

Tem-se, no país, a quarta maior população carcerária do mundo, formada, basicamente, por moradores das regiões periféricas; testemunham-se relatos diários de violências policiais contra a população preta e pobre; indígenas são frequentemente torturados e assassinados por pistoleiros privados ou até mesmo por representantes do Estado. Toda essa situação, legitimada, ainda que indiretamente, por determinadas decisões judiciais, sob os aplausos, em geral, dos meios de comunicação de massa.

Nada parece causar comoção. A vida prossegue como se não estivesse ocorrendo qualquer anormalidade.

O quadro que vigora tem de ser examinado pela academia. Daí a iniciativa de elaboração do trabalho que ora se conclui: a tese de doutorado aqui apresentada ateve-se para as bases da normalização das violações por parte do Estado brasileiro ou por parte de representantes do sistema econômico.

O foco nos povos indígenas, como o realizado, procurou investigar as origens para a vigência desse quadro. Trata-se dos primeiros colonizados em solo brasileiro em decorrência da invasão europeia ao que se chamou de Novo Mundo, cuja exploração sofrida prontamente naturalizou-se, de forma semelhante a que sucede nos dias atuais.

Dessa circunstância, o estudo específico da mobilização dos Tupinambá, mormente os da Serra do Padeiro, pareceu o adequado. A coragem de um povo, como o das proximidades de Olivença, que luta contra os estereótipos impostos aos colonizados e contra uma defesa falaciosa dos pobres (os pequenos proprietários), em uma área explorada pela propriedade concentrada nas mãos de poucos desde os momentos iniciais da colonização

européia, chamou a atenção por simbolizar o fundamento da exploração sobre os povos indígenas há séculos: o poder do capitalismo globalizado, a se impor por uma distribuição de propriedade individual e por uma estrutura de divisão de trabalho eminentemente racistas.

A tese iniciou-se, então, pela descrição dos próprios Tupinambá. Para se atingir esse escopo, foram inseridas diversas narrativas manifestadas pelos indígenas estudados, obtidas em visitas realizadas ao local do conflito ou em documentários disponíveis ao público.

Tais falas, que se somaram a estudos históricos, antropológicos e sociológicos acerca do processo colonialista em questão, revelaram quem são os indígenas examinados; evidenciaram alguns de seus dramas que se prolongam ao longo dos séculos; mostraram, por outro lado, toda sua resistência que parece se fortalecer na medida em que o colonialismo avança e ganha novas formas com o passar dos anos.

Nesse aspecto, chamou a atenção a concomitante utilização de estratégias legais e extralegis de resistência, ora empregadas.

De um lado, a luta institucionalizada pela demarcação, tendo os Tupinambá demandado do Estado brasileiro, via Funai, a instauração e a conclusão do respectivo processo demarcatório. Este, após tramitação demasiadamente longa, encerrou-se com a observância das formalidades legais, concluindo pela necessidade de demarcação de grande parcela da terra solicitada, o que, contudo, não comoveu o Ministério da Justiça que se nega a expedir a portaria necessária para a formalização do ato.

De outro lado, a estratégia extralegal das retomadas das terras demarcáveis, evidenciando, aí, a capacidade de lideranças como o cacique Babau. Percebeu-se – e, nesse ponto, a leitura de estudos antropológicos somada à palavra dos próprios Tupinambá foi fundamental – que tal prática não teve como único escopo constranger o Estado brasileiro a concluir a demarcação demandada; objetivou, principalmente, proporcionar o cuidado da terra tradicionalmente habitada pelos próprios indígenas e,

segundo sua crença, pelas entidades espirituais ou extra-humanas conhecidas como encantados.

Tanto em relação às estratégias legais quando em relação às extralegais, verificou-se que a resposta do poder estatal, aparelhado pelo capitalismo globalizado, tem consistido na manutenção do colonialismo. É assim que deve ser entendida a omissão do Ministério da Justiça em publicar a portaria demarcatória da terra demandada pelos indígenas.

Em sendo a prática colonialista a resposta do poder perante os Tupinambá, foi verificado que se trata de uma resposta dotada de um elemento subjetivo e de um elemento objetivo. O primeiro, o consenso social à exploração, obtido pelo trabalho de hegemonia; o segundo elemento, a força do Estado, utilizada quando não obtido o consenso.

Em ambos os casos de manifestação do poder, têm-se justificativas oficiais proporcionadas por um discurso, de caráter dominante.

Em tal ponto da pesquisa, a formulação de estudo teórico que coligiu a sociologia crítica gramsciana, o pós-colonialismo latino-americano e análises críticas da estrutura jurídica brasileira, sem olvidar os exames de Boaventura Santos, revelou-se fundamental. A metodologia interdisciplinar adotada possibilitou que fossem encontradas características gerais do discurso do poder, responsável pela justificativa oficial da histórica exploração sobre os povos indígenas, naturalizando-a.

Intitulou-se mencionado discurso de *moderno eurocêntrico*. Moderno por ter origem no chamado processo histórico da modernidade, emergido a partir das ideias iluministas; eurocêntrico por ser baseado em uma perspectiva de saber oriunda da Europa ocidental, considerando-a como o centro mundial do conhecimento.

Dessa forma, levando em conta a promessa de equilíbrio regulatório e emancipatório do mesmo discurso, delinearam-se suas características gerais pela defesa incondicionada da propriedade individual e pela lógica dualista evolucionista.

Verificou-se que a defesa incondicionada da propriedade individual, normativamente tida como sagrada desde a Revolução Francesa de 1789, gera, entre grupos dominantes e dominados, uma mentalidade proprietária, que torna o domínio individual a verdadeira vida das pessoas. Como, então, compreender aqueles que perduram, como os Tupinambá, em um modo de vida sócio-comunitário, fazendo o uso coletivo da terra?

De fato, da pesquisa realizada, tornou-se possível constatar que não se quer compreender. O discurso dominante quer, na verdade, justificar, ao final, a destruição de qualquer modo de vida que não siga uma razão privatista, enxergando demandas, como as dos indígenas das proximidades de Olivença, verdadeiras afrontas à sua lógica.

Por sua vez, percebeu-se que a característica do dualismo evolucionista, produto da teorização do contrato social divisor de duas fases da humanidade (o estado de natureza e o estado civil), origina o histórico binarismo do discurso hegemônico entre sociedades atrasadas e sociedades evoluídas. Fixam-se, assim, as sociedades indígenas na primeira categoria e as sociedades ocidentais, na segunda.

A pesquisa evidenciou que tal característica termina por ensejar um discurso universalista, de índole messiânica, útil ao expansionismo inerente ao capitalismo globalizado. Tal discurso baseia a imposição forçada do saber branco a todas as raças, como se a dominação fosse vantajosa também para os dominados, inserindo-os, porém, à apropriação e violência típica de um estado de natureza hobbesiano: é o que sucede com os Tupinambá, que, ainda que amparados pelas normas jurídicas, sequer recebem uma resposta oficial acerca de sua demanda demarcatória.

Alcançou-se, então, a importância dos direitos, mais especificamente dos Direitos Humanos, como instrumento messiânico e hegemônico deste início de século XXI. A defesa de imposição de valores universais a todos os povos, na forma de documentos jurídicos nacionais e transnacionais, tem justificado incursões militares imperialistas no pós-

Guerra Fria, sem prejuízo da manutenção de velhas formas de colonialismo, como o incidente sobre os povos indígenas.

De outro lado, percebeu-se que os Direitos Humanos têm sido, paradoxalmente, utilizados na forma de reivindicações por parte dos grupos historicamente subalternos. As analisadas lutas dos Tupinambá amoldam-se a tal uso, manifestando-se na forma de demandas em favor da efetivação dos direitos destinados aos povos indígenas, os quais se contrapõem ao dogma da propriedade individual (por legitimar o uso coletivo da terra) e ao dualismo evolucionista da modernidade eurocêntrica (por legitimar um outro saber que não o Ocidental).

Um enquadramento como o acima mencionado somente se concretizou porque o estudo não se prendeu a uma dogmática jurídica acrítica, a ignorar o caráter histórico dos valores normatizados. Na verdade, a pesquisa fez uso de estudos críticos, em sua maioria oriundos de autores de países periféricos (a sofrerem na pele o uso hegemônico dos valores legalizados), que, dialogando com a Sociologia Jurídica igualmente crítica de Boaventura Santos, possibilitou compreender esse caráter contraditório dos direitos, concomitantemente excludente e inclusivo.

Em tais termos, constatou-se que, sem embargo do processo histórico de legalização de direitos que possibilitou o reconhecimento oficial de demandas de índole coletiva, ainda prevalece o respectivo uso individualista. Isso, como se as normas jurídicas consagrassem a ortodoxia liberal das revoluções burguesas do século XVIII.

Daí a utilização dos direitos para o discurso hegemônico: valores legalizados como a liberdade de expressão e a propriedade individual são instrumentalizados para justificar a defesa da superioridade da sociedade capitalista nascida na Europa ocidental, pretensamente baseada no mérito da aquisição de patrimônio privado e na tolerância perante os diferentes. Olvidam-se, dessa forma, do caráter eminentemente formal da igualdade burguesa e da intolerância de práticas colonialistas históricas.

Tais circunstâncias, por outro lado, não impedem que povos indígenas, como os Tupinambá, perdurem a fazer uso dos direitos como uma de suas estratégias de luta, ainda que reconheçam a insuficiência, por si sós, de valores legalizados. Por isso, aliás, a concomitante utilização de instrumentos que caminham para além da legalidade, como a retomada de terras.

Dessa persistente luta contra - hegemônica, a tese focou, mais detidamente, a resposta colonialista das estruturas do poder contra os Tupinambá, justificada pelo discurso hegemônico.

Nesse aspecto, verificou-se, primeiramente, a resposta do elemento subjetivo do poder, pela construção do consenso social às práticas opressoras que subsistem naturalizadas no presente início de século. Diante de um conflito, como o que sucede em torno de Olivença, cuja gravidade chamou a atenção das empresas de comunicação, procurou-se verificar como o discurso veiculado pela mídia colabora para o silêncio da sociedade perante o verdadeiro estado de natureza, simbolizado por torturas e assassinatos, a que os Tupinambá se encontram submetidos.

Para isso, servindo-se da teoria dos filtros de Herman e Chomsky, os meios de comunicação foram reconhecidos como importantes aparelhos de hegemonia do sistema dominante, posição obtida a partir de mecanismos de filtragem que determinam os fatos que podem e que não podem ser divulgados. Reconheceu-se, ainda, a partir de teorias oriundas da Comunicação Social, que o conteúdo veiculado por tais aparelhos logra pautar e enquadrar os debates públicos e ainda cultivar valores suficientes para produzir a mentalidade proprietária discursada em termos hegemônicos.

Diante da vigência do direito à liberdade de expressão, consagrada no Brasil em sede constitucional, seria possível pensar na presença de uma cobertura jornalística plural acerca do conflito, apta a atenuar as possibilidades de influência, obtidas historicamente pelos meios de comunicação, sobre o comportamento do público. Percebeu-se, contudo, a presença de falas e escritos midiáticos uniformes, no sentido de criminalizar

as estratégias extralegais dos Tupinambá de retomadas de terras que lhes foram historicamente usurpadas e de ignorar as estratégias legais objetivando a demarcação dessas mesmas áreas.

Para se alcançar tal percepção, foi de grande importância a adoção primordial do método da Análise Crítica do Discurso (ACD), sustentada por Van Dijk. A pesquisa realizada considerou a formulação teórica do autor em elevar o discurso dos meios de comunicação à qualidade de um discurso do poder, apto a legitimar violações decorrentes das desigualdades entre grupos dominantes e subalternos.

A uniformidade ideológica do discurso midiático verificada envolveu desde um pequeno *blog* de Município do interior da Bahia até as publicações do maior império midiático da América Latina; envolveu também desde as mídias tradicionais, como os impressos, a rádio e a televisão, até as formas contemporâneas de comunicação presentes na rede mundial de computadores. Em todos os casos, a ACD permitiu vislumbrar a veiculação de um discurso único dotado da presença dos dois, acima citados, principais elementos que caracterizam o discurso moderno eurocêntrico: a defesa incondicionada da propriedade individual e o dualismo evolucionista.

A consideração midiática da estratégia das retomadas como meras invasões de terra, a criminalização de lideranças Tupinambá por delitos contra patrimônio privado, a desconsideração do modo de vida sócio comunitário dos povos indígenas e a enganosa tese de haver, nas proximidades de Olivença, um conflito envolvendo apenas pessoas pobres, propagadas pelos meios de comunicação, evidenciaram a defesa incondicionada da propriedade individual, a base do sistema capitalista. Nada se falou de cumprimento da função social da propriedade, mormente sobre terras abandonadas pelos não-índios ou que foram instrumentos de opressão ao longo dos séculos.

A negativa da identidade étnica, pelo fato dos Tupinambá não se assemelharem ao índio estereotipado pelos grupos dominantes, revelou a presença da característica dualista evolucionista do discurso da

modernidade eurocêntrica. A ACD realizada permitiu perceber que, tal como sucede desde os primeiros tempos da colonização branca, os povos indígenas são midiaticamente colocados como seres estáticos e ultrapassados, de modo que não podem apresentar costumes ou aparência diversa da existente no século XVI, sob pena de não serem considerados indígenas.

Com base nessa defesa incondicionada da propriedade privada e nessa lógica dualista evolucionista, a propaganda da mídia caracteriza os Tupinambá como verdadeira associação criminosa, disfarçada de indígena, constituída para a tomada da propriedade individual alheia. Assim, segundo o raciocínio divulgado, a eles não assiste à demarcação de terras, por se cuidar de direito reservado ao índio estereotipado; aos povos das proximidades de Olivença cabem apenas o abandono da vingança privada ou a atividade repressiva do Estado.

É verdade que a tese citou uma publicação nacional, que divulgou matérias contra - hegemônicas, apontando primordialmente o ponto de vista dos Tupinambá. Contudo, notou-se que a presença de uma publicação dessa espécie, ainda que fundamental para se proporcionar um outro olhar sobre os conflitos examinados, termina por legitimar o discurso moderno eurocêntrico, já que proporciona a aparente tolerância propagada pelo Ocidente a supostamente revelar a superioridade do saber branco em relação ao das raças objetos de colonialismo.

Concluído o exame da cobertura da mídia, verificou-se, em um segundo momento, a resposta discursiva às demandas Tupinambá por parte do elemento objetivo do poder, a força.

Em se tratando de falas e escritas oriundas do próprio aparelho estatal, instrumentalizado pelo capitalismo globalizado, não seria de se esperar a ausência de discursos colonialistas em relação a tais indígenas, já que aqui, em princípio, não se cogita de liberdade de expressão em favor de particulares. Consideram-se, na realidade, falas e escritos oficiais por parte de quem, ao longo dos séculos, capitaneou a exploração daqueles que habitavam a América anteriormente à invasão europeia.

Sob o raciocínio exposto, sequer haveria necessidade uma ACD sobre o discurso do Estado. O resultado apurado seria óbvio.

Justamente para não cair em tal armadilha, a pesquisa centrou-se no discurso do poder manifestado em decisões judiciais. Em outras palavras, atos oriundos de uma função do Estado - a função jurisdicional -, mas manifestada por juízes que, no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro, são titulares da independência funcional, podendo decidir em desconformidade às estruturas do poder a que pertencem.

Em assim sendo, seria possível considerar outros discursos para além do velho colonialismo imposto aos indígenas. Seria possível cogitar, até mesmo, na efetivação de leituras emancipatórias dos direitos coletivos atribuídos a tais povos, especialmente relacionados à tão esperada demarcação da TI Tupinambá de Olivença.

O fato, contudo, é que tais possibilidades não foram verificadas. Mais uma vez, a metodologia da ACD revelou-se de suma importância.

O emprego de tal método corroborou que - das decisões proferidas por juízes substitutos recém-ingressos na magistratura até os atos decisórios de experientes ministros de tribunais superiores e das decisões oriundas da jurisdição civil àquelas oriundas da jurisdição penal - em geral, nada se fala de legitimação de uso coletivo da terra, de modo de vida sócio-comunitário ou de terras tradicionalmente ocupadas por índios. O que se têm são falas prevalentemente uniformes em não admitir estratégias de retomadas de terras abandonadas pelo não-índio e de proteção daqueles que representam o sistema econômico globalmente hegemônico na região do conflito.

Vislumbrou-se, destarte, a presença das mesmas características do discurso da modernidade eurocêntrica: novamente, a defesa incondicionada da propriedade individual e a lógica dualista evolucionista.

A defesa incondicionada da propriedade individual revela-se a despeito da Constituição brasileira, documento que deveria guiar os

membros do Judiciário em suas decisões, sancionar a função social da propriedade.

Tal mandamento, entretanto, é desconsiderado. As decisões examinadas não ponderam eventual abandono da terra quando do período da vassoura-de-bruxa ou do uso secular das fazendas de cacau da região do conflito como instrumentos de exploração sobre a população nativa.

Ainda que alguns magistrados façam uso da expressão *balanceamento de direitos*, ao final, o que se tem presente é a prevalência absoluta da propriedade individual, independente da forma predatória pela qual é utilizada. Aos Tupinambá, por violarem tal valor, restam o mandado possessório e o mandado de prisão (ainda que, ao menos até a data do depósito desta tese, lideranças como Babau sequer tenham sido denunciadas criminalmente).

O dualismo evolucionista aparece, mais uma vez, na dúvida ou na efetiva negativa da identidade étnica dos Tupinambá. Embora, na maioria das vezes, não se fale abertamente ou de modo tão enviesado como o fazem empresas de comunicação, o Judiciário reserva aos indígenas o mesmo lugar atribuído pelo discurso hegemônico às sociedades tidas por estáticas e, portanto, atrasadas.

Sendo os atuais Tupinambá oriundos de processo de miscigenação forçada sucedido ao longo dos séculos, que não o fazem parecer-se com o indígena estereotipado, o Judiciário termina por negar o direito à demarcação. Pouco importa o ordenamento jurídico em vigor autorizar a autodeclaração como critério para a consideração do sujeito de direito indígena: um boleto de pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural passa a ter valor probatório superior ao sentimento de pertencer a comunidades colonizadas desde os primeiros anos da chegada do europeu na Bahia.

Tem-se, assim, verdadeiro ativismo judicial conservador. A leitura dos direitos escritos e reconhecidos pelo aparelho estatal dá-se por

interpretações judiciais que impedem que o pilar moderno da emancipação alcance os indígenas.

Percebeu-se que a independência funcional, atribuída aos juízes brasileiros, aparece como mero verniz a proporcionar a aparência de tolerância interna aos membros componentes das estruturas do Estado brasileiro. Não impede, entretanto, a ausência real de pluralismo: a divergência, de tão diminuta, não incomoda os que, de fato, dirigem o poder; pelo contrário, em que pese sua importância para uma sociedade democrática, legitima a dominação baseada na pretensa tolerância da sociedade Ocidental.

Diante de tudo isso, é que se conclui pela confirmação da hipótese levantada no início desta tese, no sentido de haver semelhança intensa nos discursos midiáticos e judiciais manifestados acerca dos conflitos pela TI Tupinambá de Olivença. Afinal, tais discursos encontram-se inseridos na mesma estrutura: a estrutura do poder do capitalismo globalizado, contra quem os povos indígenas lutam desde os primeiros anos da exploração europeia.

Em tais termos, práticas históricas colonialistas continuam a ser justificadas por falas e escritas homogêneas, de índole moderna eurocêntrica, que levam à inserção de indígenas que ousam lutar por seus direitos à qualidade de bravios, podendo, pois, ser retirados de circulação por medidas coercitivas, como ordens possessórias e de prisão.

Lembra-se novamente: tudo isso, a despeito da liberdade de expressão a possibilitar coberturas jornalísticas diversas nos meios de comunicação e da independência funcional a permitir o pluralismo de decisões no Judiciário.

Entende-se, melhor agora, o ponto de vista de Babau quando afirmou, em declaração citada nas primeiras linhas escritas na presente tese, que o Judiciário segue as ordens da imprensa nos decretos de prisão. As falas e escritos midiáticos e judiciais revelam-se, de modo prevalente, de grande semelhança.

A confirmação da hipótese não encerra os problemas que advém de estudo que relacionou mídia e Judiciário. Novas questões podem emergir da confirmada semelhança de discursos, os quais não se resolvem em uma única tese.

Nesse sentido, pode-se questionar o grau de influência recíproco na relação entre meios de comunicação e atividade jurisdicional; se há prevalência na influência de um sobre o outro; se a eventual mudança de discurso de um poderia ensejar a mudança do discurso do outro, em que pese ambos se inserirem nas mesmas estruturas do poder do sistema econômico dominante.

Os questionamentos que restam, como se vê, não são poucos. Espera-se que a tese aqui apresentada instigue a realização de novos trabalhos a se ocuparem de uma relação fundamental ao sistema supostamente democrático que diz admitir pluralismo, mas que, via de regra, manifesta-se uniformemente por um discurso não diverso daquele que se manifestava no início da exploração europeia no continente americano.

De toda forma, do estudo realizado já é possível perceber que a efetivação de direitos de índole solidária, como os atribuídos aos povos indígenas, requer a não hierarquização dos saberes, a eliminação de estereótipos e a admissão de modos de vida não fundados na razão privatista. Requer a tolerância, não a meramente discursada, mas a realizada.

Daí a importância da democratização do sistema de comunicação do Brasil, superando o sistema oligopolista e empresarial, ora prevalecentes, em favor da legitimação de outros usos da mídia, mormente o comunitário. Daí a importância, também, da democratização do Judiciário pela possibilidade de composição plural da magistratura brasileira (juízes das mais diversas raças, experiências e visões de mundo, oriundos de sistema de ensino que faça prevalecer a crítica sobre o comodismo a naturalizar as violações) e pela admissão de novos sistemas de justiça para além daquele construído pelo Estado de Direito, que possam legitimar o pluralismo jurídico em favor de povos que não vivem sob a lógica do poder capitalista.

Tudo que se apontou são caminhos necessários para que direitos coletivos suplantem a mera escrita e ingressem no cotidiano das pessoas, levando a violação a não ser mais naturalizada por discursos uniformemente colonialistas. A presente pesquisa pode, assim, auxiliar na concretização dos direitos, especialmente em favor de quem não faz uso especulativo de um pedaço de terra.

Nada mais esclarecedor do que as palavras do cacique Babau, ditas verbalmente quando da visita realizada em 2014, para fechar a tese que ora se encerra, resumindo toda a lógica que se pretendeu sustentar: “Porque a terra eu não negocio; eu não converso terra”.

REFERÊNCIAS⁸¹

ALARCON, Daniela. **O retorno da terra: as retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia**. 2013. 272f. Dissertação de mestrado. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013a.

____. O retorno à terra dos tupinambás. **Carta Capital**, São Paulo, 23 out. 2013b. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-retorno-a-terra-dos-tupinambas-5708.html>>. Acesso em: 23 out. 2013.

____. “A luta está no sangue e, além disso, os caboclos empurram”: participação de seres não humanos nas retomadas de terras na aldeia Tupinambá de Serra do Padeiro, Bahia. **Revista brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, Brasília, v. 13, n. 2, p. 212- 246, 2014.

____ ; COUTO, Patrícia. Os índios Tupinambá e a cobertura enviesada. **Observatório da imprensa**, São Paulo, n. 791, 25 mar. 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed791_os_indios_tupinamba_e_a_cobertura_enviesada>. Acesso em: 24 mar. 2014.

____. A brutalidade dos coronéis e as histórias dos Tupinambá. **Carta Capital**, São Paulo, 28 jan. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-milanez/a-brutalidade-dos-coroneis-e-as-historias-dos-tupinamba-4487.html>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

ALMEIDA, Ângela Mendes. Raízes históricas da violência policial. **Juízes para a Democracia: publicação oficial da Associação Juízes para a Democracia**, São Paulo, n. 63, p. 12, mar-maio 2014.

ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Ribeiro de; ANDRADE, Thales Novaes de. Publicidade e ambiente: alguns contornos. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. X, n. 1, p. 107-120, jan./jun. 2007.

⁸¹ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

ANDERSON, Perry. **Las antinomias de Antonio Gramsci: Estado y revolución en Occidente**. Barcelona: Editorial Fontamara, 1981. 68p.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A colonização da justiça pela justiça penal: potencialidades e limites do judiciário na era da globalização neoliberal. **Katálisis**, Florianópolis, v.9, n.1, p. 11-14, jan./jun. 2006.

AZENHA, Luiz Carlos. Tudo de novo, igualzinho a 2006. **Vi o mundo**, São Paulo, 11 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/arquivo/opinioao/tudo-de-novo-igualzinho-a-2006>>. Acesso em: 11 mar. 2010.

AZEVEDO, Reinaldo. Pagando mico – o falso índio que deu truque em Lula e em Dilma. **Revista Veja**, São Paulo, 03 jun. 2013. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/pagando-mico-o-falso-indio-que-deu-truque-em-lula-e-em-dilma/>. Acesso: 03. jun. 2013.

BARBOSA, Samuel. Constituição, democracia e indeterminação social do direito. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 96, p. 33-46, jul. 2013.

BARROS NETO. Invasão do hotel foi por ‘Ibope”, diz cacique. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 abr. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/103983-invasao-de-hotel-foi-por-ibope-diz-cacique.shtml>>. Acesso: 14 abr.2013.

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. 427p.

BAXI, Upendra. Politics of reading human rights: inclusion and exclusion within the production of human rights. In: MECKELED-GARCÍA, Saladin; ÇALI, Basak. **The legalization of human rights: multidisciplinary perspectives on human rights and human rights law**. [recurso eletrônico]. New York: Routledge, 2006. p. 167-184.

BLANCO, Hugo. **Nosotros los índios**. Lima: Ediciones Herramienta y Ediciones La Minga, 2010. 202p.

BOCCHINI, Bruno. Pesquisa mostra que 58% da população brasileira usam a internet. **Agência Brasil**, Brasília, 13 set. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2016-09/pesquisa-mostra-que-58-da-populacao-brasileira-usam-internet>>. Acesso em 13 set. 2016.

BONFIL BATALHA, Guillermo. El concepto de indio en América: una categoría de la situación colonial. **Anales de Antropología**, UNAM, México, vol. 9, p. 105-124, 1972.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 412p.

BORTOLUCI, José Henrique. Para além das múltiplas modernidades: eurocentrismo, modernidade e sociedades periféricas. **Plural: revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 53-80, 2009.

CAPIBERIBE, Artionka; BONILLA, Oirara. A ocupação do Congresso: contra o quê lutam os índios? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 293-313, jan/abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000100293>. Acesso em: 24 abr. 2017.

CARVALHO, Maria Rosário; SOUZA, Jurema Machado de Andrade. Povos indígenas no Brasil: Pataxó Hãhãhãe. **Instituto Socioambiental**, São Paulo, maio 2005. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/pataxo-ha-ha-hae>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

CHAUÍ, Marilena. Saudação a Boaventura de Sousa Santos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; _____. **Democracia, direitos humanos e desenvolvimento**. [recurso eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2014. posição 205-414.

COLLING, Leandro. Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 14, p. 88-101, abril 2001.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2006a. 577p.

_____. **Ética: direito, moral e religião no mundo moderno**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006b. 716p.

_____. Para que o povo tenha a palavra. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, n. 587, 27 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=587CID002>>. Acesso em: 27 abr. 2010.

_____. **A civilização capitalista: para compreender o mundo em que vivemos**. São Paulo: Saraiva, 2013. 312p.

_____. O Poder judiciário no Brasil. **Cadernos Ideias: Instituto Humanitas da Universidade do Vale do Rio Sinos**, São Leopoldo, v. 13, n. 222, p. 3-28, 2015.

COMTE, Auguste. Curso de filosofia positiva. **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, p. 7-302, 1973.

CONCEIÇÃO, Claudio da. Mais três fazendas invadidas em Ilhéus. **Macuco News**, Buerarema, 19 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.macuconews.com.br/2011/08/mais-tres-fazendas-invadidas-em-ilheus.html>>. Acesso: 10 abr. 2015.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Com acusações contraditórias, PM prende cacique Babau e irmão na Bahia**. Brasília, 7 abr. 2016. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=8648&action=read>. Acesso em: 7 abr. 2016.

CORRÊA, Edson Luiz Pizzigatti; ALMEIDA JÚNIOR, Antônio Ribeiro de. As mensagens sobre água no telejornal EPTV. **Estudos em jornalismo e mídia**

da **Universidade Federal de Santa Catarina**, Florianópolis, vol. 3, n. 2, p. 25-40, 2006.

COUTINHO; Leonardo; PAULIN, Igor; MEDEIROS, Julia. A farra da antropologia oportunista. **Revista Veja**, São Paulo, n. 2163, p. 154-161, 5 mai. 2010.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Apresentação. In: MENDES JÚNIOR, João. **Os indígenas do Brasil: seus direitos individuais e políticos**. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988, p. 1-2.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O poder dos juízes**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 166p.

_____. Índios, vítimas da imprensa. **Observatório da imprensa**, São Paulo, n. 687, 27 mar. 2012. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed687_indios_vitimas_da_imprensa>. Acesso em: 27 mar. 2012.

DEFLEUR, Melvin; BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da comunicação de massa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 397p.

DONNELLY, Jack. The virtues of legalization. In: MECKELED-GARCÍA, Saladin; ÇALI, Basak. **The legalization of human rights: multidisciplinary perspectives on human rights and human rights law**. [recurso eletrônico]. New York: Routledge, 2006. p. 61-74.

EISENHARDT, Christopher; JOHNSTONE, Barbara. Análise do discurso e estudos retóricos. **Revista eletrônica em estudos integrados em discursos e argumentação**, Ilhéus, n. 4, p. 112-126, jun. 2013.

EWICK, Patricia; SILBEY, Susan. **The common place of law: stories from everyday life**. [recurso eletrônico]. Chicago: The University of Chicago Press, 1998. 319p.

FAJARDO, Raquel Z. Yrigoyen. Os 20 anos da Convenção 169 da OIT: balanço e desafios da implementação dos direitos dos Povos Indígenas na América Latina. In: VERDUM, Ricardo. **Povos indígenas: constituições e reformas políticas na América Latina**. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2009, p. 9-62.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007. 431p.

FONSECA, Francisco. **O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2005. 461p.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Os índios do século 21. **Observatório da imprensa**, São Paulo, n. 698, 12 jun. 2012. 1p. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed698_os_indios_do_seculo_21>. Acesso em: 12 jun. 2012.

FUKUYAMA, Francis. **The end of the history and the last man**. New York: The Free Press Inc, 1992. 418p.

_____. **A construção de Estados: governação e ordem mundial no século XXI**. Lisboa: Gradiva, 2006. 148p.

GARAVITO, César; ARENA, Luis Carlos. Indigenous Rights, Transnational Activism, and Legal Mobilization: the Struggle of the U'wa People in Colombia. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ-GARAVITO, César. **Law and Globalization from Below: Towards a Cosmopolitan Legality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 241-265.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno: una redefinición. In: BORÓN, A; AMADEO J; GONZÁLEZ, S. **La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 409-434.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. 244p.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2007. 391p.

_____. **Por que tenho medo dos juízes (a interpretação/aplicação do direito e os princípios)**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2014. 176p.

HELENO, Haroldo. Liderança Tupinambá é assassinada por pistoleiros na aldeia Serra das Trempes, BA. **Conselho Indigenista Missionário**, Brasília, 4 maio 2015. Entrevista. Disponível em: <http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=8095&action=read&page=25>. Acesso em 4 maio 2015.

HERMAN, Edward; CHOMSKY, Noam. **Manufacturing consent: the political economy of the mass media**. [recurso eletrônico]. New York: Pantheon Books, 2002. 10176 posições.

HERMES, Miriam. Cacique Babau é liberado após prisão preventiva em Ilhéus. **A tarde**, Salvador, 11 abr. 2016. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1760574-cacique-babau-e-liberado-de-prisao-preventiva-em-ilheus>>. Acesso em 11 abr. 2016.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. **Coleção Os Pensadores**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. 419p.

HOBBS, Eric. **The age of extremes: a history of the world: 1914-1991**. New York: Vintage Books, 1996a. 627p.

_____. **The age of revolution: 1879-1898**. New York: Vintage Books, 1996b. 356p.

_____. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 280p.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. São Paulo: Saraiva Editores, 1939. 112p.

KAPUR, Ratna. Revisioning the role of law in women's human rights struggles. In: MECKELED-GARCÍA, Saladin; ÇALI, Basak. **The legalization of human Rights: multidisciplinary perspectives on human rights and human rights law**. [recurso eletrônico]. New York: Routledge, 2006. p. 93-106.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. 152p.

LESTINGE, Roberto; ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Ribeiro de. Eletricidade no ar: a cobertura do Jornal nacional sobre as hidrelétricas do rio Madeira. **Teoria e pesquisa da Universidade Federal de São Carlos**, São Carlos, vol. 18, p. 151-179, 2009.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. 174p.

_____. As “brechas” legais do coronelismo eletrônico. **Aurora: Revista digital de arte, mídia e política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, São Paulo, n. 1, p. 113- 126, dez. 2007.

_____. **Liberdade de expressão x liberdade de imprensa: direito à comunicação e democracia**. São Paulo: Publisher Brasil, 2010. 157p.

LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o Governo. **Coleção Os Pensadores**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, p. 213-313, 1991.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. 257p.

MARQUES, José Frederico. **Manual de direito processual civil: teoria geral do processo civil**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. v.1. 400p.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013. 356p.

MCCOMBS; Maxwell; REYNOLDS, Amy. How the news shapes our civic agenda. In: BRYANT; Jennings; OLIVER, Mary Beth. **Media effects: advances in theory and research**. [recurso eletrônico]. 3rd ed. New York; London. Routledge, 2009. p. 1-15.

MASTRO, Dana. Effects of sex in the media. In: BRYANT; Jennings; OLIVER, Mary Beth. **Media effects: advances in theory and research**. [recurso eletrônico]. 3rd ed. New York; London. Routledge, 2009.p. 325-341.

MEDINA, Cremilda Araújo. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988. 188p.

MELATTI, Julio Cezar. Como Escrever Palavras Indígenas? **Revista de Atualidade Indígena**, Brasília, n. 16, p. 9-15, 1979.

MELO, Tarso de. **Ambigüidade e resistência: direito, política e ideologia na neoliberalização constitucional**. 2011. 104f. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

____. **Direito e ideologia: um estudo a partir da função social da propriedade rural**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2013. 206p.

____. Ser índio em tempos de mercadoria. **Editora Expressão Popular: na batalha das ideias**, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://editora.expressaopopular.com.br/noticia/batalha-das-ideias-ser-%C3%ADndio-em-tempos-de-mercadoria>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2007. 1063p.

MENDES JÚNIOR, João. **Os indígenas do Brasil: seus direitos individuais e políticos**. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988. 86p.

MESQUITA, Rivamar. O novo amanhecer. **Rádio Jornal Itabuna**, Itabuna, 04 jun. 2013.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007. 397p.

MOLINERO, Natalia Álvarez. From the theory of discovery to the theory of recognition of indigenous rights: conventional international law in search of homeopathy. In: MECKELED-GARCÍA, Saladin; ÇALI, Basak. **The Legalization of Human Rights: Multidisciplinary Perspectives on Human Rights and Human Rights Law**. [recurso eletrônico]. New York: Routledge, 2006, p. 152-166.

MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat. O espírito das leis. **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. v. 21. 569p.

MORAES, Dênis de. **Vozes abertas da America Latina: Estado, políticas públicas e democratização da comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2011. 207p.

MORGAN, Michel; SHANAHAN, James; SIGNORIELLI, Nancy. Growing up with television: cultivation processes. In: BRYANT; Jennings; OLIVER, Mary Beth. **Media effects: advances in theory and research**. [recurso eletrônico]. 3 ed. New York; London. Routledge, 2009. p. 34-49.

MOTT, Luiz. **Bahia: inquisição e sociedade**. Salvador: EDUFBA, 2010, 294p.

NASSIF, Luis. Abril tenta sufocar Luis Nassif. **Carta Maior**, São Paulo, 15 out. 2009, Disponível em: <
<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Abril-tenta-sufocar-Luis-Nassif/4/15407>>. Acesso em 15 out. 2009.

OLIVEIRA, Dennis. Jornalismo alternativo: um potencial para a radicalização da democracia. **Signo y pensamiento: Pontificia Universidad Javeriana**, Bogotá: vol. 30, p. 52-63, jan. - jun. 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma entonologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana** [online], Rio de Janeiro, vol.4, n.1, p. 47-77, 1998.

OLIVEIRA, Manoela Freire. **Significações históricas do “índio”: leituras da mídia impressa e da literatura**. 2005. 145f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

ORTIZ, Pedro. Dilemas e deságios da televisão pública na América Latina. In: MEDINA, Cremilda. **Liberdade de expressão, direito à informação nas sociedades latino-americanas**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2010, p. 75-94.

PACHECO, Rosely; PRADO, Rafael; KADWÉU, Ezequias. População carcerária indígena e o direito à diferença: o caso do Município de Dourados, MS. **Revista de Direito FGV**, São Paulo, p. 449-500, jul.-dez. 2011.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Marcellino José Alves: de índio a caboclo, de ‘Lampião Mirim’ a comunista, uma trajetória de resistência e luta no sul da Bahia. **XXV Simpósio Nacional de História**, Fortaleza, n. 25, 2009. 11p. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0575.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2015.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1970. V. 4: direitos reais. 327p.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais; Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005a. 142p.

____. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 9-31, set/dez., 2005b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/01.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

RICOEUR, Paul. **O justo ou a essência da justiça**. São Paulo: Instituto Piaget, 1995. 195p.

RIBEIRO, Ricardo; SAMUEL, Davidson. Tupinambás são acusados de invadir propriedade e atirar em mulher grávida. **Blog O Pimenta**, Itabuna, 21 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.pimenta.blog.br/2012/05/21/tupinambas-sao-acusados-de-invadir-propriedade-e-atirar-em-mulher-gravida/>>. Acesso: 10 abr. 2015.

ROCHA, Cinthia Creatini da. **“Bora vê quem pode mais”: uma etnografia sobre o fazer política entre os Tupinambá de Olivença (Ilhéus, Bahia)**. 2014. 302f. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. S . L: Ridendo Castigat Mores 9. edição eletrônica, 2002. 72p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2244>. Acesso em: 15 de agosto de 2013.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 370p.

SALOMON, Marta. Por milhões de dólares, índios vendem direitos sobre terras da Amazônia. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 mar. 2012. Disponível em: <<http://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,por-milhoes-de-dolares-indios-vendem-direitos-sobre-terras-da-amazonia,846761>>. Acesso: 10 mar. 2012.

SAMUEL, Davidson. A última do pimenta. **Blog O Pimenta**, Itabuna, 20 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.pimenta.blog.br/tag/davidson-samuel/>>. Acesso: 10 abr 2015.

_____. Ricardo Ribeiro deixa o Pimenta. **Blog O Pimenta**, Itabuna, 1 mar. 2015. Disponível em: < <http://www.pimenta.blog.br/2015/03/01/ricardo-ribeiro-deixa-o-pimenta/>>. Acesso: 1 mar. 2015.

SANCHES, Mariana. O Lampião Tupinambá. **Revista Época**, Rio de Janeiro, 26 nov. 2009. Disponível em: < <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI105789-15223,00-O+LAMPIAO+TUPINAMBA.html>>. Acesso: 10 abr 2015.

SANCHÉZ, Consuelo. Autonomia, Estados pluriétnicos e plurinacionais. In: VERDUM, Ricardo. **Povos indígenas: constituições e reformas políticas na América Latina**. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2009, p. 63-90.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução à sociologia da administração da justiça. **Revista crítica de ciências sociais**, Coimbra, n. 21, p. 11-44, nov. 1986.

_____. Um discurso para as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 46-71, maio/ago., 1988. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v2n2/v2n2a07.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2015.

_____. Os fascismos sociais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 set. 1998. Caderno 1, p. 2.

_____. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 376p.

_____. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 614p.

_____. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 678p.

____; GARAVITO, Cesar A. Law, politics and the subaltern in counter-hegemonic globalization. p. 1-26. In: _____. **Law and globalization from below**. Cambridge: Cambridge Studies in Law and Society, 2005, p. 1-26.

____. **Conocer desde el Sur: para una cultura política emancipatória**. Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Mayor de San Marcos, 2006. 114p.

____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Novos Estudos do CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 71-94, nov., 2007a. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2015.

____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo: 2007b. 127p.

____. **Sociologia Juridica Critica: para un nuevo sentido común en el derecho**. Bogotá: Editorial Tronta, 2009.

____. **Refundación del Estado en América Latina: perspectivas desde una epistemología del Sur**. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad; Programa Democracia y Transformación Global, 2010. 154p.

____. Democracia, direitos humanos e desenvolvimento. In: ____; CHAUÍ, Marilena. **Democracia, direitos humanos e desenvolvimento**. [recurso eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2014. posição 416-1816.

SANTOS, Cecilia MacDowell. Introdução: a mobilização transnacional do direito e a reconstrução dos direitos humanos. In: _____. **A mobilização transnacional do direito: Portugal e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos**. Coimbra: Edições Almedina, 2012. p. 13-27.

SHIVJI, Issa G. **Perspectives on Human Rights – An Introduction**. [s.l.], [s.d.]. 17p. Disponível em: <<http://www.rightstraining.fahamu.org/ocw/learning-for-change/introduction-to-human-rights/content/pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

SINGER, Paul. A cidadania para todos. In: PINSKY; Jaime; PINSKYM Carla. **História da cidadania**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 191-264.

STRECK, Lenio Luiz. O Estado Democrático de Direito e a (des)funcionalidade do Direito. In: _____. **Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do direito**. [recurso eletrônico]. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011. p. 1-46.

SUPIOT, Alain. **Homo Juridicus: ensaio sobre a função antropológica do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 283p.

TEWKSBURRY, David; SCHEUFELE, Dientram. News framing tehory and research. In: BRYANT; Jennings; OLIVER, Mary Beth. **Media effects: advances in theory and research**. [recurso eletrônico]. 3rd ed. New York; London: Routledge, 2009. p. 17-32.

TODOROV, Tzvetan Todorov. **Os inimigos íntimos da democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, 215 p.

VAN DIJK, Teun, A. Discurso, poder e acceso. **Revista a trave de ouro**, Santiago de Compostela, n. 4, p. 523-546, 1993. Disponível em: <<http://www.discursos.org/oldarticles/Discurso,%20poder%20e%20acceso.pdf>>. Acesso em 29 mar. 2016.

_____. Discurso de las elites y racismo institucional. In: LARIO, Manuel. **Médio de comunicación e inmigración**. Murica: CAM – Obra Social, 2006, p. 15-34. Disponível em: <<http://www.discursos.org/oldarticles/Discurso%20de%20las%20elites.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

VARGAS, Idón Moisés Chivi Vargas. Os caminhos da descolonização da América Latina: os povos indígenas e o igualitarismo jurisdicional na Bolívia. In: VERDUM, Ricardo. **Povos indígenas: constituições e reformas políticas na América Latina**. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2009, p. 151-166.

VERDUM, Ricardo. Povos indígenas no Brasil: o desafio da autonomia. In: _____. **Povos indígenas: constituições e reformas políticas na América Latina**. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2009, p. 91-112.

VIEGAS, Susana de Matos; PAULA, Jorge Luiz de. **Relatório Final Circunstanciado de Identificação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença**. Brasília: Fundação Nacional do Índio, 2009. 636p.

VILLA, Rafael Duarte; URQUIDI, Vivian Dávila. Venezuela e Bolívia: legitimidade, petróleo e neopopulismo. **Política Externa**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 63-77, 2006.

WILHELMI, Marco Aparício. Possibilidades e limites do constitucionalismo pluralista. Direitos e sujeitos na Constituição equatoriana de 2008. In: VERDUM, Ricardo. **Povos indígenas: constituições e reformas políticas na América Latina**. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2009, p. 135-150.

WOODIWISS, Anthony. The Law cannot be enough: humans rights and the limits of legalism. In: MECKELED-GARCÍA, Saladin; ÇALI, Basak (org.). **The Legalization of Human Rights: Multidisciplinary Perspectives on Human Rights and Human Rights Law**. [recurso eletrônico]. New York: Routledge, 2006. p. 30-44.

Textos da imprensa sem autoria indicada

AUDIÊNCIA debate conflito de terra no sul da Bahia; índios não comparecem. **G1**, Rio de Janeiro, 23 set. 2013. Disponível em: < <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/09/audiencia-debate-conflito-de-terra-no-sul-da-bahia-indios-nao-comparecem.html> >. Acesso em: 3 set. 2013.

BA: pessoas são coagidas a fazer cadastro pela FUNAI. **Rede Bandeirantes de Televisão**, São Paulo, 26 fev. 2014. Disponível em: < <http://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticia/100000666624/ba-moradores-sao-coagidos-a-fazer-cadastro-como-indios-.html> >. Acesso: 10 mar.. 2014.

CERCA de 70 índios tupinambás ocupam hotel em Uma, sul da Bahia. **TV Bahia**, Salvador, 8 abr. 2013. Disponível em: <<http://globoTV.globo.com/rede-bahia/bahia-meio-dia-salvador/v/cerca-de-70-indios-tupinambas-ocupam-hotel-em-uma-no-sul-da-bahia/2504482/>>. Acesso: 10 abr. 2015.

DEPUTADA volta a cobrar ações contra demarcação de terras no sul da Bahia. **Diário de Ilhéus**, Ilhéus, 31 de maio de 2014, p. 5.

ÍNDIOS ocupam oito fazendas no sul da Bahia. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 jan. 2006. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,indios-ocupam-oito-fazendas-no-sul-da-bahia,20060127p55169>>. Acesso: 10 abr. 2015.

JUSTIÇA expede mandados de prisão e apreensão de armas contra tupinambás. **Correio**, Salvador, 23 out. 2008. p. 8.

PESSOAS que se declaram índios tupinambás invadem hotel-fazenda na Bahia. **Rede Globo de Televisão**, Rio de Janeiro, 8 abr. 2014. Disponível em: <<http://globoTV.globo.com/rede-globo/bom-dia-brasil/v/pessoas-que-se-declaram-indios-tupinambas-invadem-hotel-fazenda-na-bahia/2503834/>>. Acesso: 10 abr. 2015.

PROTESTO de produtores rurais bloqueia BR-101. **A Tarde**, Salvador, 6 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.politicalivre.com.br/2009/06/protesto-de-produtores-rurais-bloqueia-br-101/>>. Acesso: 10 abr 2015.

SÓ restam as armas. **A Região**, Itabuna, 31 ago. 2013. Disponível em: <<https://campanhatupinamba.wordpress.com/so-restam-as-armas/>>. Acesso: 10 abr. 2015.

SUL da Bahia comemora a prisão de Babau. **A Região**, Itabuna, 11 mar. 2010. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/aregiao/2010/03/entry_1758.html>. Acesso: 10 abr. 2015.

Decisões judiciais

BAHIA. Justiça Estadual. Vara Única de Buerarema. **Processo 0000455-02.2010.805.0033**. Pedido de prisão preventiva. Requerente: Delegado da Polícia Federal. Requeridos: Rosivaldo Ferreira da Silva e Outros. Juiz: Antônio Carlos de Souza Hygino. Buerarema, 12 abr. 2010.

____. Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus 0006777-40.2010.805.0000-0**. Impetrante: Funai. Impetrado: Juízo da Comarca de Buerarema. Juiz: Jefferson Alves de Assis. Salvador, 11 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.radaroficial.com.br/d/5162510156038144>>. Acesso em: 6 set. 2017.

____. Justiça Estadual. Vara Única de Una. **Processo 0000064-82.2014.805.0267**. Pedido de prisão temporária. Requerente: Delegado da Polícia da Comarca de Una. Requeridos: Rosivaldo Ferreira da Silva e Outros. Juiz: Mauricio Álvares Barra. Una, 20 fev. 2014.

BRASIL. Justiça Federal. Vara Única de Ilhéus. **Processo 2006.33.01.000427-0**. Autor: Manoel Dias Costa. Réus: Índios da Tribo dos Tupinambás da Serra do Padeiro, União Federal e a Funai. Juíza: Raquel Alves de Lima. Ilhéus, 07 abr. 2006.

____. Justiça Federal. Vara Única de Ilhéus. **Processo 2006.33.01.000658-5**. Autor: João Felipe de Sabóia Orrico e Outro. Réus: Comunidade Tupinambá da Serra do Padeiro e Outros. Juiz: Pedro Alberto Calmon Holliday. Ilhéus, 01 ago. 2006.

____. Tribunal Regional Federal (1. Região). Suspensão de Segurança 2007.01.00.0059457-3. Requerente: Funai. Requerido: Juízo Federal da Subseção Judiciária de Ilhéus. Juíza: Assusete Magalhães. Brasília, 19 dez. 2007. Disponível em: <stf.jus.br/portal/diarioJustica/verDecisao.asp?numDj=17...01/02/...>. Acesso em: 6 set. 2017.

____. Justiça Federal. Vara Única de Itabuna. **Processo 2008.33.11-000275-6**. Autor: Eduardo Nogueira da Silva. Réus: Índios da Tribo dos Tupinambás e Outros. Juiz: João Paulo Pirôpo de Abreu. Itabuna, 22 abr. 2008.

____. Tribunal Regional Federal (1. Região). **Habeas Corpus 2008.01.00.055412-4/BA**. Impetrante: Ministério Público Federal. Impetrado: Juízo Federal da Subseção Judiciária de Ilhéus. Juíza: Assusete Magalhães. Brasília, 24 nov. 2008. Disponível em: <<https://trf-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/2302046/habeas-corpus-hc-55412-ba-20080100055412-4/inteiro-teor-100798681>>. Acesso em: 6 set. 2017.

____. Tribunal Regional Federal (1. Região). **Suspensão de liminar 2008.01.00.054977-7**. Requerente: Funai. Requerido: Juízo Federal da Subseção Judiciária de Ilhéus. Juiz: Tourinho Neto. Brasília, 17 abr. 2009. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/58370659/trf-1-28-08-2013-pg-214?ref=previous_button>. Acesso em: 6 set. 2017.

____. Justiça Federal. Vara Única de Ilhéus. **Processo 2009.33.01.000911-5**. Pedido de prisão preventiva. Requerente: Delegado da Polícia Federal. Requerido: Rosivaldo Ferreira da Silva. Juiz: Pedro Alberto Calmon Holliday. Ilhéus, 03 ago. 2009.

____. Tribunal Regional Federal (1. Região). **Agravo Regimental 2008.01.054977-7**. Requerente: Funai. Requerido: Juízo Federal da Subseção Judiciária de Ilhéus. Juiz: Jirair Aram Meguerian. Brasília, 01 nov. 2009.

____. Justiça Federal. Vara Única de Ilhéus. **Processo 2010.33.01.000173-4**. Autor: Manoel Dias Costa. Réus: os Índios da Tribo dos Tupinambás e Outros. Juiz: Pedro Alberto Calmon Holliday. Ilhéus, 14 dez. 2010.

____. Justiça Federal. Vara Única de Ilhéus. **Processo nº 271-49.2011.4.01.3301**. Pedido de prisão preventiva. Requerente: Delegado da Polícia Federal. Requerida: Maria Valdelice Amaral de Jesus. Juíza: Karina Costa Carlos da Silva. Ilhéus, 28 jan. 2011.

____. Tribunal Regional Federal (1. Região). **Suspensão de liminar 2010.33.01.000173-4**. Requerente: Funai. Requerido: Juízo Federal da Subseção Judiciária de Ilhéus. Juiz: Olindo Menezes. Brasília, 29 set. 2011. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/37434253/trf-1-30-05-2012-pg-20>>. Acesso em: 6 set. 2017.

____. Superior Tribunal de Justiça. **Suspensão de liminar 1.493-BA (2011/0307247-9)**. Requerente: Funai. Requerido: Tribunal Regional Federal (1. Região). Juiz: Ari Pargendler. Brasília, 02 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI147584,11049-Terras+em+litigio+nao+podem+ser+reintegradas+antes+que+haja>>. Acesso em: 6 set. 2017.

____. Tribunal Regional Federal (1. Região). **Suspensão de liminar 2006.33.01.000654-0**. Requerente: Funai. Requerido: Juízo Federal da Subseção Judiciária de Ilhéus. Juiz: Mário César Ribeiro. Brasília, 19 dez. 2013. Disponível em: <stf.jus.br/portal/diarioJustica/verDecisao.asp?numDj=17...01/02/...>. Acesso em: 6 set. 2017.

____. Supremo Tribunal Federal. **Suspensão de liminar 785 BA**. Requerente: Procurador Geral da República. Requerido: Tribunal Regional Federal (1. Região). Juiz: Joaquim Barbosa. Brasília, 20 maio 2014.

____. Justiça Federal. Vara Única de Itabuna. **Processo 1825-23.2010.4.01.3311**. Autor: Ministério Público Federal. Réu: União Federal. Juíza: Maízia Seal Pamponet. Itabuna, 31 out. 2014.

____. Supremo Tribunal Federal. **Agravo Regimental na suspensão de segurança nº 5049-BA**. Recorrente: Espólio de Clementina Pompa da Silva. Recorrido: Funai. Juiz: Ricardo Lewandowski. Brasília, 22 out. 2015.

____. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula 140**. Brasília, 26 out. 2015. Disponível em: <<http://www.legjur.com/sumula/busca?tri=stj&num=140>>. Acesso em 26 out. 2015.

____. Justiça Federal. Vara Única de Ilhéus. **Processo nº 003770-02.2015.4.01.3301**. Autor: Areal Bela Vista Ltda – EPP. Réus: os Índios da Tribo dos Tupinambá de Olivença. Juiz: Lincoln Costa. Ilhéus, 12 jan. 2016.

____. Superior Tribunal de Justiça. **Liminar em mandado de segurança nº 20.683-DF - 2013/0410834-0**. Impetrante: Associação dos Pequenos Agricultores, Empresários e Residentes na Pretensa Área Atingida pela

Demarcação de Terra Indígena de Ilhéus, Una e Buerarema. Impetrado: Ministro da Justiça. Juiz: Nunes Maia Filho. Brasília, 05 abr. 2016.

____. Justiça Federal. Vara Única de Ilhéus. **Processo nº 1120-45.2016.4.01.3301**. Pedido de prisão preventiva. Requerente: Delegado da Polícia Federal. Requerido: Rosivaldo Ferreira da Silva e Outros. Juiz: Lincoln Pinheiro Costa. Ilhéus, 08 abr. 2016.

____. Superior Tribunal de Justiça. **Mandado de segurança nº 20.683-DF - 2013/0410834-0**. Impetrante: Associação dos Pequenos Agricultores, Empresários e Residentes na Pretensa Área Atingida pela Demarcação de Terra Indígena de Ilhéus, Una e Buerarema. Impetrado: Ministro da Justiça. Juiz: Nunes Maia Filho. Brasília, 14 set. 2016.

Diplomas normativos e documentos oficiais

BRASIL. **Código Penal**. Decreto Lei 2848 de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 30 ago. 2010.

____. **Código de Processo Penal**. Decreto Lei 3689 de 3 de outubro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm>. Acesso em: 30 ago. 2010.

____. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil de 2 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 30 ago. 2017.

____. **Código Civil**. Lei 10406 de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm#art2045>. Acesso em: 30 ago. 2017.

____. **Decreto 1775 de 8 de janeiro de 2006**. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1775.htm>. Acesso em: 30 ago. 2017.

____. **Processo de Identificação e Delimitação de Terra Indígena n. 08620 001523**. Brasília: Fundação Nacional do Índio, 2008.

____. **Relatório da Comissão Especial “Tupinambá”**. Brasília: Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, outubro de 2011.

____. **Censo do Poder Judiciário**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2014. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/vide-censo-final.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

____. **Justiça em números**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016. Disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/justicaemnumeros-20161.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

FRANÇA. **Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 2 de outubro de 1789**. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2017.

Documentários

CACICA Valdelice. Direção: Projeto Espalha Semente. [s.l.]: Espalha Semente, 2014 (04min21). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LkCJBKtYxIk>>. Acesso em 12 ago. 2016.

O RETORNO da Terra. Direção: Daniela Alarcon. [s.l.]: Repórter Brasil, 2015 (24min54). Disponível em: < <https://vimeo.com/126566470>>. Acesso em: 12 ago. 2016.